HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE

A SOCIEDADE PRIMITIVA-O ORIENTE

editorial estampa

HISTÓRIA
DA ANTIGUIDADE

UNICA
B C

Direcção de

V. DIAKOV E S. KOVALEV

HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE

A Sociedade Primitiva
O Oriente

3.ª edição

Editorial Estampa

UNICAMP - BIBLIOTECA CENTRAL

Título original
HISTOIRE DE L'ANTIQUITÉ

Tradução de Martim Velho Sottomayor

Capa de Soares Rocha

Universidade Católica
de Pernambuco
BIBLIOTECA CENTRAL
914216 | 9

Todos os direitos para esta edição estão reservados
por Editorial Estampa, Lda., Lisboa, 1976

ÍNDICE

A SOCIEDADE PRIMITIVA

I — Introdução ... 11
II — O rebanho primitivo. O aparecimento do regime dos clãs ... 23
III — O apogeu do regime comunitário primitivo 43
IV — A desagregação do regime comunitário primitivo. A formação das classes e do Estado 73

O ORIENTE

V — Introdução ... 101
VI — Sumer e Akkad ... 119
VII — Babilónia ... 139
VIII — A civilização babilónica ... 159
IX — O Egipto arcaico ... 175
X — O Egipto do antigo império ... 185
XI — O Egipto do médio império ... 197
XII — O Egipto do novo império ... 205
XIII — A civilização egípcia ... 223
XIV — O império hitita ... 235
XV — A Fenícia e a Palestina ... 249
XVI — A Assíria, o Urartu e a Babilónia caldaica ... 269
XVII — O Irão ... 299
XVIII — A Índia ... 317
XIX — A China ... 341

A SOCIEDADE PRIMITIVA

UNICAP
B C

CAPITULO I

INTRODUÇÃO

1 — *O que é o regime comunitário primitivo*

O primeiro capítulo da história estuda o nascimento, o desenvolvimento e a desagregação do regime comunitário primitivo. Por esta designação entendemos uma formação social e económica que engloba um período muito longo, desde o aparecimento da sociedade humana até à fundação dos primeiros Estados. Enquanto que toda a história da sociedade dividida em classes (escravatura, feudalismo, capitalismo) pouco ultrapassa os cinco milénios, o regime comunitário primitivo existiu há centenas de milénios.

Quais são os seus traços característicos? Na sociedade primitiva, as relações de produção baseavam-se na propriedade colectiva dos meios de produção e, em primeiro lugar, a terra. E isso porque era tão baixo o nível das forças produtivas, que não permitia obter isoladamente os necessários meios de subsistência: os homens eram obrigados a viver e a trabalhar em conjunto e o trabalho em comum gerava a propriedade comum dos meios de produção e dos frutos do trabalho. O que os homens obtinham conjuntamente pertencia à colectividade. Ainda não se tinha ideia alguma da propriedade privada dos meios de produção, da exploração do homem pelo homem, nem das classes.

O regime comunitário primitivo é uma etapa universal da história da humanidade, quer isto dizer que cada povo

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

teve de passar por aí, que a sociedade dividida em classes não é inicial, mas que se constituiu sobre as ruínas do regime comunitário primitivo.

A história da sociedade primitiva respeita aos recuados tempos, cujo estudo permite esclarecer problemas tão importantes como a origem do homem, o aparecimento da religião, das artes e das ciências, a formação das classes e do Estado. Examina o difícil caminho percorrido pela humanidade, a luta heróica que os nossos antepassados travaram contra a natureza.

Como toda a história, a da sociedade primitiva é uma ciência: tem por objecto as leis da evolução do regime comunitário primitivo. E essas leis não as poderemos compreender senão com a ajuda do materialismo dialéctico e histórico.

Os fundadores do marxismo debruçaram-se sobre os problemas da história primitiva em várias obras suas. *A Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, escrita em 1845-1846, logo no princípio da sua actividade social, sublinha que no dealbar da sociedade humana, quando os homens viviam da caça, da pesca, da agricultura e da criação de gado primitivas, era a propriedade da tribo, a propriedade colectiva que dominava. *O Capital*, o *Anti-Dühring* e outras obras, bem como cartas de Marx e de Engels, contêm preciosas observações sobre os diversos problemas do regime comunitário primitivo. Cerca de 1876, escreveu Engels *O Papel do Trabalho na Transformação do Símio em Homem*, que dá uma explicação profundamente científica, materialista, do complexo processo do aparecimento do homem.

A ciência burguesa havia recolhido, por volta de 1880, uma abundante documentação; revendo-a de uma maneira crítica, Marx e Engels empreenderam uma obra de síntese sobre a história da sociedade primitiva. A tarefa foi primeiramente assumida por Marx, que compulsou e comentou excertos de um eminente sábio americano, L. H. Morgan. Depois da morte de Marx, Engels continuou e terminou esse trabalho; fez surgir em 1884 uma obra notável: *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, que revela, apoiando-se em numerosos factos, as leis fundamentais da

evolução da sociedade primitiva e dá a sua primeira história rigorosamente científica.

Marx e Engels não se limitam a criticar as teorias anticientíficas e a motivar as leis da evolução da sociedade primitiva; mostram o carácter passageiro de instituições tais como as classes, a propriedade privada e o Estado. Foi assim que utilizaram a história da sociedade primitiva para o estabelecimento da doutrina do socialismo científico.

A ciência da sociedade primitiva foi aprofundada por Lénine. Importantes observações, relativas aos traços essenciais do regime comunitário científico, figuram nas suas obras: *Quem são os «Amigos do Povo» e como Lutam contra os Sociais-Democratas*, *A Questão Agrária e as «Críticas de Marx»*, e na sua conferência *Do Estado*.

2 — *Fontes das informações sobre o regime comunitário primitivo*

O estudo da sociedade primitiva tem as suas particularidades. Enquanto que as épocas seguintes da história humana nos deixaram múltiplos e variados textos (manuscritos, inscrições, etc.), o regime comunitário primitivo ignorou a escrita, o que nos obriga a procurar vestígios de um outro género.

As principais informações sobre a sociedade primitiva são-nos fornecidas por dois ramos da história: a arqueologia e a etnografia. A primeira reconstitui o passado da humanidade de harmonia com os documentos da cultura material; o seu fim é investigá-los, escrevê-los e classificá-los. Esses monumentos compreendem os instrumentos de trabalho, as armas e os utensílios, os restos de habitações, as obras de arte e os objectos rituais. Os monumentos arqueológicos caracterizam também, embora em menor grau, a ideologia de outrora. Os arqueólogos exploram as aglomerações antigas (estações, aldeias) e as sepulturas; escavam a camada arqueológica, quer dizer, a camada de terreno que encerra os restos inorgânicos e orgânicos da vida e actividade humanas, cuja espessura atinge por vezes dezenas de metros. Neste domínio, os dados da geologia, da paleozoologia e da paleobotânica permitem determinar com bastante exactidão a sucessão das civilizações. Nestes últimos tempos elaboraram-se métodos físico-químicos para descobrir a idade dos achados, métodos esses baseados no estudo das transformações suportadas pelos restos orgânicos no curso dos milénios. Assim, os investigadores descobrem nas ossaturas, nos resíduos de fogueiras, etc., a quantidade de isótopo radioactivo do carbono, chamado «carbono 14», e, sabendo que o seu período é de cerca de 5500 anos, estabelecem a data da sepultura ou da aglomeração.

A etnografia estuda a cultura e os costumes das tribos e dos povos, designadamente dos povos chamados «atrasados». No século XIX, e mesmo no princípio do século XX, regiões da Africa e da América, da Asia, da Oceânia, e também certas regiões da Rússia, eram habitadas por povos que ainda conservavam fortes sobrevivências do regime comunitário primitivo. Esses povos eram bastante mais numerosos há dois mil anos, nos tempos de Heródoto, de Estrabão, de Tácito e de outros escritores da Antiguidade, que referem a seu respeito coisas interessantes.

A etnografia trata da produção, da cultura material, do regime social e da vida espiritual desses povos e reconstitui os traços da sociedade primitiva segundo as suas sobrevivências; é assim que os dados etnográficos são os únicos a fazer luz sobre a história da família, dos organismos dirigentes, da tradição oral e do direito da sociedade primitiva. Para reunir uma rica documentação, os etnógrafos devem permanecer durante anos entre tal ou tal tribo, aprender a sua língua, iniciar-se nos seus costumes. L. H. Morgan, por exemplo, foi hóspede da tribo iroquesa dos sénecas, e o eminente explorador russo Miklukho-Maklaï viveu muito tempo entre os papuas da Nova-Guiné, estudando os seus costumes, esforçando-se mesmo por defendê-los contra a opressão colonial.

Por mais preciosos que sejam, os materiais etnográficos apresentam graves lacunas. Primeiro, as tribos mais atrasadas, que nunca foram estudadas pelos etnógrafos, haviam

evoluído consideravelmente pelo contacto dos povos civilizados e sofriam a corruptora influência do capitalismo. Os seus costumes e a sua cultura oferecem por vezes um amálgama bizarro de arcaísmos e de elementos novos.

Além disso, os sábios que se ocupam dos povos situados em diversos graus de evolução dão deles características gerais. Mas como saber quais são as mais antigas formas de economia, de organização social e de ideologia? Como passar da simples descrição das ferramentas, das habitações, dos ornamentos, para a história da sociedade sem limitar a documentação abundante no leito de Procusto de um esquema arbitrário? Não se pode vencer este obstáculo senão condensando os materiais da arqueologia e da etnografia.

3 — *Períodos da história da sociedade primitiva*

No curso dos milénios, a sociedade primitiva experimentou importantes modificações económicas e sociais. É preciso, por isso, distinguir várias etapas na sua história. Vejamos qual o princípio a seguir para o fazer.

No segundo quartel do século passado, o arqueólogo dinamarquês Ch. Thomsen introduzia na classificação dos achados a ideia de três «Idades»: a da Pedra, a do Bronze e a do Ferro, consoante a matéria essencial que servia para fabricar as ferramentas; e é este o princípio que se adoptou para dividir a pré-história. Depois, cada uma destas idades foi dividida, por sua vez, em épocas: assim, na Idade da Pedra, distinguiu-se o Paleolítico («pedra antiga»), o Mesolítico («pedra média») e o Neolítico («pedra nova»), que se diferenciam tanto pela maneira de trabalhar a pedra como pelas finalidades das ferramentas. Estas épocas subdividem-se em períodos (Paleolítico superior e inferior) e em estádios ou civilizações caracterizadas por tal ou tal conjunto de vestígios materiais; o estádio deriva geralmente o seu nome do lugar onde se descobriram os objectos que lhe são típicos (chelense, acheulense, musterianos, etc.).

Esta classificação apresenta incontestáveis vantagens, que fizeram com que fosse adoptada pelos arqueólogos e historiadores de todo o mundo. Mas pode contra ela dizer-se que é muito unilateral, por reduzir a distância entre as etapas da história à natureza da matéria-prima das ferramentas e ao seu modo de tratamento, pois isso arrisca conduzir a uma interpretação mecanista da história, à separação entre o desenvolvimento da técnica e o desenvolvimento da sociedade. Ora o mesmo período arqueológico respeita, frequentemente, a povos situados em diferentes graus da evolução social: na Idade do Bronze, por exemplo, uma sociedade evoluída, dividida em classes, já se havia constituído em algumas regiões, enquanto que noutros sítios o regime primitivo se desagregava e noutros a agricultura e a pastorícia estavam apenas nos seus princípios e o regime dos clãs continuava em vigor. Não se poderia, evidentemente, reduzir estes três tipos de sociedades à mesma etapa histórica.

Uma outra classificação foi proposta, cerca de 1880, por L. H. Morgan, no seu livro *A Sociedade Antiga*. Diversamente da primeira, esta não se contenta com o critério tecnológico; baseia-se no carácter geral da cultura material de cada período. Morgan distingue duas épocas da história primitiva: a selvajaria e a barbárie. A primeira termina com a invenção do arco e das flechas; a segunda começa com a invenção da cerâmica e compreende o nascimento e o desenvolvimento da agricultura e da pastorícia. Cada uma destas épocas subdivide-se em três graus: inferior, médio e superior.

Engels reproduz a classificação de Morgan no primeiro capítulo de *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, mas reconhece-lhe a insuficiência e assinala que a acumulação de novos materiais obrigá-lo-á a ceder lugar a um outro sistema.

Actualmente, os estudiosos soviéticos julgam que a divisão morganista da história da sociedade primitiva está antiquada e já não corresponde às últimas realizações da arqueologia e da etnografia; mas ainda não se encontrou solução que seja adoptada universalmente.

Todos os historiadores julgam necessário formar um lugar à parte na época inicial da história primitiva, enquanto se completa a formação biológica do próprio homem; chama-se-lhe convencionalmente a época do rebanho primitivo (1).

À época do rebanho primitivo sucede a do regime dos clãs, cujo apogeu é geralmente acompanhado pelo matriarcado, pela igualdade entre o homem e a mulher.

Enfim, o desenvolvimento das forças produtivas, o nascimento da pastorícia, da cultura da terra pela charrua e do tratamento dos metais (bronze, ferro) marcam o início de uma época em que surgem os primeiros germes de exploração e de propriedade privada; o matriarcado é substituído pelo patriarcado e a democracia do clã transforma-se em democracia militar, que prepara o terreno para a fundação do Estado.

Bem entendido, esta classificação, baseada no carácter das relações sociais, não deve ser encarada neste momento senão como uma hipótese.

A divisão em períodos dá a possibilidade de apresentar o ordenamento do processo histórico. Uma outra difícil tarefa é a cronologia absoluta de tal ou tal época. Muito frequentemente, ficamos na impossibilidade de situar exactamente o princípio ou o fim de tal ou tal período da pré-história: à medida que se recua no tempo, a cronologia absoluta torna-se mais incerta.

4 — *Resumo histórico*

As ideias sobre a vida dos primeiros homens foram vagas durante muito tempo. Os autores da Antiguidade repetiam as lendas da «Idade de Ouro», que teria existido no dealbar da humanidade, ou descreviam seres bestiais, tendo como armas as mãos, os dentes e a moca. Na Idade Média, a dominação da Igreja impediu o desenvolvimento das ideias científicas sobre os tempos primitivos: os teólogos ensinavam que os primeiros homens, Adão e Eva, tinham sido criados por Deus, e a igreja confirmava com a sua autoridade a expulsão destes do Paraíso, o dilúvio e outros ingénuos contos da Bíblia. As informações sobre os costumes dos povos atrasados eram fantasistas: por vezes representavam-se esses homens com cabeças de cães, ou até sem cabeça alguma, com os olhos postos no meio do peito.

---

(1) Veja F. Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Éditions Sociales, Paris 1954, p. 28, e V. Lénine, *Obras*, t. 35, p. 93 (ed. russa).

Foram somente as grandes descobertas geográficas desde o século XV até ao século XVIII, a começar com as viagens de Colombo e de Magalhães (e especialmente as dos exploradores russos Kracheninnikov, Pallass, Miller), que deram a conhecer aos sábios da Europa a vida dos povos atrasados, inauguraram a etnografia e permitiram pôr o problema da história primitiva.

No princípio do século XVIII, o missionário Lafitau, que viveu muito tempo entre os índios da América do Norte, foi o primeiro a emitir a ideia de que os seus costumes podiam explicar o passado longínquo dos Europeus. Todavia, até meados do século XIX, a ciência contentou-se com hipóteses arbitrárias sobre a pré-história, e muitos cépticos falavam em renunciar ao seu estudo, pretendendo que nunca desvendaríamos o mistério daquilo que tinha precedido a invenção da escrita.

As primeiras escavações arqueológicas que revelaram ferramentas de homens entre os animais fósseis do princípio do Quaternário (Mc Enery em Inglaterra, cerca de 1830, e Boucher de Perthes em França, por volta de 1840) esbarraram com a incredulidade, senão mesmo com uma atitude francamente hostil, apesar de terem lançado as bases da arqueologia e da antropologia do mundo primitivo e garantido a passagem de hipóteses especulativas a uma documentação séria sobre a sociedade pré-histórica. Foi só após a descoberta de Darwin que o mundo erudito apreciou o verdadeiro valor dos trabalhos de Mc Enery e de Boucher de Perthes.

A história da sociedade primitiva interessou vivamente os democratas revolucionários russos, e em primeiro lugar Tchernychevski. Sublinhava ele que a sociedade patriarcal, que supunha a igualdade entre os homens, era um estádio universal. Interessou-se sobretudo pela transição da propriedade comunitária da terra para a propriedade privada, o que lhe facilitou a compreensão da história agrária russa.

No século XX, a ciência burguesa da história contribuiu largamente para sistematizar os conhecimentos da sociedade primitiva. O jurista suíço J. J. Bachofen referiu-se aos autores da Antiguidade para demonstrar a existência da época do matriarcado, seguida da do patriarcado. L. H. Morgan analisou, como adepto de um materialismo espontâneo, a natureza do regime dos clãs; sustentava a ideia da unidade de evolução da humanidade e esforçava-se por explicar o desenvolvimento histórico dos gregos e dos romanos, apoiando-se no estudo da organização social dos índios da América do Norte. O sábio e progressista homem público francês G. Mortillet e o arqueólogo sueco O. Montelius estabeleceram as bases de classificação dos monumentos da idade da Pedra e do Bronze. O investigador russo M. Kovalevski estudou a comunidade patriarcal e provou que era uma forma transitória entre o matriarcado e a família monogâmica contemporânea. Enfim N. Sieber, que foi o primeiro a vulgarizar na Rússia a teoria económica de Marx (1), escreveu os *Ensaios sobre a Cultura Económica Primitiva*, que não perderam a sua importância até hoje.

Os etnógrafos e arqueológos burgueses do século XX recolheram uma documentação muito importante sobre a história da sociedade primitiva, o que lhes permitiu determinar com exactidão muitos dos enunciados teóricos dos seus predecessores, que haviam permanecido necessariamente aproximativos, por falta de dados conhecidos. Enquanto que Morgan e Mortillet tinham indicado uma única linha de evolução da sociedade humana, os estudiosos do século XX puderam delinear as múltiplas e complexas vias do progresso do homem, mesmo no Paleolítico. O historiador inglês G. Clark estabeleceu o balanço dos trabalhos efectuados antes dele e mostrou o desenvolvimento da economia e da vida de diferentes grupos da população primitiva da Europa a partir do Mesolítico.

---

(1) Veja K. Marx, *O Capital*, livro I, t. 1, Éditions Sociales, Paris, 1950, p. 26.

Mas mesmo criticando as ideias esquemáticas dos investigadores do século XIX sobre a evolução da humanidade, certos historiadores burgueses da época do imperialismo negam, categoricamente, o princípio da evolução. Segundo a teoria dos círculos culturais do etnógrafo alemão F. Graebner, a cultura humana, em vez de se desenvolver no tempo, não faria senão variar no espaço, e toda a humanidade seria um conjunto de círculos culturais condensados. O sábio alemão O. Menghin recorreu à arqueologia para ilustrar estas ideias antievolucionistas. Livre em falsificar os dados, apresentava a história da sociedade primitiva como o resultado de migrações de tribos pertencentes a círculos culturais diversos. Estas teorias conduziram às concepções manifestamente reaccionárias de G. Kossinna, que fez da história da sociedade primitiva uma apoteose de pretensas campanhas e conquistas dos antepassados da «raça ariana».

Numerosos etnógrafos burgueses «demonstram» o carácter eterno e imutável da propriedade privada, da exploração do homem pelo homem, do papel subalterno da mulher na família e na sociedade, e muitas outras indignidades do regime capitalista; vêem a presença de classes nos estádios mais antigos da sociedade humana. A etnografia burguesa serviu, por vezes, para justificar a opressão imperialista nas colónias.

Os arqueólogos e etnógrafos progressistas do século XX, como A. Hrdlicka, J. Lips, F. Boas, combateram essas teorias reaccionárias e defenderam as melhores tradições dos evolucionistas do século passado. Investigadores de vanguarda como G. Childe chegam frequentemente às ideias de Marx.

Os historiadores soviéticos, fiéis ao marxismo-leninismo, obtiveram grandes sucessos no estudo da pré-história. As obras dos arqueólogos V. Gorodtsov, P. Efimenko, A. Brussov, T. Passek, B. Kuftine, S. Kisselev, V. Ravdonikas e outros permitem seguir a história de diferentes regiões durante milénios, desde as primeiras etapas da sociedade primitiva até ao nascimento da sociedade dividida em classes. Fornecem uma quantidade de materiais para a interpretação teórica dos principais processos da pré-história. Os resultados dos trabalhos de arqueologia são publicados regularmente nas colecções *Arqueologia Soviética* e *Informações* do Instituto de História da Cultura Material.

UNICAP
B C

Os antropólogos soviéticos J. Roguinski, V. Bunak, M. Nesturkh e outros contribuíram grandemente para esclarecer a origem do homem, elemento indispensável ao estudo sério da etapa inicial da sociedade humana. Também examinaram o problema da formação das raças e demonstraram a inconsistência da teoria racial. O conhecimento da pré-história é favorecido pelo método de M. Guerassimov, que reconstitui o rosto humano segundo os ossos do crânio. Guerassimov criou assim muitas dezenas de retratos, incluindo os de homens que viveram há milhares de anos.

Os trabalhos dos etnógrafos soviéticos S. Tolstov, M. Kosven, D. Olderogge, S. Tokarev, e ainda outros, fizeram progredir nitidamente o estudo do regime comunitário primitivo: a origem da agricultura e da pastorícia e o nascimento das religiões são concebidos num espírito materialista; está provado que o matriarcado foi uma etapa universal da história da humanidade; conhecem-se já os traços concretos da desagregação do regime dos clãs e da formação de comunidades de vizinhança, etc. Os órgãos dos etnógrafos da U. R. S. S. são as revistas *Etnografia Soviética, Trabalhos do Instituto de Etnografia* e o *Anuário do Museu de Antropologia e de Etnografia.*

Os resultados obtidos pelos especialistas soviéticos são referidos nas obras de síntese, recentemente publicadas; são, por exemplo, os *Ensaios de História da Cultura Primitiva,* de M. Kosven, os *Elementos de Arqueologia,* de A. Artsikhovski, a *Arqueologia na U. R. S. S.,* de A. Mongait, etc.

UNICAP BIBLIOTECA CENTRAL

Apesar dos seus sucessos, a ciência soviética tem ainda importantes problemas a resolver no que respeita à sociedade primitiva. Não se conhece por enquanto suficientemente a Idade da Pedra e do Bronze em certas regiões da U. R. S. S., e muitas questões relativas à evolução de tal ou tal local permanecem duvidosas. A etapa inicial da história da humanidade comporta numerosos pontos que se prestam a discussão (por exemplo, o carácter da técnica e da economia dos primeiros homens, a origem da exogamia e do regime dos clãs, a época da formação das tribos, etc.); os cultos dos homens primitivos estão insuficientemente estudados e ainda não se fixou a cronologia das crenças religiosas. A divisão da pré-história em períodos não é definitiva.

Todavia, é incontestável que estes problemas acabarão por se definir.

CAPÍTULO II

O REBANHO PRIMITIVO. O APARECIMENTO DO REGIME DOS CLÃS

1 — *O aparecimento do homem*

A história da humanidade começa com o aparecimento do homem e da sociedade humana. Os sábios idealistas sustentaram durante muito tempo a teoria do limite intransponível entre o homem e os animais. Esta teoria derivava do mito bíblico da criação do homem por Deus, que o fez «à sua semelhança». Darwin opôs-lhe a hipótese de que o homem descendia de uma raça de símios antropomórficos evoluídos. As descobertas posteriores confirmaram a sua ideia e provaram que no fim do Terciário ou no princípio do Quaternário existiam efectivamente tais símios, que podem ser considerados como os antepassados do homem.

Assim, no Sul da Africa, descobriram-se muitas ossadas de símios superiores que receberam o nome de Australopitecos. Habitavam as savanas arborizadas ou semidesérticas, caminhavam sobre os membros posteriores e davam caça aos animais de qualquer estatura; para o ataque ou a defesa utilizavam uma moca ou um osso grande; a alimentação carnívora, a posição de pé e o uso dos membros anteriores para a manipulação dos objectos concorreram para aumentar o volume da sua cabeça.

A questão de saber se o Australopiteco é nosso antepassado directo ou se constitui um «ramo lateral» na formação do homem permanece pendente. O que é certo é que o homem fóssil provém desses símios, cujas ossaturas foram descobertas em diferentes pontos do Mundo Antigo, designadamente no Cáucaso. Aos grupos destes antropóides sucedeu, no início do Quatenário (há cerca de um milhão de anos), o rebanho dos homens primitivos.

O lugar onde se deu a transformação do símio em homem deu azo a vivas discussões: alguns sábios emitiram a teoria do poligenismo, afirmando que o processo se tinha verificado paralelamente em vários locais e que o homem podia descender de diferentes espécies de símios. Os estudiosos soviéticos não são desta opinião; julgam que o símio se transformou em homem numa parte do vasto território que engloba o Sul da Ásia, o Próximo Oriente, a Transcaucásia e extensas regiões da Africa; o estado actual das ciências permite situar o processo com mais precisão.

Certos investigadores explicam o aparecimento do homem por causas fortuitas, exteriores. Assim, o académico P. Suchkine apresentava como factor determinante o desaparecimento das florestas: a necessidade do símio viver sobre o solo teria tido como efeito diferenciarem-se os seus membros e fazê-lo caminhar na posição vertical. Esta teoria nega a transformação regular do símio em homem.

Uma explicação verdadeiramente científica do fenómeno foi fornecida por Engels, na sua obra *O Papel do Trabalho na Transformação do Símio em Homem.* O autor indica aí que o factor principal fora o trabalho. «O trabalho criou o próprio homem» (¹), diz ele.

Mas como começou esse trabalho? Os símios podiam manipular uma pedra ou um pau, como o fazia o Australopiteco, mas nenhum conseguiu fazer a ferramenta mais primitiva. É pelo fabrico das ferramentas que começa o trabalho.

A actividade laboriosa, o fabrico de ferramentas primitivas conduz à divisão das funções entre os membros anteriores e os posteriores. O fabrico das ferramentas fica a ser a função específica dos membros anteriores, o que aumenta a sua destreza e os transforma em mãos. Por conseguinte a mão... «não é somente o órgão de trabalho; *também é o produto do trabalho*» (¹).

À medida que as mãos do homem se especializam nas funções do trabalho, o hábito de caminhar na posição vertical consolida-se cada vez mais, o que contribui por sua vez para o desenvolvimento das mãos, relegando-as para a actividade laboriosa, e favorece por outro lado o desenvolvimento da laringe e das cordas vocais. O estudo das ossaturas dos homens fósseis mostra que a diferenciação dos membros precede a evolução do crânio, o que confirma, melhor não poder ser, a ideia de Engels sobre o papel do trabalho no aparecimento do homem.

2 — *Os homens fósseis*

Os mais antigos restos do homem fóssil, o Pitecantropo, foram descobertos em Java, em 1891-1894. Mais tarde, encontraram-se aí ossaturas de várias outras espécies. Por volta de 1925, o arqueólogo chinês Pei Uen-tchung descobriu na caverna de Chu Ku-Tien, perto de Pequim, os restos ósseos de cerca de vinte e cinco espécies de um homem fóssil que recebeu o nome de Sinantropo. Ossos isolados, principalmente maxilas e dentes de seres próximos do Sinantropo, foram revelados no centro do Vietname, no Sul da África e perto de Heidelberg, na Alemanha. Em 1954, arqueólogos franceses encontraram na Argélia os restos de um outro tipo de homem pré-histórico, chamado Atlantropo.

Os descendentes directos dos homens fósseis são os Neanderthalenses, que têm como tipo o homem de Neanderthal, assim chamado porque os seus restos foram descobertos em 1856, no vale desse nome, perto de Düsseldorf. Os Neanderthalenses povoavam o Mundo Antigo, e os seus

---

(¹) Veja F. Engels, *Dialéctica da Natureza*, Éditions Sociales, Paris 1955, p. 171.

(¹) *Ibid.*, p. 173.

vestígios encontram-se em Java, na Africa, no Próximo Oriente e em diversos pontos da Europa. No território da U. R. S. S. só foram revelados por arqueólogos soviéticos: em 1924, G. Bontch-Osmolovski descobriu fragmentos de esqueleto na gruta da Kiikkoba, na Crimeia, e em 1938-1939, A. Okladnikov encontrou ossos de uma criança na gruta de Techik-Tach, no Sul do Uzbequistão.

Os homens fósseis distinguiam-se do homem actual por uma fronte fugidiça e uma calote craniana baixa; poderosos supracílios em arco pendiam sobre os olhos, os ossos faciais eram salientes, enquanto que o queixo não existia. Caminhavam com as pernas inflectidas, e corriam muito inclinados para a frente; as suas mãos assemelhavam-se a patas, quer dizer que o polegar era menos oponível do que aquele que se encontra no homem dos nossos dias. Todavia, diferenciavam-se nitidamente dos símios superiores pelo seu modo de andar e pela capacidade da sua caixa craniana. Pelo seu volume, a cabeça do Pitecantropo (900 centímetros cúbicos) ultrapassa muito a do gorila ou a do Australopiteco; a cabeça do Sinantropo é ainda mais volumosa (até 1200 centímetros cúbicos) e a do homem de Neanderthal (perto de 1400 centímetros cúbicos) aproxima-se da capacidade média do crânio humano actual (de 1400 a 1500 centímetros cúbicos).

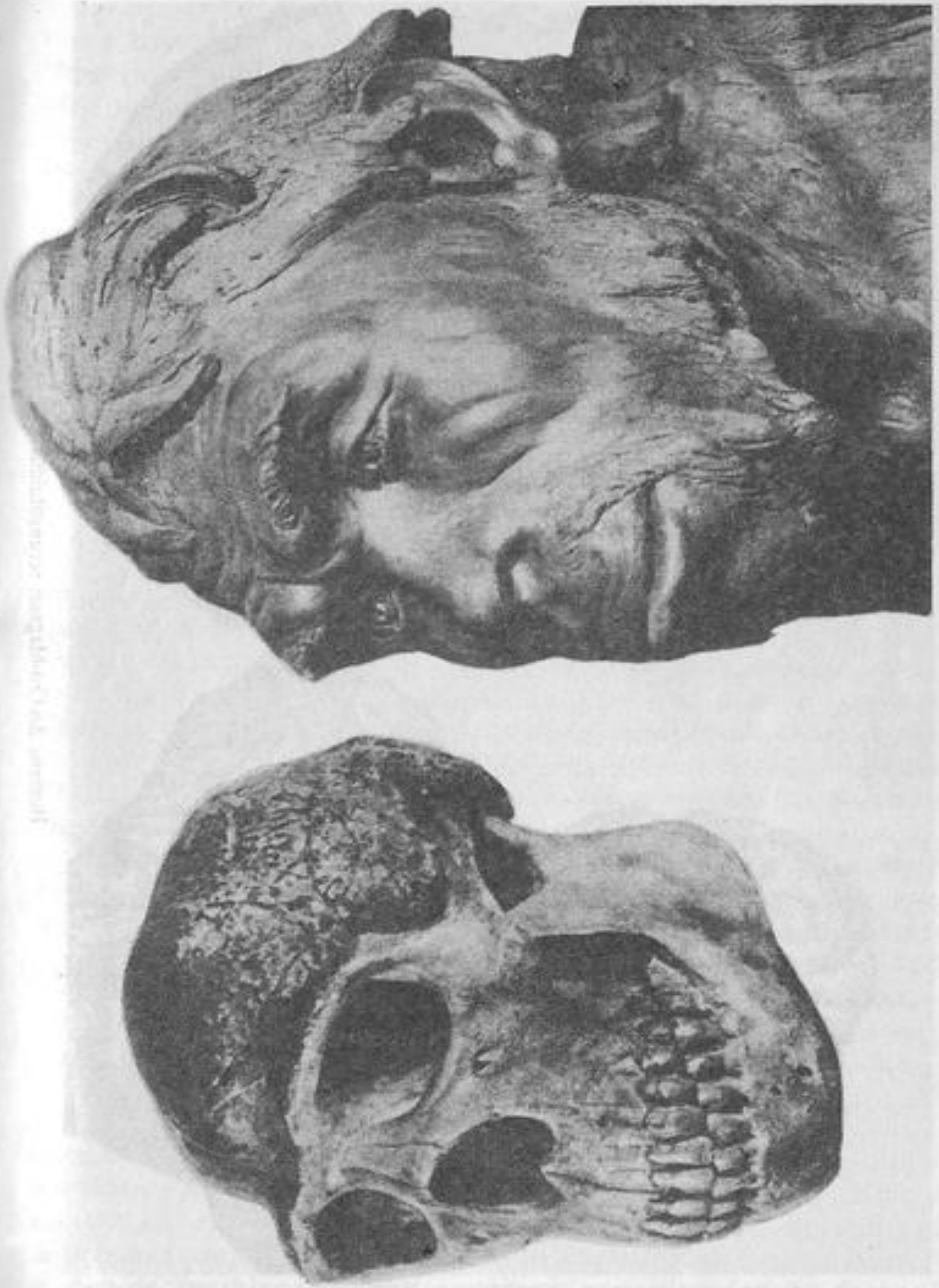
Diferentemente do Australopiteco, os homens fósseis não sabiam apenas manipular objectos (pau ou osso); também sabiam fabricar as ferramentas. Assim, entre os restos de Sinantropos e de Neanderthalenses, encontram-se ferramentas primitivas de pedra.

Em muitos sítios os arqueólogos descobrem nessas ferramentas sem restos ósseos, homens fósseis.

A época em que viveram os Pitecantropos, os Sinantropos e os Neanderthalenses é o Paleolítico inferior.

3 — *O Paleolítico inferior*

No início do Quaternário, logo que se constituiu a sociedade humana, o clima terrestre era muito mais suave



Crânio e cabeça reconstituída do Sinantropo

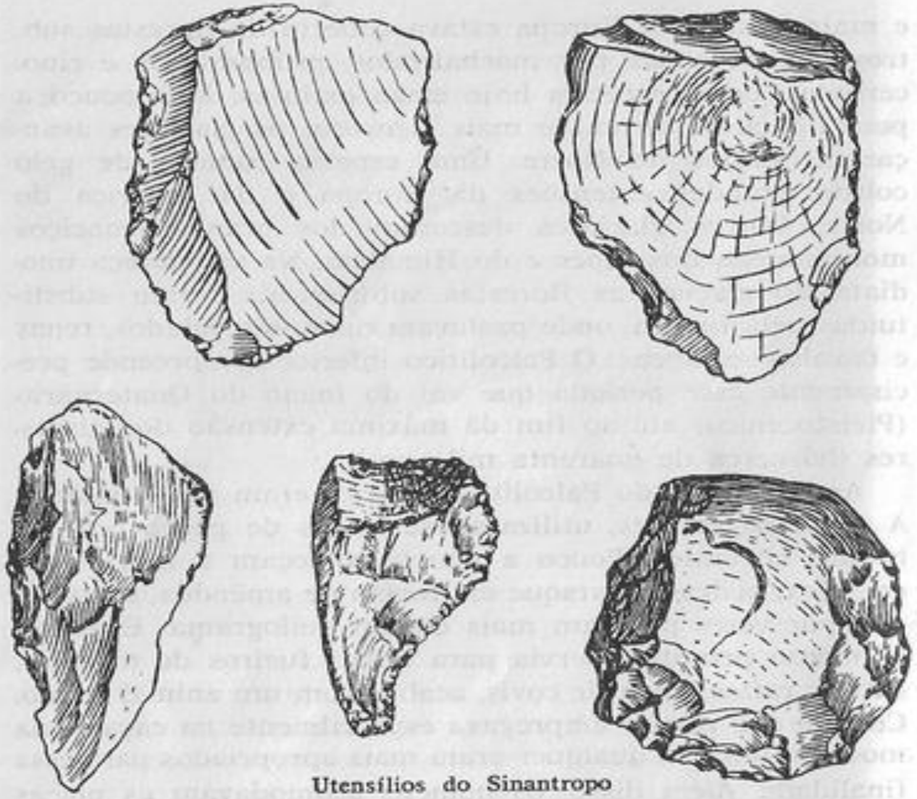
Homens de Cro-Magnon reconstituídos

e mais húmido. A Europa estava coberta de florestas subtropicais povoadas por machairodos, proboscídeos e rinocerontes, cujas espécies hoje estão extintas. Mas pouco a pouco o clima tornou-se mais rigoroso: os glaciares avançaram, vindos do Norte. Uma espessa camada de gelo cobriu grandes extensões da Europa e da América do Norte. Outros glaciares desceram dos grandes maciços montanhosos dos Alpes e do Himalaia. Na vizinhança imediata do glaciar, as florestas subtropicais foram substituídas pela tundra, onde pastavam mamutes peludos, renas e cavalos selvagens. O Paleolítico inferior compreende precisamente esse período que vai do início do Quaternário (Pleistocénico) até ao fim da máxima extensão dos glaciares (há cerca de quarenta mil anos).

As indústrias do Paleolítico inferior eram rudimentares. À parte os cacetes, utilizaram-se lascas de pedra com os bordos cortantes. Pouco a pouco, começam a fabricar-se, em sílex, pedras de ataque em forma de amêndoa, maciças, que por vezes pesavam mais de um quilograma. Este instrumento primitivo servia para talhar fueiros de madeira, extrair raízes, destruir covis, acabar com um animal ferido. Certo é que não se empregava especialmente na caça; uma moca ou um pau qualquer eram mais apropriados para essa finalidade. Além disso, os homens acomodavam as placas de sílex cortantes.

Lentamente, a experiência concentra-se e a técnica aperfeiçoa-se; em vários lugares e de diferentes modos, os homens passam ao fabrico de ferramentas mais pequenas e mais delicadas. Os principais instrumentos de sílex dos Neanderthalenses serão as placas triangulares: pontas para cortar ou perfurar, raspadores para esfolar os animais mortos. O utensílio da caça é a forquilha e a azagaia de madeira.

Provavelmente não tinham os Pitecantropos habitações ou residências fixas. É possível que as árvores tenham servido durante muito tempo ao homem como refúgio contra os animais selvagens. Mas ele acaba por aprender a preparar resguardos, a fim de se abrigar das intempéries, e depois instalar-se-á nas cavernas conquistadas às feras,



Utensílios do Sinantropo

cuja pele utiliza para fazer uma cama ou uma vestimenta, espécie de capa com presilhas.

Os homens do Paleolítico inferior aprendem a utilizar-se do fogo. É possível que eles hajam de início utilizado e conservado o fogo natural e que depois o tenham obtido batendo duas lascas de sílex, uma contra a outra. A serradura que daí derivava aquecia e fazia o lume: aproximavam depois uma mecha de lã ou de fibras vegetais que se indendiava, após o que atiçavam a chama tais que se incendiava, após o que se atiçava a chama soprando por baixo. A dificuldade da operação obrigava os homens primitivos a conservar o fogo com cuidado.

A utilização do fogo tinha uma importância enorme:

UNICAP
B C

preservava o homem do frio e dos animais carnívoros, permitia-lhe assar os alimentos, o que facilitava a assimilação e enriquecia a sua ementa. A obtenção do fogo «... deu ao homem, pela primeira vez, o império sobre uma força da natureza e, desse modo, separou-a definitivamente do reino animal» (1).

Na U. R. S. S. os mais antigos instrumentos de homens fósseis foram encontrados na colina de Satani-Dar, na Arménia; outros vestígios do Paleolítico inferior foram descobertos no Cáucaso, em Abkhazia, e no Sul da Ossétia, na Crimeia, nas bacias dos rios Dnieper e Dniester e no curso médio do Volga.

4 — *Os costumes e a organização social da primeira colectividade humana*

Os aglomerados populacionais mais atrasados jamais estudados pelos etnógrafos são bastante mais evoluídos do que os homens fósseis do Paleolítico inferior. Além disso, a vida da primeira colectividade humana não pode ser conhecida senão em harmonia com os materiais arqueológicos, o que faz com que as nossas ideias sobre a sua organização social sejam muito incompletas e hipotéticas.

O homem do Paleolítico inferior vivia da colheita e da caça. Alimentava-se de frutos, raízes, bagas; e capturava pequenos mamíferos, lagartos, insectos. Começou muito cedo a dar caça aos grandes animais: nas estações pré-históricas os arqueólogos descobrem frequentemente, entre os utensílios primitivos, ossos de mamutes e de bisontes, de cavalos e de veados, a maior parte dos quais teriam sido abertos para deles se extrair o âmago. O homem primitivo era omnívoro, o que lhe permitiu viver um pouco em toda a parte.

A sua existência era rude: não podia rivalizar com os terríveis carnívoros do princípio do Quaternário, nem pela

---

(1) F. Engels, *Anti-Dühring*, Éditions Sociales, Paris, 1956, p. 147.

UNICAP BIBLIOTECA CENTRAL

rapidez na corrida, nem pela força física. A fome espreitava-o sempre, tal como a morte nas garras dos animais selvagens. O avanço dos glaciares aumentou ainda mais a sua luta contra a natureza. Os homens fósseis sobreviveram e triunfaram por duas razões: primeiro, eram já seres com raciocínio que fabricavam instrumentos; depois, agiam desde o princípio colectivamente.

O próprio fabrico do instrumento não é possível senão em colectividade, pois é esta última que conserva e consolida os conhecimentos, a experiência primitiva em matéria de produção, assegurando a sua transmissão hereditária. A caça, sobretudo a dos grandes animais que se amedrontavam com o fogo e que se repeliam a golpes de pedra para um precipício ou um charco, fazia-se em comum.

É esta colectividade de homens do Paleolítico inferior que tem o nome convencional de rebanho primitivo. Era pouco numeroso e muito instável, sem dúvida: os seus membros podiam passar para um outro rebanho. À cabeça dele encontrava-se um caudilho, homem ou mulher. Reinava aí a promiscuidade, o que não excluía, é evidente, a possibilidade de casais mais ou menos constantes.

A forma rudimentar dos seus instrumentos, o baixo nível de economia, a luta rude com a natureza, tudo isso mantinha no seio do rebanho primitivo «o individualismo zoológico» herdado dos antepassados animais, que se manifestava por vezes em sangrentos conflitos, episódios da luta pela existência. Também existiam casos de canibalismo.

Gradualmente, à medida que se consolida a organização social da colectividade humana e se multiplicam os conhecimentos de produção, os instintos bestiais afrouxam; como disse Lénine, o rebanho primitivo e a comunidade primitiva jugularam «o individualismo zoológico» dos primeiros homens (¹).

(¹) Veja V. Lénine, *Obras*, t. 35, p. 93 (ed. russa).

5 — *Nascimento do pensamento e da linguagem*

O nascimento do pensamento resulta da actividade produtiva dos homens. A passagem do emprego instintivo da moca ou da pedra para o fabrico de instrumentos, por mais grosseiros que sejam, engendra a actividade racional do homem, a consciência. Os conhecimentos de produção constituem a primeira experiência do homem e fixam-se no seu espírito.

Sendo colectivo o trabalho, foi a colectividade, guardiã dos conhecimentos de produção, que emprestou ao pensamento primitivo o seu traço típico: nos primeiros tempos o homem não se dissociava da colectividade.

A linguagem é tão antiga como o pensamento «... a linguagem *é* a consciência prática, igualmente existente para outros homens, portanto existente para mim mesmo, real, e não nasce, como a consciência, a não ser da necessidade, da necessidade do comércio com outros homens» (¹), escreviam Marx e Engels. As primeiras noções gerais não se teriam revelado à colectividade se não tivessem sido fixadas por sons. Os contactos entre os homens e o trabalho colectivo teriam sido impossíveis sem a linguagem.

Não temos qualquer ideia concreta da estrutura das linguagens primitivas. O investigador soviético V. Bunak supõe que elas nasceram de sinais sonoros dos símios antropóides, à medida que se reuniu a experiência de produção, que a laringe se desenvolveu graças à posição vertical e à diminuição do volume da maxila inferior. Essas linguagens compunham-se de um número de palavras bastante restrito ou, mais exactamente, de proposições monossilábicas, isoladas e polissemânticas. A linguagem do homem primitivo era acompanhada de gestos, que não desempenhavam, todavia, senão um papel auxiliar.

(¹) K. Marx, *Obras Filosóficas*, t. VI, Paris, 1937, Alfred Costes, editor, pp. 168-169.

6 — *A irreligião dos homens do Paleolítico inferior*

Sábios burgueses pretendem que desde o início da sua existência o homem acreditava no sobrenatural e venerava um Ser supremo: o Deus. O padre e etnógrafo austríaco P. W. Schmidt e os seus discípulos ensinavam a teoria do promonoteísmo, isto é, a crença primitiva num Deus único, e queriam ver aí a prova da existência de Deus que teria insuflado no espírito do homem primitivo a ideia mesma da unidade divina. Ora esta teoria é contrária a tudo o que se conhece sobre a evolução da psicologia humana. As primeiras ideias do homem não se aplicavam senão aos comportamentos do trabalho, estando então o indivíduo suficientemente ocupado na busca do alimento quotidiano para pensar na explicação do mundo. Sem contar que o fraco desenvolvimento do seu cérebro o impedia de conceber noções tão abstractas. Ainda não possuía crença religiosa, ideias extravagantes sobre a sua própria pessoa e sobre a natureza que o circundava. Nós podemos falar de irreligião do homem fóssil, ao menos do Pitecantropo e do Sinantropo.

A questão de saber se o homem de Neanderthal praticava algum culto é mais complexa e constitui matéria de discussões no mundo erudito soviético. Segundo o arqueólogo A. Okladnikov, o nascimento de ideias religiosas primitivas entre os Neanderthalenses seria atestado por sepulturas do fim do Paleolítico inferior. Estavam dispostas nas cavernas que haviam servido de habitação; a fossa escavada para o cadáver continha também bocados de carne. Existia aparentemente a preocupação dos mortos e instalavam-se como os vivos. Mas não havia ainda ideias do além, e os Neanderthalenses não conferiam aos seus mortos qualquer poder sobrenatural.

É então que se manifestam os primeiros elementos de zoolatria. Chifres de cabritos-monteses circundavam a sepultura de Techik-Tach; e em certas grutas descobriram-se crânios de ursos das cavernas, cercados de pedras.

De resto, os dados sobre a origem das religiões são excessivamente pobres e imprecisos. Os primeiros testemunhos incontestáveis do aparecimento do culto datam do período seguinte: o Paleolítico superior.

7 — *A passagem para o Paleolítico superior*

Ao Paleolítico inferior, segundo a classificação adoptada em arqueologia, sucede o Paleolítico superior (de quarenta mil a doze mil anos antes da nossa era).

As condições climatéricas modificam-se inúmeras vezes no decurso desta época. Os glaciares recuam e o clima da Europa e da Sibéria meridional surge temperado. Depois volta o resfriamento dos glaciares, e esta quarta e última ofensiva, menos poderosa do que as outras, torna, todavia, o clima mais rigoroso. Os mamutes começam a extinguir-se, enquanto que as renas se propagam vastamente no litoral do Mediterrâneo, na Crimeia e no Cáucaso.

A passagem para o Paleolítico superior é assinalada por consideráveis progressos na estrutura física do homem, assim como no carácter da produção e organização social. O tipo biológico contemporâneo, o *Homo Sapiens,* acaba por se formar; as técnicas e a economia da colectividade humana desenvolvem-se, vêem-se surgir designadamente utensílios especiais, destinados ao fabrico de outros utensílios, e instrumentos combinados de madeira e osso ou de madeira e sílex; os homens deixam as cavernas para viver em abrigos artificiais e aquecidos; constitui-se uma nova forma de organização social: o clã primitivo; enfim, é o aparecimento das artes. Tudo isso permitiu aos sábios soviéticos I. Roguinski e V. Iakimov encararem a passagem para o Paleolítico superior, a passagem do homem de Neanderthal ao *Homo Sapiens,* como um salto qualitativo cuja importância foi, todavia, menor do que a transição dos símios do tipo Australopiteco para os homens fósseis do tipo Pitecantropo. A passagem para uma nova qualidade havia sido preparada pela evolução da sociedade humana no fim do Paleolítico inferior.

Os restos do Paleolítico superior da Europa Ocidental atestam o aumento das forças produtivas. As técnicas desta época ultrapassam muito as da anterior; aperfeiçoa-se o fabrico dos instrumentos de sílex, cuja superfície passa a ser retocada por pressão: com a ajuda de uma vara de osso retiravam-se delicadamente da lasca de sílex pequeninas placas, para obter um instrumento simétrico, com bordos cortantes e sólidos. Além da pedra, também se trabalha o osso e o chifre.

Os instrumentos utilizados para a procura do alimento são mais variados: fabricam-se azagaias, cujas pontas são de marfim de mamute ou de sílex, punhais em forma de chifre, arpões de caça e de pesca, raspadores e placas para esquartejar os animais mortos e tratar as peles; cosem-se vestimentas de peles de animais selvagens com agulhas de osso. Buris de sílex são preparados para trabalhar o chifre ou o osso.

A procura da caça grossa gregária toma uma inaudita amplidão: nas estações os arqueólogos descobrem abundantes restos de presas.

A. Predmost (Checoslováquia) encontrou o ossuário de um milhar de mamutes. Nos fins desta época a pesca é também praticada abundantemente. Estes progressos na produção determinam um modo de vida mais sedentário, de que temos um excelente testemunho na riqueza da camada arqueológica do Paleolítico superior.

O homem começa a construir abrigos artificiais, abrigadouros, cabanas e abrigos cavados no solo. Arqueólogos soviéticos (P. Efimenko, S. Zamiatnine e outros) descobriram cabanas do Paleolítico superior nas margens do Don e noutros sítios. Eram habitações de solo plano, de forma oval. Fémures de mamutes sustentavam um tecto em estacaria recoberto de terra. No meio da habitação existia uma ou mais lareiras alimentadas por ossos de animais. Ao lado das habitações escavavam-se buracos para a conservação da carne de rena e de outros víveres.

No território da U. R. S. S. foram descobertos vestígios do Paleolítico superior na Transcaucásia, na Crimeia, nas bacias do Dnieper e do Don, no curso do Tchussovaia e na Sibéria.

A cultura das tribos que viviam longe das regiões glaciares apresenta traços particulares. Na África do Norte prosperava a civilização chamada de Capsa (actualmente, Gafsa, na Tunísia); diferentemente dos caçadores e pescadores do Norte, os homens de Capsa viviam sobretudo da colheita; não receavam atacar feras tais como o leão e o leopardo, mas o produto principal da sua economia provinha da apanha de moluscos comestíveis, tartarugas, ovos de avestruz, etc. Condições económicas similares existiam nessa época a leste do Mediterrâneo, na Crimeia e no Cáucaso.

8 — *A formação do clã*

O desenvolvimento gradual das forças produtivas e a passagem à vida sedentária cimentam a colectividade humana, o que tem como efeito reprimir «o individualismo zoológico». O rebanho primitivo cede o lugar a uma organização social mais elevada.

A estrutura do rebanho evolui essencialmente em três direcções. Em primeiro lugar o aumento da produtividade do trabalho permite aos homens associarem-se em grupos menos numerosos, que se apartaram do rebanho inicial mas continuam a manter com ele relações económicas. Esses grupos consideram-se como aparentados e podem entreajudar-se, até convidarem-se mutuamente para o seu território de caça.

Depois, os homens primitivos começam a proibir as ligações matrimoniais no seio do grupo. Esta medida, denominada exogamia, liga-se estreitamente à evolução económica. O casamento já não é um fenómeno puramente biológico; é uma instituição regulamentada pela sociedade.

A exogamia não conseguiu estabelecer-se senão numa determinada etapa, pois o rebanho primitivo era uma colectividade fechada, sem contacto com os outros. Tornou-se possível depois que os grupos maternal e filial se reconheceram parentes e que os seus membros continuaram a casar-se entre si. Portanto, à parte o princípio negativo — proibição do casamento no interior de uma colectividade —, a exogamia inclui um princípio positivo: a obrigação de estabelecer casamentos com os membros de uma colectividade diferente, mas ainda assim determinada. Dois grupos parentes ficam desde então ligados pelo costume dos casamentos recíprocos: não é permitido casar senão com um representante do grupo admitido. Este costume de prescrever o casamento aos limites de uma grande colectividade toma o nome de endogamia.

Assim, ao mesmo tempo que o clã exógamo, constitui-se o clã endógamo, formado por duas comunidades parentes. Esta dupla organização é considerada por Engels como a forma primária da sociedade exógama fundada no clã. Conhecem-se sobrevivências dela a níveis de evolução muito mais elevados: os etnógrafos observaram-nos entre os povos contemporâneos, tais como os Turcomanos, os Evenkos, os Kirguizes, os Karakalpaks. Os grupos exógamos da tribo multiplicam-se pouco a pouco.

Nesta etapa, o casamento é um casamento por grupos, quer dizer que todas as mulheres de uma comunidade são as esposas reais ou potenciais dos homens de uma outra comunidade da tribo. Se bem que o regime não exclua a formação temporária de casais mais ou menos constantes, ninguém tinha direitos exclusivos sobre o seu conjunto.

As sobrevivências do casamento por grupos mantiveram-se entre os aglomerados humanos estudados pelos etnógrafos, nos Australianos, por exemplo, cujas tribos se dividiam em dois (ou quatro) grupos ligados matrimonialmente; na Rússia, o facto foi observado entre os Nivkhes (Guiliaks), no fim do século XIX, por L. Sternberg que o governo czarista deportou para o Extremo Oriente, pela sua actividade nas fileiras da «Narodnaia Volia».

Enfim, a estrutura do rebanho primitivo complica-se devido à evolução da divisão natural do trabalho. É possível que a divisão do trabalho segundo a idade haja existido desde o nascimento da sociedade humana, mas os homens e as mulheres desempenhavam então o mesmo papel na economia. Foi só no fim do Paleolítico inferior que o trabalho se dividiu segundo o sexo: os homens dedicavam-se à caça, deixando às mulheres as crianças e a colheita. O arqueólogo P. Efimenko presume que os instrumentos do Neanderthalense pertenciam a sexos diferentes: as lascas cortantes eram as facas dos homens, os raspadores serviam para as mulheres.

Os etnógrafos assinalam a divisão do trabalho, segundo a idade e o sexo, em diversos aglomerados humanos. Assim, na Austrália, as mulheres e as crianças pescavam e colhiam as dádivas da Natureza, enquanto que os homens caçavam. Daí resulta uma certa distinção entre homem e mulher da tribo: instalam-se separadamente, não preparam a mesma comida, falam dialectos diferentes. Além disso, o princípio da divisão do trabalho coloca à cabeça da tribo um grupo de anciãos detentores da experiência social.

No princípio do Paleolítico superior, a colectividade humana perdeu, pois, a sua estrutura gregária inicial: à medida que se desenvolvem as forças produtivas e a divisão do trabalho, o rebanho cede lugar a uma organização mais evoluída: a forma primitiva da comunidade fundada no clã.

9 — *A formação do tipo biológico do homem contemporâneo*

O homem do Paleolítico superior distingue-se fisicamente do Neanderthalense. A estrutura do seu esqueleto atesta a marcha na posição absolutamente vertical, o volume do seu cérebro (1400 centímetros cúbicos) nunca ultrapassa a capacidade da caixa craniana do seu ascendente, mas a sua forma mudou as partes parietais, frontais e temporais, isto é, aquelas que se ligam ao desenvolvimento da fala, que caracteriza o homem como ser social, aumentaram sensivelmente. Por conseguinte, o crânio ficou a ser dolicocéfalo, a testa destacou-se, as arcadas supraciliares já não são maciças. Enfim, o maxilar inferior é menos pesado e o queixo é bem formado, devido ao desenvolvimento da linguagem articulada.

A ciência histórica burguesa tentou por diversas vezes demonstrar que o *Homo Sapiens* surgira desde os mais recuados tempos e que ele «pisava a terra» na mesma época que o Neanderthalense. Os historiadores burgueses queriam assim dissociar o homem contemporâneo dos seus antepassados e apresentar a sua vinda como uma espécie de milagre. Ora o «Homem Pensante» descende directamente do homem de Neanderthal do fim do Paleolítico inferior. Conhecem-se hoje vários esqueletos de Neanderthalenses que apresentam numerosos caracteres transitórios. Um deles foi descoberto em 1953 pelo arqueólogo A. Formozov, na Starossélia, na Crimeia.

A formação da espécie biológica do homem moderno explica-se através de vários factores. A intensificação da caça e o correspondente aumento da proporção dos alimentos de carne devia favorecer o desenvolvimento físico dos nossos antepassados; a complicação da actividade produtiva aperfeiçoava o pensamento e a palavra; a repressão gradual dos «instintos zoológicos» e a limitação das relações sexuais no interior do rebanho contribuíam igualmente para a evolução do ser humano. O processo termina com o aparecimento do *Homo Sapiens*.

Vários tipos raciais representam o homem do Paleolítico superior. Na Europa, havia o tipo «europóide», também chamado de Cro-Magnon (derivado do nome de uma caverna do Sul da França); encontraram-se restos no território da U. R. S. S. O homem de Cro-Magnon era de grande estatura, tinha a face comprida, o nariz aquilino, o queixo desenvolvido. Na África (no Sul do Sara) e na Europa meridional (Itália), descobriram-se esqueletos de homens cujo tipo se aproxima muito da actual raça negróide. Os negróides do Paleolítico superior povoaram, a determinada altura, a Europa Oriental, entre outros o curso superior do Don. Na China, na caverna superior de Chu Ku-Tien, e na Sibéria, não longe de Krasnoiarsk, foram descobertos restos de homem do tipo mongolóide.

A questão das raças é um problema ideológico e político muito subtil. Investigadores reaccionários do mundo capitalista recorreram à teoria racial para tentarem justificar a agressão e a sujeição de outros povos. Propagavam a doutrina pseudocientífica da existência de raças superiores e raças inferiores. Historiadores burgueses tentaram «justificar» esta teoria através de concepções falsas. Pretendem alguns que as raças existiram em todos os tempos, que a Europa foi sempre habitada pelo homem de tipo contemporâneo, enquanto que os negróides e outras raças «inferiores» descendiam de espécies menos evoluídas: Pitecantropo, Sinantropo e Neanderthalense. Vê-se, pois, como importa regular a coisa.

UNICAP
B C

Os investigadores progressistas estabeleceram que as três grandes raças humanas (negróide, europóide e mongolóide) só se distinguem por caracteres exteriores, secundários (coloração da pele, forma dos olhos, dos cabelos, etc.). O volume da caixa craniana, a estrutura das mãos, as aptidões mentais e físicas, são iguais. Nenhuma raça prevalece sobre as outras.

Os investigadores de vanguarda revelaram que as raças não se constituem senão através do curso da evolução histórica. Os Neanderthalenses, descobertos em diferentes sítios do Mundo Antigo, assemelham-se muito mais entre si, do que às raças formadas mais tarde nessas regiões. Por consequência, os tipos raciais não datam apenas do Paleolítico superior.

Como se explicam as raças? Desde o fim do Paleolítico inferior, constatam-se diferenças de cultura material entre certas regiões, devidas às particularidades das condições naturais e designadamente à matéria de que se dispõe para fabricar os instrumentos. Essas diferenças, sob um regime económico colectivo, acentuam-se no Paleolítico superior. O arqueólogo soviético S. Zamiatnine assinala três grandes regiões que se distinguem, durante este período, por traços específicos da sua cultura material: as regiões afro-mediterrânica, europeia subglaciar e sino-siberiana. Por uma causa ou outra, encontravam-se isoladas no princípio do Paleolítico superior, o que determinou as diferenças culturais. O isolamento das suas populações provocou necessariamente a acumulação gradual de dis-

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

tinções exteriores, secundárias, ligadas em certa medida às condições naturais de tal ou tal região.

Assim, a formação da espécie biológica do homem contemporâneo corresponde ao nascimento da comunidade baseada no clã, que atinge o seu apogeu nas épocas arqueológicas seguintes.

CAPITULO III

O APOGEU DO REGIME COMUNITÁRIO PRIMITIVO

1 — *Os principais caracteres da sociedade matriarcal*

No apogeu da sociedade primitiva, a forma social essencial era a comunidade baseada no clã, quer dizer, uma colectividade unida pelos interesses económicos e espirituais, a mesma origem e os mesmos laços de parentesco. Sendo a exogamia a lei fundamental, o clã não podia existir sem contacto com os outros clãs da mesma tribo endógama.

A comunidade primitiva de clã, nascida sob o regime do casamento por grupos, não podia ser senão matriarcal, ou seja, baseada nos laços de parentesco pelo lado materno. Daí resulta que no casamento por grupos, onde várias mulheres têm relações matrimoniais com vários homens, a paternidade não pode ser determinada: o filho conhece a mãe, mas não sabe quem é o pai. Ora, como em virtude da exogamia os parentes pertencem necessariamente a clãs diferentes, o filho faz sempre parte do clã materno e não é considerado como parente do pai.

O clã materno é o ponto de partida da comunidade de clã e, por consequência, uma etapa inevitável da evolução da sociedade humana. Sob o matriarcado, a mulher é igual ao homem na vida económica e social.

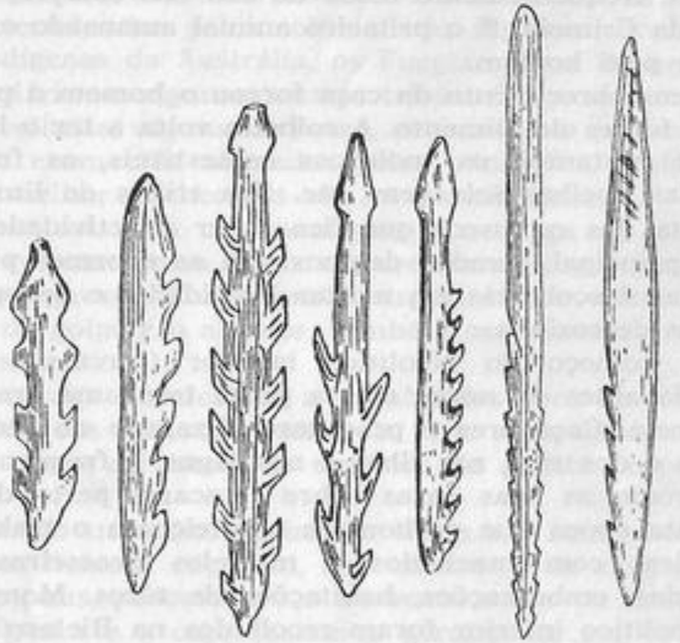
Historiadores burgueses esforçam-se por desmentir esta ideia sustentada por Engels. Assim, o etnógrafo alemão H. Schurtz pretendeu demonstrar que o homem foi sempre o chefe da família, «portador do princípio activo, criador», que o matriarcado não era senão uma anomalia. Estas asserções reaccionárias que visam «provar» a eternidade do papel subalterno da mulher são contrárias aos factos. Elas foram criticadas na literatura soviética, designadamente em *O Matriarcado* de M. Kosven. Os etnógrafos soviéticos A. Anissimov, A. Zolotarev e outros estabeleceram sobrevivências do matriarcado entre diversos povos do Norte da Ásia (evenkos, ultches, etc.) que a ciência burguesa considerava como representantes clássicos das relações patriarcais.

O apogeu do regime dos clãs data do Mesolítico e continua no Neolítico.

2 — *O desenvolvimento das forças produtivas. O Mesolítico e o Neolítico inferior*

No fim do Paleolítico superior, os glaciares começam a recuar; vastas extensões da Europa e da Ásia, ocupadas até aí pela estepe e a tundra, cobrem-se de espessas florestas. Os grandes rebanhos de herbívoros, que haviam servido de presa aos caçadores do Paleolítico superior, enfraquecem-se ou emigram para o Norte. O fim do período glaciar (cerca de doze mil anos antes da nossa era) e a extensão das florestas suprimem as condições habituais para a batida: o homem limita-se a apanhar a caça miúda e os animais não gregários, como o alce. Estas condições desfavoráveis tornam impossível o modo de vida sedentário, que havia sido adoptado nos tempos da caça frutuosa do mamute: de novo se era obrigado a nomadizar em busca do alimento.

Isso necessitava, em primeiro lugar, do aperfeiçoamento dos engenhos de caça: é por isso que o arco e as flechas, surgidos desde o Paleolítico superior entre os homens de Capsa e as tribos que lhe estavam próximas, se propagam por toda a parte no Mesolítico (do décimo segundo milénio ao sexto milénio antes da nossa era), afastando o arpão. O arco é uma arma mais aperfeiçoada do que a azagaia. A flecha disparada atinge o alvo com mais segurança e, no caso de falhar, pode atirar-se uma outra. O arco e as flechas garantem uma boa caça às aves.



Evolução da forma do arpão magdaliano

As estações mesolíticas encerram um grande número de micrólitos triangulares, trapezoidais ou em forma de segmento, com cabo de madeira ou de chifre, e que serviam nomeadamente de pontas de flechas. Muitas estações mesolíticas foram descobertas na Crimeia, no Donetz e em outros pontos da União Soviética. Nos campos das regiões arborizadas da U. R. S. S. (no Oka, por exemplo), as escavações puseram a descoberto pontas de flechas regularmente talhadas e encabadas.

Um resultado importante para o caçador nesta etapa é a domesticação do cão. As mais antigas ossaturas de cão doméstico que se encontraram remontam ao Paleolítico superior (Afontova Gora, perto de Krasnoiarsk); encontram-se frequentemente ossos de cão nas estações mesolíticas da Crimeia. É o primeiro animal amansado e domesticado pelo homem.

O empobrecimento da caça forçou o homem a procurar novas fontes de alimento. A colheita volta a ter o lugar de honra: juntam-se os moluscos comestíveis, os frutos, o mel das abelhas selvagens, etc. Nas tribos do litoral é a colheita dos moluscos que fica a ser a actividade económica principal, como o demonstram as enormes pilhas de conchas descobertas em muitas localidades e denominadas «restos de cozinha».

No começo do Neolítico inferior (cerca do quinto milénio antes da nossa era) a pesca tem uma grande importância. Caçadores e pescadores fixam-se no litoral dos mares e dos rios, nas ilhas e nos lagos, e frequentemente constroem as suas casas sobre estacaria perto dos rios. É nesta época que os homens aperfeiçoam o trabalho da madeira: com machados e martelos grosseiros fazem jangadas, embarcações, habitações de toros. Monumentos do Neolítico inferior foram recolhidos na Bielorrússia, na Estónia, no curso superior do Volga e em outras partes da U. R. S. S.

À medida que os glaciares recuam, os caçadores e os pescadores povoam novas regiões: é do Mesolítico que data o povoamento da Austrália e o da América, que se efectuou pelo estreito de Behring; no seu avanço para o Norte, os homens atingem as costas do Oceano Glacial Árctico perto de Murmansk.

Os dados da etnografia permitem relembrar de um modo mais concreto a sociedade primitiva do Mesolítico e do Neolítico inferior, pois alguns dos aglomerados humanos estudados guardaram os seus vestígios. Por certo que percorreram um longo caminho histórico; as suas relações sociais e a sua ideologia diferem sensivelmente das formas primitivas da sociedade e da ideologia constituídas no apogeu do matriarcado. Mas em condições naturais desfavoráveis, conservaram uma técnica e uma economia arcaicas e por vezes mesmo regressaram aos instrumentos do Paleolítico.

Aos grupos étnicos mais atrasados partenciam os Tasmânios, exterminados pelos colonialistas ingleses cerca de 1880, os indígenas da Austrália, os Fuegianos, os Bushman do Sul da África e algumas outras tribos. Ocupavam-se da caça e da colheita, alguns da pesca, e viviam em pequenos grupos que eram clãs alterados pelas condições desfavoráveis. Os melhor conhecidos são os Australianos.

Utilizavam na caça o «boomerang», a maça de arremesso e o «womar» com ponta endurecida ao fogo; para o lançar empregavam um engenho especial que aumentava a força do golpe e o alcance; também manejavam o machado de pedra.

À parte a caça, praticavam a apanha dos ovos de cisne, dos caracóis, das rãs, das raízes; a crer num etnógrafo, conheciam perto de trezentas espécies de plantas comestíveis.

A divisão do trabalho, segundo a idade e o sexo, estava em vigor: os homens caçavam, as mulheres e as crianças, armadas de paus, procuravam o alimento sobre ou dentro do solo. A pesca e a caça faziam-se geralmente em colectividade.

As condições desfavoráveis do continente australiano forçavam os habitantes a mudar constantemente de residência em busca de água ou de alimento; para se abrigarem do frio e do vento, levantavam resguardos ou cabanas ligeiras, se bem que fossem capazes de construir choupanas mais sólidas com ramaria e com casca de eucalipto. As suas roupas, muito primitivas, reduziam-se às vezes a um feixe de ervas ligado à cinta.

Os Australianos viviam em grupos de quarenta indivíduos que se deslocavam num «território alimentar» determinado, interdito aos «estrangeiros». À frente do grupo havia anciãos.

3 — *O Neolítico superior*

O Neolítico superior é caracterizado por uma nova técnica do trabalho da pedra: polimento, perfuração e serragem. O polimento fazia-se em lajes de argila arenosa onde se deitava areia humedecida. A perfuração efectuava-se por meio de verrumas de sílex ou tubos (caule de junco resistente, osso oco), torneados primeiro à mão, depois com o auxílio de uma corda de arco; sob a ponta da verruma deitava-se areia húmida. O polimento e a perfuração das rochas duras são um processo muito longo: o fabrico de um bom machado por este processo podia levar vários anos. Também a maior parte dos instrumentos da época moldava-se pelo antigo processo de corte e retoque.

A maioria das tribos do Neolítico superior continuava a viver da caça, da pesca e da apanha. No Norte da parte europeia da U. R. S. S. a ocupação principal era sobretudo a pesca e a caça dos animais aquáticos. As estações neolíticas desta região eram geralmente vizinhas da água: os homens habitavam cabanas escavadas na terra ou casas sobre estacaria, na margem de lagos. A caça grossa (alces, etc.) desempenhava um certo papel económico.

A economia baseada na caça e na pesca, na época do Neolítico superior, existia em outros pontos do território da U. R. S. S.: nas costas do Mar de Azov, à volta de Baikal, na Ásia central.

Nas margens do Amu-Daria, o investigador soviético S. Tolstov descobriu vestígios da cultura baseada na pesca e na caça, à qual chamou civilização de Kelteminar (desde o fim do quarto até ao princípio do terceiro milénio da nossa era).

Diferentes zonas do globo terrestre foram longo tempo povoadas por tribos cuja cultura material conservava o carácter neolítico. Assim, no fim do século XVII, o viajante cossaco V. Atlassov encontrou em Kamtchatka os itelmenos, cujo regime foi depois descrito em detalhe pelo eminente explorador S. Kracheninnikov. Os Itelmenos fabricavam machados de pedra, ocupavam-se da pesca, da caça e da apanha. Domesticavam e criavam um grande número de cães de tiro e levavam uma existência sedentária nos campos fortificados.

Os materiais da etnografia dão-nos uma ideia completa da caça, da pesca e da apanha entre as tribos primitivas. A caça exigia muito esforço, engenho e sangue-frio: ficava-se muito tempo no lugar da espera e seguia-se a pista da caça através de uma distância enorme. Os caçadores imaginavam toda a espécie de armadilhas: alçapões cobertos de terra; dispositivos que bastava aflorar para que os toros caíssem sobre o animal e o esmagassem contra a terra; armadilhas e redes para as aves e os veados. Sabiam aproximar-se da caça às escondidas, disfarçados de pele de animal, e chamá-lo imitando os seus gritos. Um notável sucesso dos caçadores nórdicos é a invenção dos skis permitindo perseguir o animal através dos campos de neve.

Para a pesca, utilizavam-se barragens nos rios, armadilhas, anzóis (que aparecem desde o Mesolítico); apanhava-se o peixe com nassas, azagaias e arpões.

A evolução da colheita levou à formação de tribos que J. Lips denomina «colhedores». Desde o fim do Mesolítico, a bacia oriental do Mediterrâneo foi habitada por povos pertencentes à civilização chamada «natufianna» (sexto milénio antes da nossa era), que recolhiam as espigas dos cereais selvagens; essas tribos tornam-se ainda mais numerosas no Neolítico.

A etnografia dá-nos melhor a conhecer os costumes dos «colhedores» que colhem o arroz selvagem regularmente ou recolhem os pinhões de cedro e a bolota. Na época da maturação da bolota, os índios da Califórnia iam, em aldeias inteiras, para os azinhais: os homens sacudiam a bolota com pauladas, as mulheres levavam-na em cestos, descascavam-na e secavam-na para com ela constituírem provisões que guardavam nas cabanas construídas nas árvores ou sobre estacaria. Com a bolota esmagada preparavam bolas e coziam como papa para os cabazes. Os colhedores conheciam diversos modos de conservação dos géneros, designadamente a fermentação. Bem entendido, a caça permanecia uma fonte importante de alimentação.

Por outro lado, o Neolítico superior é assinalado pelo nascimento da agricultura e da criação de animais domésticos da fauna primitiva.

O geógrafo e etnógrafo alemão E. Hahn formulou uma teoria idealista do aparecimento da agricultura e da criação de gado, visando explicar esse progresso através de ideias religiosas. Segundo ele, a criação de gado resultaria da zoolatria e teria começado com a domesticação do animal venerado. Quanto à agricultura, teria nascido do culto da terra alimentadora, e o amanho derivaria do rito sagrado da fecundação do solo.

Mas nós não temos necessidade de nos dirigirmos aos ritos para compreender como é que a «colheita selvagem» dos colhedores conseguiu gradualmente ceder o lugar à agricultura primitiva, à plantação dos vegetais; pela selecção artificial, a hibridação e a criação de condições propícias (cava da terra, irrigação, estrumação), os homens melhoraram pouco a pouco as espécies. No princípio, os cultivadores trabalhavam a terra com o pau pontiagudo utilizado para a apanha; depois inventou-se a enxada. Os colhedores criaram assim a faca para ceifar e o almofariz para o grão.

Semeavam frequentemente os terrenos pantanosos, ricos em limo e inundados durante as cheias. A terra fértil, abundantemente impregnada de água, fornecia boas colheitas. Noutro sítio, estendiam-se para este efeito através dos bosques. Era uma necessidade penosa: os silvados e as matas de corte podiam ser cortados com o machado de pedra, mas era impossível deitar abaixo grandes árvores; tiravam-lhes a casca e os seus troncos mortos ficavam nos campos, por aqui e por acolá. Queimavam a madeira seca e estendiam a cinza à guisa de adubo. Ao fim de alguns anos, quando a terra se esgotava, desbravavam outro sector. É aquilo a que se chama a cultura das clareiras.

As origens da criação são menos claras. Em todo o caso, supõe um modo de vida sedentário e podia muito bem ter surgido entre os colhedores. No princípio, os animais capturados constituíam uma vivente reserva de alimentos: metiam-nos num recinto onde um ou outro era domesticado casualmente. Passou muito tempo antes que os homens tivessem conseguido fazê-los reproduzirem-se em cativeiro. A domesticação não tinha, todavia, valor económico; a verdadeira criação de gado data da época em que teve início a domesticação dos animais selvagens, a criação de raças novas, domésticas. Esta transição, devida à actividade consciente do homem, foi extremamente lenta.

UNICAP
B C

A agricultura primitiva, nascida da colheita, incumbia sobretudo à mulher, enquanto que a criação de gado, derivada da caça, foi essencialmente a função do homem. Assim, o desenvolvimento destes dois ramos da economia estimulou ainda a divisão do trabalho segundo o sexo.

A agricultura e a criação de gado são de início embrionários. A sua evolução e a sua preponderância na economia são raramente observadas no Neolítico: seja como for, é o início de uma nova etapa da História.

Os partidários da teoria dos «círculos culturais», por exemplo, o etnógrafo alemão O. Menghin, pretendem que a agricultura e a criação de gado se constituíram no mesmo local, de onde teriam espraiado para outras regiões. Ora, o trabalho da terra e a domesticação dos animais começaram em pontos diferentes, tanto no Mundo Antigo como no Novo.

As primeiras sedes da agricultura e da criação situam-se no Nordeste da Africa, no Oeste do Irão e no vale do Indo. Os vestígios do Neolítico superior no vale do Nilo, que remontam ao quinto milénio antes da nossa era, atestam que a população sedentária do Nordeste da África criava carneiros, vacas e porcos e semeava a espelta e a cevada. Mas a caça e a pesca continuaram durante muito tempo a desempenhar um papel importante.

No território da U. R. S. S., os mais antigos vestígios da agricultura e da criação de gado foram descobertos na Turquemênia, nos estratos da colina de Anau (quarto milénio antes da nossa era), onde foram encontrados ossos de vaca, de porco e de carneiro, bem como restos de cevada e de trigo. Nos finais do quarto e do terceiro milénios, a agricultura surgiu na Transcaucásia e no Ural: numerosas picaretas de osso e de chifre na estação neolítica da «Flecha» (perto de Nijni-Taguil, no Ural) testemunham que a agricultura existia aí nos recuados tempos da Pré-história.

No terceiro milénio antes da nossa era, certas tribos da Europa cultivavam o trigo, a cevada, o milho-painço, as lentilhas, a ervilha, a cenoura e sem dúvida as macieiras. Os povos do Próximo Oriente conheciam então muitas plantas hortícolas e frutícolas: a tamareira, a oliveira, a

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

vinha, a figueira, a abóbora, a cebola, o alho, a alface, o sésamo.

Os primeiros animais domésticos espalhados na zona das florestas são o porco e a vaca; a criação do carneiro desenvolve-se mais tarde.

Povos atrasados da América e da Oceânia praticaram durante muito tempo a cultura primitiva da terra, sem poderem dedicar-se à criação de gado, devido à falta de animais susceptíveis de seerm domesticados e em virtude de outros factores naturais desfavoráveis. Assim os Papuas da Nova-Guiné, estudados pelo eminente investigador Mikhukho-Maklai, eram mais evoluídos que os Itelmenos, porque cultivavam já hortas. Embriões de agricultura existiam entre as numerosas tribos de caçadores do Brasil; quanto a certos índios da América do Norte, já conheciam o feijão, o milho, a abóbora, o tabaco.

4 — *Instrumentos e armas no apogeu do regime dos clãs*

Os dados arqueológicos e etnográficos elucidam-nos, até um certo ponto, sobre a sociedade humana no apogeu do regime dos clãs. O homem nesta época é nitidamente superior aos seus antepassados fósseis, que tinham como único instrumento pontas toscamente talhadas à mão. A experiência de numerosas gerações conduziu à criação de instrumentos variados e complexos.

Instrumentos e armas eram feitos de diversas rochas, sobretudo de sílex, assim como de madeira, de chifre e de osso, de conchas, de fibras, de pele, etc. Na caça utilizavam toda a espécie de armadilhas. A azagaia e o dardo tinham pontas de pedra ou de osso; para aumentar a força do golpe e o seu alcance utilizavam uma tabuinha de lanço semelhante à dos Australianos. Uma invenção interessante é o «boomerang», usado pelos Australianos e certos povos da Índia e da América do Norte: é uma peça de madeira recurvada que voa, girando, e atinge a vítima de chofre; há algumas que regressam ao pé do caçador, se o golpe falhar.

O arco e as flechas são a arma mais corrente deste período. Havia arcos simples de madeira de uma só peça, e outros compostos de folhas de madeira, de chifre e de osso. As suas dimensões, muito variáveis, atingiam por vezes a altura de um homem. A corda fabricava-se com tendões ou fibras vegetais; as flechas eram geralmente de madeira ou de junco, com pontas de pedra ou de osso, e com plumas que lhe regulavam o voo. As maneiras de atirar eram muito diversas. Para atirar às aves, por exemplo, alguns caçadores deitavam-se no chão, com o arco apertado entre as pernas, segurando a corda com ambas as mãos. Muitas tribos envenenavam as flechas, e os índios norte-americanos serviam-se de flechas incendiárias.

Ainda não existia grande diferença entre as armas de caça e as de combate; os «tomahawks» dos peles-vermelhas eram frequentemente muito utilizados como machados domésticos. Um papel especificamente militar cabia, todavia, à arma defensiva: o escudo, de formas e dimensões muito variáveis, de madeira, de ramos entrelaçados, de pele, de folhas de palmeira, de juncos, etc.

Os instrumentos agrícolas eram não menos diversos. Revolvia-se a terra com picaretas que se reduziam às vezes a um simples pau com galhos, e eram feitas, em outros casos, de uma lâmina de pedra ou de haste de veado com braço de madeira. Para ceifar, pegavam em facas ou foicinhas de madeira ou argila, nas quais ajustavam uma placa cortante. Batiam o trigo com paus e para moer o grão empregavam almofarizes, grandes lajes cujos rebordos eram por vezes alteados, e ainda pilões ovais.

Os homens do Neolítico fabricavam instrumentos especializados, quase sempre polidos: buris, machados, facas, enxós, etc. O machado polido adaptava-se a um braço côncavo que fechava de qualquer modo a pedra; depois fixava-se com correias e pez. O machado perfurado metia-se num braço direito. O aparecimento destes instrumentos que permitiam aos homens deitar abaixo grandes árvores favoreceu a evolução da construção e afinou a arte de trabalho em madeira.

Para o fabrico dos tecidos foi inventado um fuso cuja extremidade inferior era munida de um bilro de pedra ou de argila; depois surgiu o ofício de tecelão, como o atestam os achados neolíticos do vale do Nilo; as vestimentas eram cosidas com agulhas de osso.

Nas migrações as pessoas levavam consigo as bagagens; o meio de transporte mais simples era o trenó atrelado com cães, sobre o qual se colocava a tenda e os utensílios domésticos rudimentares. Desde o quarto milénio antes da nossa era utilizavam-se os burros como bestas de carga. Para navegar nos rios e lagos havia desde o Mesolítico, embarcações feitas de um tronco de árvore escavado ou pranchas com casca.

5 — *A habitação, os utensílios, o vestuário*

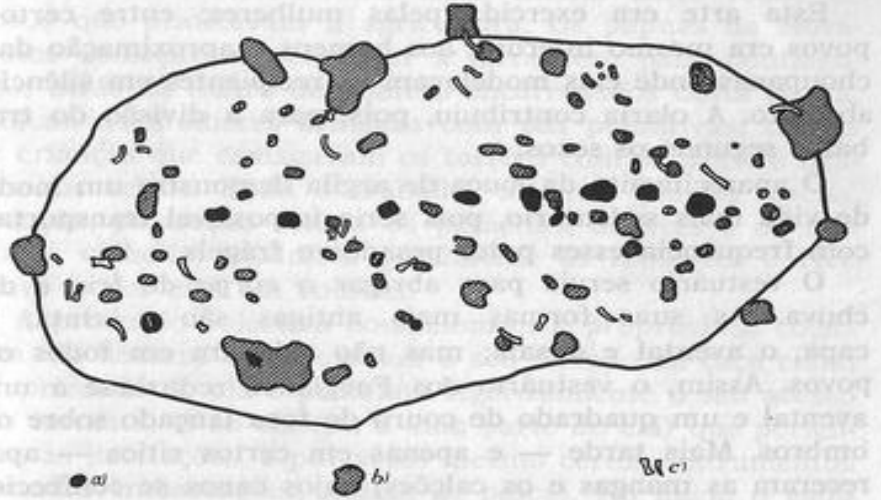
A cabana escavada na terra, que estava em uso no Paleolítico, permanece no Neolítico como a forma principal de residência da zona temperada.

Além disso, há a tenda com varas compridas recobertas de peles, de casca de bétula e, nos trópicos, de folhas de palmeira. Vê-se surgir depois a casa disposta rectangularmente ou em oval, com muros e tecto. Os habitantes da zona temperada da Europa construíam geralmente as suas casas com toros; por vezes as paredes eram sebes revestidas de uma mistura de argila e estrume. Cobriam-se as casas com folhas, juncos, cascas de bétula e torrões de terra; a parte do tecto era inclinada para escoar as águas da chuva.

Na península dos Balcãs construía-se com taipa; na ilha de Creta com blocos calcários; aqui, o tecto era chato, destinado a receber a água da chuva e não a escoá-la. Sobre o solo de terra batida estendiam-se cascas de bétula ou esteiras.

Elevavam-se as casas sobre estacaria, geralmente nas regiões pantanosas, nos lagos, mas também nos lugares secos, para se abrigarem dos animais ferozes e dos inimigos. Sobre a estacaria fixava-se uma plataforma em madeira onde se construía a cabana. Escavações realizadas na Suíça puseram à luz do dia restos destas palafitas, cujos habitantes fabricavam utensílios neolíticos, viviam da agricultura e da pastorícia.

As primeiras casas não tinham portas nem janelas: uma simples esteira fechava a entrada. Mas desde o Neolítico as tribos do Próximo Oriente tiveram portas de madeira que giravam em ninhos de pedra. Se a lareira se encontrava no interior, abria-se por cima um buraco para o escape do fumo. A iluminação era de candeia (uma mecha nadando num recipiente cheio de gordura) e com aparas de madeira.



Plano de uma grande casa comunitária nas margens do Don. Estação de Kostenki I

***a*) lareiras; *b*) armazéns e fossas de utilização doméstica; *c*) ossos de animais**

As pessoas dormiam sobre a terra, em cima de uma cama de ramos, de peles ou de esteiras, ou em macas. À guisa de almofada colocavam sob a cabeça um suporte de madeira e por vezes um pequeno banco delicadamente esculpido. As regiões do Norte só conheceram o leito no Neolítico. As pessoas sentavam-se sobre esteiras ou peles; os bancos, por outro lado, são de origem bastante antiga.

A louça era de couro, madeira, ramos entrelaçados ou de casca. O caule côncavo do bambu e a cabaça serviam também de recipientes. Mas só a invenção da cerâmica (olaria) permite cozer sistematicamente a comida, o que enriquece em grande medida a escolha dos alimentos e os torna mais assimiláveis. Um dos processos mais arcaicos na olaria consistia em moldar, em argila misturada com areia, rebordos que se sobrepunham por anéis ou em espiral. Os vasos assim obtidos eram cozidos ao fogo. Tinham fundo bicudo ou redondo.

Esta arte era exercida pelas mulheres; entre certos povos era mesmo interdita aos homens a aproximação das choupanas onde elas modelavam os recipientes em silêncio absoluto. A olaria contribuiu, pois, para a divisão do trabalho segundo os sexos.

O aparecimento da louça de argila demonstra um modo de vida mais sedentário, pois seria impossível transportar com frequência esses potes pesados e frágeis.

O vestuário servia para abrigar o corpo do frio e da chuva. As suas formas mais antigas são a cinta, a capa, o avental e a saia; mas não existiam em todos os povos. Assim, o vestuário dos Fuegianos reduzia-se a um avental e um quadrado de couro de foca lançado sobre os ombros. Mais tarde — e apenas em certos sítios — apareceram as mangas e os calções, cujos canos se confeccionavam separadamente e se fixavam por atilhos especiais. A blusa e calções de uma só peça são de origem ainda mais recente. A matéria do vestuário, muito variada, dependia das condições naturais: utilizavam peles, folhas de árvore, cascas, juncos; e após a invenção da fiação e tecelagem, houve vestidos de lã e tecidos de fibras vegetais: ortigas, linho, cânhamo, algodão.

O calçado cujo uso, posterior ao do vestuário, se limitava a certas regiões, era de couro, de pele, e algumas vezes de madeira e tomento.

6 — *A organização da produção*

No apogeu do regime dos clãs, a forma essencial de produção é a cooperação simples, o trabalho em comum dos membros do clã. As batidas, a pesca ao anzol, a apanha organizada, todos estes trabalhos referidos não podiam ser realizados senão em colectividade.

O desenvolvimento da agricultura primitiva, longe de suprimir o carácter colectivo do trabalho, ainda o consolida: as dificuldades que passavam para cultivar o solo com instrumentos rudimentares (machado de pedra para arrotear, picareta de madeira ou simples pau para surribar a terra) impunham a união dos esforços.

O trabalho colectivo da terra existia entre todos os povos que praticavam a agricultura. Os papuas da Nova-Guiné começavam por cavar a terra com paus pontiagudos; atrás da fileira de homens encarregados desta tarefa, vinham as mulheres armadas com pás primitivas; depois as crianças que esmagavam os torrões com as mãos e tiravam os seixos. Todo o trabalho ulterior (plantio, sacha, vedação, protecção contra os parasitas, as aves e os roedores, colheita) incumbia geralmente às mulheres e efectuava-se por elas em comum.

A produção colectiva condicionava a propriedade colectiva. Os homens consideravam o seu terreno de caça como propriedade do clã e proibiam rigorosamente o seu acesso aos intrusos. É ao clã (ou a uma parte do clã) que pertencem as habitações, e por vezes mesmo certos instrumentos (grandes embarcações, anzóis de pesca). No início o gado devia ser, também ele, propriedade colectiva. Enfim, os materiais etnográficos demonstram que certos aglomerados populacionais (por exemplo os nivkhes e os evenkos) consideravam o fogo como propriedade do clã e não permitiam que fosse cedido senão à parentela.

Mas a maior parte dos instrumentos era propriedade pessoal. O arco e as flechas, as picaretas, os machados, etc., pertenciam àquele que os fizera e os utilizava. O mesmo se pode dizer dos adereços. E foi desde cedo o caso do gado. Todavia, a propriedade pessoal dos instrumentos de trabalho, do gado e dos adereços estava sujeita à propriedade colectiva do meio de produção essencial: a terra. Os objectos pessoais nem sempre podiam ser livremente transmitidos: a sua herança permanecia geralmente no seio do clã; o que matava o seu porco devia oferecer carne aos parentes; ninguém podia acumular, pois o consenso determinava que se distribuísse o supérfluo pelos membros do clã.

A vida caseira tinha também um carácter comunitário. O alojamento fazia-se em casas que abrigavam mesmo centenas de pessoas. A forma inicial da grande residência é representada pelas moradas da civilização de Kelteminar, do curso inferior do Amu-Daria, reconstituídas por S. Tolstov; era uma vasta habitação em forma circular, no meio da qual ardia permanentemente um lume. As famílias acasaladas aí faziam a sua cozinha, em pequenos lares dispostos a toda a volta, e aí dormiam.

Na mesma época, as tribos neolíticas da Europa Central, que trabalhavam a terra à picareta nas regiões arborizadas do Danúbio e do Reno, construíam grandes casas (até 35 metros de comprimento) com paredes de argila, elevadas sobre barrotes. Gradualmente, no curso do terceiro milénio antes da nossa era, as dimensões das moradas reduzem-se, e no fim do Neolítico o tipo mais corrente é a pequena cabana de ramaria.

A etnografia inicia-nos na vida caseira e nos costumes dos habitantes das «casas compridas». Conta Morgan que os Iroqueses viviam em grupos numerosos nas casas compridas de toros, previstas para cinco até vinte famílias aparentadas. Cada família tinha o seu compartimento, que dava para um corredor central onde se encontravam as lareiras. O grande grupo tinha a sua vida caseira em comum: todos os frutos da caça, da pesca e da agricultura eram postos à disposição da colectividade. Mas nos Iroqueses observava-se um início de individualização da produção, permitindo a caça ao arco que o homem procurasse o alimento isoladamente. A cultura das hortas era parcialmente individual, mas também existia a repartição de lotes entre as famílias. A tribo também não deixava de guardar os seus direitos sobre a terra; todo o jovem índio que se casasse recebia da tribo um lote inalienável, retirado no território comum.

Assim, no apogeu do regime dos clãs, é pois a produção e a vida caseira colectivas que predominam; mas à medida que se desenvolvem as forças produtivas, a produção individualiza-se, o que conduz a um certo isolamento das famílias aparentadas. As pequenas cabanas dos agricultores do Danúbio, no Neolítico superior, são disso uma prova. Todavia, a propriedade dos meios essenciais da produção permanece nas mãos do clã.

A divisão do trabalho segundo os sexos, cuja origem remonta ao Paleolítico, é cada vez mais consolidada pelo desenvolvimento das novas formas de economia. A caça e a criação de gado que dela deriva são função do homem, enquanto que a mulher se dedica à apanha, à cultura do solo e se ocupa dos trabalhos caseiros, neles se incluindo a olaria. Daí resultam associações masculinas e femininas distintas, que têm os seus locais e as suas festas próprias.

7 — *O clã materno*

A unidade fundamental da sociedade era o clã materno. A agricultura e a cerâmica deram mais importância ao papel económico da mulher, e no apogeu do regime dos clãs a mulher ocupa mesmo, às vezes, uma posição superior à do homem.

Os costumes dos Iroqueses, como mostrou Morgan, apresentavam traços nitidamente matriarcais; após o casamento, o marido passava para o clã da mulher e instalava-se na sua «casa comprida». Se era preguiçoso demais em trazer a sua parte de alimentos, podia ser expulso, mesmo que fosse pai de família numerosa, a menos que uma tia ou uma avó influente intercedesse em seu favor. Os filhos dos Iroqueses pertenciam ao clã da mãe.

No apogeu do regime dos clãs, a família aparentada consolidara-se, sem chegar, todavia, a ser a célula dirigente da sociedade. Como, em virtude da exogamia, os esposos pertenciam a clãs diferentes, após a desagregação da família os seus bens eram repartidos entre as duas colectividades. A família aparentada não tinha, geralmente, território alimentar: os bens permaneciam separados; o marido era frequentemente ligado por interesses económicos aos membros do seu clã e participava na sua actividade produtiva. A família dependia, pois, de uma união conjugal instável, momentânea; o casamento contratava-se sem formalidades particulares e quebrava-se facilmente, a pedido de um dos esposos. Sobrevivências do casamento por grupos mantinham-se sob a forma de adultério legitimado, o levirato (obrigação de a viúva casar com o irmão do defunto) ou o sororato (direito concedido ao homem de casar com uma irmã da sua mulher, após esta ter falecido).

Os membros do clã habitavam em conjunto ou formavam vários lares, chamados «grandes famílias maternais». Tinham direitos determinados. Todos, homens e mulheres, elegiam e, em caso de necessidade, destituíam o seu chefe e o comandante militar nomeado para o tempo das hostilidades. Os membros do clã deviam ajudar-se e defender-se mutuamente. O clã tinha as suas festas religiosas e as suas necrópoles.

Uma organização social mais vasta era a fratria (confraria), composta por várias tribos (originariamente em número par). Era um clã aumentado e depois fraccionado. A solidariedade dos seus membros manifestava-se através de um conselho geral e de festas comuns; logo que houvesse conflito armado, a fratria constituía unidade de combate. O elo seguinte da sociedade primitiva era a tribo, que possuía um território separado das regiões vizinhas por uma zona neutra, de ordinário arborizada, a sua própria língua e um culto à parte. O conselho da tribo, abrangendo os chefes de clãs e os chefes militares, declarava a guerra e concluía a paz, mas as decisões deviam ser sempre tomadas por unanimidade. O chefe da tribo, que era normalmente um chefe de clã, não tinha grandes poderes.

O prestígio do chefe dependia das suas qualidades pessoais: habilidade na caça, valentia no combate, sensatez, hospitalidade, etc. Os seus poderes não eram hereditários; baseavam-se na aprovação pública e não na força material.

UNICAP
B C

O chefe podia sempre ser destituído. Não mais feliz que os outros, devia partilhar com os do seu clã os despojos da caça e os produtos da agricultura, o que contribuía para reforçar a sua autoridade.

Dedicava-se um grande respeito às mulheres, que assumiam a direcção do lar e eram consideradas as verdadeiras organizadoras da actividade produtiva da grande família materna; os próprios chefes deviam contar com elas.

A organização do clã é inteiramente democrática: todos são iguais e livres. Os homens primitivos não estabeleciam distinção entre os deveres e os direitos: participar na produção, nas reuniões, nas campanhas militares é tanto um direito como um dever. E ainda que essa actividade seja benévola, a recusa em tomar parte nela expõe o homem a um desdém que o conduz praticamente ao desterro da sociedade. Mas seria mau idealizar esta época. A insuficiência das forças produtivas e a opressão da personalidade na rude luta com a natureza traduziam-se por costumes cruéis, particularmente a condenação à morte nos recém-nascidos deficientes.

O clã e a tribo são instituições fechadas. Enquanto que os litígios internos são regulados pela assembleia dos membros do clã, as ofensas feitas aos representantes de um outro clã provocam a vingança: todo o clã toma a defesa do ofendido. Ainda mais fechada é a tribo: tudo o que lhe é exterior está fora da lei.

Falando da guerra na sociedade primitiva, os autores burgueses reaccionários comprazem-se em sublinhar a «ferocidade» através de histórias de escalpos, de caçadores de cabeças, de antropofagia, de torturas, etc. Ora esses factos, bastante raros na origem, multiplicam-se somente sob a influência dos colonialistas europeus, interessados em excitar as tribos umas contra as outras. Não é sem razão que Miklukho-Maklai assinalava o temperamento pacífico dos Papuas.

Se os investigadores burgueses exageram o papel das guerras na sociedade primitiva, isso é para demonstrar que elas existiram sempre e para justificar a ideologia dos in-

UNICAP BIBLIOTECA CENTRAL

cendiários. Na realidade, a guerra não é um fenómeno natural. Os Australianos, por exemplo, quase nunca se batiam e os seus combates desenrolavam-se sob os olhos dos anciãos, que gritavam «basta!» quando as coisas iam longe demais. Assim, essas «guerras» eram raramente sangrentas. É pelo fim da época em que o regime dos clãs estava no seu apogeu, que os conflitos armados se tornaram mais frequentes e mais cruéis. À medida que se afirma o modo de vida sedentária e que as provisões se acumulam, a tribo confinada ao seu território mostra-se mais hostil para com os vizinhos. As guerras são acompanhadas muito frequentemente de desvastações e de massacres. Não é por acaso que as aldeias dos clãs são desde então cercadas por muralhas de estacas ou construídas em localidades pouco acessíveis.

Por vezes, os vencidos aderem a um clã da tribo vitoriosa. Durante a cerimónia, um dos cativos toca ao de leve com os seus lábios o seio de uma mulher idosa, para simbolizar o parentesco pela linha materna.

A estreiteza do regime dos clãs aparece, enfim, no facto de as tradições asfixiarem os interesses do indivíduo, entravarem a sua liberdade, o seu espírito de iniciativa. A evolução ulterior devia passar pela desagregação do regime comunitário primitivo.

8 — *A cultura espiritual no apogeu do regime dos clãs*

O crescimento das forças produtivas assegurava o desenvolvimento da vida espiritual da humanidade. O aperfeiçoamento dos engenhos de caça e de pesca, a domesticação do gado e a cultura das plantas, a afinação da perfuração, da serragem e do polimento da pedra, a construção das casas, a cerâmica, a tecelagem — tudo isso aumentava, pouco a pouco, a experiência técnica do homem e enriquecia o seu espírito.

O progresso do pensamento humano manifesta-se sobretudo pela formação das ideias abstractas, para a qual contribui grandemente a iniciação à arte do cálculo. Nas primeiras etapas da história, os homens raramente sabiam contar além de dois ou três. Uma excelente memória fazia-lhes as vezes de cálculo até um certo ponto: lembravam-se de cada carneiro, cada árvore de fruto; mas ainda não tinham a noção abstracta do número de árvores ou de carneiros. O cálculo não se desenvolve senão num período bastante avançado da evolução do pensamento.

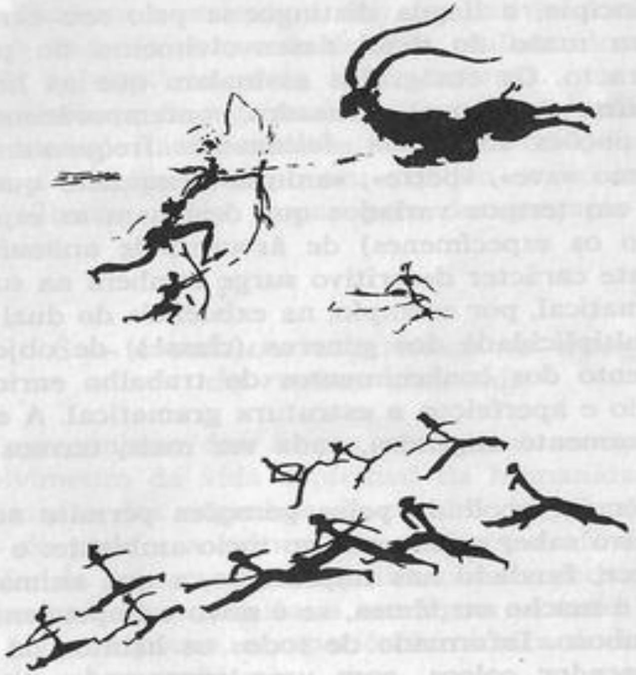
A experiência adquirida em matéria de produção influi directamente sobre a língua. As obras dos fundadores do marxismo-leninismo revelam a essência e a particularidade da língua enquanto fenómeno social e abrem à luz o complexo problema do seu desenvolvimento.

É precisamente do facto de estar estreitamente ligada à actividade produtiva do homem que a língua sofre a influência directa das transformações operadas na produção. No princípio, a língua distingue-se pelo seu carácter concreto, em razão do débil desenvolvimento do pensamento abstracto. Os etnógrafos assinalam que as línguas da maior parte dos povos atrasados contemporâneos são pobres em noções abstractas: faltam-lhes frequentemente palavras como «ave», «peixe», «animal», enquanto que são abundantes em termos variados que designam as espécies (assim como os especímenes) de árvores, de animais, de aves, etc. Este carácter descritivo surge também na sua estrutura gramatical, por exemplo, na existência do dual e do trial, na multiplicidade dos géneros (classes) de objectos, etc. O aumento dos conhecimentos do trabalho enriquece o vocabulário e aperfeiçoa a estrutura gramatical. A evolução do pensamento engendra, cada vez mais, termos abstractos.

A experiência recolhida pelas gerações permite ao homem primitivo saber orientar-se no meio ambiente: o caçador reconhece, fundado nas impressões, a que animal diz respeito, se é macho ou fêmea, se é novo e imprudente ou velho e manhoso. Informado de todos os hábitos da caça grossa, o caçador coloca, com uma consumada arte, as armadilhas nos lugares apropriados. O rasto dos animais selvagens anunciam-lhe a chegada da Primavera. Inúmeras associações e relações lógicas entre os fenómenos, conservados pela memória, constituem a experiência da humanidade primitiva.

É assim que se desenvolvem os conhecimentos positivos do homem, as suas ideias sobre si mesmo e sobre o mundo que o cerca. As longas marchas através das estepes e das florestas obrigam-no a orientar-se pelas estrelas e, por conseguinte, a reter a «carta das estrelas», a disposição dos astros no céu. Aprende também rapidamente a traçar, sobre a areia ou sobre cascas, cartas geográficas rudimentares.

A agricultura habitua o homem às estações que é preciso tomar em consideração para efectuar a tempo os trabalhos, as sementeiras, por exemplo. A observação das estações do ano conduz à criação de um calendário primitivo, onde os meses (geralmente lunares) não são sempre iguais.



Cena de caça ao cabrito montês e grupo de guerreiros. Pinturas rupestres na costa mediterrânica da Espanha

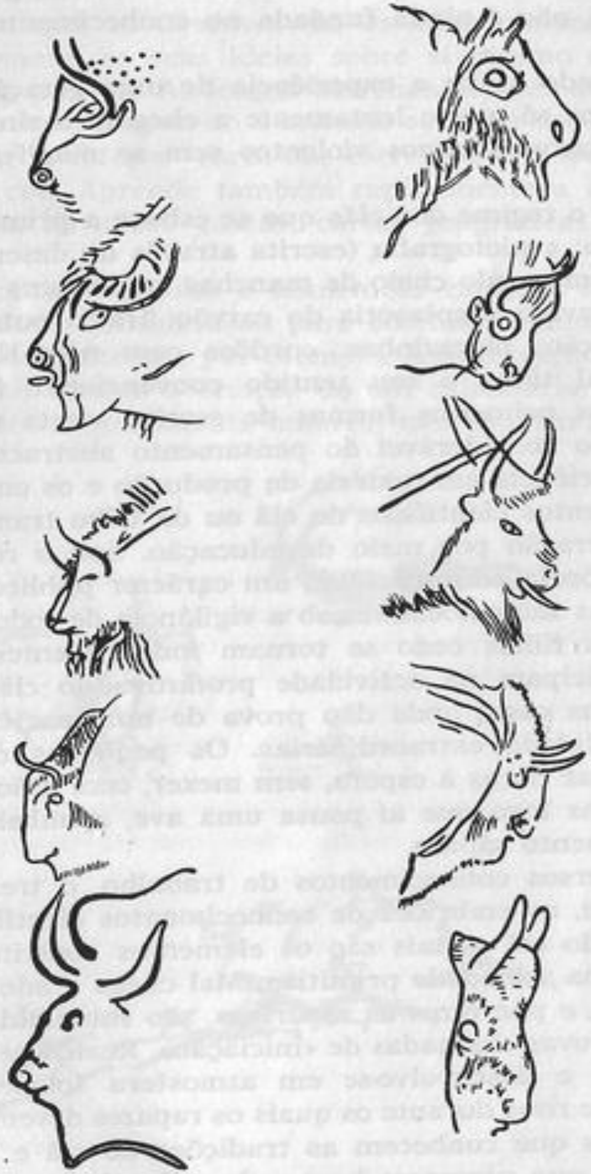
Para tratar as doenças recorrem às ervas medicinais, às massagens, etc. Mas esta medicina elementar, puramente empírica, não é ainda fundada no conhecimento do corpo humano.

Reunindo assim a experiência de uma geração à outra, os homens só muito lentamente a chegam a sintetizar: sabem preparar venenos violentos sem se manifestar a sua acção.

É sob o regime dos clãs que se esboça a primeira forma de escrita: a pictografia (escrita através do desenho). Desenhando um cavalo cheio de manchas, os homens primitivos representavam a epizootia do carvão. Havia outros modos de inscrição: placazinhas, cordões com nós. Neste caso, cada sinal tinha o seu sentido convencional. O aparecimento das primeiras formas de escrita atesta um desenvolvimento considerável do pensamento abstracto.

A experiência em matéria de produção e os embriões de conhecimentos científicos do clã ou da tribo transmitem-se à nova geração por meio da educação. Sob o regime dos clãs, a própria educação tem um carácter público: rapazes e raparigas são colocados sob a vigilância de todos os mais velhos. Os filhos cedo se tornam independentes e desde cedo participam na actividade produtiva do clã, designadamente na caça, onde dão prova de uma paciência e de uma habilidade extraordinárias. Os pequenos congoleses podem estar horas à espera, sem mexer, com grãos na mão aberta: mas logo que aí pousa uma ave, apanham-na com um movimento rápido.

Os diversos conhecimentos de trabalho, o treino físico e a higiene, os embriões de conhecimentos científicos e as tradições do clã — tais são os elementos constitutivos da educação na sociedade primitiva. Mal chega a adolescência, os rapazes, e por vezes as raparigas, são submetidos a uma série de provas chamadas de «iniciação». Realiza-se na época das festas e desenvolve-se em atmosfera solene. É uma sucessão de ritos durante os quais os rapazes devem mostrar não apenas que conhecem as tradições do clã e da tribo, mas ainda que suportam bem a dor: flagelam-nos, partem-lhes os dentes, fazem-lhes incisões profundas, e por vezes



Imagens paleolíticas de bisontes

obrigam-nos a deitarem-se sobre uma pira coberta de ramos frescos, onde permanecem apesar do calor e do cheiro acre, até que os antigos façam parar o suplício. Somente aquele que passou na iniciação fica a ser membro cem por cento do clã, enquanto que os fracos são votados ao desprezo geral.

Na sociedade primitiva, aparecem os rudimentos das artes plásticas. No fundo de sombrias cavernas, ao clarão pálido das brasas, os artistas desenharam pinturas policromas: cavalos furiosos, bisontes a galope ou tranquilamente deitados, grandes cenas de caça. Na mesma época, esculpem-se em marfim ou em osso figurinhas de veados lançados a toda a velocidade ou seres humanos (sobretudo mulheres) bizarramente penteadas e munidas de uma cinta que lhes pende atrás como uma cauda. A partir do Mesolítico, as artes perdem frequentemente o seu carácter realista: os desenhos são uma confusão de sinais convencionais, que por vezes nada se assemelham ao objecto representado.

O homem primitivo tem um fraco pela indumentária: tatua-se, traz braceletes e colares e vai até ao ponto de limar os dentes, colorir a pele e os cabelos. Decora com amor a sua habitação, os seus utensílios domésticos, o seu trem de cozinha. A cerâmica é geralmente enfeixada ou em atravessado ou com covinhas; os recipientes e os utensílios de madeira são esculpidos e pintados. A tatuagem e a escultura em madeira têm frequentemente um sentido simbólico: os círculos e os arabescos resumem aí lendas familiares ou epopeias.

A música primitiva não é cognoscível, evidentemente, senão através dos dados etnográficos. O instrumento de música mais antigo era sem dúvida o arco: uma das suas extremidades era introduzida na boca que servia de caixa de ressonância, enquanto que o som se obtinha com a corda, ferindo-a com um pauzinho. Depois adaptou-se ao arco uma caixa de ressonância artificial, que conduziu à criação dos instrumentos de corda. A música acompanhava frequentemente danças prolongadas, que por vezes se transformavam em pantomimas.

A tradição oral (folclore) distinguia-se por uma grande diversidade. Todas as tribos têm as suas lendas, que evocam a origem do mundo e dos primeiros homens, o passado da tribo, a luta do homem com a natureza e as suas vitórias sobre os monstros e os gigantes. São geralmente cheias de optimismo e de crença do triunfo do homem sobre as forças hostis.

9 — *A religião primitiva*

À parte as ideias certas acerca do mundo, o homem tinha concepções erradas, fantasistas, também chamadas crenças religiosas. Para explicar a origem da religião, E. B. Taylor, estudioso inglês do século XIX, enunciou uma teoria idealista segundo a qual as crenças religiosas proviriam das meditações do homem primitivo. À força de reflectir nos sonhos e na morte, o homem teria concluído que tinha um duplo, uma alma capaz de deixar o corpo, e teria ouvido a seguir esta ideia na natureza, dando almas ou espíritos aos animais, às plantas e às pedras, Na realidade, a religião resulta, não de ociosas meditações, mas da actividade produtiva do homem: em virtude de um desenvolvimento insuficiente da experiência e do pensamento humanos, concebiam-se às vezes ideias falsas sobre a sua atitude para com a natureza.

Sob o regime dos clãs, o homem julgava-se capaz de exercer um poder sobrenatural sobre a natureza, os animais e as plantas, por meio de práticas mágicas, nascidas ao mesmo tempo que as crenças religiosas. Pantomimas imitando a caça conservaram-se até ao fim do século XIX entre grande número de aglomerados humanos, neles se incluindo os do Grande-Norte russo. Os Itelmenos, por exemplo, preparavam antes da caça à baleia uma efígie do animal, feita de ervas, que se encarrapitava nas costas de uma mulher. Esta rastejava à roda da lareira, atacada pelas crianças que tiravam a efígie aos bocados. Isso devia garantir o sucesso do empreendimento. Os peles-vermelhas, antes da caça ao bisonte, organizavam danças que duravam vários dias a fio, as quais deviam agir sobre os animais, convencendo-os a deixarem-se matar. As cenas de caça desenhadas nas cavernas do Paleolítico superior tinham também uma significação mágica.

Nos mais antigos ritos figuravam todas as espécies de animais selvagens. Gradualmente, à medida que se desenvolve este culto, distingue-se entre a massa dos animais (ou das plantas, para aqueles que se ocupam da apanha) uma certa espécie que se pretende como que ligada a um determinado clã. É o totem, do qual o clã se julga provir. Assim, o totemismo, tal como o culto do animal cuja caça se pratica, liga-se a um processo de produção mal entendido.

Conhecemos as ideias dos Australianos, que julgam que cada grupo económico está aparentado a tal ou tal animal ou planta (ema, canguru, etc.). O rito essencial deste culto consiste em que um dos anciãos acaricia o ventre dos homens com uma pedra especial, repetindo: «Que o teu alimento seja abundante!» Trata-se, pois, no início, de assegurar pela magia o sucesso da actividade produtiva.

Mas as crenças totémicas encobrem uma contradição que condicionou o seu desenvolvimento posterior: o totem é ao mesmo tempo a presa principal do caçador e o antepassado colectivo do clã. Portanto, a caça ao totem é uma caça a um parente, e o assassínio do animal venerado deve comprometer o caçador. Esta dualidade aparece sobretudo do culto do urso, praticado pelos Evenkos e muitos outros povos caçadores da Sibéria, que fazem penitência e pedem perdão ao animal por o terem morto.

Um outro elemento capital do culto sob o regime dos clãs é a ideia da «adivinha», da mulher perita na arte da bruxaria. Isso refere-se mesmo à essência do clã materno, onde as mulheres encarnam a união da colectividade, enquanto que os homens pertencem a um outro clã ou mesmo a vários clãs estrangeiros. A crença nas virtudes mágicas da mulher remonta ao Paleolítico superior, como o atestam as numerosas estatuetas femininas desta época, descobertas na Europa e no Sul da Sibéria. Muito embora simbolizando a bruxaria própria das mulheres, essas figurinhas provam o culto nascente da avó, fundadora do clã.

Ao mesmo tempo forma-se a crença nos «espíritos» ou «almas» que animam a natureza. É o que se chama o animismo. A alma, segundo as concepções primitivas, seria como um animal selvagem vigilante, alojado em todas as coisas.

Os homens do Paleolítico superior tinham uma ideia muito confusa da morte: no princípio, eles não dissociavam o mundo real do «além». O medo dos mortos não lhes adveio senão pouco a pouco, seguido de ritos que visam acalmá-los, a proteger contra eles, os viventes.

Uma vez que se desenvolvem a agricultura e a criação de gado, o totemismo, que teria sido a religião fundamental na época da predominância da caça e da apanha, é relegado para segundo plano por ideias muito mais complexas. A terra, força fecunda, fica a ser objecto de um culto que, nas condições do matriarcado, se confunde com a veneração da avó; é a origem do culto da terra alimentadora, que tem por fim contribuir para a fertilidade do solo e que se materializa com a prática mágica da sua fecundação.

A evolução da economia e do pensamento incita o homem a diferenciar as forças da natureza, considerada até aí como um todo. Liga-se uma importância especial às forças cósmicas e aos fenómenos naturais: o Sol, a chuva, etc., que garantem a colheita e, por tal facto, a própria existência da sociedade humana.

Todavia, o culto da natureza confunde-se muito frequentemente com as sobrevivências do totemismo, o que engendra imagens híbridas, como o Sol-animal ou o Sol-ave.

Por outro lado, a consolidação do regime dos clãs modifica o culto dos mortos. Os defuntos não são considerados como uma força hostil, da qual convém desembaraçar-se quanto antes: começa a ver-se neles antepassados protectores O facto é devido a que esse homem, chegado a tomar um certo império sobre a natureza, passa do culto do antepassado animal (totem) ao do antepassado humano. É desta época que datam as lendas da vitória do homem sobre os seus irmãos — aves e animais — e o antropomorfismo.

UNICAP
B C

No culto da terra, das forças da natureza e dos antepassados, o papel principal cabe ao sacrifício e à prece. A prece é a expressão directa de um desejo: pede-se aos espíritos dos animais que haja filhos, uma boa colheita. O sacrifício inicial consiste em alimentar o espírito para obter a sua benevolência. A lenda ingénua dos índios chippeways conta que o Sol, quando tem fome, lança uma pedra a um belo rapaz e torna-o doente; não ficará bom senão depois de ter recebido um sacrifício.

Assim, na origem, os ritos ligavam-se ao processo de produção e impunham-se com a finalidade de agir sobre a natureza através da bruxaria. Ao mesmo tempo, eram o reflexo fantasista das forças que dominavam os homens na sua vida quotidiana.

Julgando-se capazes de agir sobre a natureza por magia, para terem garantido o sucesso na caça, na colheita e na pesca, os homens não faziam, em suma, senão agravar a sua dependência da natureza: a bruxaria desviava a sua atenção das verdadeiras necessidades, esgotava-lhes a sua energia criadora. A religião primitiva consagrava a impotência do homem perante a natureza, impotência da qual era ela mesma o reflexo.

UNICAP BIBLIOTECA CENTRAL

CAPÍTULO IV

A DESAGREGAÇÃO DO REGIME COMUNITÁRIO PRIMITIVO. A FORMAÇÃO DAS CLASSES E DO ESTADO

1 — *A agricultura e a criação de gado evoluídas. O início da metalurgia*

A desagregação do regime dos clãs e a formação da sociedade dividida em classes tiveram por causa primeira o desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo da agricultura e da criação de gado, que ficaram a ser os principais ramos da actividade económica.

Em certos países, o nascimento da agricultura e da criação de gado evoluídas remonta ao Neolítico superior; mas a sua extensão data da Idade do Cobre [Eneolítico ou Calcolítico (¹)]. O trabalho do cobre começa no Próximo Oriente cerca do quarto milénio antes da nossa era. Na Europa, só se chega aí mais tarde, no terceiro milénio.

No início, os homens utilizavam o cobre natural e tratavam-no a frio. A descoberta da propriedade que ele tem, de receber no estado de fusão a forma que se pretende, revolucionou o fabrico dos instrumentos. O metal fundido era lançado em moldes e após o seu resfriamento o instrumento suportava o acabamento através do martelo de pedra.

O cobre não podia, todavia, excluir a pedra, não sendo então de forma alguma mais resistente do que ela. Para os

---

(¹) Literalmente: Era «da pedra e do cobre».

trabalhos agrícolas, o derrube das árvores e mesmo o trabalho do cobre, eram sempre utilizados instrumentos neolíticos de pedra, de osso ou de madeira.

Engels indica duas vias essenciais de desenvolvimento da sociedade nesta etapa. Como exemplo da primeira via, cita tribos do hemisfério ocidental. Os índios do Novo México e algumas outras tribos americanas tinham, nos tempos da conquista espanhola, técnicas evoluídas, baseadas na cultura da terra pela picareta; as mulheres cultivavam aí o milho em campos irrigados. Construíam-se grandes casas de adobe ou pedra, que englobavam até um número de quinhentos quartos; a cerâmica, embora permanecesse normal, tinha progredido nitidamente; o trabalho em cobre era conhecido.

A segunda via foi seguida por tribos do Mundo Antigo cuja economia teve por base a criação de gado evoluída, enquanto que a agricultura desempenhava um papel auxiliar e o milho-painço semeado servia principalmente de forragem.

Os dados arqueológicos recolhidos após a morte de Engels confirmam e precisam este estado de coisas: descobriram-se, designadamente no Mundo Antigo, também vestígios de uma cultura do solo semelhante à do Novo México e largamente difundida em diversas regiões: vales do Nilo, do Eufrates, do Indo e do Hoang-Ho, Ásia Menor, península dos Balcãs, Ásia Central (civilização de Anau), Ucrânia.

No quarto milénio antes da nossa era, o vale do Nilo era povoado por cultivadores sedentários que sabiam fazer facas, fíbulas e anzóis de cobre, mas utilizavam sobretudo machados e facas de rochas duras, «boomerangs» de madeira e objectos de marfim. Tinham aprendido a canalizar a água do rio para os seus campos e esta irrigação, associada à fertilidade do solo e ao calor do clima, garantia boas colheitas e o aumento rápido das forças produtivas. As primeiras obras hidráulicas dos Egípcios eram muito rudimentares: escavavam-se canais nas margens do Nilo para facilitar a chegada das águas aos campos, e elevavam-se barragens para regular o seu caudal.

Mas onde as condições naturais não permitiam aos cultivadores eneolíticos irrigar as suas terras, o aumento das forças produtivas era evidentemente mais lento. No terceiro milénio antes da nossa era havia na Ucrânia, na Roménia e na Bulgária uma civilização de agricultores, chamada civilização de Tripolié, descoberta pelo arqueólogo russo V. Khvoiko e estudada a fundo pelos historiadores soviéticos, em primeiro lugar por T. Passek.

A ocupação essencial dos Tripolienos era a cultura da terra à picareta; mas eles criavam também diferentes raças de gado. As suas picaretas e foicinhas eram geralmente de pedra e chifre; o cobre servia para o fabrico dos machados. As casas de adobe, vastas e rectangulares, compunham-se de várias divisões; cada uma era habitada sem dúvida por uma grande família materna, que fazia a sua vida caseira em comum. A aldeia compreendia várias casas construídas à volta de uma placa central.

A matéria principal do mobiliário era a argila: faziam-se mesas, bancos, fornos. As cerâmicas de Tripolié são curiosas, muito variadas, em fundos chatos (visto que um recipiente com fundo em ponta não podia ser colocado no forno ou em cima da mesa). À parte o trem de cozinha grosseiro, foram encontrados muitos recipientes pintados, ornados de espirais e por vezes de figuras de animais.

Entre os objectos mais característicos desta civilização, há estatuetas de argila que representam avós e atestam o matriarcado, bem natural nas condições da agricultura primitiva, praticada essencialmente pelas mulheres.

A formação das tribos pastoris remonta a uma época menos antiga: à Idade do Bronze.

O bronze, liga do cobre com o estanho ou outros metais, foi descoberto no terceiro milénio antes da nossa era. Os instrumentos de bronze eram mais sólidos e mais cortantes que os objectos de cobre, mas a sua expansão foi lenta: no princípio, empregava-se este metal para o fabrico de armas e jóias. O cobre, o estanho e o chumbo de que se faz o bronze eram bastante raros na natureza e a sua extracção era difícil. Foi só o aperfeiçoamento da indústria mineira em meados do segundo milénio que permitiu a escavação das minas, medindo até cem metros de comprido. E se bem que nessa época se utilizassem picaretas e foicinhas de bronze, essa liga, tal como o cobre, não podia excluir a pedra.

A utilização dos instrumentos metálicos contribuiu para aperfeiçoar o trabalho na madeira. Os carpinteiros da Idade do Bronze podiam construir casas sólidas, ligando as traves com bicos. Mas uma invenção ainda mais importante é a do carro, aparecido no Próximo Oriente três mil anos antes da nossa era. Desde a segunda metade do terceiro milénio era ele conhecido nas estepes da Europa Oriental: num kurgane da margem direita do Dnieper descobriram-se restos de um pequeno carro de madeira, com duas rodas, que data desse tempo. As suas rodas maciças, discóides, talhadas numa só peça, tinham buracos redondos para o eixo. A esses pesados veículos atrelavam-se bois. Foi só cerca do princípio do segundo milénio que se inventou a roda com raios, que permite construir carros ligeiros, conduzidos por cavalos velozes.

As formas antigas de criação de gado, no tempo em que os animais pastavam a maior parte do ano nas florestas, alimentando-se de folhas e bolota, não favorecia o aumento rápido do gado de parceria. A evolução deste ramo da economia teve como factor a constituição de povos nómadas cujos imensos rebanhos passavam o Inverno nos vales de clima doce e o Verão nas montanhas. O emprego do cavalo como animal de sela e a invenção do carro deviam ser as condições naturais da passagem à vida nómada, por outras palavras, o nascimento da grande criação de gado. É precisamente à Idade do Bronze que remonta a formação de povos tais como os Hyksos, os Kassitas, os Arianos, que criavam cavalos e outros animais e se caracterizavam pela sua mobilidade.

No território da U. R. S. S. também a Idade do Bronze foi marcada pelo aumento da criação de gado. No segundo milénio a zona arborizada da Europa Oriental era povoada por tribos pastoris da civilização de Fatianovo, que criavam bovinos, porcos e cavalos. Mesmo no litoral norte do Mar Negro a criação de gado constituía a base da economia:

os descendentes dos Tripolienos, embora permanecendo sedentários, preferiam a criação de gado à agricultura.

Os destinos da criação de gado foram diferentes nas estepes do sul da Sibéria, habitadas em meados do segundo milénio antes da nossa era por criadores e cultivadores que se alojavam em grandes cabanas rectangulares, com numerosos lares. No fim do segundo milénio, a criação de carneiros era aí a ocupação principal: a população deslocava-se em veículos, na companhia dos seus rebanhos. Assim, a criação de gado, que no princípio era sedentária e era acompanhada de uma agricultura auxiliar, transformou-se em grande criação nómada.

Nesta época, a criação de gado estava em pleno florescimento no Cáucaso, um dos centros da indústria do bronze. A Idade do Bronze na Asia Central está ainda mal estudada, mas há motivos para se esperarem aí interessantes descobertas.

Certos povos da Sibéria estavam sem dúvida a um nível de desenvolvimento análogo na altura em que entraram em contacto com os russos. Os Tchuktches, por exemplo, que tinham conservado a técnica neolítica, criavam numerosos rebanhos de renas, com as quais peregrinavam através das imensas planícies do Norte.

O homem conheceu o ferro mais tarde do que o bronze. A utilização esporádica do ferro meteórico existiu certamente desde o terceiro e segundo milénios, mas a verdadeira indústria do ferro só surge mesmo no fim do segundo milénio. Este material difunde-se muito rapidamente, relegando para segundo plano a pedra e o bronze. Duas qualidades dele asseguram a vitória sobre as outras matérias-primas: primeiro, dá instrumentos mais sólidos e mais cortantes; além disso, está mais difundido (em todo o caso sob a forma de minerais palustres) e a sua extracção não exige dispositivos incómodos.

O desenvolvimento da indústria do ferro consegue para os homens instrumentos sólidos em grande número. Com ele se fazem machados, picaretas, foicinhas, pás, sem falar nas armas. A utilização dos instrumentos em ferro facilita o trabalho da pedra e aperfeiçoa a técnica de construção.

O machado e a pá de ferro permitem arrancar e arrotear grandes extensões de madeira para a lavra e a pastagem. À Idade do Ferro corresponde uma vasta extensão da cultura do solo com a charrua. O arado, surgido sem dúvida no Próximo Oriente no quarto milénio, era de madeira, mas o fabrico desse instrumento, composto pelo menos de duas partes bem reunidas, não se tornou possível senão depois do desenvolvimento da carpintaria, devido à utilização de instrumentos metálicos. Na Europa, o arado data da Idade do Bronze. Apenas arranhava o solo, e era-se frequentemente obrigado a lavrar o campo em todo o comprimento e largura. A charrua com relha de metal só aparece no início da Idade do Ferro, e o intensivo arrancamento de raízes consagra o uso da charrua em toda a zona temperada.

Os primeiros animais de tiro são o boi e o burro.

2 — *A escravatura patriarcal*

A cultura dos campos e pomares com a picareta sobre as terras irrigadas, a grande criação e sobretudo o trabalho da terra pela charrua aumentam sensivelmente a produtividade do trabalho: o homem pode para o futuro produzir coisas que são necessárias à mantença das suas forças e à educação dos filhos. Os cultivadores e os criadores de gado recolhem mais produtos do que os caçadores e os pescadores; a sua produção é muito mais certa do que a caça, que facilmente se arrisca a escapar-se. As tribos agrícolas reúnem quantidades de provisões que ficam conservadas nas covas ou nos alpedres de madeira; as tribos pastoris obtêm dos seus rebanhos o leite e a carne, a lã e o couro, o feltro para a construção da residência, o osso e o estrume seco para o aquecimento.

O homem chega a produzir mais do que consome. Isso gera a exploração, a possibilidade para um homem de se apropriar sistematicamente dos excedentes ao seu próprio consumo, produzidos por um outro homem. Enquanto que até aí se matavam os prisioneiros para os oferecer em sacrifício à divindade, ou para os comer, ou mesmo se admitiam no seio do clã ou da tribo, o aumento da produtividade do trabalho permite utilizar o seu labor e explorá-los como prisioneiros.

Os materiais etnográficos iniciam-nos na escravatura primitiva, que devia trazer à memória as relações sociais aquando da formação das primeiras classes. Desenvolvem-se consideravelmente entre os índios pescadores do Noroeste da América do Norte (ilha de Vancôver, sul do Alasca). Esses aglomerados humanos utilizavam ainda os utensílios de pedra, servindo o cobre sobretudo para o fabrico dos adereços; tinham uma agricultura atrasada e viviam principalmente da pesca, mas a superabundância do peixe (salmão) permitia-lhes produzir apreciáveis excedentes. O elevado rendimento da pesca foi, pois, a base económica do desenvolvimento da escravatura entre os peles-vermelhas norte-americanos.

Segundo os cálculos dos etnógrafos, o número de escravos atingia de ordinário um sétimo da população, às vezes mesmo um terço. A fonte da escravatura era, antes de tudo, a guerra; os índios atacavam frequentemente de noite os seus vizinhos e conduziam para o cativeiro homens e mulheres. Os que eram feitos prisioneiros durante o combate também ficavam escravos. Havia ainda os escravos comprados. O seu labor era explorado em diferentes ramos da economia: erguiam as barragens para a pesca, remavam os barcos, preparavam o peixe, faziam os trabalhos caseiros pesados. Mais raramente, participavam nas tarefas nobres: caça à baleia, construção de embarcações, fabrico de flechas. O escravo era privado de direitos e a sua vida não tinha valor algum. Nos funerais dos chefes faziam-se hecatombes deles. O oficial da marinha russa, G. Davydov, que residiu no Alasca no princípio do século XIX, conta que durante essas cerimónias fúnebres os índios mandavam dançar os seus escravos e atiravam-lhes ao arco, enquanto que as crianças os castigavam a golpes de lança. Matavam-se os escravos ao construir uma nova casa, ao chegar um novo chefe; o canibalismo era igualmente praticado. Aqueles massacres eram uma sobrevivência da época em que não se utilizava o trabalho dos prisioneiros de guerra. As incursões dos jovens índios tinham um outro carácter: incendiando e demolindo as residências dos escravos, conseguiam aterrorizá-los.

A escravatura é a primeira forma de exploração do homem pelo homem. O seu aparecimento é um fenómeno natural e lógico, resultante do desenvolvimento das forças produtivas. Mais do que isso, nesta época era um grande progresso. A exploração dos escravos contribuía para a acumulação dos excedentes indispensáveis ao aumento ulterior da produção; a escravatura favorecia a divisão do trabalho.

A mais antiga forma de escravatura é a escravatura dita patriarcal (doméstica); nesse tempo o escravo não tinha ainda o seu lugar na produção; trabalhava ao lado do homem livre, como seu auxiliar. Assim, podia ter uma cabana, um rebanho de porcos ou um bocado de terra; pela sua condição, em nada diferia do homem livre: trazia o mesmo vestuário que ele, e os seus filhos brincavam em conjunto. Os casamentos entre homens livres e escravos não eram raros: não somente a mulher escrava podia casar com um homem livre e dar à luz filhos livres, mas também o escravo podia tomar uma mulher livre e com ela viver em casa. Todavia, era propriedade do seu dono, que tinha direito de vida e de morte sobre ele.

3 — *A produção negociada*

O desenvolvimento da agricultura e da criação de gado não faz só aumentar a produtividade do trabalho, como dá origem à troca regular dos produtos. Trocas isoladas podem ter tido lugar nas épocas mais recuadas, mas é só agora que este sistema mais ou menos se generaliza.

No facto de as tribos pastoris se distinguirem da massa dos bárbaros, vê Engels a primeira grande divisão social do trabalho, diferente da divisão segundo a idade e o sexo, que existia no apogeu do regime dos clãs. «As tribos pastoris — diz Engels —, produziam não apenas mais, mas produziam também outros alimentos que não produziam os bárbaros.» (¹) Os colhedores de produtos agrícolas e os pescadores procediam a trocas de produtos cada vez mais frequentemente com as tribos pastoris vizinhas. A primeira grande divisão social do trabalho activou estas trocas.

BC

Mas essas trocas são ainda mais estimuladas pela segunda grande divisão social do trabalho, que separa o artesanato da agricultura. A invenção do bronze e a descoberta do tratamento dos minérios de ferro complicam sensivelmente o fabrico dos instrumentos. O minério de cobre era extraído das minas, lançado sobre o ladrilho em baldes de couro e moído ao martelo de pedra; depois era lançado com carvão de madeira em fornos escavados na terra, onde o ar dos foles penetrava através de alcavarizes de argila. Para obter o ferro a partir do minério, utilizava-se uma lareira baixa de pedra e de argila; o ladrilho assim obtido devia submeter-se a uma forjadura suplementar que tornava o metal resistente; para essa finalidade, levava-se ao rubro e martelava-se, deitando para cima o carvão de madeira. O ferreiro utilizava toda a espécie de instrumentos: bigorna, martelo, pinça, cinzel, lima, etc. A complexidade dos processos metalúrgicos exigia que fundidores e ferreiros fossem especialistas.

O desenvolvimento da metalurgia torna mais complicada toda a técnica artesanal, o que conduz à diferenciação de ofícios. Na Índia, na Pérsia, na Mesopotâmia, no Egipto, aparecem desde o terceiro milénio oleiros profissionais que, em vez de modelarem os seus vasos à mão, formam-nos sobre um disco rolante chamado «roda do oleiro». Nos Balcãs, o uso dessa roda data do segundo milénio. Os mais antigos recipientes feitos nessa roda descobertos do território da U. R. S. S (Turquemênia) remontam à mesma época. Os oleiros serviam-se também de um forno especial para o cozimento.

(¹) F. Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, Éditions Sociales, Paris, 1954, p. 146.

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

Aos oleiros, fundidores e ferreiros vêm juntar-se os carpinteiros, os tecelões, os joalheiros, os talhadores de pedras, etc. Assim, diversos ramos se destacavam na economia doméstica para passarem a mãos de especialistas: o artesanato separa-se da agricultura.

Anteriormente, a maior parte das trocas não se efectuava entre pessoas isoladas, com seus riscos e perigos, mas entre clãs representados pelos chefes ou anciãos. A troca primitiva tinha lugar entre diferentes comunidades, pois no seio de cada uma delas toda a gente produzia a mesma coisa, o que tornava o trabalho praticamente impossível. Trocavam-se sobretudo adereços, assim como objectos de cobre e barras. Logo que se desenvolveu a troca entre tribos, alguns, graças à sua situação geográfica, desempenharam o papel de intermediários.

A segunda grande divisão social do trabalho modifica o carácter da troca e conduz à produção mercantil, quer dizer, ao fabrico de produtos especialmente destinados à troca. Os artesãos profissionais (ferreiros, oleiros, tecelões, etc.) não podiam existir senão trocando por outros produtos os produtos do seu trabalho. À medida que a troca se regulariza, vê-se elaborar as noções de valor e de preço. No princípio, a troca era arbitrária: hoje dão-se por um porco dois vasos, e amanhã seis. A troca equivalente instaura-se pouco a pouco e o desenvolvimento dos ofícios contribui para isso em grande medida. É que no artesanato (muito mais independente do acaso do que a caça e a colheita, do que a agricultura e a criação de gado primitivas, onde a sorte e o tempo desempenham um grande papel) o homem aprende a conhecer a relação entre a quantidade de trabalho dispensado e a quantidade de mercadoria produzida. O artesão é o primeiro a medir o valor do produto pela quantidade de trabalho dispensado para o produzir.

A produção mercantil concorre para a acumulação das riquezas, o que engendra a necessidade de mercadorias susceptíveis de se conservarem relativamente bem para serem armazenadas. O grão, os frutos, o peixe e os outros géneros alimentícios são muito mais perecíveis, enquanto que a caça, os mariscos raros e os metais preciosos adequam-se perfeitamente a esse papel. Marx refere que a circulação das mercadorias, desde o seu estado embrionário, faz nascer a tendência para reter, não o produto em si mesmo, mas a sua forma convertida, a sua «crisálida-de-ouro» (¹). Em vez de juntar as reservas na sua forma natural, as pessoas procuram trocá-las contra mariscos ou metais preciosos, que podem, em caso de necessidade, ser trocadas por víveres, vestuário, utensílios, etc. Dizendo de outro modo, o excedente da produção tende a transformar-se em tesouros, em dinheiro. Os tesouros reunidos são o testemunho real do poderio da família patriarcal.

À medida que se desenvolve a troca e se precisa a noção de valor, é o dinheiro que fica constituindo a medida do valor e o meio de circulação. A troca cede o lugar à permuta pecuniária; nos primeiros tempos utiliza-se, à guisa de dinheiro, o gado, depois os moluscos, os metais preciosos, etc.

4 — *A passagem do matriarcado ao patriarcado*

3ª

O desenvolvimento da criação de gado patriarcal e da cultura da terra com a charrua, como a segunda grande divisão social do trabalho, modificam todo o regime das relações familiares. Engels qualifica esta transformação como revolução no seio da família. Enquanto que no apogeu do regime dos clãs a mulher tinha os mesmos direitos que o homem e, entre os agricultores primitivos, gozava mesmo da preponderância pelo facto de dirigir a economia, a transformação da criação de gado e da agricultura em ramos económicos essenciais assegura ao homem, pastor e agricultor, a supremacia na sociedade. As posições da mulher são abaladas até mesmo no governo doméstico, muitos ramos do qual passam para o campo de acção

3)

(¹) Veja K. Marx, *O Capital*, t. I, livro I, Editions Sociales, Paris, 1950, p. 136.

dos artesãos profissionais (homens). Assim, a mulher é definitivamente excluída da produção, não conservando senão algumas funções domésticas insignificantes. Além disso, o governo doméstico utiliza cada vez mais o trabalho dos escravos, o que degrada os trabalhos domésticos e contribui igualmente para reduzir a mulher a uma condição próxima da escravatura. «Mesmo em casa — diz Engels —, foi o homem que tomou nas mãos o leme; a mulher ficou degradada, submetida, ficou a ser escrava do prazer do homem e simples instrumento de reprodução.» (¹)

Em certos casos, o patriarcado pode instituir-se entre os povos que não são nem pastores nem cultivadores, aí onde o trabalho do homem — caçador ou pescador — adquire, por uma ou outra razão, um valor social nitidamente superior ao do governo doméstico permanecido nas mãos da mulher. Ao contrário, nos locais em que a desagregação do regime dos clãs começou nas condições da agricultura primitiva (por exemplo, na tribo africana dos achantis), a mulher podia ser igual ao homem ou mesmo ter uma situação privilegiada. Enfim, entre certos povos criadores de gado, a mulher continuava a ser venerada. Assim, as mulheres dos criadores de cavalos sármatas traziam armas, o que deu lugar, sem dúvida, à lenda grega das Amazonas.

A passagem do matriarcado para o patriarcado realiza-se lentamente sob variadas formas. No princípio, a
3 estirpe materna mantém-se e coexiste com a estirpe paterna: os membros do clã do pai são considerados como parentes do filho, sem que o clã da mãe perca os seus direitos de parentesco. Daí resulta o avunculato, sistema de relações onde o primeiro papel cabe ao tio materno, o mais próximo parente masculino do ponto de vista do matriarcado. Já não é a mãe ou o pai, mas sim o irmão da mãe que se encarrega de educar e proteger os filhos: ele tem maior peso do que o pai. A localização do casamento

---

(¹) F. Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, p. 57.

muda pouco a pouco. Sob o matriarcado, o casamento era matrilocal: o marido instalava-se no clã da sua mulher (ou no da sua grande família maternal); mas aquando da passagem ao patriarcado, fica a ser patrilocal: é a mulher que se estabelece no clã do marido.

A formação das relações patriarcais não se limita a modificar a localização do casamento e à noção de parentesco; 4
faz nascer um novo género de família: a família patriarcal. À grande família patriarcal compõe-se de várias gerações de homens, descendendo de um mesmo pai, que habitam com as suas mulheres no mesmo recinto, tiram o seu alimento e os seus vestuários das mesmas reservas e possuem em comum todos os haveres. Como o mostrou o eminente sábio russo, M. Kovalevski, a grande família patriarcal é a 5
transição da família matriarcal para a família monógama.

À sua frente encontra-se um dos anciãos, o chefe da casa, que dirige toda a vida da comunidade familiar. O chefe da casa muitas vezes é eleito; o seu poder é limitado pelo conselho de família, composto de homens e mulheres adultos, ao qual presta contas. Os assuntos capitais: a alienação dos bens, as medidas disciplinares impostas aos membros da família, os casamentos das raparigas, etc., dependem deste conselho.

Na família patriarcal a preponderância pertence ao homem. O papel subalterno da mulher aparece já no casamento, que se reduz as mais das vezes à compra da noiva 6
ao seu pai. A monogamia que se institui não conta senão para a mulher: a infidelidade da esposa é de futuro passível de um severo castigo, enquanto que o esposo tem o direito de receber concubinas entre as cativas. O marido pode mandar embora a mulher, sem mais formalismos, para casa de seu pai, enquanto que a mulher só raramente obtém o divórcio. Mais até, à morte do marido, a sua mulher ou concubina é às vezes imolada para ser amortalhada com o cavalo, as armas e os objectos preferidos do defunto.

A degradação da mulher não resulta da superioridade «natural» do homem, como pretendem certos historiadores 7
burgueses; é a consequência de uma revolução económica.

Assim, Engels escreve: «Para que a emancipação da mulher se torne realizável, é preciso primeiro que a mulher possa participar na produção em larga escala social e que o trabalho doméstico não a ocupe mais que em medida insignificante.» (¹) A aplicação deste princípio não foi possível senão sob o socialismo, que assegura a igualdade real entre homem e mulher.

Por outro lado, a família patriarcal guarda sobreviências do matriarcado; assim, a mulher mais velha, que dirige o trabalho das outras mulheres e das raparigas, goza de uma grande autoridade.

A família patriarcal compreende também os escravos. A sua formação, por mais lenta que seja, sapa o regime dos clãs. É ao princípio um clã patriarcal que conserva elementos de comunidade e de unidade: propriedade clanal da terra, herança mútua no seio do clã, se não houver herdeiros directos do lado paterno. Os bens, e em primeiro lugar a terra, devem permanecer no clã. Esta comunidade de bens gera uma nova comunidade espiritual: o dever de ajuda, indo até à vingança, às festas comuns, ao cemitério comum. Mas o clã paternal distingue-se funcionalmente da comunidade matriarcal, pois encerra já os germes da propriedade privada.

5 — *O nascimento da propriedade privada*

O aumento da produtividade do trabalho contribui para individualizar o trabalho. A criação de gado e a agricultura evoluídas, sem falar do artesanato, não supõem a simples cooperação senão em casos excepcionais, por exemplo, para construir e reparar as obras de irrigação. A produção individualizada é o princípio económico que gera a propriedade familiar e a acumulação das riquezas nas mãos dos particulares.

(¹) F. Engels, *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, p. 148.

A etapa inicial do processo pode ser observada entre os índios do Noroeste da América do Norte, onde o clã continuava a possuir os cursos de água e os territórios de caça e a colheita de produtos agrícolas, enquanto que os instrumentos e as armas, os escravos e as barragens da pesca nos rios, as embarcações e as peles pertenciam às famílias.

A economia individual desenvolve-se ainda mais nas tribos pastoris e agrícolas. O rendimento da criação dá a cada família a possibilidade de lutar com a natureza. A enxada de ferro para arrotear a terra e a charrua atrelada a uma parelha de bois permitem à família cultivar uma superfície que dantes não podia ser semeada senão por uma grande colectividade de agricultores munidos de picaretas.

A produção individualizada tem por objectivo concentrar os excedentes nas mãos das famílias, algumas das quais chegam à opulência. Desde o fim do quarto milénio antes da nossa era, aparecem no vale do Nilo famílias ricas que já não colocam os seus mortos em simples buracos encimados por frágeis estruturas de terra amassada, mas sim em túmulos luxuosos, compostos de dezenas de compartimentos. No território da U. R. S. S., o mais antigo monumento a atestar a existência de famílias enriquecidas é o kurgane de Maikop, datando do fim do terceiro milénio. As escavações mostraram, sob um aterro de onze metros de profundidade, os restos de um homem com vestuários ornamentados de placas de ouro que representavam leões e touros; dois diademas cingiam-lhe a cabeça; seis tubos de prata, com maciças figurinhas representando touros, suportavam outrora um dossel. A sepultura continha vasos de ouro, prata, pedra, objectos de cobre (um punhal, machados, etc.), assim como despojos de duas mulheres, sem dúvida imoladas nos funerais para acompanharem o morto no além.

Um grande número de vestígios semelhantes remonta ao segundo milénio antes da nossa era, no desenvolvimento da indústria do bronze e da criação de gado. B. Kuftine escavou em Trialéti (Geórgia) túmulos de pastores do início do segundo milénio, nos quais o morto fora introduzido por uma carroça especial. À parte as ossadas de animais e a cerâmica, continham recipientes de ouro e prata ornamentados com representações de animais e plantas. Outras ricas sepulturas da Idade do Bronze foram encontradas nas estepes do litoral do Mar Negro e da bacia do Volga.

Originariamente as riquezas acumuladas não são propriedade exclusiva da família. As leis de hospitalidade e o auxílio mútuo forçam os novos ricos a ceder uma parte dos seus bens aos outros membros da tribo: os chefes e os anciãos devem, de tempos a tempos, matar gado para os festins e as distribuições; à morte de um ricaço, uma parte dos seus bens é despendida na refeição funerária, uma outra é amortalhada com o cadáver, uma outra ainda repartida pelo clã. A fortuna pessoal, contrária às tradições do regime dos clãs, era ao princípio partilhada.

Todavia, a acumulação das riquezas nas mãos da família gera a propriedade privada que, diferentemente da propriedade pessoal formada no apogeu do regime dos clãs, serve para explorar o trabalho alheio. A propriedade privada da família estende-se ao gado, à habitação, aos tesouros, enquanto que a terra permanece longo tempo ainda propriedade colectiva. O traço característico da propriedade privada é igualmente a inalienabilidade: os escravos, o gado, as embarcações, etc., que pertencem à família patriarcal, ficam a constituir mercadorias susceptíveis de serem vendidas ou trocadas.

A propriedade privada escapa ao controlo da comunidade.

6 — *A desagregação do regime dos clãs*

O desenvolvimento da produção conduz no seio da tribo à desigualdade, que toma de início um carácter de grupo: formam-se na tribo grupos dotados de direitos diferentes ou castas. Aí está um efeito da divisão do trabalho: como o indicam Marx e Engels, a forma primitiva da divisão do trabalho gera o regime de castas. Na verdade, a segunda grande divisão social do trabalho transforma

os artesãos, e em primeiro lugar os ferreiros, numa casta à parte, honrada em certos casos, desprezada noutros. Também os guerreiros podiam formar uma casta. Constitui-se, assim, pouco a pouco, todo um sistema hierárquico.

A acumulação do supérfluo, tornado particularmente intensivo desde o aparecimento dos tesouros em forma de rebanhos, depois em forma de dinheiro, faz nascer a diferenciação ou fortuna entre os clãs e entre as famílias patriarcais de um mesmo clã. Algumas grandes famílias vêem-se possuidoras dos melhores lotes de terreno, com numerosos rebanhos e muitos escravos. Outras empobrecem, perdem o seu gado, sofrem a penúria nos anos de má colheita. O aumento da propriedade privada gera, no seio da mesma grande família, antagonismos que contribuem igualmente para a desagregação do clã. De um lado, o chefe de família procura apropriar-se de todos os bens da comunidade patriarcal, orientar os bens e o destino dos seus membros; esta tendência reduz finalmente toda a família à escravatura, subordinando-a à autoridade absoluta do chefe da casa. Por outro lado, a produção cada vez mais individualizada, como consequência do desenvolvimento da agricultura com a charrua, que permite ao homem sozinho trabalhar bem o seu campo, sapa a grande família no interior. No seu seio, consolidam-se pequenos, que têm a sua propriedade privada, a sua residência, a sua alimentação à parte.

O desmembramento produziu-se forçosamente antes: da comunidade patriarcal hiperatrofiada, dissociou-se uma comunidade filial, que aumentava e se desmembrava por seu turno. Mas à medida que a economia privada se afirma, as partilhas e o desmembramento da grande família tornam-se mais frequentes e conduzem à separação sistemática de pequenas famílias providas da sua propriedade.

A evolução da propriedade privada faz desaparecer gradualmente o costume de dispersar os bens e consolida os direitos hereditários dos filhos. Resulta que a pequena família, ou família individual, funda-se sobre a preponderância do homem e visa o nascimento de filhos cuja origem paterna é indubitável.

UNICAP
B C

A decomposição da comunidade em pequenas famílias, a maior parte das quais vai viver noutros sítios, é particularmente intensiva nas comunidades pobres, mais fracas sob o ponto de vista económico. Em compensação, as comunidades ricas esforçam-se por conservar as tradições do clã; e isto por várias razões, a primeira das quais é a preocupação de manter na obediência os escravos que lhe pertencem. Com a continuação, o auxílio mútuo do clã aquando da desagregação da comunidade toma um outro sentido. Enquanto que outrora os membros mais bafejados pela sorte na colectividade deviam partilhar com os outros os produtos do seu trabalho, à medida que a riqueza toma maior importância, aqueles que fazem essas distribuições reivindicam presentes em troca. Os chefes das grandes famílias ricas organizam aquilo que se chama o «potlatch», durante o qual distribuem instrumentos, gado, peles, etc., aos homens do clã e da tribo. Algum tempo depois, todos aqueles que receberam a «dádiva» são obrigados a restituí-lo com um suplemento. Noutros casos, o homem pedia emprestado ao chefe ou ao dono da casa e, se não estava em condições de pagar a dívida, caía na dependência do credor. Enfim, os chefes e os membros ricos do clã, melhor aloteados em terrenos, pescarias e pastagens, podiam sempre contar com a ajuda dos outros que, por isso, trabalhavam gratuitamente. Assim, os princípios de auxílio mútuo, deformados no decurso da desagregação do regime dos clãs e do aumento da riqueza, tornam-se um modo de exploração dos pobres pelos ricos. Eis a razão por que os ricos têm interesse em manter relações que eles mesmos ainda há pouco comprometeram gravemente.

Como são precisamente as famílias patriarcais ricas que guardam e conservam, mesmo artificialmente, as tradições do clã, enquanto que as comunidades domésticas pobres se decompõem em pequenas famílias que vão juntar-se a clãs estrangeiros, os ricos isolam-se como nobreza de nascimento. Só eles se lembram da sua origem e da mesma são orgulhosos, falam constantemente dos seus ilustres antepassados e é assim que à sua fortuna se junta a «nobreza» hereditária. Nesta época a nobreza acompanha sempre a fortuna.

Os pobres, uma vez saídos do clã, perdem o apoio da organização que tinha sido até então a sua única força protectora. Dependem, pois, cada vez mais, dos ricos, dos nobres; a sua fraqueza económica e a violência exercida pelos ricos do clã impelem-nos a submeterem-se à «protecção» dos chefes e dos anciãos, o que os torna finalmente em semiescravos. A contradição entre ricos e pobres manifesta-se desde aí, ao lado da contradição entre escravos e homens livres. As diferenças de fortuna no seio do clã e da tribo sucedem à comunidade de interesses inicial, gerando a exploração e o antagonismo.

As famílias independentes, saídas do clã patriarcal, ficam primeiro em contacto. Mas a diferenciação de fortuna e o antagonismo entre ricos e pobres reduzem a nada os laços de parentesco. Por vezes a instalação das pequenas famílias em outros clãs completa a desagregação. A unidade de clã e de território, um dos traços essenciais da sociedade comunitária primitiva, desaparece. As comunidades novas já não se fundam sobre o parentesco, mas sobre a vizinhança; chamamos-lhe comunidades «de vizinhança» ou «territoriais».

Podem compor-se de grandes e de pequenas famílias aparentadas, assim como de famílias saídas de diferentes clãs, mas em ambos os casos os seus membros não se consideram como parentes. A criação de comunidades de vizinhança facilita a actividade económica; perante a desagregação do clã, são a única forma possível de união entre os homens. A sua estrutura conserva certos traços do clã: a comunidade goza, por exemplo, do supremo direito sobre as terras dos seus membros, direito que se traduz por vezes em redistribuições periódicas; tem os seus próprios funcionários. Ora, toda a comunidade comporta o dualismo, dizendo de outro modo, as contradições entre a propriedade comum do solo e a propriedade privada de cada família: a casa com o seu pátio, o gado e os instrumentos. No seio da comunidade de vizinhança «a cultura parcelar e a apropriação privada dos seus frutos dão à individualidade

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

um desenvolvimento incompatível com o organismo das comunidades mais primitivas» (¹). Esse dualismo torna-se com o tempo a fonte da decomposição da comunidade de vizinhança.

Segundo as condições naturais e históricas, formam-se diferentes tipos de comunidades de vizinhança, que se distinguem pelo grau de evolução da propriedade privada.

7 — *A democracia militar*

A desagregação do regime dos clãs revolucionava as relações sociais existentes, não podendo portanto realizar-se pacificamente. Os fundadores do marxismo assinalam que a violência é a parteira de toda a sociedade antiga, grávida de uma sociedade nova. A nobreza de nascimento tinha necessidade de organismos que se encarregassem de defender os seus interesses e de reprimir a resistência dos escravos e dos pobres; tinha necessidade de uma superstrutura política que favorecesse a vinda de uma sociedade nova, dividida em classes.

De início, essas funções são assumidas por uniões secretas masculinas. Nesta época em que a riqueza toma uma importância decisiva, a admissão nas sociedades secretas já não está condicionada pela iniciação, mas por festins e distribuições: aquele cujo pai não está em condições de matar porcos suficientes para um banquete vê fecharem-se-lhe as portas da união. Por conseguinte, nesta etapa, as uniões secretas são inacessíveis, não somente aos escravos e às mulheres, mas ainda aos pobres livres. A união opõe-se, em bloco, a todos os que não são seus membros e esforça-se, consequentemente, por agir em segredo. As uniões secretas procuram intimidar os profanos, infligem-lhes sanções, maltratam-nos.

Essas uniões tomam sob a sua égide os fenómenos novos da vida social, em primeiro lugar o patriarcado e a riqueza.

(¹) K. Marx e F. Engels, *Archiv*, I Band, S. 337. Instituto do Marxismo-Leninismo.

Têm o direito de declarar intangível (tabu) a propriedade dos seus membros e castigam cruelmente os que ousarem atentar contra isso. Pelo contrário, a propriedade dos profanos não é protegida e sofre frequentes pilhagens. A união persegue a mulher e o escravo, realçando assim o prestígio do homem, do mestre. Obriga a pagar os devedores em atraso e, em caso de recusa, confisca-lhes os bens. Chega a desempenhar as funções de tribunal supremo para resolver os diferendos entre aldeias. Toda a efusão de sangue é proibida durante as suas reuniões.

Mas a aldeia reconhecida como culpada é devastada sem piedade: guerreiros mascarados atacam-na de noite, à luz dos archotes e, juntamente com o barulho das matracas, maltratam os habitantes e levam o gado.

À medida que se afirma a supremacia dos ricos e dos notáveis, a antiga democracia dos clãs cede lugar a uma superstrutura política nova: a democracia militar. É dirigida, como no clã, por um chefe, um conselho de anciãos e a assembleia popular. Mas estes organismos têm um carácter completamente diferente.

O grande chefe é eleito entre os chefes das mais ricas famílias patriarcais; com a continuação, o seu cargo torna-se hereditário nos limites de tal ou tal família notável. O seu poder apoia-se menos sobre o prestígio pessoal que sobre a riqueza, o número de parentes, de escravos, de pessoas tributárias. Sustenta frequentemente a sua autoridade através de uma barbárie atroz. Assim, à morte de um chefe do Daomé (na África Ocidental), matavam-se sobre a sua sepultura os que a haviam escavado; por outro lado, enterravam-se vivas as suas mulheres, oitenta dançarinas e cinquenta guerreiros; durante os dezasseis meses seguintes, eram-lhe enviados «mensageiros» para o informar dos negócios do país.

O chefe e o conselho dos anciãos tomam todas as decisões, enquanto que a assembleia popular, composta exclusivamente por guerreiros, se limitava a ouvi-los, reagindo por intermédio de gritos e do tinir das armas.

Se se chama à superstrutura política do tempo da desagregação do clã uma democracia militar, é porque a guerra e a organização do povo para esses fins se traduzem então em funções normais da vida humana. A guerra muda de natureza: dantes fazia-se para vingar uma violação de fronteiras ou para dilatar o território de caça, enquanto que agora tem por objectivo a rapina: o enriquecimento torna-se uma profissão.

Nestas guerras, constituem-se as alianças de tribos, comandadas por um capitão eleito entre os chefes de tribos. As guerras de rapina consolidam o seu poder que tende a transformar-se em poder real.

Ao mesmo tempo vê-se nascer uma instituição que reforça consideravelmente a autoridade do capitão: a companhia de armas. A guerra de rapina dá lugar a associações privadas que combatem, suportando os seus próprios riscos e perigos, independentemente do clã. O chefe congrega à sua volta gentes ávidas de presas e unidas pela fidelidade e não pelo parentesco. Há rebentos da nobreza assim como há escravos. Com o apoio da sua companhia, o chefe militar atinge finalmente o poder absoluto.

É assim que os organismos dirigentes da democracia de clã se separam do povo e se tornam o seu antípoda: organismos de domínio e de opressão dirigidos contra o povo.

8 — *O nascimento do Estado*

Sem dúvida que nenhuma questão mais complicada existe na historiografia burguesa do que a questão do Estado. Os historiadores, filósofos e juristas burgueses apresentam o Estado como uma organização que tem por tarefa manter o bem-estar geral. Esforçam-se assim por idealizar o mesmo, fazendo-o defensor de todos os homens, qualquer que seja a classe a que pertençam.

Na realidade, o Estado é «... uma máquina destinada a manter a dominação de uma classe sobre a outra.» (¹)

(¹) V. Lénine, *Do Estado*. Edições em línguas estrangeiras. Moscovo, 1954, p. 15.

É um aparelho coercitivo que começa onde as classes se formaram; a sua fundação atesta contradições insolúveis para os organismos do regime dos clãs. Dizendo de outro modo: mal se constituíram as classes de escravos e de homens livres, os ricos e os pobres, sentiu-se a necessidade de organismos que, em vez de apaziguarem essas contradições, deviam lesar os interesses de uns em proveito dos outros, oprimir os escravos e os pobres com vantagem para a nobreza esclavagista.

O Estado edificou-se sobre as ruínas do regime dos clãs, cujos organismos, todavia, conceberam as suas. Dois traços o caracterizam: primeiro, a existência do poder público separado da sociedade e oposto a ela (os pilares desse poder são a companhia de armas e o tribunal, realçando chefes e anciãos); em seguida, a união das pessoas que adaptam o princípio territorial e não o princípio em harmonia com o parentesco.

O Estado desempenha duas funções essenciais: reprime a resistência das massas populares (em primeiro lugar) e alarga as suas fronteiras ou defende-as contra os vizinhos.

A desigualdade das classes e o Estado encontram a sua justificação ideológica na religião. Na época em que o regime dos clãs se decompõe, o culto dos antepassados tem lugar de honra e pratica-se com zelo nas famílias nobres, enquanto que os pobres, que rompem com o seu clã, perdem eventualmente até a lembrança das suas origens. Daí resulta a ideia de uma diferença de destinos póstumos para os ricos (os nobres) e os pobres. Certos povos imaginam que após a sua morte os pobres são transformados em animais, enquanto que os ricos se tornam espíritos antropomorfos. Outras tribos julgam mesmo que só as almas dos ricos e dos dirigentes são imortais e que as dos pobres e dos subalternos desaparecem.

Durante a desagregação do regime dos clãs, um papel cada vez mais relevante aparece no culto do chefe da tribo. Este passa desde então a representar o símbolo do bem-estar na colectividade. De modo que se lhe exige uma pureza absoluta: não deve ter doenças nem cicatrizes; só pode comer uma comida especial, por exemplo, o leite de um determinado rebanho. O seu aspecto exterior é reputado como o testemunho da prosperidade geral: as tribos guerreiras dos zulus orgulhavam-se da excessiva obesidade dos seus chefes, alguns dos quais mal se podiam deslocar pelos seus próprios meios. Estes chefes não se ocupam já da produção; em sinal disso trazem unhas compridas.

A alma do chefe defunto é considerada como uma força mágica imensa, susceptível de ajudar os seus antigos súbditos. Ela «reclama» uma adoração pomposa e um culto à parte. À medida que se dilui a lembrança da existência real do chefe, o culto da sua alma tornar-se no culto de um protector divino do clã ou da tribo. A pouco e pouco começa a imaginar-se a existência de divindades poderosas. Cada tribo venera algumas delas. É o politeísmo, que se intrometeu nas crenças arcaicas: a ideia do antepassado protector antropomorfo confunde-se com as ideias do totem e das forças da natureza. Eis a razão por que Deus é concebido no início como um deus-animal, um deus-Sol, um deus-Lua, etc.

Forma-se gradualmente uma casta cuja profissão consiste em administrar o culto. São os sacerdotes, que se dizem mais próximos dos espíritos e dos antepassados e que, por esta razão, reivindicam o privilégio de agir sobre eles. Desde então, a acção sobre os espíritos, quer dizer, sobre a natureza, é a sua prerrogativa. Vestido de sumptuosos trajos e adornado com amuletos, a cara escondida sob uma máscara de animal, o sacerdote armado com o tambor ou com o ceptro hierático torna-se o intermediário entre a sociedade e as forças da natureza: monopolizando esse direito, transforma as ideias ingénuas quanto à possibilidade de agir por magia sobre os animais e as plantas em modo de acção sobre a própria sociedade. Nas mãos de uma casta pouco numerosa, que defende os interesses da nobreza, o culto religioso torna-se, na sociedade dividida em classes, um instrumento de opressão. A interpretação fantasista dos fenómenos naturais que dominam o homem é utilizada pelos nobres para subjugar o trabalhador, rebaixá-lo diante das forças sobrenaturais e submetê-lo às novas forças

sociais. A religião torna-se um instrumento de dominação de uma classe por outra.

As classes e o Estado nascem em condições e épocas diferentes. Assim, graças à irrigação, os habitantes do vale do Nilo chegam, desde antes da descoberta do bronze, a uma produtividade de trabalho que torna possível a formação das classes. Nesta região, assim como na Mesopotâmia, o Estado constitui-se no Eneolítico, no fim do quarto milénio antes da nossa era.

Em outros casos, a evolução da agricultura e da grande criação de gado firma a divisão da sociedade em classes na Idade do Bronze, como entre os Hititas e alguns outros povos da Ásia. Mas para a maioria dos povos da Europa, da Ásia e da África, o regime dos clãs desagrega-se e as classes sociais não aparecem senão após a criação da indústria do ferro.

No que respeita ao Novo Mundo, somente um pequeno número de tribos (sobretudo no México e no Peru) tinha, no momento da descoberta da América, passado pela desagregação do regime dos clãs e fundado os primeiros Estados. De resto, ainda aí não se conhecia o ferro.

Quadro 1

HISTÓRIA DA SOCIEDADE PRIMITIVA

Tempos Geológicos	Cronologia absoluta — Anos	Períodos e épocas	Formação do homem	Carácter das relações sociais
Pleistocénico		Paleolítico inferior		
Fase pré-glaciar	há um milhão	Pré-chelense	Aparecimento do Homem	Rebanho primitivo
	de 400 000 a 100 000	Chelense		
Início da fase glaciar	de 100 000 a 40 000	Acheulense		
			Homem de Neanderthal	
Extensão máxima dos glaciares	cerca de 40 000	Musteriano		
Fim da fase glaciar ...	de 40 000 a 12 000	Paleolítico superior	Homo Sapiens	Princípios do matriarcado
Quaternário	de 12 000 a 6 000	Mesolítico		Desenvolvimento do regime dos clãs
	de 6 000 a 4 000	Neolítico inferior		Desagregação do regime dos clãs e nascimento das classes no Oriente
	de 4 000 a 3 000	Neolítico superior		
		Eneolítico (calcolítico)		
	de 3 000 a 2 000	Idade do bronze		Desagregação do regime dos clãs na zona das estepes da Europa e da Ásia
	1 000	Idade do ferro		Formação das classes na Grécia e em Roma

O ORIENTE

UNICAP
B C

CAPÍTULO V

INTRODUÇÃO

1 — *Os antigos países do Oriente*

Foi no Oriente que se formaram os primeiros Estados. O Oriente da Antiguidade é um imenso território que vai do Egipto até à China e que inclui a parte meridional da Ásia e o Nordeste da África. A história dos seus povos inicia-nos no nascimento e no desenvolvimento dos mais antigos Estados esclavagistas, fundados na divisão da sociedade primitiva em classes.

Uma condição natural peculiar aos países em questão é a alternância de vales férteis em vastas regiões desérticas e cadeias de montanhas. Esses grandes vales fluviais são cinco: o vale do Nilo, na África do Norte; o vale do Tigre e do Eufrates (Mesopotâmia) no Sudoeste da Ásia, perto do Golfo Pérsico; os vales do Indo e do Ganges, no Indostão; e o vale do Hoang-ho, na China. O vale do Nilo é limitado a oeste pelo imenso deserto do Sara; a Mesopotâmia confina a oeste com o deserto da Arábia e a leste com a cadeia do Zagros; ao norte e a nordeste do vale do Ganges, levantam-se as montanhas do Himalaia; o vale do Hoang-ho liga ao norte e a noroeste com as regiões desérticas da Mongólia.

Esses vales são muito favoráveis à agricultura. As cheias dos cursos de água irrigam abundantemente os campos, o clima é quente, o solo rico e fácil de trabalhar. Além disso a agricultura sedentária com a charrua começou aí

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

mais cedo que nos outros sítios e desenvolveu-se mais rapidamente.

No curso da sua história, as sociedades do Oriente criaram civilizações muito antigas, que exerceram uma grande influência na evolução dos países europeus da Antiguidade. As civilizações mais influentes foram as do Egipto, da Mesopotâmia e dos países intermédios da Palestina e da Síria. Situados na zona mediterrânica, esses países mantinham relações comerciais e culturais com os seus vizinhos, neles se incluindo as regiões do litoral europeu, cujas tribos e povos receberam do Egipto, da Mesopotâmia, da Palestina, da Síria e da Índia numerosos elementos da sua cultura. Esses elementos passaram gradualmente aos povos modernos da Europa e tornaram-se apanágio da civilização europeia.

A história do Oriente começa pela formação da sociedade esclavagista e do Estado, ou seja, no fim do IV milénio antes da nossa era. Quer a tradição que não assinale a história antiga do Oriente por uma data ou mesmo por um século determinado: no oeste, nós reportamo-la à queda do Império Persa (século IV antes da nossa era), enquanto que a história da China e da Índia vai até à instauração do regime feudal, que se efectuou nos primeiros séculos da nossa era.

Assim, os quadros cronológicos e territoriais da história antiga do Oriente são bastante convencionais: ela não engloba geralmente a história dos Egeus pré-helénicos, que, todavia, existiram no II milénio antes da nossa era e se encontravam em contacto com os países orientais.

A sociedade esclavagista e o Estado no Oriente tinham traços específicos que permitem opô-los aos da Antiguidade greco-romana.

Eis esses traços: 1) fraco desenvolvimento do sistema esclavagista; manutenção prolongada da escravatura patriarcal e das formas semipatriarcais de exploração; 2) fraco desenvolvimento da propriedade privada da terra e estabilidade da comunidade de vizinhança; 3) superstrutura política constituída essencialmente por um poder monárquico poderoso (o «despotismo oriental»).

Mas ao assinalar essas particularidades económicas e políticas, é preciso lembrar que elas não eram sempre adequadas a todos os Estados; com a continuação, vêem-se surgir aí nítidas características da sociedade esclavagista clássica. Por outro lado, os Estados da Antiguidade Greco-Romana — sobretudo no princípio da sua história — conservam muitos elementos típicos dos regimes sociais do Oriente. Não há diferença nenhuma de princípio entre os Estados do Oriente e a Antiguidade clássica: as particularidades secundárias que os distinguem não nos impedem de os situar na mesma formação social e económica.

A história do Oriente apresenta um enorme interesse: foi lá que nasceram as primeiras sociedades divididas em classes e que se lançaram as bases da cultura material e espiritual, a qual foi assimilada pelos povos da Grécia e de Roma, e se tornou finalmente o apanágio da civilização moderna.

2 — *Fontes da história antiga do Oriente*

Devem ser divididas em três grupos: textos gregos e latinos, vestígios arqueológicos e textos em línguas de povos orientais.

Os textos gregos e latinos, estudados desde há já muito tempo, assim como a Bíblia, que entrará em linha de conta mais abaixo, presidiram até ao início do século XIX à reconstituição da história antiga do Oriente. São obras de historiadores e de geógrafos da Antiguidade, alguns dos quais visitaram mesmo o Egipto, a Síria ou a Mesopotâmia, enquanto que outros se baseavam nas informações de segunda mão ou parafraseavam livros actualmente desaparecidos. Entre esses autores tem lugar à parte Heródoto, escritor grego dos meados do século V antes da nossa era, que viajou muito, observando e descrevendo os usos e costumes dos países que atravessou; também cita numerosas lendas sobre o passado do Egipto e de outros Estados.

Mas os escritos de Heródoto têm graves falhas, que se repercutiram nas obras do princípio do século XIX. Heródoto viveu mesmo no fim da história antiga do Oriente: era contemporâneo dos reis da Pérsia, mas 2500 anos o separavam das etapas iniciais da história do Egipto e da Mesopotâmia; além disso, não conhecia as línguas orientais. E se as suas informações sobre a Pérsia têm realmente valor, o que conta do Egipto é superficial, contraditório e lendário. A obra de Heródoto não pode servir de ponte senão para o estudo do último período da história antiga do Oriente. Isto aplica-se, muito mais ainda, aos autores mais recentes (Estrabão, Diodoro, Plutarco) que dão somente informações isoladas sobre tal ou tal questão.

Entre os historiadores que escreveram em grego deve mencionar-se o sacerdote egípcio Manéthon (século III antes da nossa era): tinha acesso aos arquivos dos templos e aspirava a dar a conhecer aos leitores gregos a história do seu país. Infelizmente o seu livro não se conservou e nós não o conhecemos senão por citações contidas em obras posteriores. O mesmo aconteceu às obras do sacerdote babilónico Berose, contemporâneo de Manéthon, que tinha procurado escrever a história da Mesopotâmia.

Os textos de autores antigos não contêm, pois, senão dados insignificantes sobre a história do Próximo Oriente; ainda falam menos da Índia (encontram-se algumas informações sobre o regime social e político deste país, no limite do século IV com o limiar do século III, no livro de Megástenes, embaixador grego na corte indiana, livro que nos chegou em estado fragmentário); e quanto à China, os historiadores da Antiguidade quase nada sabem dela. É por isso que até ao início das escavações arqueológicas no Oriente, os historiadores não estavam de modo algum documentados sobre a sua história e não podiam efectuar um estudo aprofundado.

As escavações sistemáticas no Próximo Oriente começam em meados do século XIX da nossa era. Botta e Layard descobrem vestígios de palácios reais assírios; depois exploram-se as ruínas das cidades da Baixa Mesopotâmia, entre elas Babilónia e Lagash. Grandes trabalhos são empreendidos no Egipto, onde se estudam os restos dos templos e dos túmulos.

As pesquisas do fim do século XIX e do princípio do século XX alargam ainda os nossos conhecimentos sobre o Oriente. J. de Morgan descobre no Egipto e no Oeste do Irão monumentos anteriores ao nascimento da sociedade dividida em classes; o inglês Flinders Petrie estuda as cidades do Egipto, designadamente os vestígios da cidade de Kahun, não longe do oásis de Fayum; na Ásia Menor, perto de Boghaz-Koeui, Winckler e Macridy Bey desaterraram Hattusa, capital dos Hititas.

A actividade dos arqueólogos é particularmente fecunda durante o intervalo entre as duas guerras, entre 1920 e 1930. É desta altura que datam a descoberta da civilização antiga da Índia (escavações de Mohendjo-Daro e de Harappa, na bacia do rio Indo); as escavações de uma cidade chinesa perto de Anian; sepulturas e cidades sumérias que evocam a sociedade primitiva e a primeira sociedade dividida em classes; o estudo de cidades akkades (Kish, Ashnunnak, etc.); a descoberta do reino de Mari, no curso médio do Eufrates e da cidade fenícia de Ugarit; as escavações no Norte da Síria (cidades de Alalah e de Samal); e muitos outros achados que modificaram sensivelmente as nossas ideias sobre a história do Oriente.

Os trabalhos dos anos vinte e trinta, efectuados com maior sabedoria do que os antecedentes, revelam vestígios de civilizações até aí ignoradas ou somente mencionadas.

Descobertas importantes são feitas nesta época no Egipto: em 1922, consegue-se encontrar o túmulo intacto de um faraó e pouco antes da Segunda Guerra Mundial descobre-se um outro em Tanis. E se bem que o primeiro (Tutankhamon) não haja reinado senão alguns anos e tivesse morrido novo e o segundo (Xéchanq I) haja governado no fim da história antiga do Egipto, quando o país já não podia pretender deter a supremacia no Próximo Oriente, as duas sepulturas são de uma importância excepcional para o estudo da história e da cultura egípcias. Em Sakkarah exploram-se as sepulturas dos mais antigos monarcas e dignitários do Egipto, a mais notável das quais é o túmulo de Hemaki, que encerra mais de cinquenta câmaras.

As descobertas da última década não podem rivalizar com os achados de Mari e de Ugarit, de Harappa e de Alalah, mas fazem luz sobre certos problemas da história antiga: as escavações de Tell-Hassun (Assíria) e outros lugares precisam as nossas ideias sobre os princípios da agricultura e da criação de gado, e sobre o aparecimento de cidades do Próximo Oriente. As escavações de Gezer, Hatsor, Bet-Tsur e outros centros antigos da Palestina demonstram a alta cultura deste país na época cananeia e facilitam sensivelmente a reconstituição da sua história. Em Heluan (Egipto) procede-se à escavação de uma imensa necrópole datando da formação do Estado egípcio. Na China, perto de Anian, descobriu-se um grandioso túmulo da segunda metade do II milénio antes da nossa era.

Os trabalhos dos arqueólogos soviéticos na Transcaucásia e na Ásia Central fornecem também materiais do mais alto interesse: B. Piotrovski abriu as ruínas da fortaleza urartiana de Karmir-Blur, perto de Erevan; depois descobriram-se na mesma região os vestígios de uma outra fortaleza urartiana, na colina de Arine-Berd. S. Tolstov e os seus colegas encontraram em grande número de monumentos que narram a história das tribos pastoris e o nascimento dos Estados esclavagistas na Ásia Central.

A arqueologia enriqueceu, portanto, consideravelmente o nosso conhecimento da história do Oriente, mostrando civilizações esquecidas ou muito mal conhecidas. As escavações dos antigos centros culturais orientais trazem sempre informações novas que aumentam e aprofundam o nosso saber.

As escavações trazem à luz do dia antes de mais os monumentos materiais que, por eles mesmos, esclarecem a história económica e social do Oriente: os instrumentos, a cerâmica, os ossos de animais e outros restos permitem entrever a evolução da economia; as ruínas dos palácios e das simples habitações reproduzem a imagem da cidade antiga. As escavações do arqueólogo M. Z. Goneim, que descobriu em 1954 o sepulcro de Sahmehet, um faraó da III dinastia até aí desconhecido, forneceu interessantes materiais sobre o Egipto. Os trabalhos de Parrot em Mari permitem reconstituir um palácio real, templo da deusa Ishtar, dependências, uma escola do palácio assim como o bairro dos pobres, com casas de tijolos crus. A necrópole de Mari testemunha também a grande diferença de fortuna: ao lado de humildes túmulos na terra batida, encontram-se sumptuosas sepulturas de pedra. Um quadro análogo é oferecido pelas outras cidades antigas do Oriente, desde Kahun, no oásis de Fayum, até Anian, na margem do Hoang-ho.

Mas os vestígios concretos não caracterizam senão sumariamente as relações sociais: não se pode esperar obter uma característica detalhada da sociedade esclavagista, formas de propriedade ou de superstrutura política, sem falar da história civil. Assim, ligamos importância particular à descoberta de inscrições traçadas nas matérias mais diversas: metal, pedra, ossos, tabuinhas de argila, papiro, pergaminho. A grande maioria dos textos em línguas de povos antigos do Oriente só foi submetida a estudo em seguimento das escavações dos séculos XIX e XX. Só alguns [sobretudo em línguas da China e da Índia (1)] são conhecidos através dos manuscritos conservados nas bibliotecas; é também o caso da Bíblia.

A Bíblia, uma das mais complexas fontes da história do Próximo Oriente, é uma compilação de tradições de toda a espécie (lendas, anais, leis, obras publicitárias, religiosas e poéticas), semíticas e mais especialmente hebraicas, nascidas em diferentes épocas a partir do II milénio, e reunidas cerca do século II antes da nossa era. A sua parte essencial sofreu, sem dúvida alguma, um retoque tendencioso, que serve os interesses do sacerdócio. A Bíblia foi o livro sagrado dos hebreus, depois dos cristãos: passou, durante muito tempo, por ter sido inspirada pelo próprio Deus. É, pois, natural que as informações lá contidas sobre a história dos Hebreus e seus vizinhos tenham sido admitidas na Idade Média sem restrições. A crítica da Bíblia, que se desenvolveu na luta contra a visão medievalista, feudal, do mundo, ela sozinha realçou as repetições, as contradições e os erros desses escritos «divinos». O iniciador dessa crítica foi o eminente filósofo materialista B. Spinoza; antes dele, Aben-Ezra, um sábio do século XII, houvera já assinalado as contradições do texto bíblico. As ideias de Spinoza foram retomadas por investigadores burgueses (J. Wellhausen, S. Mowinckel e outros); historiadores soviéticos (N. Nikolski, A. Ranovitch) deram mais um passo neste domínio: em vez de se limitarem à crítica puramente literária do texto, esforçaram-se por extrair as ideias sociais de cada livro e as origens sociais das modificações introduzidas pelos redactores. A crítica da Bíblia é muito favorecida pelos pergaminhos hebreus descobertos por volta de 1950, na Jordânia; remontam ao período que vai do século III antes da nossa era ao II também da nossa era, e contêm, entre outros, fragmentos da Bíblia que diferem sensivelmente do texto original, conhecido pelos copistas medievais.

---

(1) Veja os capítulos sobre a Índia e a China.

Isso mostra que os dados da Bíblia não podem servir para o estudo da história do Próximo Oriente (principalmente no I milénio antes da nossa era) a não ser com a condição de serem examinados com prudência e discernimento.

Muito mais importantes, sob o ponto de vista documental, são os escritos egípcios, sumérios, akkadianos, hititas, urartianos e outros, a maior parte dos quais foi encontrada aquando das escavações. Alguns desses vestígios (inscrições rupestres e murais, papiros) eram já conhecidos dos sábios do século XVIII, mas nenhum podia constituir objecto de investigações porque a arte de ler os hieróglifos (tal como a escrita da maior parte dos povos do Próximo Oriente) estava então irremediavelmente esquecida e antes de estudar esses textos era preciso aprender a decifrá-los.

O problema da escrita egípcia, que existia sob três formas, foi resolvido em 1822 por Champollion. Para isso, baseou-se numa incrição chamada «pedra de Rosetta», encontrada no posto egípcio deste nome. A mesma inscrição repetia-se três vezes: em grego, em hieróglifos antigos e em caracteres demóticos (cursivo egípcio de origem mais recente).

A leitura do texto revelou que era um decreto em honra do faraó Ptolomeu V, inscrito na pedra em egípcio (duas vezes) e em grego. Já se tinha, portanto, a tradução do texto egípcio. Era sabido, desde antes de Champollion, que os nomes reais se emolduravam num desenho oval, dito «cartucho». Graças a este cartucho decifrou Champollion os hieróglifos que constituíam o nome do faraó e assim se encontrou a chave da escrita egípcia. Pelo mesmo método leu ele em outras inscrições os nomes de Cleópatra, de Berenice, de Alexandre; depois decifrou os nomes egípcios de Thutmés, de Ramsés. Dispondo de um grande número de sinais, começou a ler as palavras e os textos completos. O conhecimento do copta (língua do Egipto cristão), do árabe e do hebraico ajudou-o nesta tarefa. Determinou o sentido de numerosos hieróglifos e compôs uma gramática egípcia.

A decifração da escrita cuneiforme é devida a Grotefeud e a Rawlinson.

Em 1802, Grotefeud conseguiu, à força de perseverança e hipóteses engenhosas, traduzir a parte superior de uma inscrição persa do tempo de Xerxes, esculpida em três tipos de caracteres cuneiformes. Mas não encontrou o sentido de todos os sinais. A questão apaixonou os investigadores do mundo inteiro durante perto de meio século. O mais difícil era o texto em babilónico, cujos sinais representam sílabas e palavras completas, sem contar com o facto de cada sinal ter vários sentidos. A escrita cuneiforme babilónica foi definitivamente decifrada por volta de 1850, graças à descoberta por Rawlinson de uma grande inscrição do rei Dario, em três línguas (susiana, persa antiga e babilónica) num rochedo de Behistun. O texto em persa, lido sem grande dificuldade, continha perto de 200 nomes de reis, de países e de povos. Foi isso que permitiu a Rawlinson, Hincks e Oppert decifrarem primeiro a parte persa e depois a parte babilónica da inscrição. Serviram-se de tabuinhas escolares, encontradas nessa altura nas ruínas do palácio de Assurbanipal. Tinham, à esquerda, sinais representando palavras completas (ideogramas), e à direita as mesmas palavras figuradas por sílabas e sinais fonéticos. A escrita cuneiforme utilizada na Mesopotâmia era, pois, muito complexa e consistia em três géneros de caracteres: ideogramas, sílabas e fonogramas.

A leitura dos textos hititas e urartianos encontrava-se facilitada pelo facto de estarem em caracteres cuneiformes akkadianos; mas eram difíceis de compreender, por serem as línguas hitita e urartiana desconhecidas dos investigadores. Desde a segunda metade do século XIX, o inglês Sayce tentou ler e traduzir várias inscrições urartianas; um apreciável contributo para o estudo desta língua foi dado pelo armenólogo K. Katkanov, o notável assiriológo M. Nikolski e o erudito soviético G. Melikichvili. O estudo do hitita foi empreendido durante a Primeira Guerra Mundial por B. Krozny; em 1952, F. Friedrich publicou o primeiro dicionário hitita. Na hora actual, grandes progressos se realizaram através da leitura de textos cuneiformes luitas e khurritas. As tabuinhas fenícias de escrita alfabética, encontradas em Ugarit, foram decifradas simultaneamente por quatro investigadores.

Os hieróglifos hititas eram bastante difíceis de interpretar; mas as escavações de Kara-Tepé (na Cilícia), efectuadas por volta de 1950, forneceram as investigadores inscrições bilingues do século VIII antes da nossa era, em caracteres fenícios e hieróglifos hititas. Obteve-se assim a base linguística indispensável a esse estudo.

Nunca se conseguiu descobrir a escrita hieroglífica da Índia antiga, cujos vestígios foram descobertos aquando das escavações de Mohendjo-Daro e de Harappa. Por outro lado, há muito para fazer no domínio das outras línguas antigas do Oriente: precisar a gramática, compor os léxicos, verificar a exactidão da leitura. Não é sem razão que os investigadores se vêem constantemente obrigados a modificar a transcrição dos nomes próprios, dos termos, e a corrigir as traduções existentes.

UNICAP
B C

Os textos em antigas línguas do Oriente são enormemente variados. Poder-se-iam classificar em duas categorias principais: documentos e narrações. Aos primeiros pertencem, antes de tudo, as leis. Excepto a legislação hebraica, incluindo a Bíblia, os investigadores do século XIX ignoravam as leis dos Estados Orientais da Anguidade: foi em 1901-1902 que se descobriu o código de Hamurábi, rei da Babilónia. Em seguida, a ciência enriqueceu-se com outros códigos (em geral fragmentários) de monarcas mesopotâmicos, hititas, assírios; encontraram-se muito recentemente em Tuna el-Gébel (a antiga Hermópolis) fragmentos de leis egípcias relativas à propriedade, ao aluguer e à herança.

A maioria das fontes documentárias é constituída por textos oficiais, tais como relações de funcionários, títulos de compra, testamentos, actos de troca, contratos de arrendamento, de empréstimo e de depósito. Durante as escavações efectuadas nas cidades da Baixa Mesopotâmia (Shuruppak, Lagash, Larsa e outras), foram recolhidas centenas de milhares de tábuas de argila contendo documentos deste tipo, que permitem (mesmo por virtude da sua quantidade) penetrar na vida económica do país nos III e II milénios antes da nossa era. Arquivos semelhantes foram descobertos na cidade khurrita de Nuzi, em Mari, no centro capadócico de Ganés e noutros sítios. Algumas tábuas foram descobertas aquando das escavações de Karmir-Blur. Acabam de ser publicadas as tábuas denominadas «do tesouro», originárias de Persépolis, fontes preciosas para o estudo de um assunto ainda mal conhecido: a situação dos produtores directos na antiga Pérsia. Os documentos egípcios, papiros e pedras esculpidas, chegaram-nos em número muito inferior ao das tábuas de argila; além disso, datam na sua maior parte do meio do II milénio e de épocas mais recentes. Notemos entre eles os papiros em aramaico, que remontam ao tempo da dominação persa.

Um lugar à parte cabe ao documento denominado «o inventário de Harran», lista das propriedades dos colonos assírios nessa região, incluindo o gado, as obras hidráulicas, os escravos, etc.

UNICAP BIBLIOTECA CENTRAL

As fontes documentárias compreendem, finalmente, as cartas de particulares, de funcionários e de reis, que nos chegaram em grande número. Uma das correspondências mais abundantes é a de Hammurabi, que versa várias questões económicas, administrativas e financeiras. Duas colecções de cartas têm uma importância primordial para o entendimento da história da política externa do Próximo Oriente: são os arquivos dos reis de Mari, que elucidam as relações entre a Babilónia, o país de Mari e a Assíria na primeira metade do século XVIII antes da nossa era, e as cartas chamadas de Tell el-Amarna, dirigidas aos faraós Anténofis III e Akenator (fim do século XV-início do século XIV antes da nossa era) pelos potentados sírios e os reis da Assíria, da Babilónia, do Mitanni e de outros Estados. Foram encontradas no sítio da capital de Akhenaton, cujas ruínas se situaram perto de Tell el-Amarna.

Textos históricos constituem as mais importantes fontes narrativas. São designadamente inscrições consagradas às campanhas militares, que os faraós faziam esculpir nos muros exteriores dos templos; biografias completas de reis, como a de Idrimi, rei de Alalah (século XV antes da nossa era), gravada numa estátua; crónicas semelhantes às dos hititas, que descrevem em detalhe as rivalidades na política externa do século XVIII ao século XV.

Um outro tipo de fontes são os textos literários, novelas, contos e lendas, que nos iniciam não apenas na história da cultura espiritual, mas também nas relações sociais.

Assim, os sábios dispõem actualmente de textos variados, escritos em diferentes línguas orientais. O número desses textos vai aumentando de ano para ano. São eles que servem de fonte principal ao estudo da história do Oriente.

3 — *O estudo da história antiga do Oriente*

Se bem que desde o século XVIII e do princípio do século XIX se tivesse procurado delinear a história antiga do Oriente, essas tentativas não podiam, naturalmente, ter

sucesso; a falta de fontes tornava as obras esquemáticas e superficiais. Só com a acumulação de dados arqueológicos e a decifração da escrita foi permitido aos investigadores da segunda metade do último século passar dos esquemas especulativos às tentativas de reconstituição da história do Egipto e da Mesopotâmia, em harmonia com os dados concretos. Os primeiros egiptólogos e assiriólogos contentavam-se de um modo geral em publicar e computar os textos, mas no fim do século XIX apareciam já obras de síntese de Ad. Erman, G. Maspero e outros.

Foi, pois, nessa época que surgiu a questão da relação entre a civilização descoberta e as dos outros povos da Antiguidade: quis-se resolvê-la pela teoria do pan-babilonismo, devida, entre outros, a F. Delitzsch e H. Winckler. O panbabilonismo encerra, sem dúvida alguma, uma ideia certa: comparando as lendas babilónicas com os mitos bíblicos (e mais tarde, após a descoberta das leis de Hamurábi, o direito babilónico com o direito hebraico), Delitzsch e Winckler deduzem que a legislação e as lendas contidas na Bíblia nasceram sob a influência da cultura babilónica, muito mais antiga do que a hebraica. Está aí uma dedução importante que ajudou, designadamente, a crítica da Bíblia. Mas os panbabilonistas não param nessa asserção correcta (embora especial): generalizaram-na, pretendendo que a civilização de toda a humanidade tomou raízes na Babilónia, que seria o berço da cultura egípcia, grega, chinesa e mesmo peruana.

Os pan-babilonistas chegaram, pois, à conclusão absolutamente errónea, segundo a qual os principais valores da civilização teriam sido criados num certo ponto (em Babilónia), para se espraiarem depois pelo mundo inteiro.

Mas não é tudo. Em fins do século XIX e princípios do XX, quando Winckler escrevia as suas obras, a cultura arcaica sumeriana ainda não estava descoberta e os historiadores ignoravam a génese da civilização sumero-babilónica. Foi por isso que a cultura babilónica, tal como a representava Winckler, tomou uma feição mística; parecia preexistente, surgida toda ela, num certo momento, já acabada, completa, como Atena surgiu, toda armada, da cabeça de Zeus. Dizendo de outro modo, o vício essencial do panbabilonismo está em que ele nega a evolução; a coisa é característica numa teoria surgida com o imperialismo.

Foi criticada por alguns historiadores burgueses; em primeiro lugar, por Ed. Meyer, autor da *História da Antiguidade* (1884-1902) em vários volumes, que abrangia do mesmo modo o Próximo Oriente, a Grécia e Roma. Baseado no estudo de fontes diversas, o livro de Meyer encerra muitas observações interessantes. O autor colocou-se no ponto de vista da história universal para demonstrar a via de evolução única dos povos da Antiguidade. Mas a sua concepção é errónea, pois ele moderniza a história antiga, não reconhece o carácter esclavagista das sociedades e apresenta-as como feudais na primeira etapa e como capitalistas na etapa seguinte. Esta interpretação anti-histórica do regime social dos antigos países orientais é própria de muitos outros investigadores, como J. H. Breasted, que encontra na história do Egipto um período de desmembramento feudal e um absolutismo esclarecido. A teoria do feudalismo oriental da Antiguidade sobreviveu até aos nossos dias e reflecte-se em obras tais como o livro de L. Delaporte, *Os Povos do Oriente Mediterrânico* (1948), e o livro de E. Drioton e J. Vandier, intitulado *O Egipto* (1952).

Depois da Grande Revolução de Outubro, as tendências dos investigadores ocidentais diferenciam-se cada vez mais: uns, aderindo à historiografia fascista, encaram a história antiga do Oriente no espírito do racismo e fazem das tribos europeias (arianas) uma raça superior, portadora do progresso; por outro lado, preconizam a monarquia despótica como o melhor dos regimes. Outros tendem, espontaneamente, a dar ao curso da história uma explicação materialista e são levados, pelo próprio estudo das fontes, a conceber as particularidades de evolução da sociedade antiga ou do seu regime político. Assinalaremos a este propósito Th. Jakobson que, na sua obra consagrada ao regime político dos primeiros Estados sumerianos, põe em dúvida a tese reaccionária sobre a eternidade do despotismo oriental. Os historiadores estrangeiros actuais interessam-se vivamente pela origem da civilização no Oriente: é esta

questão que tratam as obras do historiador inglês G. Childe. Cada vez incide mais o interesse nos países situados para lá do «Oriente clássico»: a Índia e a China.

Mas apesar dos seus apreciáveis resultados, apesar da sua abundante documentação, a ciência burguesa contemporânea não está à altura de sintetizar a história antiga do Oriente; são testemunhas disso o primeiro tomo da *História Geral das Civilizações*, publicada em Paris, em 1953, e compilações tais como a *História do Mundo* (Berna, 1952-1956), e *Povos e Civilizações* (Paris, 1936-1953). A visão idealista do mundo, que consagra à religião excessiva atenção, a negligência de problemas da escravatura, da propriedade, da comunidade de vizinhança, das lutas de classes, a manutenção da teoria da estagnação, são outros tantos traços específicos da maior parte das obras modernas sobre a história do Oriente.

Na Rússia, antes da Revolução, poucos historiadores soviéticos estudavam a história dos povos orientais da Antiguidade. Mas alguns deles situavam-se na primeira linha dos orientalistas dessa época, pelos conhecimentos das línguas orientais antigas e da arqueologia. Os egiptólogos B. Turaiev e V. Golenichtchev publicaram toda uma série de textos egípcios; o assiriólogo M. Nikolsli recolheu e publicou as inscrições cuneiformes do reino de Urartu, encontradas na Transcaucásia (no território do Império da Rússia), assim como um certo número de documentos económicos mesopotâmicos do III milénio. Deve-se a Turaiev o primeiro curso russo de história antiga do Oriente. Concebido sob o método narrativo, com citação de mitos e de crónicas, essa obra encerrava, todavia, grandes extractos de textos originais e constituía, por esse facto, uma espécie de crestomatia das fontes históricas. Mas hoje não pode servir de manual. Em primeiro lugar, os materiais são antiquados, pois após o seu aparecimento fizeram-se novas descobertas muito importantes. Em segundo lugar, à maneira de Meyer e de outros historiadores burgueses ocidentais, o autor reconhece a existência do feudalismo nos antigos Estados orientais e atribui, como um idealista, o papel histórico dirigente à religião e à «sabedoria» de certos monarcas. Ao mesmo tempo, despreza o papel das massas exploradas e a sua luta contra os opressores. Isso, todavia, não tira a Turaiev o mérito de ter fundado a escola de historiadores russos do Oriente.

A história soviética do Oriente, fiel às tradições da ciência progressista de outrora, põe problemas absolutamente novos, em primeiro lugar o do carácter das relações sociais. Esta questão foi vivamente debatida cerca de 1930, mas num espírito um tanto ou quanto escolástico, pedante: a discussão incidia frequentemente, não sobre factos concretos, mas sobre citações de Marx, sem ter em conta a circunstância de que Marx escrevia, em suma, antes de ter sido criada a ciência do Oriente antigo, e que falando de formação «asiática» (¹), ele de forma nenhuma subentendia o Egipto ou a Babilónia. Esta interpretação escolástica de Marx conduziu à teoria errónea do «modo de produção asiática»; errónea porquanto era baseada numa «via especial» de evolução dos países orientais e sobre a sua pretensa estagnação: os partidários desta teoria afirmavam que o «modo de produção asiático», do tempo de Hammurabi e de Ramsés II, se conservava até aos tempos modernos. O académico V. Struvé teve o enorme mérito de acabar com a teoria do «modo de produção asiático» e de provar o carácter esclavagista das relações sociais na Mesopotâmia, no Egipto e entre os Hititas. Todavia, não dá grande atenção aos agricultores livres, membros das comunidades. Esta lacuna foi preenchida pelos académicos N. Nikolsli e A. Tiumenev, que demonstraram que na Suméria e no Egipto arcaico a escravatura era de natureza patriarcal e não excluía o trabalho activo dos proprietários de terras, membros das comunidades. Infelizmente, esses princípios certos foram tornados absolutos: certos historiadores pretenderam que os países orientais nunca tinham conhecido as formas clássicas de escravatura nem a propriedade privada da terra. Neste ponto cabe um importante papel às

---

(¹) K. Marx, *Contribuição para a Crítica da Economia Política*, Éditions Sociales, Paris, 1951, p. 5.

obras de I. Diakonov, que provou serem os regimes sociais e políticos dos países da Mesopotâmia, da Grécia e de Roma bastante mais semelhantes do que se seria levado a supor. Struvé, N. Nikolsli, Tiumenev, Diakonov consagraram as suas investigações sobretudo à história da Mesopotâmia, porque neste domínio a documentação era particularmente abundante. Outros historiadores soviéticos (Avdiev, Lurié, Mathieu, Frantsev) estudavam o Egipto; a história de Urartu beneficia grandemente dos trabalhos de Melikichvili, Piotrovski e Kapantsian. Certos capítulos da história do Oriente (sobretudo a história dos Khurritas, da Caldeia e do Novo Império egípcio) são ainda mal conhecidos. O estudo aprofundado da Índia e da China antigas está no seu início.

4 — *A cronologia*

Uma das mais complexas questões da história do Oriente é a cronologia. Os povos orientais datavam os acontecimentos com base nos anos do reinado ou com base noutros fenómenos fortuitos («o ano que seguiu a fundação de Durmati»); não existia ponto de referência inicial. Para estabelecer a cronologia do Oriente, utilizam-se listas de reis e de dinastias com a duração dos seus reinados; as listas encontradas dos reis assírios, por exemplo, são bastante completas e permitem datar, mais ou menos exactamente, os factos da história da Assíria a partir do ano 911 antes da nossa era. Análogos documentos servem para a cronologia dos tempos mais recuados. Assim, Manéthon estabeleceu a lista das dinastias egípcias, e o Papiro de Turim dá a lista dos faraós (com grandes lacunas, aliás, e não para toda a história do Egipto). Assim os historiadores podiam reconstituir apenas a cronologia relativa (a sucessão) dos acontecimentos do III e do II milénios antes da nossa era; a menção dos fenómenos astronómicos nos textos antigos tornava possível, por vezes, a tentativa de determinação da cronologia absoluta de certos momentos históricos; mas os textos do III e do II milénios contêm muito poucos desses fenómenos. O sincronismo atestado por certos documentos (entre outros as cartas de Tell el-Amarna) revelava quais eram os homens políticos contemporâneos e fornecia o meio para verificar as datas.

Todos esses factores serviram para estabelecer uma cronologia geral que situava, por exemplo, o reino de Hammurabi no XXI ou no XX século antes da nossa era. Mas a correspondência diplomática encontrada em Mari e a «lista real de Khorsabad», publicada em 1942-1943, fizeram rever toda a cronologia do Oriente. Como mostrou W. F. Albright, ela deve ser «encurtada» e o reino de Hammurabi, designadamente, remontaria ao século XVIII. Esta conclusão é confirmada pelo estudo estratigráfico das escavações de Alalah e de Ugarit, que mostra uma grande semelhança entre as cerâmicas do tempo de Hamurábi e as do século XV antes da nossa era. Não se poderia admitir que de permeio os separassem; por outro lado, os vestígios da época de Hammurabi encontram-se numa camada estratigráfica mais recente do que aquela que contém os objectos egípcios do reinado de Amenemhet III, que o estudo do calendário egípcio situa, desde há muito, na segunda metade do século XIX antes da nossa era.

Nos nossos dias, todas as questões em disputa sobre a cronologia do Oriente não estão perto da sua resolução final e muitos sábios preferem à cronologia «curta» de W. F. Albright uma cronologia «média» (proposta por S. Smith e A. Ungnad), podendo dizer-se com segurança que a cronologia «longa», em uso antes da Segunda Guerra Mundial, já fez o seu tempo. Novas descobertas acabarão certamente por precisar a cronologia da Mesopotâmia e do Egipto.

A dos outros países do II milénio (reino dos Hititas, Mitanni, Síria, etc.) está ainda insuficientemente elaborada e estabelece-se as mais das vezes graças ao sincronismo com a história da Babilónia e do Egipto.

CAPITULO VI

SUMÉRIA E AKKAD

1 — *Geografia da Mesopotâmia*

O vale do Tigre e do Eufrates, que outrora tinha o nome grego de Mesopotâmia («País no meio dos rios»), é o berço de Estados considerados entre os mais antigos do mundo.

O Tigre e o Eufrates nascem nas montanhas da Arménia. Muito próximos um do outro no início, distanciam-se depois, sensivelmente, e não se tornam a aproximar de novo senão ao entrarem no actual Iraque. É aí que começa o vale chamado Mesopotâmia. Divide-se em duas zonas, a Alta e a Baixa Mesopotâmia, que diferem uma da outra pelas suas condições naturais.

A oeste, a Mesopotâmia confina com a Arábia em quase toda a sua extensão; na extremidade noroeste apenas, no sector mais próximo do Mediterrâneo, liga com o fértil vale do Oronte. A leste, a toda a extensão da Mesopotâmia, levantam-se os montes Zagros, que a separam do Irão. Esta situação geográfica desempenha um grande papel na história antiga do país. Os povos que a habitavam estavam constantemente em luta com as tribos da montanha e da estepe, que queriam invadir o próspero vale e dele se apoderar. Quanto às relações comerciais e culturais, os povos da Mesopotâmia mantinham-nas sobretudo com os países mediterrânicos (pelo vale do Oronte).

O solo da Baixa Mesopotâmia compõe-se sobretudo de aluviões. Do IV ao I milénio antes da nossa era, a costa limitada pelo Golfo Pérsico encontrava-se a cerca de 250 quilómetros mais ao norte do que hoje, e o Tigre e o Eufrates tinham desembocaduras distintas. Nos tempos ainda mais recuados, lançavam-se sem dúvida no mar no ponto onde hoje se encontram mais próximos um do outro. O solo de aluviões da Baixa Mesopotâmia é muito fértil. Mas para o cultivar a população tinha de despender grandes esforços.

As dificuldades principais eram devidas às secas do Verão e às inundações provocadas pelas cheias. Os rios transbordavam sobre um vasto território que permanece submerso até Julho-Agosto. Durante as inundações e, depois, até Novembro, o tempo é ameno; nas depressões, pelo contrário, a água fica estagnada e forma pântanos, centros de paludismo. Se não se combaterem essas condições desfavoráveis, a população sofrerá a fome e as doenças, que a dizimarão. É o que nos ensina a história moderna e contemporânea da Mesopotâmia. Mas na Antiguidade, a Baixa Mesopotâmia era um país fértil que alimentava uma população densa; nessa época, o trabalho de numerosas gerações tinha criado uma rede complexa de obras que regulavam as cheias e garantiam as reservas de água para a época seca.

Uma das particularidades da Mesopotâmia era a ausência quase total de minerais e de matérias-primas (pedra, metais) indispensáveis ao desenvolvimento da economia. Quanto a árvores, só aí nasce a tamareira, cujos frutos são alimentícios, mas cuja madeira não tem utilidade na construção. A única riqueza é a argila; faziam com ela pequenos ladrilhos, instrumentos para a cozinha e tábuas para a escrita.

Na Alta Mesopotâmia, o solo e o clima são diferentes e as inundações causam menos prejuízos. Também a vida económica e os costumes aí se distinguem.

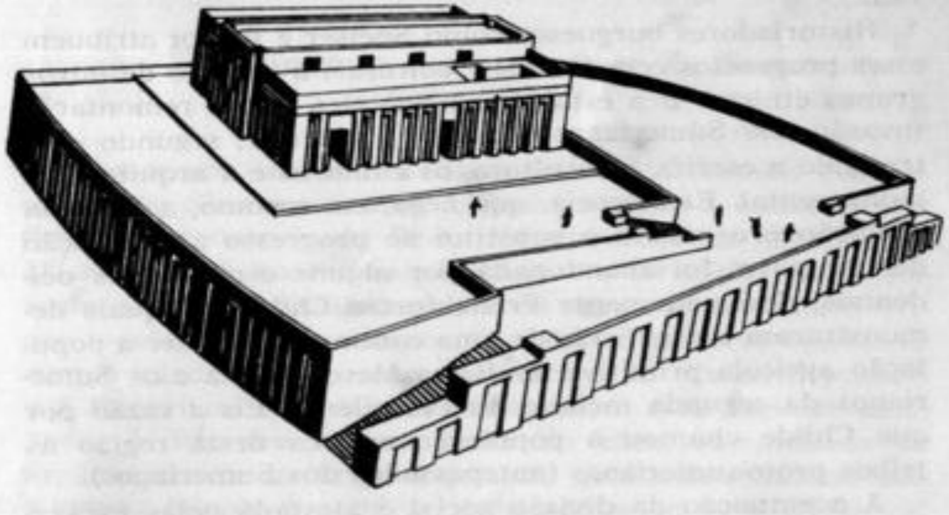
2 — *A formação das classes e dos Estados na Baixa Mesopotâmia*

A mais antiga aldeia da Mesopotâmia foi descoberta em Tell-Hassun, no Norte do país: pertence ao Neolítico e data do V milénio. É neste lugar, onde havia bastantes precipitações para a agricultura primitiva, que se instalaram os primeiros cultivadores e criadores de gado. Muitos historiadores crêem que no princípio do IV milénio passaram daí para a Baixa Mesopotâmia (Suméria) e começaram a valorizar as pantanosas terras do curso inferior do Eufrates.

UNICAMP
B C

A população antiga da Suméria estabelecia-se nas alturas inacessíveis às cheias. Vivia da pesca, da agricultura com a picareta, da criação de gado, fabricava cerâmica pintada ou instrumentos de cobre (arpões, facas, etc.). As pessoas alojavam-se nas cabanas de argila e de juncos e ignoravam ainda a diferenciação social e de fortuna, como o atesta a uniformidade do mobiliário funerário. As numerosas estatuetas de mulheres em argila, que se encontraram, permitem supor que na Suméria o matriarcado se conservou até à primeira metade do IV milénio.

A construção de obras de irrigação aumentou consideravelmente as forças produtivas, pois garantia a rega sistemática dos campos, impedindo que o solo se tornasse pantanoso. Os excedentes de água eram conduzidos dos locais submersos para reservatórios ou tanques e no tempo



Templo sumério de fins do IV milénio. Tell Ukair. Reconstituição seco a água desses reservatórios e dos próprios rios chegava aos campos através de canais. Para as preservar da inundação, as terras baixas eram cercadas de diques. No início, os trabalhos de irrigação eram efectuados por tal ou tal comunidade de clã, mas a sua realização em vasta escala necessitava da união de esforços de várias colectividades.

O desenvolvimento posterior das forças produtivas conduziu à desagregação do regime comunitário primitivo e à formação das classes sociais. As obras de arte da segunda metade do IV milénio representam batalhas, guerreiros em cima de carros, a captura de prisioneiros. Os cativos eram reduzidos à escravidão e o seu trabalho podia ser utilizado na economia dos nobres ou na construção de obras de irrigação.

Estes importantes progressos sociais eram acompanhados de modificações culturais: o aparecimento da escrita (de início pictográfica), a construção de edifícios religiosos (templos) com tijolos crus. Restam-nos desta época diversas esculturas que representam cenas de caça ou de culto, e cilindros-sinetes, os primeiros da Mesopotâmia: faziam-se rolar sobre a argila húmida, na qual deixavam uma impressão que servia, porventura, de marca de propriedade privada.

Historiadores burgueses como Speiser e Parrot atribuem esses progressos económicos e culturais à invasão de novos grupos étnicos. É a esta altura que eles fazem remontar a invasão dos Sumerianos, vindos do exterior, segundo eles, trazendo a escrita, a escultura, os cilindros e a arquitectura monumental. Esta teoria, que nega, em resumo, a ideia da evolução progressiva e substitui ao progresso a emigração de um povo, foi abandonada por alguns especialistas ocidentais, designadamente Franckfort e Childe, os quais demonstraram a existência de uma continuidade entre a população agrícola primitiva da Baixa Mesopotâmia e os Sumerianos da segunda metade do IV milénio. Eis a razão por que Childe chamou à população arcaica desta região as tribos proto-sumerianas (antepassados dos Sumerianos).

A acentuação da divisão social é atestada pelas escavações da necrópole real de Ur, no Sul da Suméria (princípio do III milénio). Ao contrário dos túmulos dos clãs, são construções de tijolos crus, compostos de vários quartos; o defunto, revestido de jóias, era sepultado com carros atrelados a bois, guerreiros com armas, e uma multidão de escravos dos dois sexos. As sepulturas reais de Ur (e de alguns outros centros da Mesopotâmia, como Kish e Mari) testemunham a formação do Estado neste país cerca do início do III milénio.

No princípio, constitui-se um grande número de cidades-Estados independentes (Eridu, Ur, Shuruppak, Umma, Lagash, Kish, Mari, etc.), cuja população, no III milénio, é heterogénea: o país de Akkad, situado ao norte da Suméria, assim como o curso médio do Eufrates, são habitados por tribos que diferem dos Sumerianos, tanto pelo tipo como pela língua. Falam uma língua semítica (o akkadiano) e aparentam-se às tribos das planícies, que se encontram a oeste da Mesopotâmia; sem dúvida que os semitas de Akkad vieram do oeste.

Todavia, os Sumerianos e os Akkadianos do início do III milénio não diferiam quanto ao grau de desenvolvimento económico: uns e outros formavam Estados esclavagistas do primeiro estádio.

3 — *A economia e a sociedade da Suméria e de Akkad*

Numerosos textos oficiais (provindo sobretudo dos arquivos de Shuruppak e de Lagash) dão-nos a conhecer em detalhe a economia da Baixa Mesopotâmia em meados do III milénio. A base da agricultura é a irrigação, vasto sistema de canais, de barragens e de diques que permite irrigar regularmente os campos. O trabalho da terra efectua-se com a ajuda de um arado primitivo de madeira, puxado por burros ou bois; a picareta também é largamente utilizada. A foicinha é uma serra de sílex, embainhada de argila. O caule do trigo é cortado geralmente mesmo sob a espiga, e após a colheita, é deitado ao gado nos campos. Para bater espigas fazem pisar na eira por meio dos bois ou dos burros. O grão é reunido em recipientes, joeirado com a pá e fechado no celeiro. Depois é lançado na mó de pedra.

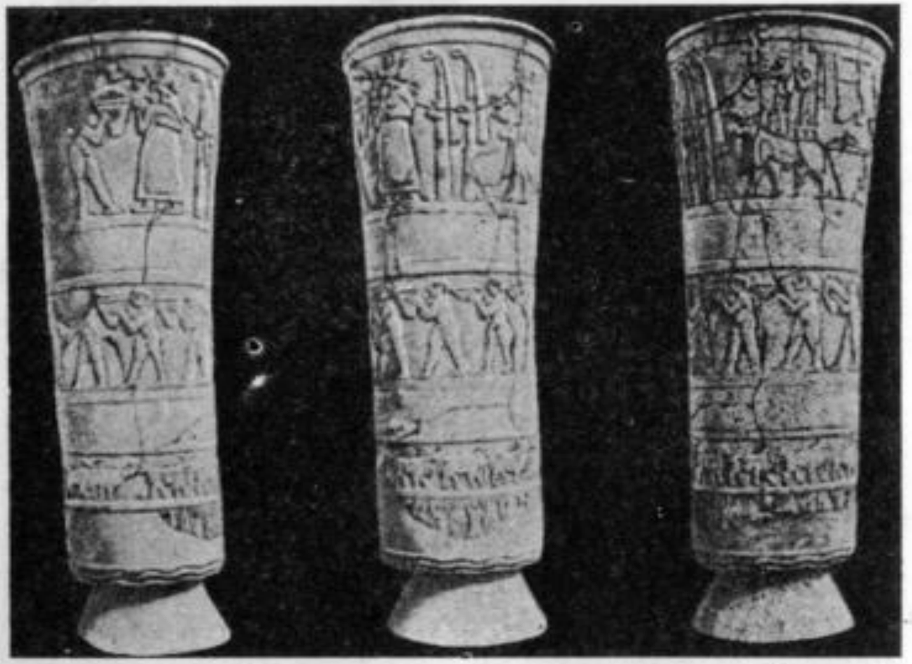
Os cereais mais vulgares eram a cevada e a espelta, que serviam para o fabrico do pão e da cerveja. Além disso os Sumerianos cultivavam o linho, as lentilhas e o sésamo, do qual extraíam óleo. Uma das árvores de fruto mais importantes era a tamareira; com a sua madeira faziam utensílios caseiros; com as suas fibras faziam cordas e esteiras. Os seus frutos constituíam alimentos variados e os caroços macerados na água eram usados como forragem. A vinha dava-se mal no Sul e por isso o vinho era geralmente importado do Norte.

A criação de gado desenvolvia-se também na Baixa Mesopotâmia: os mais antigos textos mencionam já numerosos rebanhos de carneiros. O gado pastava nos prados pantanosos e nos sítios altos e no estábulo era alimentado a cereais. Os bovinos davam carne e leite, do qual sabiam fazer a manteiga e o queijo. Os carneiros eram criados por causa da sua carne e da lã. Como já atrás dissemos, os burros e os bois serviam de animais de carga. Os Sumerianos não tinham cavalos. Enfim, a avicultura (criação de gansos e patos) desempenhava um papel importante.

Daí resultou que as antigas formas de procura de alimento — caça e pesca — foram relegadas para segundo plano, se bem que uma parte da Mesopotâmia continuasse durante muito tempo ainda a viver da pesca.

Os instrumentos, em meados do III milénio, continuam a ser muito primitivos: a maior parte são de pedra, de madeira e de argila. O cobre aparece no IV milénio, mas só aprendem a produzir o bronze na segunda metado do III milénio. Em contrapartida, os ceramistas sumerianos, sem dúvida profissionais, fazem uso do torno e do forno para a cozedura dos recipientes. Os carpinteiros e os marcerneiros sabem fazer carros e barcas, e os armeiros forjam punhais e lanças. O vestuário é feito de lã e de linho; as armaduras de cobre. Os joalheiros preparam com extrema habilidade jóias de ouro, de prata e de pedras preciosas.

Ininna, deusa da fecundidade. Cabeça de mármore proveniente de um templo de Uruk. Fim do IV milénio

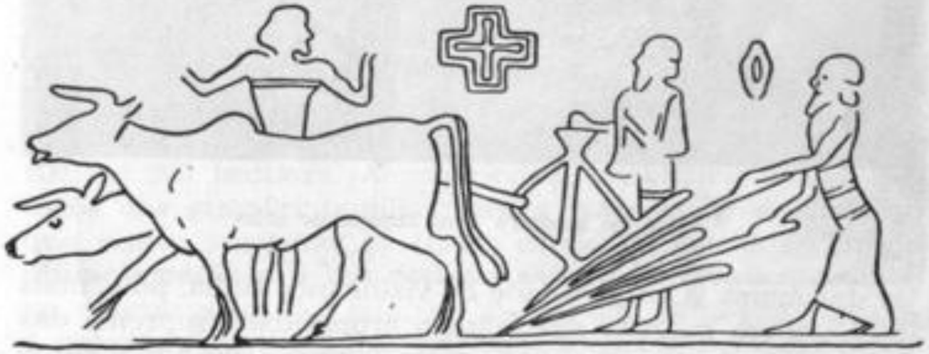


Oferendas, rebanho sagrado e campo de trigo na margem de um rio. Vaso litúrgico de Uruk. Fins do IV milénio

A técnica da construção é bastante rudimentar: as simples casas são de argila e de junco, e apenas os templos e os palácios reais são construídos com tijolos crus. Esses edifícios são ornados com baixos-relevos, cujos motivos se inspiram na mitologia e na história.

Bem entendido, o artesão não estava absolutamente isolado da agricultura e a produção mercantil estava apenas no início. Todavia, desde o III milénio, os Sumerianos importavam de longe o metal e a pedra, a madeira de cedro e o vinho. As principais vias de comunicação eram o Tigre e o Eufrates, assim como os grandes canais que os ligavam. As cargas de menor peso eram transportadas no dorso de burros.

A mais antiga forma de exploração, gerada pelo considerável desenvolvimento das forças produtivas, era a utilização do trabalho dos escravos. Segundo os cálculos (muito aproximativos, evidentemente) que fez I. Diakonov, os escravos de Lagash constituíam, em meados do III milénio, perto de um quarto da população, e o número de mulheres escravas ultrapassava o de homens. As fontes principais da escravatura eram as guerras e a compra de escravos aos países vizinhos (em geral por grupos pouco numerosos); excepcionalmente, compravam crianças. A redução à escravatura de homens livres endividados não existia no princípio: é mencionada pela primeira vez em documentos do século XXIV antes da nossa era.



Lavoura

Na Suméria e em Akkad a escravatura tinha um carácter patriarcal: os escravos não ocupavam lugar à parte na produção e trabalhavam de modo igual ao dos homens livres, desempenhando frequentemente a mesma tarefa. O seu labor era aproveitado nos serviços domésticos; também eram utilizados para construir obras de irrigação, para cultivar as hortas e os pomares. Havia escravos pastores e escravos ceifeiros. Um grande número pertencia aos templos e aos governadores das cidades, mas os particulares também os possuíam.

A massa da população compunha-se de proprietários fundiários, membros de comunidades. A comunidade de vizinhança sumero-akkadiana nasceu logo que se desenvolveu a agricultura irrigada. A gestão económica normal na Baixa Mesopotâmia dependia da distribuição regu-

Foice de madeira com lâmina de sílex

lar das águas. A comunidade de vizinhança tinha, pois, mais interesse em guardar nas mãos a propriedade suprema das fontes de água — sectores do rio e canais — do que a administração suprema das terras. Ao mesmo tempo, a construção de obras de irrigação, a abertura e o encerramento das barragens, a limpeza dos canais — todos esses trabalhos consolidavam a comunidade, pois pressupunham a simples cooperação, o labor colectivo dos seus membros: deviam executar-se em breve tempo e necessitavam dos esforços de culturas e braços. O papel primordial da propriedade da água na Baixa Mesopotâmia permite qualificar a comunidade sumero-akkadiana como comunidade das águas e das terras.

A comunidade das águas e das terras englobava várias grandes e pequenas famílias; estas tinham sempre um carácter patriarcal, determinado pela preponderância da agricultura com charrua e da pecuária, se bem que sobrevivências do matriarcado fossem aí muito sensíveis, sobretudo no Sul do país. O gado e a terra eram já propriedade privada das pequenas famílias, mas a grande família, assim como a comunidade, tinham extensos direitos que limitavam os dos proprietários. Isso resulta nitidamente nos contratos de compra de Shuruppak (século XXVI-século XXIV antes da nossa era), segundo os quais a terra é vendida em geral por vários proprietários, enquanto que os seus parentes (ou vizinhos) recebem presentes em compensação da perda dos seus direitos de propriedade sobre a terra alienada. Os documentos designam-nos pelo termo expressivo de «co-comedores do preço». Também se conhecem transacções onde o vendedor da terra é a grande família ou mesmo a comunidade de vizinhança: sem dúvida alguma que uma parte das terras pertencia às comunidades de vizinhança e às grandes famílias.

A distribuição das terras, do gado e dos outros bens entre os membros das comunidades não era igual: a nobreza de nascimento possuía vastos domínios que atingiam de 100 até 300 hectares. A propriedade mobiliária ficava nas mãos das grandes famílias: era a nobreza de nascimento que visava sustentar as tradições do regime dos clãs do último estádio e o seu poderio assentava, frequentemente, na manutenção das relações de grande família e de clã. A nobreza fazia trabalhar nas suas terras não apenas escravos mas também parentes empobrecidos, livres, se bem que dependentes.

Um papel importante na economia do país cabe aos domínios dos templos. Pelos meados do III milénio, os templos Lagash possuíam quase metade das terras cultivadas do reino. O alto sacerdócio compunha-se de nobres, e o possuir templos servia, pois, de apoio ao poder da nobreza de nascimento.

As terras dos templos eram exploradas de dois modos: umas eram alugadas a rendeiros livres, que frequentemente recebiam também o gado e o grão de semente, e pagavam a fruição desses terrenos com uma parte da colheita; as outras, colocadas sob o controlo directo do templo, eram trabalhadas por escravos bem como por rendeiros livres («shublugali»), que deviam entregar toda a colheita nos celeiros do templo, e pelo seu trabalho recebiam cereais e por vezes outros géneros.

O pessoal do templo abrangia, além dos cultivadores, artesãos, escribas, chantres, etc. Punha em pé de guerra uma tropa que constituía parte importante das milícias do Estado. Os terrenos concedidos aos servos eram inalienáveis, sendo propriedade do templo; mas as relações patriarcais, sempre em vigor nas comunidades de vizinhança, tinham perdido aqui o seu principal papel.

O alto sacerdócio dispunha também de terrenos, mais ou menos extensos, cultivados por escravos, homens livres dominados ou rendeiros.

A nobreza colhia grandes rendimentos da criação de gado e recebia importantes entregas de géneros, cedidos das reservas do templo.

4 — *O regime político da Suméria e de Akkad*

Em meados do III milénio havia na Baixa Mesopotâmia muitos pequenos estados independentes. O território de um deles, chamado Lagash, media (aí se compreendendo as terras não irrigadas) até 3000 quilómetros quadrados e agrupava uma dezena de comunidades mais ou menos importantes, cercada de muralhas. O número total da população devia ser à volta de 150 000 habitantes. O país tinha uma vintena de templos e santuários consagrados a diferentes divindades.

À frente do Estado encontrava-se um soberano chamado patési (alguns historiadores lêem esta palavra sumeriana de outro modo: «ensi»), e às vezes lugal (literalmente: senhor). O patési devia ser geralmente eleito no seio de uma certa família ilustre, de modo que tinha ordinariamente como sucessores os seus próprios filhos. Exercia as funções de sumo-sacerdote e vigário dos deuses. Comandava a milícia do templo, geria a economia do templo, e em primeiro lugar os trabalhos de construção e de irrigação. No princípio considerava-se o patési como um rei-sacerdote; o costume do morticínio ou da destituição ritual do rei, ligada àquela ideia, sobreviveu longo tempo na Mesopotâmia, ainda que fosse sob a forma de uma «depuração» periódica da pessoa real.

UNICAP
B C

No meio do III milénio, o patési não era ainda proprietário supremo de todas as terras do Estado: conhecem-se casos em que os soberanos da Suméria e de Akkad se viam obrigados a comprar terrenos às grandes famílias ou às comunidades de vizinhança. O patési não podia mesmo dispor, à sua vontade, dos domínios dos templos.

Nas cidades havia conselhos populares e conselhos de anciãos, investidos de direitos efectivos: elegiam (e destituíam, talvez) o soberano, administravam a justiça, tomavam medidas administrativas, discutiam com o patési questões políticas essenciais (declaração de guerra, por exemplo), admitiam novos cidadãos no seio da comunidade, geriam os bens comunitários, etc. É do conselho de anciãos que deriva igualmente a actividade de representantes da administração, tais como o pastor da comunidade.

O exército não tinha ainda deixado de ser uma organização popular: os seus guerreiros eram ao mesmo tempo cultivadores, pastores, rendeiros das terras dos templos. Tudo isso permite afirmar que na Baixa Mesopotâmia — pelo menos até meados do III milénio — havia grandes sobrevivências de democracia militar.

Por outro lado, surgem novos caracteres políticos: vê-se surgir a administração dos templos dirigida por um funcionário, o nubanda, que dá as suas ordens a uma multidão de escribas. É criada uma guarda especial do patési. Todo este sistema, subordinado directamente ao patési, difere radicalmente das tradições da democracia militar.

A necessidade de utilizar racionalmente a rede de irrigação e o estreitameno das relações económicas entre as regiões provocam a tendência para a unificação política da Suméria. A necessidade de reforçar o poder sobre os escravos intensifica esse movimento de centraliazção. Certos Estados pretendem alcançar a hegemonia e reúnem à sua volta vastos territórios. Os reis de Kish e de Ur são os primeiros a dar esse passo, mas Eannatum, patési de Lagash (XXV século), consegue vencer os seus rivais e estender a sua dominação até às fronteiras de Mari, ou até muito próximo delas. Todavia, essas unificações são instáveis, efémeras.

5 — *A luta social na Suméria e em Akkad*

A formação das classes e do Estado na Baixa Mesopotâmia era evidentemente acompanhada de uma luta dura entre escravos e senhores, entre gente pobre e nobreza de nascimento. A dominação sobre os escravos e os agricultores livres exercia-se pela violência, que provocava o descontentamento e a resistência dos produtores directos. Enfim, a velha nobreza de nascimento, forte com os seus vastos bens e com a sua situação privilegiada nos templos, opunha-se à aristocracia nova, chegada das campanhas militares e da administração. Infelizmente, disso não dizem grande coisa as fontes históricas.

Um dos textos que reflectem vivamente a luta entre os grupos sociais de Lagash é a inscrição do rei Urukagina. Leu-se nele que o seu predecessor, o patési Lugalanda, lesava os direitos da comunidade em proveito dos «poderosos». Violou os «decretos de outrora», colocou fiscais em todas as comunidades de Lagash, às quais impôs taxas abusivas, em seu proveito e em proveito dos sacerdotes. Estes, não contentes com os impostos, puseram-se simplesmente a pilhar a população. Roubavam o gado aos aldeões, a criação, os objectos de cobre, o vestuário, as melhores árvores e frutos dos seus pomares, e reclamavam preços exorbitantes pelos funerais. O patési e os seus funcionários açambarcavam a lã dos mais belos carneiros brancos e elevavam para os outros um imposto de 5 siclos de prata por cabeça. Introduziram, também, direitos alfandegários em prata para os documentos e acções judiciárias. Quando da sua posse, o rei Urukagina (cerca de 2370 antes da nossa era) restabeleceu as antigas leis dos impostos, proibiu os rigores, prescreveu o pagamento em dinheiro de todos os adiantamentos que estavam fora das normas e aboliu os fiscais das comunidades. Vangloriava-se, na sua inscrição, de ter «estabelecido a liberdade». Mas a nobreza guardou, mesmo após estas reformas, um grande poder económico

que o patési não ousou abolir. A comunidade de vizinhança continuava a desagregar-se. Pouco depois, Lagash perdeu a sua independência. Aproveitando motins que tinham surgido neste Estado, o patési de Umma, Lugalzaggisi, renovou a luta contra Urukagina, venceu o exército e anexou Lagash. Esta vitória tornou-o suficientemente forte para submeter rapidamente toda a Suméria. Da antiga cidade de Uruk fez a sua capital.

6 — *A Mesopotâmia sob a dominação dos reis de Akkad*

Entretanto os soberanos de Akkad tornavam-se poderosos no Norte do país. A cidade de Akkad estava situada entre o Eufrates e o Tigre, no lugar em que os dois rios mais se aproximam. Não longe dela, sobre o Eufrates, encontrava-se a cidade de Sippar, com um templo do deus-Sol Shamash, fundada pelos Sumerianos, mas conquistada e engrandecida pelos Semitas; e sobre o Tigre existia um centro importante, Opis. Ao sul de Sippar, igualmente sobre o Eufrates, encontrava-se Kish, uma das mais velhas cidades da Mesopotâmia. Entre o Tigre e o Eufrates, na região de Akkad, passava a oeste uma rota de caravanas onde se juntavam todos os caminhos da Arábia, e a leste os que conduziam aos montes Zagros.

A posição central de Akkad podia oferecer grandes vantagens ao seu rei se ele chegasse a apoderar-se do território comprendido entre Sippar e Opis. O rei de Akkad, Sargão, o Antigo (Sharrukin) foi o primeiro a consegui-lo, cerca de 2369 antes da nossa era.

Sargão não pertencia à linhagem dos patési akkadianos; fundou uma nova dinastia. Não se sabe ao certo em que circunstâncias chegou ao poder. Tal como os outros conquistadores da Antiguidade, inspirou lendas cuja origem histórica é muito difícil de deslindar.

Uma vez rei de Akkad, Sargão apoiou-se no exército; criou um com 5400 guerreiros profissionais. Enquanto que as milícias dos templos sumerianos se compunham de soldados pesadamente armados, que combatiam em fileiras compactas e atingiam o inimigo com lanças compridas, no exército de Sargão cabia aos archeiros um papel importante. A maior parte deviam ser homens privados de terras, que tinham rompido com as suas comunidades e se encontravam a soldo do rei.

Nesta época a Baixa Mesopotâmia estava amadurecida para a centralização. Sem ela, a economia baseada na irrigação não se podia desenvolver; o comércio era entravado pelas fronteiras dos pequenos Estados, possuindo cada um deles unidades de medida diferentes. Enfim, o aumento da escravatura impunha uma organização política suficientemente poderosa para ter mão na massa dos escravos.

Sargão começou por unificar Akkad. Uma vez rei de Kish, o chefe de todos os Estados akkadianos fez várias campanhas vitoriosas no sul. Vencedor de Lugalzaggisi, tomou Ur e Lagash, atingiu o litoral e submeteu assim toda a Suméria. Foi sob o poder de Sargão e dos seus sucessores que se criou o primeiro reino unificado da Mesopotâmia.

O Akkad torna-se particularmente poderoso no tempo do neto do Sargão, Narâmsin (XXIII século antes da nossa era), que tomou o nome do «rei das Quatro Regiões do Mundo». Submeteu a região de Mari assim como as tribos dos montes Zagros e as cidades do Elam. No Norte, os seus exércitos atingiram as montanhas da Arménia.

Os reis de Akkad empreendiam grandes trabalhos de construção: Sargão mandou construir de novo a cidade de Kish, remodelar o palácio de Akkad, edificar numerosos templos. Os trabalhos de irrigação tomaram uma muito vasta importância: sobretudo abriu-se um comprido canal que ligava o Tigre ao Eufrates. Tudo isso agravava sensivelmente a situação das comunidades, cujos numerosos membros eram forçados a participar nos trabalhos do Palácio; ao mesmo tempo, os reis de Akkad aumentavam os seus domínios, forçando as comunidades a venderem os seus campos. Encontrou-se uma inscrição akkadiana que trata da compra de terras comunitárias pelo rei; essas terras estavam divididas em vastos lotes, medindo até 2000 hectares. Se bem que a sua venda se decidisse nas assembleias populares das cidades (está especificado na inscrição real), o preço de compra (em cereais, dinheiro, vestuário, escravos, etc.) era entregue geralmente aos decanos dos clãs e à sua parentela.

O aumento dos cargos, o açambarcamento das terras comunitárias, enfim, as penosas guerras de conquista provocaram o descontentamento do povo. Certas fontes — mais recentes, é certo — falam de duas insurreições que se deram no fim do reinado de Sargão. Um importante levantamento ocorreu no tempo de Narâmsin; era dirigido por nobres que receavam a dominação da nova aristocracia militar e administrativa, sustentáculo do poder real em Akkad, e se mostravam descontentes por verem os domínios do rei aumentarem à custa das cidades e dos templos. O rei esbarrava também com a resistência dos patési sumerianos, hostis à centralização do aparelho de Estado.

Narâmsin ainda venceu as insurreições, mas os seus sucessores não lograram manter a unidade do reino das «Quatro Regiões», pois aos distúrbios políticos internos juntava-se a ameaça do estrangeiro. Por volta de 2200, o Akkad e a Suméria foram atacados pelos guti, que os Mesopotâmios designavam por «dragões das montanhas». Os guti arrasaram o reino de Akkad, saquearam as cidades (sobretudo as do Norte) e impuseram um pesado tributo à população. As cidades do Sul sumeriano sofreram mesmo a invasão e souberam guardar praticamente a sua independência. Estas cidades dirigiram a luta contra os guti, venceram-nos e escorraçaram-nos do país. Algum tempo após, a Suméria e o Akkad foram novamente reunidos, desta vez sob a hegemonia de Ur.

7 — A hegemonia de Ur
(2118-2007 antes da nossa era)

Os reis de Ur, que reuniram sob o seu poder a Baixa Mesopotâmia, intitulavam-se «reis da Suméria e de Akkad»;

depois receberam o nome de III dinastia de Ur. Um dos mais célebres foi Shulgi, que reinou perto de cinquenta anos. Conseguiu submeter Assur (sobre o Tigre) e obteve várias vitórias sobre os guerreiros do Elam.

Sob a III dinastia de Ur, a agricultura irrigada e os ofícios continuaram a desenvolver-se, Sumerianos e Akkadianos valorizam novos territórios ao longo do Tigre, que não eram inundados pelas cheias: construíram aí mecanismos especiais para fazer subir a água até aos «campos mais altos». A agricultura com charrua é desde então praticada por toda a parte; em vez do arado, que só «arranhava» a terra, utiliza-se uma charrua primitiva que a revolve. Em lugar de burros, atrelam-se-lhe bois. Plantam-se na Suméria numerosos pomares de tamareiras e cultiva-se a vinha em Akkad.

Uma certa quantidade de textos do fim do III milénio menciona oficinas de bronze, de cerâmica, de marcenaria, de tecelagem, de armazéns de metais, de lã, de madeira, etc. A evolução da agricultura e dos ofícios faz aumentar a produção mercantil e fortifica os laços entre as diferentes regiões do país.

O progresso da economia no fim do III milénio engendra duas correntes de desenvolvimento económico e social. Antes de mais, a propriedade privada da terra consolida-se, tanto em relação aos campos trabalhados como em relação aos das terras regadas naturalmente. Os bens comunitários passam cada vez mais para as mãos de pequenas e grandes famílias, o que conduz, evidentemente, a toda a espécie de diferenciação de fortunas. Muitas pessoas perdem as suas terras e tornam-se assalariados ou pequenos rendeiros, que trabalham nos campos de grandes proprietários ou se vendem por vezes como escravos, por um contrato que lhes assegura um mínimo de alimento e de vestuário e fixa o volume dos seus trabalhos.

O desenvolvimento da usura, resultante do aumento da produção mercantil, agrava mais a situação dos homens livres; os usurários (especialmente sacerdotes e sacerdotisas) especulam com os pomares, os campos, as casas; fornecem cereais aos pobres, dinheiro, tijolos, com grandes

lucros. O devedor insolvente é votado à escravidão: tem de trabalhar para eles ou fazer trabalhar os seus parentes mais próximos.

O desenvolvimento da propriedade privada é consagrado pela legislação dos reis de Ur. Até estes últimos tempos eram quase inteiramente desconhecidas as leis do fim do III milénio. Foi há pouco que se descobriu o conjunto das leis promulgadas pelo fundador da dinastia.

Um outro uso é a consolidação da economia do Palácio. Continuando a política dos seus predecessores, os reis da III dinastia apoderam-se das terras dos templos e submetem-nas completamente à sua administração. Um grande número de bens comunitários é igualmente anexado pelo soberano. Criam-se aí latifúndios onde trabalhava uma quantidade imensa de mulheres escravas e de «guruchi».

Os «guruchi» (que tanto podiam ser prisioneiros de guerra como aborígenes) trabalhavam no domínio real todo o ano, encontrando-se, portanto, isolados dos seus próprios meios de produção

Além dos guruchi, o Palácio utilizava, sobretudo na altura das colheitas, massas de jornaleiros livres.

Guruchi e mulheres escravas prestavam serviço também nas oficinas do rei.

A consolidação da economia real e da propriedade fundiária do rei contribuía para a centralização política do país. O poder dos patési nas cidades de Sumer e do Akkad estava praticamente aniquilado: já não eram senão funcionários nomeados e destituídos pelo seu soberano. Havia-se dado, assim, o golpe de misericórdia nos rebentos da velha nobreza. Para fortalecerem a sua autoridade, os reis da III dinastia de Ur fazem-se deificar: Shulgi e o seu filho são proclamados deuses. As obras de arte desta época representam, às vezes, as divindades a fazer a entrega das insígnias do poder real ao soberano da Suméria e de Akkad.

Mas a ilimitada extensão da economia real, a transformação dos trabalhadores livres em guruchi, privados de todos os seus direitos, o desenvolvimento da usura e da servidão por dívidas, tudo isso debilitava o reino. Os sucessores de Shulgi só com grande esforço detinham a pressão dos vizinhos: o Elam, que ainda há pouco reconhecia o poder dos reis de Ur, tinha obtido a sua independência e passava à ofensiva. A oeste, viu-se penetrarem no país nómadas do deserto sírio, que falavam o amorrita, uma língua semítica. Em 2007, os Elamitas reuniram as cidades sumerianas e fizeram prisioneiro o último rei da dinastia. Depois, os amorritas criaram nas cidades de Akkad e de Sumer numerosas dinastias autónomas.

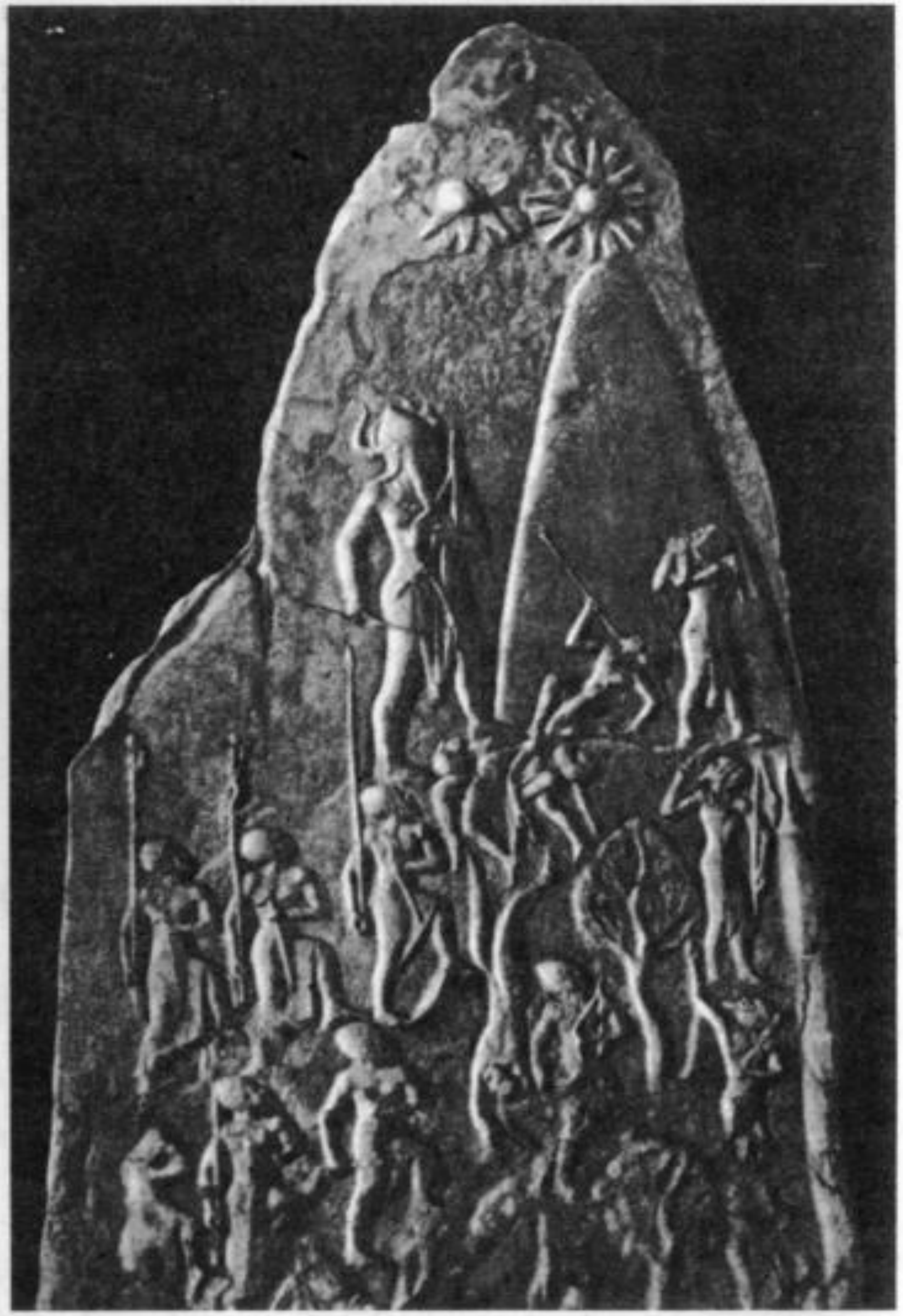
CAPÍTULO VII

BABILÓNIA

1 — *A formação do império babilónico*

Depois da queda da III dinastia de Ur, os Amorritas estabeleceram-se na Baixa Mesopotâmia. Constituem-se aí dois reinos: Isin e Larsa são as suas capitais. Um curioso documento do poder real de Isin é o Código de Lipitishtar, redigido em sumeriano. Um pouco mais ao norte, encontravam-se os reinos de Mari e de Ashnunnak. Todos esses Estados se guerreavam entre si para a hegemonia na Baixa e na Média Mesopotâmia. Mas nenhum conseguiu realizar os seus projectos: uma grande parte do país foi unificada pelos soberanos do pequeno reino amorrita da Babilónia, fundado no princípio do século XIX antes da nossa era. Os reis da Babilónia aproveitaram-se da posição vantajosa desta cidade, construída no ponto de confluência do Tigre e do Eufrates, no cruzamento das rotas comerciais do Médio Oriente; além disso, a situação política favorecia os monarcas babilónicos: Mari e Ashnunnak estavam enfraquecidas pela luta contra Assur, cujo poder aumentava, enquanto que Larsa devia conter a incursão dos Elamitas, até que, por sua vez, uma das suas dinastias lá se instaurasse (fim do século XIX antes da nossa era).

O período de existência do antigo império babilónico (1894-1595 antes da nossa era) é um capítulo notável na história da Mesopotâmia. Durante esses trezentos anos a sua parte meridional atinge um elevado grau de evolução económica e de influência política. A nacionalidade babi-



Estela de vitória de Narâmsin. Grés. Século XXIII antes da nossa era

UNICAP
B C

lónica aí se constituiu, assim como a civilização babilónica, que absorveu tudo o que anteriormente havia sido realizado na Mesopotâmia. Pequena cidade sem importância sob os primeiros reis amorritas, Babilónia tornou-se um grande centro comercial, político e cultural, que conservou o seu papel dirigente até à época helenística, apesar das catástrofes e das adversidades do seu destino.

A unificação da Mesopotâmia, sob o poder da Babilónia, efectuou-se ao longo de uma luta de cem anos, que só terminou com o sexto rei da dinastia, o célebre Hammurabi. A preocupação essencial dos primeiros reis de Babilónia foi combater os outros principelhos amorritas que se haviam apoderado de vários grandes centros de Akkad.

Hamurábi terminou a unificação em meados do século XVIII antes da nossa era. Tinha começado por anexar as cidades sumerianas de Uruk e Isin. Mas o Sul da Suméria continuava sob a dominação do elamita Rimsin. No Norte, o poder da Babilónia era instável, embora Hamurábi tivesse como aliado o rei de Mari, Zimrilim. As circunstâncias não eram das mais propícias para os Babilónicos, Enfim, após haver vencido o reino de Ashnunnak e fortificado as fronteiras setentrionais no trigésimo ano do seu reinado, Hamurábi venceu Rimsin no ano seguinte e unificou todo o Sul. Com receio de que a Babilónia se tornasse muito poderosa, Zimrilim não lhe prestou mais auxílio. Então Hamurábi lançou uma campanha contra ele, tomou e saqueou a cidade de Mari.

Depois continuou o seu avanço pelo Norte e submeteu o pequeno reino de Assur.

O império babilónico assim constituído foi um despotismo centralizado. A sua unidade e a sua coesão eram devidas a vários factores.

A nobreza sumeriana e akkadiana, já muito enfraquecida sob os reis de Ur, ficava aniquilada pelos conquistadores amorritas e elamitas. Os reis da Babilónia já não tinham relações senão com as tribos amorritas e com as comunidades urbanas e agrícolas da Suméria e de Akkad, fáceis de governar no seio de regiões ou distritos administrativos por funcionários reais.

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

Akkad, ainda a principal região agrícola no tempo de Sargão, sofreu muito menos invasões do que o Sul sumeriano. A invasão amorrita era uma infiltração gradual. A população de Akkad era aparentada com os invasores, falava uma língua que eles compreendiam, adoravam as mesmas divindades, tinham costumes similares. A Suméria, devastada e despovoada, encontrou-se na inteira dependência económica de Akkad.

Os reis da Babilónia beneficiaram da experiência administrativa e política da III dinastia de Ur e dos reis de Isin e de Larsa. Isso ressalta com particular nitidez no que respeita ao direito. O código de Hammurabi reproduz quase integralmente certos artigos de leis de Lipitishtar; os títulos de compra e venda e os créditos conservam fórmulas e termos sumerianos. Todavia, as leis de Hammurabi reflectem novas instituições.

Uma outra ideologia se criou para justificar o Estado despótico. Um culto novo se estabeleceu em todo o império: o culto de Marduk, deus supremo. Marduk foi outrora o deus da Babilónia. Com o concurso dos seus sacerdotes, criaram-se novos mitos a tal respeito, aos quais se juntaram velhas lendas sumerianas que ainda restavam. Foi assim que Marduk se tornou o deus supremo.

2 — *O governo e as leis de Hammurabi*

O sexto rei da primeira dinastia babilónica, Hammurabi (1792-1750 antes da nossa era), chegou, pois, a unificar a Mesopotâmia, formando o Império Babilónico.

O império era dividido em duas regiões, administradas segundo princípios diferentes. O Akkad e o Norte da Suméria tinham governadores que usavam diversos títulos, segundo a sua esfera de actividade e as suas funções. Eram nomeados para as regiões e para as cidades. Nestas, controlavam o conselho dos anciãos. Os funcionários superiores, denominados «sukkalu», tinham sob as suas ordens agentes encarregados da cobrança dos impostos, do envio da população para os estaleiros reais; e esses agentes, por sua

Cabeça de uma estátua de Hamurábi (?). Diorite. Susa, século XVIII antes da nossa era vez, dispunham de um numeroso pessoal de recebedores e distribuidores da mão-de-obra. O sukkallu preocupava-se, em primeiro lugar, com as contribuições, os «trabalhos para o Palácio» e a organização do exército. No reinado de Hammurabi (e também antes dele) havia um exército permanente, formado por guerreiros de diversas patentes. Pelo seu serviço recebiam um lote de terreno. Os documentos indicam quatro patentes militares: dekum e lubittum para os oficiais; redum e bairum para os soldados (até agora não se sabe ao certo o que os distinguia).

A outra metade do império, a Suméria Meridional, era governada pelo ministro Sinidinam. Englobava a economia pessoal do rei, bens fundiários e inúmeros rebanhos que teriam pertencido a Rimsin. O ministro devia controlar os administradores e outros empregados e dirigia todos os serviços administrativos e financeiros correspondentes.

Foi assim que surgiu, com toda a nitidez, a função do despotismo oriental, que Mark qualifica de pilhagem da sua própria população. A outra função, a pilhagem dos povos estrangeiros, era menos importante no reinado de Hamurábi do que no reino da Suméria e Akkad sob a III dinastia de Ur ou, mais tarde, na Assíria. A terceira função, a preocupação da irrigação, consistia sobretudo em superintender na conservação dos canais e dos diques. Os trabalhos deste género são constantemente mencionados nos decretos de Hammurabi. A sua organização estava confiada a agentes especiais, chamados «escribas dos canais». Foi sob a sua direcção que se abriu o grande canal chamado, em honra do rei, «Hammurabi-abundância».

O sistema administrativo atrás descrito não era novo, em suma, pois as suas bases haviam sido lançadas já na III dinastia de Ur. Os reis da Babilónia mais não fizeram do que afiná-lo e adaptá-lo às condições específicas do Norte e do Sul.

Um acontecimento capital foi a publicação e entrada em vigor de um novo código de leis. Esta medida era uma necessidade, visto que as leis sumerianas, promulgadas na III dinastia de Ur, e as leis de Lipitishtar não respondiam já às necessidades económicas e sociais do império babilónico. Além disso, tais leis estavam redigidas na língua sumeriana, que a população não conhecia. O código de Hamurábi é um importante vestígio da História da Mesopotâmia e um documento precioso que mostra a estrutura da sociedade desse tempo, revelando quais eram os grupos sociais sobre os quais se apoiavam os reis da Babilónia e quais os interesses que em primeiro lugar defendiam.

As leis de Hammurabi dão-nos a conhecer a classe e os grupos sociais da sociedade babilónica e as suas relações jurídicas.

O código compõe-se de três partes: introdução, texto propriamente dito e conclusão. A introdução contém frases pomposas acerca do estabelecimento «da justiça e da felicidade» para todos os súbditos do rei. O código encerra 282 artigos, dos quais se perderam 33 devido à deterioração da placa de basalto onde estavam inscritos. Alguns foram restaurados através de fragmentos encontrados alhures. Há lá determinações respeitantes aos delitos, à família, à propriedade, à herança, às obrigações, muitos artigos de direito comunitário e outros relativos à escravatura. Constata-se aí, do princípio ao fim, a preocupação de salvaguardar os direitos dos proprietários fundiários, dos sacerdotes, dos mercadores e usurários e sobretudo o seu direito de propriedade sobre os escravos. O furto de um escravo e o encobrimento de um escravo fugitivo eram punidos com a morte. Na conclusão, o rei gaba-se, mais uma vez, da solicitude com que envolveu os seus súbditos. Intitula-se «Rei do direito» e invoca a maldição sobre a cabeça daqueles que ousem destruir a placa onde as suas leis estão esculpidas. Essas leis defendiam os direitos e interesses de cúpula da sociedade babilónica.

Além do código, conservam-se do Antigo Império de Babilónia várias centenas de documentos e de cartas de negócios particulares, que permitem caracterizar os seus costumes e a sua economia, se bem que numerosas questões da história social e económica da Babilónia continuem ainda a ser controversas.

3 — *Agricultura, propriedade fundiária e posse das terras*

A população do Império de Babilónia ocupava-se essencialmente na agricultura. A grande criação de gado não estava desenvolvida senão no Sul, como outrora, no litoral que oferecia vastas pastagens nos locais pantanosos.

Entre as culturas, o primeiro lugar cabia ao trigo, à cevada e ao sésamo. A mais vulgar das árvores frutíferas era a tamareira. Os campos davam, em condições normais, abundantes colheitas que eram suficientes para as necessidades da população e criavam mesmo excedentes, uma parte dos quais ia encher os armazéns do rei e dos templos, sob a forma de impostos *in natura*, sendo o resto vendido no mercado. As reservas de trigo do Palácio e do Templo eram parcialmente postas em circulação (no tráfico com as tribos pastorícias do deserto sírio). O grão constituía o principal valor de troca agrícola.

O rei era nominalmente o proprietário supremo de todas as terras do império. Mas a extensão dos domínios colocados sob o controlo directo do Palácio encontrava-se consideravelmente reduzida em relação aos tempos da III dinastia de Ur. Os grandes domínios reais (no Sul, por exemplo) eram geralmente divididos em pequenas parcelas entregues em regime de renda a altos dignitários, a guerreiros e aos cultivadores, que pagavam *in natura* (em trigo). Tais lotes eram inalienáveis.

Uma parte das terras pertencia aos templos, mas as suas dimensões eram também muito mais pequenas do que no III milénio. O mesmo se pode dizer das terras das comunidades de vizinhança. As origens mencionam ainda as terras comunitárias geridas pelos anciãos, mas disso já não restava muito. As comunidades conservavam direitos exclusivos nos sectores dos canais (até mesmo chegando a proibir a pesca a estrangeiros), mas a terra pertencia às famílias.

Hoje é impossível calcular a superfície total das terras pertencentes às famílias patriarcais e às pequenas famílias. O que é claro é que o desenvolvimento da produção mercantil e do sistema esclavagista contribuía para consolidar a propriedade privada. Descobriram-se arquivos de usurários que especulavam com os campos e os pomares. Mas diferentemente do que sucedia com as famílias nobres dos primeiros Estados sumerianos, que possuíam latifúndios, os proprietários babilónicos eram modestamente aquinhoados nos lotes que recebiam. Segundo cálculos aproximados, 90 por cento dos proprietários privados não tinham mais de 8,5 hectares de superfície, os domínios de várias dezenas de hectares contavam-se por unidades, tendo a maior propriedade conhecida na época 31,5 hectares.

Os proprietários privados alugavam uma grande parte das suas terras, por lotes, a pequenos produtores. Os rendeiros deviam pagar até dois terços da colheita. A cultura dos cereais nos terrenos privados geralmente não era suficiente, a não ser para alimentar o próprio proprietário, os seus escravos e os seus assalariados. Todos os proprietários eram dignitários reais, sacerdotes ou tamkarums (grandes mercadores e usurários). Os seus principais rendimentos não vinham das terras, mas do seu lugar (no Palácio ou no Templo) ou de operações comerciais e usurárias. Certos altos funcionários da corte ou da administração viviam por conta do Palácio e recebiam, de tempos a tempos, belos presentes do rei. Além disso, enriqueciam espoliando os seus administrados. Aos sacerdotes eram distribuídos os imensos rendimentos dos templos, adquiridos, antes de mais, mediante os pagamentos feitos pelo tesouro real para o sustento deles, depois com a criação de gado e com a usura, e finalmente com o produto do preço das cerimónias dos sacrifícios, pago pelos particulares e pelas comunidades.

Assim, pois, tal como no III milénio, esta camada de exploradores da sociedade babilónica vivia à custa das comunidades rurais e dos escravos. A sociedade esclavagista do antigo oriente é caracterizada por esta dupla forma de exploração.

4 — *Ofícios e comércio*

Os ofícios na Babilónia ultrapassam os quadros das comunidades. Vêem-se surgir nas cidades artesãos que vivem do seu ofício. Têm no lugar do mercado uma loja ou uma tenda, onde recebem e executam as encomendas. Mas ao lado destes artesãos estabelecidos por sua conta, há-os que trabalham nas oficinas pertencentes a particulares. As leis de Hammurabi mencionam, no número desses artesãos, oleiros, trabalhadores de pedras, alfaiates, ferreiros, tanoeiros. A sua condição não devia ser de forma alguma invejável, pois que o rei fora obrigado a fixar-lhes um mínimo de salário por dia.

O comércio desenvolve-se apreciavelmente. O rei e os sacerdotes entregam-se ao comércio por grosso, por intermédio dos tamkarums, que dele aproveitam para fazer os seus próprios negócios. Têm agentes e empregados, os mais hábeis dos quais acabam por ser, eles mesmos, mercadores. Os tamkarums vendem trigo, lã, óleo de sésamo, tâmaras, gado, prata, cobre, etc. Entre eles, muitos praticam a usura, emprestando, com juro elevado, os cereais e o dinheiro: 20 por cento era o juro do dinheiro e 33 por cento o juro dos cereais (um terço do empréstimo). Os sacerdotes e os templos já não desprezavam esse lucro. O comércio a retalho efectua-se no mercado, nas tendas ou de mão em mão.

5 — *Divisão social da população livre*

As leis de Hammurabi distinguiam duas categorias de homens livres: os mushkinu, literalmente «pessoa com pouco») e os amelu («homem» ou «filho de homem»). Uns e outros são dons de escravos e proprietários, mas não são iguais em direitos. A diferença entre uns e outros deriva de certas restrições relativas às perdas. Assim, em caso de roubo de gado, as perdas e danos devidas aos amelu são de trinta vezes mais o valor da coisa roubada, enquanto que para os mushkinu são de dez vezes mais.

Aquele que cegar um dos amelu ou lhe partir um osso é condenado a suportar o mesmo que praticou, enquanto que as vias de facto exercidas sobre a pessoa de um dos mushkinu só são passíveis de uma repreensão.

Como explicar estas diferenças? Os historiadores soviéticos emitiram a tal respeito várias hipóteses. O académico Struvé julga que os «homens», cidadãos da Babilónia, gozando de todos os direitos cívicos, eram conquistadores amorritas, e que o termo «mushkinu» designava a população livre da Suméria e de Akkad submetida. Segundo Diakonov, os amelu são membros da comunidade, enquanto que os mushkinu, rendeiros do rei, estão avassalados com o pagamento de rendas. Nesta categoria, ele inclui do mesmo modo cultivadores obrigados a pagarem prestações em trigo, e ainda os tamkarums e os sacerdotes que recebiam do rei as suas terras. Só os guerreiros — redum e bairum —, embora quinhoados pelo rei com lotes de terreno, permaneciam membros das comunidades e não eram mushkinu.

Seja qual for a interpretação destes termos, pode reconhecer-se, segundo o código de Hammurabi e os documentos de negócios, várias espécies de cidadãos livres. São eles: os membros das comunidades, os rendeiros reais que pagavam o imposto em espécie, os guerreiros que recebiam as terras inalienáveis, os artesãos, os tamkarums (que eram ao mesmo tempo mercadores, usurários e cobradores) e finalmente os sacerdotes e a alta aristocracia.

6 — *Situação das comunidades*

A comunidade rural, composta de cultivadores livres, estava ligada antes de mais aos direitos e deveres comuns relativos à irrigação. A irrigação regular e, por conseguinte, a colheita dependiam da conservação das obras: canais, reservatórios e diques. Toda a comunidade devia comparticipar nos trabalhos, o que dava a cada um dos seus membros o direito de irrigar o seu terreno com a água dos canais e dos reservatórios comunitários. A comunidade respondia, também, pelas perdas e danos suportados pela comunidade vizinha ou qualquer outra economia, se por sua culpa as águas rompiam o dique e inundavam os campos e pomares. A indemnização era repartida por todos os membros. A comunidade respondia materialmente por uma morte ou uma pilhagem cometida no seu território, da qual não fora conhecido o culpado.

Todo o membro de uma comunidade, ou mais exactamente, toda a comunidade familiar administrava o seu próprio domínio. Não há informações rigorosas sobre o direito que tinha de ele dispor. Chegaram-nos contratos de venda dos campos pelos agricultores; mas é difícil dizer se eram lotes hereditários ou recentemente adquiridos. A desagregação das comunidades provinha sobretudo do facto de que dela saíam pessoas arruinadas, que tinham perdido a sua terra ou não a teriam recebido aquando das partilhas no seio da grande família. Esses «inúteis» tornavam-se rendeiros ou juntavam-se ao grupo de assalariados que mencionam as leis de Hammurabi. Faziam-se pastores, cultivadores e jardineiros. A «tarifa do rei» estabelecia para eles um mínimo de salário. Mas eles não eram suficientemente numerosos para satisfazer a procura dos proprietários durante os trabalhos urgentes, próprios da época ou outros, tais como a colheita, a apanha de tâmaras ou a plantação de novos pomares de tamareiras. Os proprietários eram assim obrigados a dirigir-se, então, às comunidades e a concluir com elas contratos, para assim obterem a mão-de-obra de que precisavam. Muito frequentemente esses contratos eram feitos antecipadamente: o empregador pagava um tanto dinheiro por conta, o que obrigava um certo número de trabalhadores a apresentarem-se no prazo fixado. Em caso de falta, intentava-se um processo contra a comunidade. Assim, os proprietários dependiam frequentemente das comunidades nos momentos mais críticos.

Ao mesmo tempo, os membros das comunidades eram privados de direitos em certas ocasiões. Quando deviam ir trabalhar para a casa real, por exemplo, a lei não considerava nem a duração nem o carácter desse trabalho de faxina. Chamavam-nos para abrir e reparar os canais reais, construir e pôr em condições os palácios e os templos, tosquiar os carneiros, transportar carga, etc. E os agentes do rei velavam por que as comunidades fornecessem homens adultos e vigorosos. As condições de trabalho eram as mesmas para homens livres ou para escravos: o chicote fustigava as costas de uns e outros. Nenhuma remuneração era devida por esses trabalhos de faxina. Os homens livres recebiam somente uma ração alimentar, do mesmo modo que os escravos.

UNICAP
B C

7 — *A família patriarcal*

No Império Babilónico existiam, ao mesmo tempo que comunidades de vizinhança, também comunidades familiares. As transformações ocorridas no seu seio, desde o tempo da III dinastia de Ur, eram de pouca importância.

A comunidade familiar babilónica tinha um carácter patriarcal. O chefe era o pai. Raramente o papel dirigente passava à mãe quando aquele morria. A família patriarcal compunha-se do pai, das suas mulheres, dos seus filhos e por vezes dos seus netos. O seu nome consagrado era: «a casa do pai», «a casa paterna». Os seus bens chamavam-se «bens (ou haveres) da casa paterna». As leis de Hammurabi não usam outra expressão; não existia no código qualquer expressão para designar a propriedade pessoal. Os «bens da casa paterna» compreendiam as terras, a casa e os edifícios de exploração, o gado, os escravos, os utensílios, os produtos do domínio, o cobre, a prata, o ouro.

As alterações na situação da comunidade familiar traduzem-se pela consolidação da propriedade privada e pela tendência da nova geração para enfraquecer as restrições tradicionais, que constituíam obstáculo ao enriquecimento pessoal dos membros das comunidades. É o caso sobretudo nos meios esclavagistas ricos. As leis de Hammurabi favorecem essas tendências e trazem modificações para os costumes familiares.

Cada membro da família obtém a possibilidade de ter bens próprios, chamados sibtu, o ganho (quer dizer, bens adquiridos por si mesmo, pelo seu labor pessoal e pelos seus próprios meios). A antiga lei sobre partilha dos bens familiares sofre uma grande transformação: o pai tem desde agora o direito de ceder uma parte do património ao seu filho, «o primeiro da sua atenção». Esta parte fica a ser o sibtu daquele que a recebeu. Depois, as leis de Hammurabi devotam-se às partilhas e elaboram-se detalhadamente. Fixam a parte da mãe, dos filhos não casados, dos filhos de concubinas, mantendo embora o princípio fundamental que prevê a igualdade de partes para os filhos. Mas esta última regra nem sempre é observada. Um acordo entre os herdeiros dá às vezes lugar a partilhas desiguais, em que o filho primogénito recebe uma parte maior ou de melhor qualidade. Os outros filhos preferem geralmente vender-lhe a sua parte imediatamente. Às vezes acontece que as filhas e mesmo as mães ficam prejudicadas. A consolidação da propriedade privada desagrega a comunidade familiar, mas esta continua a existir, pois os filhos mais velhos, depois de haverem roubado os mais novos e as irmãs e de se terem casado, tornam-se os chefes de novas comunidades. Daí resulta, tal como sucede nas comunidades rurais, uma eliminação dos deserdados. É entre eles que se recrutam os redums e os bairums, os funcionários reais subalternos, os agentes e empregados dos tamkarums, etc.

Na família patriarcal a mulher é menos privilegiada do que o homem. A mulher adúltera é punida muito mais severamente do que o marido infiel. O divórcio a pedido da esposa é difícil. A lei prevê casos em que a mulher deve resignar-se a ficar no lar de uma segunda mulher ou de uma concubina escolhida entre as escravas. Todavia, a mulher babilónica não é privada de todos os seus direitos. A mulher legítima, casada por contrato, herda, à morte do marido, o seu dote e uma parte igual à dos filhos, a menos que o defunto lhe haja feito alguma doação. O marido pode sempre repudiar a mulher estéril, mas ao ir-se embora ela leva o seu dote. As filhas que, à morte do pai, não estejam

casadas, têm direito à mesma parte que os filhos. Certas categorias de mulheres, geralmente as sacerdotisas e as viúvas, são autorizadas a realizar em seu próprio nome vários actos jurídicos, a adquirir bens e a dispor deles. Administram elas próprias os seus negócios, compram bens mobiliários e imobiliários e praticam a usura.

8 — *A escravatura*

No Império Babilónico a escravatura conserva, em suma, o carácter que tinha no III milénio. A escravatura doméstica permanece com a sua importância. O escravo é propriedade absoluta do seu dono, podendo ser vendido («dá-lo contra dinheiro»), legado, enfim, tratado como qualquer outro objecto. Em caso de recusa em obedecer, a lei autoriza o dono a infligir-lhe uma mutilação (art. 282). Certos escravos são marcados e o barbeiro que suprima esta marca, sem autorização do dono, ficará com os dedos cortados (art. 226). Em caso de morte involuntária de um escravo alheio, o culpado deve simplesmente substituí-lo por outro (art. 231). O escravo pode ser liberto por resgate ou por adopção.

As esposas escravas têm um lugar à parte na comunidade familiar. Se a mulher legítima é estéril, o marido pode tomar uma concubina *(sugetum)*, que é as mais das vezes uma escrava *(abdum)*. Por vezes é a mulher legítima que a escolhe entre as suas escravas. Neste caso, a escrava não se torna livre, o que não a impede de, quando for a altura, governar a família e relegar para o segundo plano a mulher legítima. Os seus filhos são livres, mas não têm direito a herdar a não ser que o pai os adopte pela fórmula: «vós sois meus filhos».

Encontraram-se muitos documentos relativos a várias transacções: os escravos eram vendidos e comprados, oferecidos como presente, deixados em herança, alugados. Apenas alguns domínios tinham um grande número deles, que não ultrapassava, todavia, muitas dezenas. Em geral, uma casa qualquer tinha o máximo de cinco. Eram, na maior parte, prisioneiros de guerra ou escravos comprados e, algumas vezes, condenados.

A escravatura por dívidas aumenta de volume na época de Hammurabi, por virtude da eliminação atrás referida, dos deserdados das famílias rurais e urbanas e da multiplicação das comunidades pobres em terras. As leis limitam a escravatura por dívidas a três anos. Esta medida foi sem dúvida determinada pelas questões violentas, devidas à extensão deste género de escravatura, e ao aumento do número de empobrecidos e de desempregados, apesar das fontes históricas nada dizerem a tal respeito.

9 — *Caracteres gerais do Império da Babilónia*

No século XVII antes da nossa era, a Mesopotâmia está em pleno desenvolvimento económico e político. Melhorou-se o processo de disposição da rede de irrigação e utilizam-se largamente as máquinas elevatórias de água; a charrua aperfeiçoou-se; o cavalo é aí utilizado como animal doméstico. Desenvolvem-se os ofícios, sobretudo em bronze: utilizam-se foicinhas e outros instrumentos de bronze que facilitam o trabalho da pedra e da madeira. Aumenta a produção mercantil; o comércio desenvolve-se no interior da Babilónia e estende-se aos países vizinhos: Elam, Síria, Assíria e outros.

O aumento da produção mercantil consolida a propriedade privada da terra e a escravatura. Mas a propriedade privada permanece limitada (especialmente no respeitante a legados) e a escravatura conserva um carácter patriarcal (o escravo pode ter os seus bens e uma mulher livre).

Os grandes domínios do rei, dos templos e da nobreza de nascimento, que caracterizam o início da história da Mesopotâmia, diminuíram sensivelmente ou até desapareceram. A forma típica da economia é a pequena ou a média propriedade, baseada na exploração de um número restrito de escravos. As formas patriarcais de dependência dos homens livres desaparecem, excepto a escravatura por dívidas. Os guruchi também fizeram o seu tempo.

A divisão no seio da comunidade de vizinhança compromete a sua solidez; mantém no conjunto os seus direitos sobre as obras de irrigação, mas é a comunidade familiar que permanece como a principal célula económica. A diferenciação de fortuna, agravada pela usura e os pesados impostos, faz com que saiam da comunidade grandes camadas de deserdados, alguns dos quais ficarão ao serviço do rei como herdeiros ou guerreiros, e os outros, extraviados, sejam reduzidos à escravatura por causa das dívidas.

Hammurabi procura refrear um pouco o arbítrio dos ricos tamkarums: a escravatura por dívidas é limitada a três anos, o usurário não tem o direito de penetrar na casa do devedor para lhe arrancar pela força o montante da dívida, o tamkarum é multado se enganar o seu auxiliar, etc. Estas medidas visavam reforçar a unidade da classe livre e reunir as suas várias camadas contra os escravos. Mas não obtinham sucesso: as cartas da época informam-nos de casos de violação das leis de Hammurabi pelos tamkarums, especialmente a penhora nas terras inalienáveis dos rendeiros e dos guerreiros do rei. A sociedade babilónica conhecia, portanto, não apenas o antagonismo entre homens livres e escravos, mas também as contradições entre diferentes grupos de homens livres.

Pol.

O Estado esclavagista, defensor dos interesses da classe dominante, constituía o despotismo; era uma monarquia absoluta cujo rei governava por intermédio de inúmeros funcionários e juízes.

10 — *Queda do Império da Babilónia; época kassita*

O Império da Babilónia irá afundar-se durante os dois últimos reinados da primeira dinastia babilónica. Quatro inimigos o assaltaram, um após outro: os Semitas, das regiões marítimas da Suméria; os Elamitas, dos montes Zagros; os Hititas, vindos do norte; e, por fim, os criadores de cavalos kassitas que viviam ao norte do Elam. A vitória coube às tribos marítimas que se apoderaram do Sul do império e aos kassitas que se estabeleceram no Centro e no Norte da Babilónia.

O rei kassita Gandash aí fundou uma dinastia. Os seus sucessores submeteram a parte meridional do país. A dominação dos kassitas durou até o ano 1165 antes da nossa era.

Descendo das montanhas e tornando-se senhores da Babilónia, os Kassitas instalaram-se aí em comunidades de clã. Após se terem apoderado de vastas regiões despovoadas e dizimadas pelas invasões e pelas guerras, eles passam rapidamente à agricultura sedentária, utilizando as técnicas dos Babilónios.

Os reis kassitas apoiam-se sobre as suas próprias milícias, mas encontram também aliados entre os sacerdotes da Babilónia, sobretudo os da cidade santa de Nippur.

A época kassita divide-se em dois períodos. Durante o primeiro, até cerca do último quartel do século XV antes da nossa era, o país restabelece-se das terríveis devastações e da ruína económica. São empreendidos grandes trabalhos para reparar a rede de irrigação das águas, reconstruir os diques e construir novos reservatórios.

No fim do século XV antes da nossa era começa o segundo período, durante o qual a vida económica se desenvolve intensamente. Estabelece-se um comércio regular com o Egipto e outros países, o que impele os reis kassitas a melhorar as rotas das caravanas, empregando grandes esforços para as defenderem dos ladrões assaltantes. Ao mesmo tempo continuam a construir-se templos. As comunidades kassitas desagregam-se e por esse facto consolida-se a propriedade privada das terras Os reis gratificam «perpetuamente» os seus senhores com terras obtidas daquelas comunidades (na maior parte kassitas). Os decretos reais de alienação e de gratificação são geralmente inscritos em pedras chamadas *kudurru*, colocadas nos limites dos terrenos em questão. As dimensões destes novos domínios são bastante maiores do que no Antigo império da Babilónia (vão de 20 a 200 hectares); mas o seu número é sem dúvida muito inferior ao do tempo de Hammurabi.

O desenvolvimento da economia real e privada é devido à espoliação das comunidades e dos seus membros, a custo restabelecidos da guerra e da ruína. A restauração do comércio real pressupõe um recrudescimento da opressão, do mesmo modo que a erecção de novos templos gera um agravamento da obrigatoriedade do trabalho braçal em benefício do Palácio. A alienação dos bens comunitários é uma autêntica pilhagem feita aos aldeões, que nada recebem em troca, pois o pagamento, se o há, é recebido pelos anciãos. Este estado de coisas beneficia os usurários. As suas operações de rapina tornam-se tão descaradas que alguns entre eles tomam à risca a cobrança dos impostos reais e roubam, sem piedade, a população.

Aumenta o descontentamento das comunidades e, em 1345 antes da nossa era, dá-se uma sublevação. As «gentes kassitas» revoltam-se contra o rei Karahindash, matam-no e colocam no seu lugar um homem obscuro. Os dignitários e os sacerdotes, incapazes de vencerem os insurrectos pelos seus próprios meios, pedem o auxílio do rei da Assíria, que sufoca a rebelião pelo sangue e restabelece a dinastia kassita. Estes antagonismos internos debilitam o poder monárquico. Em meados do século XIII antes da nossa era, o império kassita é invadido e devastado pelos Assírios. O rei da Assíria Tukulti-Inurta I penetra na Babilónia, dizima o exército kassita, saqueia Babilónia e coloca lá um governador. Mas a Babilónia recupera em breve a sua independência, favorecida por revoltas internas que se produziam na Assíria. No século XII antes da nossa era, o país sofre a invasão dos Elamitas. Em 1165, despovoado e arruinado, o império cai nas mãos de um senhor da cidade de Isin, que destronou o último rei kassita e fundou a IV dinastia babilónica. Desde então, e até à queda da Assíria, a Babilónia passa por um longo período de decadência política.

CAPITULO VIII

A CIVILIZAÇÃO BABILÓNICA

1 — *O alcance da civilização babilónica*

Por civilização babilónica subentende-se a civilização da Baixa Mesopotâmia. Formou-se no decurso da evolução histórica deste país, desde o IV milénio antes da nossa era até ao fim do Antigo Império da Babilónia. Os seus principais elementos são as realizações culturais dos Sumérios, adoptadas e desenvolvidas pelos Akkadianos e depois pelos Babilónios. Seria, pois, mais exacto chamá-la civilização sumero-babilónica. Serviu de base às civilizações assíria e caldaica, que lhe sucederam, sem, todavia, a ultrapassarem. A civilização babilónica exerceu, desde o II milénio antes da nossa era, uma influência muito grande sobre os países vizinhos: Síria, Fenícia e Palestina, assim como sobre os Khurritas e os Hititas. Nas épocas assíria e caldaica a sua influência estende-se até ao Noroeste, aos países banhados pelo Mar Egeu, e até ao Norte (Urartu) e ao Este (Irão). Importantes elementos da civilização babilónica, transmitidos pelos Hebreus, pelos Gregos e pelos Romanos, aos povos da Europa, persistem ainda hoje na cultura europeia moderna.

2 — *A escrita*

Todos os textos descobertos na Mesopotâmia são em escrita chamada cuneiforme, cujos caracteres se compõem

essencialmente de cunhas, traçadas horizontal e verticalmente. Nascida na primeira metade do III milénio antes da nossa era, essa escrita deriva da pictografia. Nos sinais cuneiformes adivinham-se facilmente os desenhos de onde provêm: homem, animais, plantas, montes, bosques, água, utensílios caseiros, instrumentos. O aspecto desses caracteres primitivos modifica-se consoante os materiais utilizados, o sentido dos sinais, e em virtude da extensão da escrita. As mais antigas inscrições encontradas são ideogramas gravados em pequenas placas de pedra, quer dizer, são sinais em que cada um deles representa uma palavra ou uma ideia. Pela continuação, a matéria mais corrente para a escrita era a argila moldada sobre as tabuinhas; o texto era gravado na argila húmida com um estilete que deixava uma marca em forma de cunha.

Foi assim que os sinais em traço se substituíram por combinações de sinais cuneiformes. Mas alguns mantêm-se, esquematizados, até ao meio do III milénio.

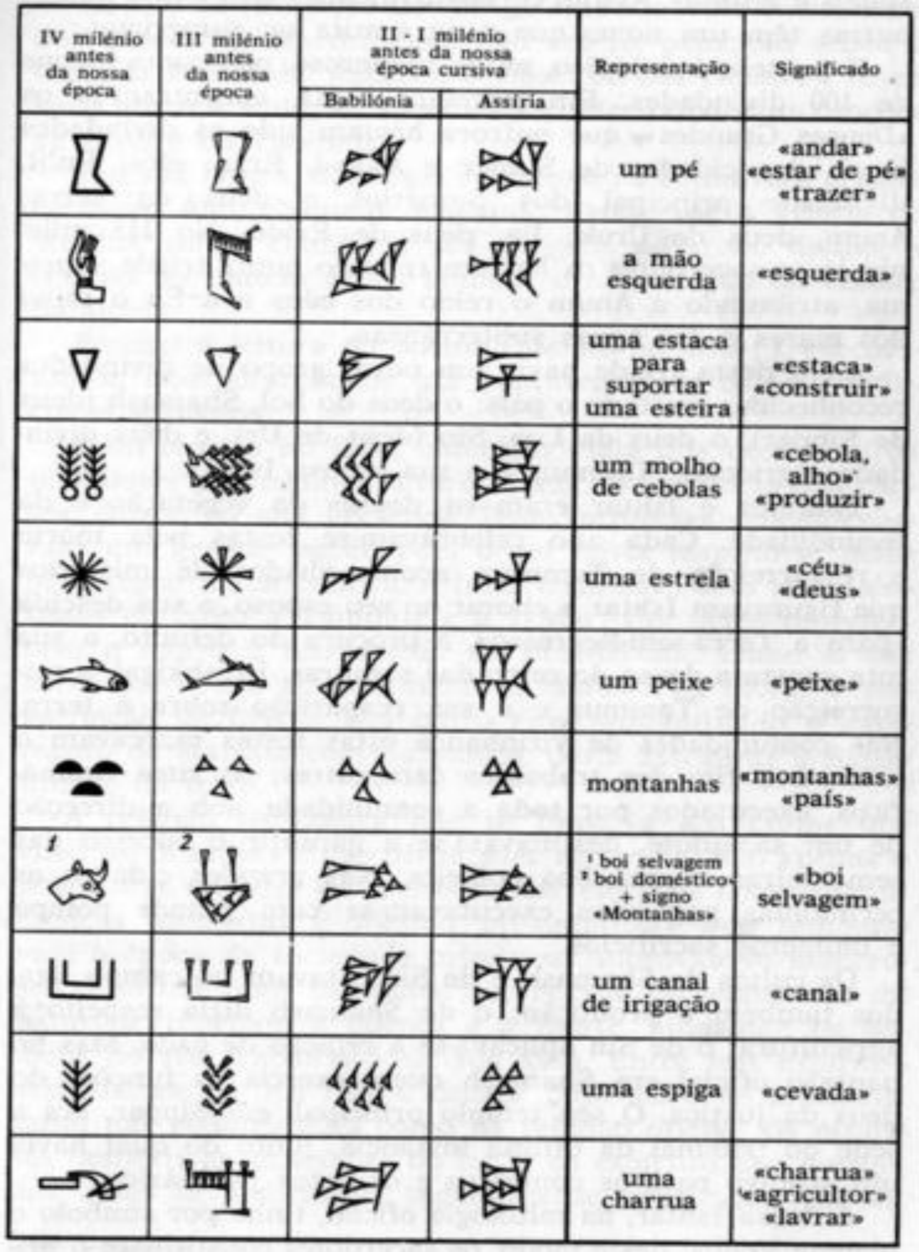
Ao mesmo tempo vê-se a modificação do sentido dos caracteres. Os ideogramas mudam-se pouco a pouco em sinais silábicos, que constituem desde aí a maioria dos sinais da escrita cuneiforme. Mas um certo número de sinais figurativos conserva-se, surgindo outros que representam sons alfabéticos. O sistema cuneiforme é, portanto, muito complicado e difícil de estudar. São ao todo perto de 600 caracteres, muitos dos quais têm mais de um sentido.

Os fundadores da escrita cuneiforme foram os Sumérios. Retomada pelos Akkadianos, essa escrita passa depois aos Elamitas, aos Babilónios, aos Assírios e aos Hititas. Os Fenícios servem-se dessa escrita para construir o seu primeiro alfabeto. Este novo alfabeto vem a ser utilizado pelos Urartianos, que povoavam o território da Arménia actual; depois é assimilado e transformado pelos Persas, que conquistaram a Mesopotâmia cerca de 530 antes da nossa era.

3 — *A religião*

A religião babilónica, tal como aparece em textos do III e do II milénios, é uma síntese de elementos sume-

UNICAP
- B C



IV milénio antes da nossa época	III milénio antes da nossa época	II - I milénio antes da nossa época cursiva		Representação	Significado
		Babilónia	Assíria		
				um pé	«andar» «estar de pé» «trazer»
				a mão esquerda	«esquerda»
				uma estaca para suportar uma esteira	«estaca» «construir»
				um molho de cebolas	«cebola, alho» «produzir»
				uma estrela	«céu» «deus»
				um peixe	«peixe»
				montanhas	«montanhas» «país»
1	2			¹ boi selvagem ² boi doméstico + signo «Montanhas»	«boi selvagem»
				um canal de irigação	«canal»
				uma espiga	«cevada»
				uma charrua	«charrua» «agricultor» «lavrar»

Evolução da escrita cuneiforme

rianos e semitas. Assim, certas divindades têm nome duplo; outras têm um nome que é ou semita ou sumeriano.

O panteão babilónico, muito numeroso, não conta menos de 100 divindades. Em primeiro lugar, encontram-se os «Deuses Grandes», que outrora haviam sido as divindades locais das cidades de Sumer e Akkad. Eram eles: Enlil, divindade principal dos Sumérios e deus da terra; Anum, deus de Uruk; Ea, deus de Eridu. No III milénio já os sacerdotes os haviam reunido numa tríade suprema, atribuindo a Anum o reino dos céus e a Ea o reino dos mares e das águas subterrâneas.

Além desta tríade havia um outro grupo de divindades reconhecidas em todo o país: o deus do Sol, Shamash (deus de Sippar), o deus da Lua, Sin (deus de Ur), e duas divindades agrícolas: Tammuz e a sua esposa Ishtar.

Tammuz e Ishtar eram os deuses da vegetação e da fecundidade. Cada ano celebravam-se festas pela morte e ressurreição de Tammuz, acompanhadas de mistérios que figuravam Ishtar a chorar ao seu esposo, a sua descida «para a Terra-sem-Regresso», à procura do defunto, a sua luta contra a deusa do reino das sombras, Ereshkigal, a ressurreição de Tammuz e a sua reaparição sobre a terra. Nas comunidades de vizinhança estas festas marcavam o início e o fim dos trabalhos campestres; os ritos dramáticos, executados por toda a comunidade, sob a direcção de um sacerdote, destinavam-se a garantir o sucesso das sementeiras e uma boa colheita. Nas grandes cidades as cerimónias populares executavam-se com grande pompa e inúmeros sacrifícios.

Os cultos de Shamash e de Sin estavam no campo ligados também à produção: o de Shamash dizia respeito à agricultura; o de Sin aplicava-se à criação de gado. Mas no panteão oficial era Shamash quem exercia as funções do deus da justiça. O seu templo principal, em Sippar, era a sede do tribunal da última instância, junto do qual havia um arquivo para os contratos e os actos judiciários.

A deusa Ishtar, na mitologia oficial, tinha por símbolo o planeta Vénus; deste modo, os sacerdotes constituíam o primeiro grupo de deuses siderais: Shamash, Sin, Ishtar.

Depois da formação do Antigo Império Babilónico, o rei dos deuses foi Marduk, que não era no princípio senão o deus da Babilónia. Recebeu o título de Bêl (senhor), reservado até aí a Enlil; os sacerdotes conferiram-lhe as funções de Enlil e de Tammuz.

Em sua honra, Babilónia celebrava na Primavera a festa do Novo Ano, chamada Zag-muk. Evocava-se a vitória de Marduk sobre Tiamât, a sua chegada ao trono divino, a criação do mundo e dos homens e a fundação da celeste Babilónia.

Perante a leitura do poema *Quando no alto* (1), executavam-se ritos dramáticos que representavam os seus principais episódios.

Num templo ao lado, chamado «sala dos destinos», os sacerdotes prediziam o futuro diante das estátuas dos deuses, isto é, na sua presença. Essas profecias desempenhavam um grande papel, pois o rei devia inspirar-se nelas para seguir a sua política. A festa terminava com ritos derivados do culto a Tammuz e a Ishtar. Um deles representava a morte e ressureição de Bêl-Marduk. Lia-se aí um texto que evoca singularmente a história da morte e ressurreição de Cristo. Um outro rito, simbolizando o casamento de Marduk com Sarpanitu, devia assegurar a fecundidade da terra.

A religião babilónica não se limitava aos cultos dos «Deuses Grandes» e das divindades agrícolas. Não apenas o povo, mas também os senhores dos escravos conservavam crenças animistas e mesmo pré-animistas que remontavam à época da sociedade primitiva. Adoravam-se numerosos espíritos, bons ou maus, que regiam os fenómenos da natureza, repeliam a doença e a morte, ajudavam os homens no seu trabalho e na sua vida. Entre tais espíritos assinalamos os dos rios e canais, cujo culto se praticava tanto nas comunidades como na religião oficial. Os espíritos domésticos, guardiões do lar, e os espíritos dos mortos aos quais se dedicavam, regularmente, sacrifícios. Enfim, toda a sociedade babilónica dava grande importância aos ritos mágicos, inspirados pela ideia dos bons e maus espíritos. A demonologia e a magia popular foram assimiladas pela religião oficial e aí se desenvolveram. Havia, junto dos templos, colégios especiais de encantadores que sistematizavam a demonologia e propagavam o mito da submissão dos espíritos aos «grandes» deuses Anum, Enlil e Ea. As fórmulas e os ritos mágicos populares eram por eles convertidas em cerimónias solenes, acompanhadas de sacrifícios. Com o curso desta modificação, muitos rituais especiais se compuseram e se integraram mais tarde no culto assírio.

---

(1) *Poema da Criação*, que expunha a cosmogonia e a mitologia babilónicas.

O sacerdócio dos templos oficiais da Babilónia e de outras cidades era muito numeroso e dividia-se em várias categorias, segundo a posição e as funções. Também havia sacerdotisas de diferentes graus afectas ao templo de Shamash, em Sippar, onde um rei akkadiano lhes construíra uma grande habitação com exploração auxiliar e um vasto jardim com pomar. Durante o ofício eram ajudadas por um numeroso pessoal composto de cantores e cantoras, de músicos e de toda a espécie de serventuários. A função do sacerdote, muito lucrativa, transmitia-se hereditariamente na comunidade familiar. Aquando da partilha dos bens da casa paterna, o sacerdócio era por vezes distribuído pelos filhos, de modo a que cada um pudesse, por sua vez, desempenhar essa função no espaço de um ano e receber os benefícios durante esse tempo. Se as funções sacerdotais passavam a um filho primogénito, os seus irmãos obtinham uma compensação paga adiantadamente sobre a herança. Os sacerdotes gozavam de imenso prestígio, pois detinham na vida religiosa da Antiguidade a arma poderosíssima que era a adivinhação e também os inesgotáveis recursos dos templos, constantemente aumentados com as operações de usura.

4 — *A literatura sumero-babilónica*

Conhecemos um número bastante grande de obras literárias sumerianas e babilónicas do III e do II milénios.

O seu conteúdo refere-se, de um modo ou de outro, à religião. A maior parte são textos litúrgicos ou mágicos e as raras obras que não respeitam ao culto tratam, todavia, de assuntos religiosos, sobretudo mitológicos. Os escritos consagrados a outros temas são excepcionais.

A mitologia da religião oficial sai da mitologia popular, um dos principais elementos da tradição oral ou folclore. É por isso que encontramos nas obras sumero-babilónicas numerosos motivos folclóricos. Ressaltam com toda a nitidez nos mitos sobre a origem do mundo, dos homens, da agricultura, da vida sedentária, sob a forma de lendas ingénuas que se assemelham a qualquer conto popular do mesmo conteúdo.

Os poetas babilónicos utilizaram essas lendas sumerianas para criar obras curiosas. Uma das mais célebres é o poema intitulado, segundo as suas primeiras palavras, *Quando no alto*. Inspira-se no mito sumeriano da criação do mundo, cujo herói é Enlil; mas os sacerdotes babilónicos substituíram-no por Marduk.

A mais bela realização da literatura babilónica é o poema épico de Gilgamesh. Os primeiros textos que falam das façanhas desse valente eram em sumeriano; os escritores babilónicos, sem dúvida da classe sacerdotal, modificaram-nos e trabalharam-nos. Foi assim que surgiu a epopeia babilónica de Gilgamesh, inscrita em doze grandes placas, cada uma das quais constitui, de certo modo, um canto distinto. A sua ideia e as suas qualidades poéticas permitem colocá-lo entre as obras-primas da literatura mundial.

O poema não pertence, de modo nenhum, às obras litúrgicas. Não se liga nem a um mito determinado, nem a um rito qualquer. O seu autor não fez mais que utilizar lendas e contos populares para criar uma obra independente sobre a vida e a morte.

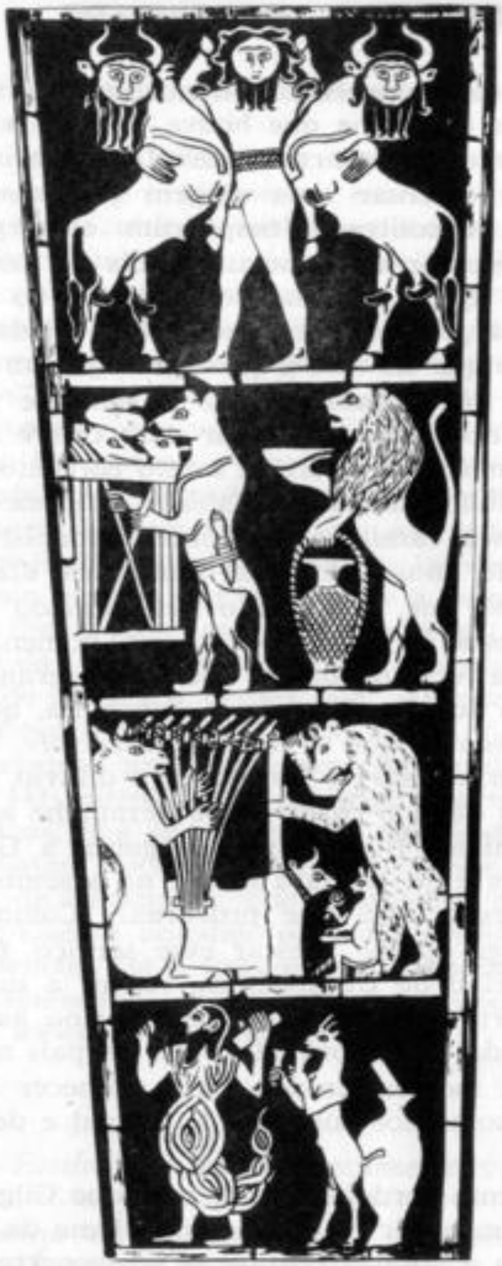
Esse problema preocupava desde há muito tempo a sociedade sumero-babilónica. Havia mitos que procuravam explicar por que razão os deuses eram imortais e os homens mortais. Um deles apresenta como causa da mortalidade do homem a loucura do primeiro homem, Adapa, o benquisto filho do deus Ea, que lhe dera a grande sabedoria, mas não a vida eterna. A possibilidade de adquirir a imortalidade ofereceu-se um dia a Adapa, mas ele recusou-a. Intimado a comparecer perante o deus Anum, por ter quebrado as asas ao Vento do Sul, foi prevenido por Ea de que lhe apresentariam o alimento e as águas de morto, e que não deveria prová-los. Durante o julgamento, os outros deuses tomaram a sua defesa, e Anum, suavizado, apresenta-lhe o alimento e as águas da vida. Mas Adapa não os quis tomar. Admirado, Anum pergunta-lhe a razão. Ele responde: «Disse o outro: não comerás, não beberás.» Anum mandou então que fosse lançado na Terra. Esta lenda, provavelmente inventada pelos sacerdotes, procura conciliar os homens com o seu destino, convencê-los da sua impotência diante dos deuses. Mas uma semelhante explicação da sua imortalidade não podia satisfazer os homens pensantes da sociedade babilónica. O poema de Gilgamesh retoma o assunto sem dar, todavia, uma resposta consoladora.

Gilgamesh é um rei lendário de Uruk, cidade muito antiga da Suméria. Foi deificado depois da sua morte e em Uruk instituiu-se um culto em sua honra. O poema apresenta-o sob a forma de um gigante muito valente, belo e sábio, deus em dois terços.

Com Enkidu, seu amigo e companheiro de armas, realiza façanhas inauditas que lhe valem o amor da deusa Ishtar. Mas Gilgamesh repele as suas solicitações. Enfurecida, ela pretende perdê-lo, enviando contra ele um touro celeste que pisa as sementeiras; mas Gilgamesh e Enkidu matam-no. Então, a pedido de Ishtar, os deuses castigam Enkidu com uma doença mortal. Gilgamesh, aterrado pela morte do seu amigo, fica com receio por si próprio:

Gilgamesh sobre Enkidu, seu amigo,
Chora amargamente e foge para o campo:
«Terei eu, também, de morrer como Eabani (¹)*?*
A dor penetrou-me no meu intimo,
Receio a morte e fujo para o campo.»

(¹) Outro nome de Enkidu.



Cenas da epopeia de Gilgamesh e de outros mitos. Diante da harpa incrustada, extraída de um túmulo de Ur. Século XXVI antes da nossa era

Gilgamesh resolve aprofundar o mistério da vida e da morte. As lendas dizem-lhe que houve pessoas a quem os deuses concederam a imortalidade: Utnapishtim e sua mulher. Resolve efectuar uma viagem perigosa ao país divino, para lá encontrar Utnapishtim e perguntar-lhe como é que ele se tornou imortal. Depois de longas peregrinações, vence terríveis obstáculos lançados ao seu caminho e chega à margem do mar celeste. Uma sabeia manda-o parar aí e diz-lhe que ele está a querer atingir um objectivo quimérico, pois que a imortalidade é somente reservada aos deuses. Ela aconselha-o a voltar para trás e a gozar a vida. Mas esta moral, sem dúvida muito corrente no cume da sociedade babilónica, não satisfez a Gilgamesh. Continua a seguir o seu caminho e encontra Utnapishtim, que, todavia, nada de consolador lhe tem para dizer. Utnapishtim conta-lhe que, durante o seu reinado em Shuruppak, os deuses irritados contra os homens tinham mandado sobre a terra o dilúvio. Todos morreram, excepto Utnapishtim e a sua família, que a deusa Ea, que a estimava, tinha prevenido que se daria a catástrofe, incitando-os a construírem um barco. Terminado o dilúvio, os deuses acolheram junto de si o casal real e deram-lhe a imortalidade. Para terminar, Utnapishtim pergunta a Gilgamesh: «Qual dos deuses é que te fará entrar na assembleia, para que tu encontres a vida que procuras?» Como nenhum deus se encarrega de lhe prestar esse serviço, Gilgamesh procura, a conselho de Utnapishtim, vencer a morte através de vários artifícios mágicos, mas mesmo assim nada consegue. Fatigado, desencorajado, volta ao país natal e faz vir do país dos mortos Enkidu para conhecer a «lei da terra», a triste sorte dos súbditos de Nergal e de Ereshkigal.

O fim do poema perdeu-se. É de crer que Gilgamesh tenha morrido. Sem haver resolvido o problema da vida e da morte, esta obra é notável porque aí se encontram as primeiras tentativas de crítica da religião. Gilgamesh ousa desafiar os deuses; toma mesmo, às vezes, um ar altivo, e os deuses são obrigados a tolerar essa rebelião. O poema

influenciou enormemente a literatura dos outros povos da Antiguidade.

Entre as obras didácticas, uma das mais interessantes é o *Diálogo entre o senhor e o escravo*, que reflecte a desmoralização da alta sociedade esclavagista.

O senhor venceu segundo o princípio «goza a vida cá na terra». Acaba por ficar aniquilado: a guerra, a caça, o amor, a construção de casas, as conjuras — tudo o desgosta. Desiludido com os deuses, chega à conclusão de que nem os sacrifícios nem a magia podem levar os deuses a «seguirem o homem como um cão». Só resta uma coisa a fazer: «dar cabo do pescoço e lançar-se à água».

Os Babilónios também tinham compilações de máximas e regras morais, uma das quais remonta certamente, no seu conjunto, à época do Antigo Império. Todavia, vê-se aí ressaltar o medo das conjuras e a submissão aos exploradores. Estas recomendações, dirigidas sem dúvida aos membros das comunidades, terminam pelo conselho, muito incisivo, de dizer aos deuses que: «O sacrifício aumenta a vida, a prece livra do pecado.»

Na literatura profana devem citar-se algumas inscrições reais do III milénio e do primeiro quartel do II milénio. Esses textos, que se aproximam das lendas pelo seu conteúdo, relatam acontecimentos históricos. Tal é a grande inscrição de Urukagina, que descreve a miséria dos habitantes de Lagash, aquando do seu aparecimento, e fala das suas reformas. Tal é igualmente a inscrição do patési de Lagash, Eannatum, relativa à sua vitoriosa campanha contra o soberano de Umma.

5 — *Embriões de conhecimentos científicos*

No tempo do Antigo império babilónico, existiam na Baixa Mesopotâmia embriões da ciência, que encontravam a sua aplicação na vida quotidiana e na economia. Referiam-se sobretudo à astronomia e às matemáticas, e serviam para o cálculo do tempo, para a arpentagem, para regular a rede da irrigação, assim como para as necessidades da troca e da usura.

Os elementos de astronomia elaborados na Mesopotâmia no III milénio e no princípio do II milénio, e desenvolvidos no curso das épocas seguintes, serviram de base à astronomia dos Gregos, depois dos Árabes, sendo dela que a Europa extraiu os seus princípios.

As ideias astronómicas dos sacerdotes babilónicos derivavam da cosmogonia dos tempos primitivos. Consideravam-se como elementos essenciais do Mundo: a terra, o céu e o oceano. A terra era uma espécie de montanha redonda, colocada no meio do oceano primordial. Por cima da terra erigia-se, tal como uma taça virada ao contrário, a esfera celeste ou aérea, dominada por uma barragem celeste, habitação dos deuses, que circundava o oceano celeste, cujos bordos inferiores se juntavam ao oceano terrestre. As estrelas são de início assimiladas a carneiros, portanto, sobre a barragem celeste; o Sol e a Lua seriam luminários feitos pelos deuses. Os eclipses proviriam do facto de a Lua ou o Sol serem escondidos por génios malfeitores.

No início do II milénio os astrónomos babilónicos separam das estrelas imóveis cinco planetas, hoje conhecidos pelo nome latino: Vénus, Marte, Júpiter, Mercúrio e Saturno. Na mesma época os astros são agrupados em constelações. Depois distinguem-se doze constelações «no caminho do Sol» (elíptico), chamadas constelações do Zodíaco, e estabelece-se que perto deste «caminho do Sol» se mantêm os cinco planetas referidos. Os sacerdotes não sabem ainda predizer os eclipses e confundem os fenómenos astronómicos e meteorológicos.

Com base em observações astronómicas primitivas, elabora-se um calendário semelhante àquele que os chineses, pelo seu lado, crêem. Os sistemas da América Antiga também lhes são similares. O calendário babilónico desempenhou um papel especial na história da civilização, tendo particularmente servido de modelo, sob uma forma mais perfeita, aos povos europeus.

Os sacerdotes da Babilónia esforçavam-se por predizer o futuro, de harmonia com os fenómenos celestes e atmosféricos. Este sistema não pode, positivamente, qualificar-se de astrologia, pois as predições fundavam-se na concordância entre presságios meteorológicos e astronómicos. Por exemplo: «Se Adad (deus da tempestade — *Red*) rabujar no dia em que desapareceu a Lua, a colheita será abundante e os preços do mercado serão estáveis.» A adivinhação era em geral de uma grande importância política.

UNICAP
B C

As necessidades da vida conduzem, no princípio do II milénio, a um certo desenvolvimento das matemáticas. Uma realização importante dos matemáticos babilónicos é aquilo a que se chama o «sistema de posição»: o reconhecimento de que uma mesma cifra pode ter valores diferentes, segundo o seu lugar no número. Com base nesta relação, a Babilónia foi além mesmo da Grécia e de Roma. Mas a evolução das matemáticas era aí muito embaraçada por causa da numeração sexagesimal. Desconhece-se a verdadeira origem destas numerações; talvez estivesse ligada às categorias numéricas «sagradas», resultantes do cálculo do tempo: 7, em harmonia com o número de dias da fase lunar, e 12, de harmonia com o número de meses do ano. A presença do número 60 = 12×5 neste sistema revela conhecimentos matemáticos, os Babilónios conheciam no princípio do II milénio as quatro operações aritméticas, a ~~conhecimentos matemáticos, os babilónicos conheciam no princípio do II milénio, as quatro operações aritméticas, a~~ elevação ao quadrado e a extracção da raiz quadrada, assim como os princípios de geometria necessários à medida de uma superfície. As fórmulas geométricas eram utilizadas na medição de terrenos, campos, pomares e domínios. Foram encontrados planos acompanhados dos cálculos correspondentes.

A numeração sexagesimal foi definitivamente estabelecida pelos Babilónios, sem dúvida em relação com a medida do círculo descrito pelo Sol no céu. Eles haviam calculado que se se dispusessem lado a lado, no itinerário diurno do Sol, discos iguais ao disco solar, obter-se-iam 180, e portanto 360 para um dia completo. A coisa exprimia-se pela fórmula seguinte: o Sol dá 360 passos por dia. Esta divisão, aplicada a todos os círculos, foi tomada pelos Ro-

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

manos e em seguida adoptada pela geometria europeia: é a divisão da circunferência em 360 graus (do latim *gradus*, o passo). Os Babilónios haviam fixado a duração do dia e da noite em 12 horas; mais tarde dividiu-se a hora em 60 minutos e o minuto em 60 segundos. Esta subdivisão refere-se já à história da ciência europeia.

Os Babilónios dividiam o mês em quatro, segundo as fases da Lua; mas o estabelecimento da semana em sete dias não é anterior ao meio do I milénio, quando foram instituídos os sete «grandes» deuses siderais: o Sol, a Lua e os cinco planetas visíveis a olho nu, dos quais os dias receberam o nome. Por intermédio dos Romanos, a semana de sete dias passou a todos os povos da Europa e estendeu-se gradualmente ao mundo inteiro.

6 — *As artes plásticas*

Os primeiros espécimes de arte plástica e de arquitectura na Mesopotâmia são devidos aos Sumérios; Akkad e Babilónia imitam e desenvolvem os processos e o estilo criado em Sumer. A maior parte das obras de arte que chegaram até nós datam da primeira metade do III milénio. Mas isso não prova que sob a III dinastia de Ur e no Antigo Império da Babilónia a arte estivesse em decadência, relativamente às épocas precedentes. Isso deve-se a circunstâncias exteriores, designadamente derrotas militares sofridas pelo reino de Ur e pelo império babilónico. Durante esses períodos movimentados, pereceram muitas obras de arte, e a maior parte daquelas que se conservaram até aos nossos dias tinham sido transportadas pelos conquistadores elamitas e hititas para as suas capitais.

As artes plásticas são representadas principalmente pelo baixo-relevo e pela estatuária. O estilo dos baixos-relevos é primitivo: face retorcida, olhar de perfil, pernas verticais e uma atrás da outra. Todas as personagens têm o mesmo tipo, mas o vestuário dos Sumérios difere nitidamente do dos Akkadianos. As estátuas de patésis ou de reis distinguem-se pelo seu torso maciço; as suas cabeças são melhor trabalhadas e causam a impressão de estarem vivas.

As imagens de animais são muito mais naturais, mais elegantes e mais bem proporcionadas. Isso provém do facto de a arte de trabalhar animais ter tradições muito antigas, remontando ao Paleolítico inferior.

Um dos mais belos baixos-relevos sumerianos é o friso de bois, vacas e vitelos, com os seus condutores, que ornam um templo dos subúrbios de Ur (princípio do III milénio). Assinalamos ainda os baixos-relevos da «Estela dos abutres», com uma inscrição de Eannatum acerca da sua campanha vitoriosa contra Umma. Infelizmente só uma parte é que está conservada. Vê-se aí uma tremenda falange de guerreiros de Lagash, com Eannatum à frente. Protegidos por uma muralha de escudos e lança pontiaguda, calcam aos pés os inimigos, aterrados. Dois outros fragmentos representam uma pirâmide de guerreiros de Lagash, caídos no campo de honra e prestes a serem queimados, e um bando de abutres devorando os cadáveres dos guerreiros de Umma. Foi encontrado, além disso, um admirável vaso de prata de Entémena, patési de Lagash, finalmente gravado com a efígie do deus da caça, Imgig, ave divina, atacando dois leões. Entre as mais interessantes estátuas de patésis, há três de Gudea, que reinou em Lagash ao tempo da dominação dos Guti. Em duas delas está sentado e na outra está de pé. Infelizmente todas elas estão mutiladas e decapitadas: duas cabeças foram encontradas separadas.

Entre as obras de arte akkadianas cita-se a «Estela da vitória de Narâmsin» e um baixo-relevo de Hammurabi. A primeira representa uma expedição a um país montanhoso: o soberano, rodeado pelos seus guerreiros, permanece junto de um cume. Hammurabi, representado na estela onde estão gravadas as suas leis, está em adoração diante do deus Shamash, que lhe entrega um código.

Os frescos também deviam existir desde o fim do III milénio. Temos um maravilhoso espécime que provém do palácio real de Mari. Este fresco reproduz uma cerimónia de libação, que se refere a um pedido para uma colheita abundante.

Assim, desde o III e II milénios antes da nossa era, existia uma elevada civilização nos países da Baixa Mesopotâmia: Sumérios e Akkadianos possuíam embriões de conhecimentos científicos, uma escrita evoluída, uma notável literatura. Mas o reflexo fiel da realidade não era possível numa época em que dominava uma concepção do mundo sustentada pelos sacerdotes, em que a religião exaltava o poder real e votava o homem ao desencorajador sentimento da sua pequenez.

CAPITULO IX

O EGIPTO ARCAICO

1 — *Condições naturais*

O Egipto ocupa o estreito vale do Nilo, bordejado por montanhas a oeste e a leste. Este vale não tem mais do que 15 a 25 quilómetros de largura. As montanhas da parte oeste separam-no do Sara, chamado na Antiguidade o deserto líbio. Para lá das montanhas de Leste, estende-se a margem do Mar Vermelho.

No Sul, o curso do Nilo era cortado por cataratas que tornavam a navegação difícil e isolavam o Egipto dos países meridionais. No Norte, o vale alarga-se e termina no delta do Nilo. Outrora esta região era inculta, pantanosa e não tinha ancoradouros cómodos.

A situação geográfica do vale do Nilo dava-lhe grandes vantagens sobre a Mesopotâmia. As montanhas que o bordejam são ricas em pedra para construção: granito, basalto, calcário. As montanhas de Leste e sobretudo as da Núbia continham abundantes reservas de ouro. No vale floresciam árvores preciosas, como a tamareira, a tamargueira, o sicômoro, cujos troncos serviam para construir os barcos fluviais e todo um conjunto de armações. O Nilo lança-se no Mediterrâneo, principal artéria do comércio da Antiguidade. Enfim, a agricultura era mais favorecida do que na Mesopotâmia.

O Egipto é uma espécie de oásis à beira do deserto. quase nunca chove aí, e as raras chuvas eram consideradas como um mau presságio.

Mas as cheias do Nilo asseguram ao país uma humidade suficiente e um adubo de primeira qualidade. O rio, que começa a transbordar em meados de Julho, inunda todo o vale. A água mantém-se até Novembro e depois baixa gradualmente. Findas as cheias permanece sobre a terra um limo fértil, composto de restos de plantas aquáticas putrificadas e restos minerais. Em Janeiro lavra-se a terra mole e semeia-se. Graças aos aluviões que a cobrem, dá boas colheitas. É, pois, natural que o Nilo houvesse sido divinizado pelos egípcios desde tempos imemoriais.

As areias e o mar preservavam o Egipto de ataques súbitos. Também neste ponto esse país está melhor situado do que a Mesopotâmia, facilmente acessível. É certo que o Egipto não estava de modo algum completamente ao abrigo de invasões; mas elas davam-se muito menos frequentemente do que na Mesopotâmia. O Egipto nunca sofreu as terríveis devastações que se deram, por exemplo, na Babilónia.

2 — *A população primitiva do Egipto*

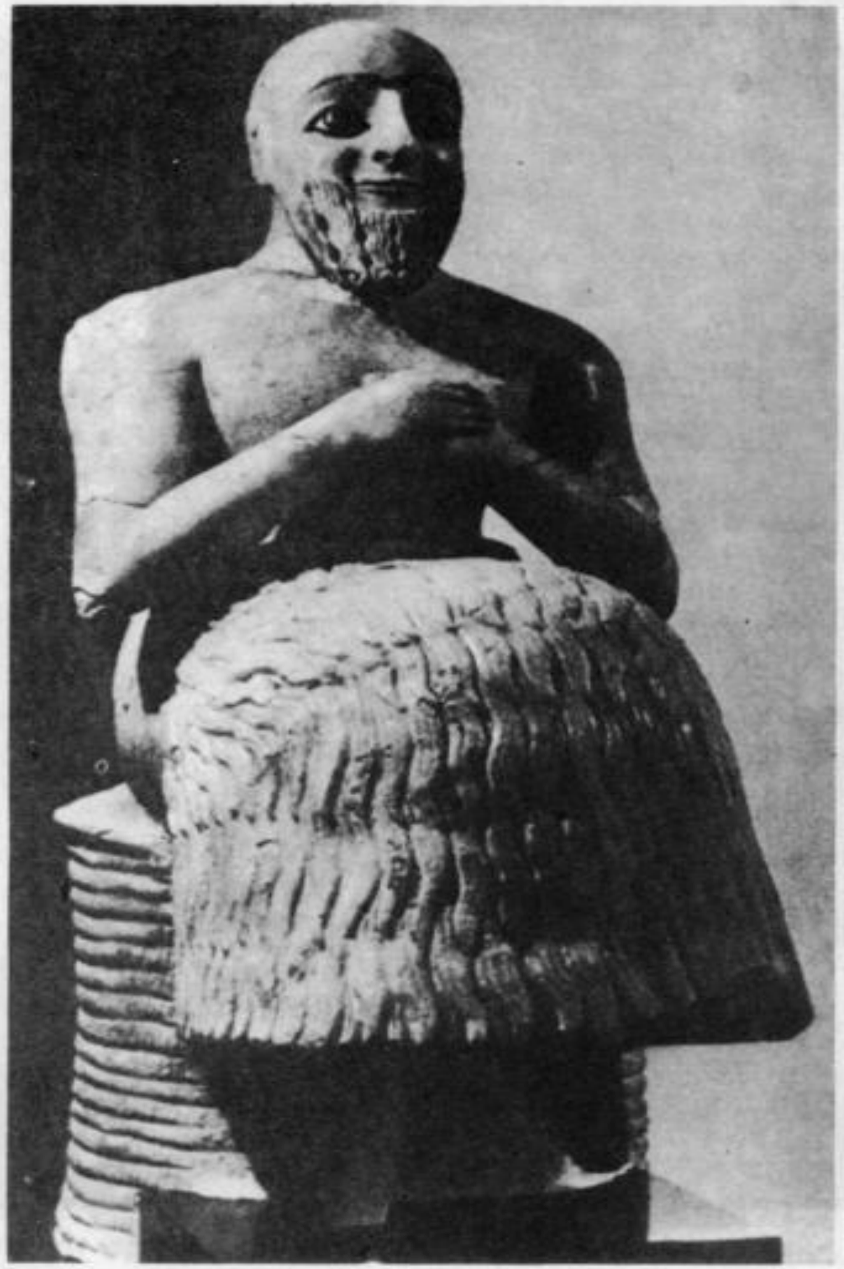
Na época paleolítica, quando as chuvas abundantes garantiam o crescimento rápido das árvores e das ervas, onde hoje se estendem os monótonos areais do Sara, os homens nunca penetravam no vale do Nilo, cujas cheias tumultuosas se lhes afiguravam uma calamidade. Instrumentos paleolíticos foram descobertos só nas montanhas situadas na borda do vale.

Somente um desenvolvimento de colheitas bem organizadas e a agricultura em terras irrigadas naturalmente é que tornou acolhedoras, para o homem, as margens do Nilo; mas isso deu-se já na época neolítica e eneolítica.

As tribos neolíticas que povoavam o Egipto no V milénio antes da nossa era viviam da pesca e da caça, mas também se ocupavam da agricultura e da criação de gado: cultivavam o trigo, a cevada, o linho; criavam porcos, bovinos e carneiros (1). No princípio, os homens estabeleciam-se

---

(1) Veja 1.ª parte, capítulo IV.



Estátua de Ibich-il (Mari)

Estátua de Gudea (Lagash)

na periferia do vale, onde então existiam oásis (Fayum), ou recorriam às torrentes da montanha que lhes forneciam a água necessária aos campos.

As tribos do vale do Nilo pertenciam a diferentes grupos étnicos, como o atestam as investigações antropológicas, que revelam que a população primitiva do Egipto compreendia grupos aparentados com os líbios, com os negróides, e talvez mesmo com as tribos semíticas do Sul da Palestina.

Os dados da antropologia são confirmados pelos materiais arqueológicos, que testemunham a existência de diversos tipos de informações: no curso médio do Nilo, as tribos da civilização chamada «tasiana» amortalhavam os seus mortos em cemitérios especiais, deixando-lhes vasos cheios de comida, enquanto que os habitantes do Egipto do Norte (regiões de Héluan e de Merindé) enterravam os cadáveres sob a terra das cabanas; deitavam-nos de lado com a face virada para o Nilo e deixavam-lhes alimentos por suporem, sem dúvida, que as almas dos mortos partilhavam todos os dias as refeições dos vivos. Enfim, a análise da língua egípcia arcaica (tanto quanto se pode depreender, segundo os vestígios que remontam a cerca de 3000 anos antes da nossa era) parece provar que continha, além dos elementos camíticos, também elementos semíticos.

Tudo isso permite supor que a nação egípcia se constituiu no vale do Nilo, após o cruzamento de diversos grupos étnicos idos do Oeste, do Sul e do Leste.

No IV milénio antes da nossa era, as tribos egípcias tinham realizado grandes progressos nos diversos ramos da economia: o empobrecimento do oásis e a secura das torrentes de água forçaram-nos a cultivar todos os anos as terras regadas pelo Nilo. Para fabricar os utensílios e os adereços, começa a empregar-se os metais (ouro, cobre), o que impele os egípcios a entrarem em contacto mais estreito com os países vizinhos. O corte do sílex e a cerâmica aperfeiçoam-se. Tudo isso contribui, por um lado, para aumentar a população e para consolidar os clãs, e, por outro lado, para fazer surgir as desigualdades de fortuna e de condição, para dividir a sociedade em escravos, em gente do povo livre e da aristocracia. O regime dos clãs desagrega-se.

3 — *A comunidade de vizinhança e os nomos*

Na etapa seguinte da evolução económica, procede-se à construção de obras de irrigação rudimentares, para regular a chegada da água do Nilo — única fonte de humidade — aos campos. É que, com o tempo, o depósito de aluviões tinha constituído, ao longo do rio, altas colinas que, nos anos de fraca inundação, representavam um obstáculo ao alagamento das águas e depois impediam que a água saísse das terras. Com a falta de escoamento, estagnava-se e criava pântanos. Assim, as primeiras obras de irrigação do Nilo eram simples covas abertas nas margens do rio, onde barragens especiais regulavam o caudal. Mais tarde, os Egípcios aprendem a levar canais que derivam as águas e irrigam, cada um por sua vez, os campos circundados por barragens.

O uso do arado eleva o rendimento do trabalho agrícola, e a invenção do torno, cerca de 3000 anos antes da nossa era, atesta que a cerâmica tinha constituído um ofício à parte. Outros artesãos profissionais (ferreiros, talhadores de pedras) apareceram, provavelmente na mesma época. Relações económicas (ainda irregulares, é certo) estabelecem-se com os países vizinhos, talvez mesmo com a Suméria.

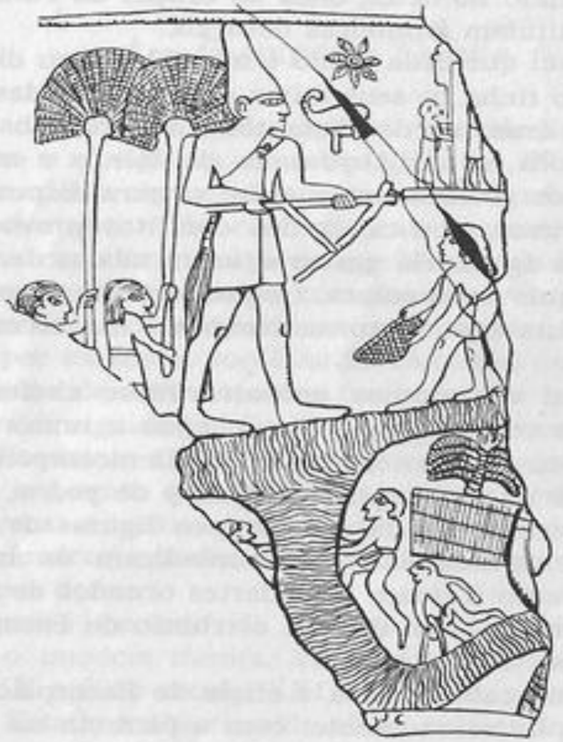
Enfim, uma realização muito importante na época é a invenção da escrita pictográfica.

Os dados arqueológicos que caracterizam o desenvolvimento das relações sociais são bastante mais sucintos. Pode dizer-se que a escravatura data do IV milénio: as figuras de cativos, com as mãos ligadas atrás das costas, constituem a prova disso, segundo parece.

Ao lado da propriedade comunitária, vê-se nascer a propriedade privada: os seus sinais característicos, chamados

UNICAP
B C

tamga, são geralmente gravados nos vasos; mas as mais das vezes os vasos do mesmo túmulo levam o mesmo tamga. O desenvolvimento da criação de gado, da agricultura com charrua e dos ofícios reduz o papel económico da mulher na produção e contribui para a instauração do patriarcado. Todos esses processos acabam por sapar o regime dos clãs, por engendrar a comunidade de vizinhança, formada por pequenas e grandes famílias. Tal como na Mesopotâmia, a comunidade de vizinhança é uma comunidade das águas e das terras, quer dizer, unidas pela propriedade comum das terras e sobretudo das águas.



Rito agrícola ligado à irrigação. Baixo-relevo de uma massa de armas do «Escorpião». Hieracompolis. Fim do IV milénio

UNICAP – BIBLIOTECA CENTRAL

Certas comunidades faziam parte de uniões territoriais mais extensas, provavelmente antigas tribos; no Egipto chamavam-se elas *spat*, mas os historiadores têm o costume de as designar pelo nome grego de nomo. É curioso que a escrita pictográfica egípcia representa o *spat* pela imagem de um terreno cortado por canais, sendo a organização da rede de irrigação uma das tarefas essenciais do nomo.

Na origem, os nomos deviam estar isolados uns dos outros, sobretudo no delta, onde os braços do Nilo e os pântanos constituíam fronteiras naturais.

É possível que cada nomo tenha tido o seu dialecto; em todo o caso tinha os seus mitos e as suas lendas. Os maiores nomos eram os de Elefantina, no extremo Sul, os de Hieracompolis, os de Abydos, os de Mênfis e os de Buto.

Os nomos guerreavam-se entre si para disputar a presa ou os escravos, por causa dos conflitos provocados pela penúria das águas. Há gravuras sobre tábuas de marfim ou de pedra que representam, frequentemente, cenas de batalhas: revelam que tanto se combatia em terra como na água.

À frente dos nomos encontravam-se chefes, um dos quais foi o rei Escorpião, que chegou a reunir sob o seu poder um vasto território indo de Hieracompolis até Mênfis. O cabo do seu bastão de armas de pedra, descoberto em Hieracompolis, está ornado com figuras de íbis capturadas com armadilhas, que simbolizam os inimigos do «rei». Ao vento flutuam estandartes ornados de hieróglifos; esta cena evoca, sem dúvida, o triunfo de Escorpião sobre os monarcas rivais.

O mesmo cabo mostra a efígie de Escorpião exercendo as funções de rei-sacerdote: com a picareta na mão, escoltado por dois familiares que o abanam, traça o primeiro sulco para assegurar uma boa colheita, enquanto um homem deita lá grão contido num cesto.

Os dados de que dispomos são muito pobres para caracterizar o poder do rei Escorpião. Como é mais que provável que o Estado não existisse ainda, devemos considerar Escorpião como um chefe de tribo e não um rei em toda a acepção da palavra. De onde resulta que as tentativas para mitificar o vale do Nilo eram anteriores à formação do Estado. Foi nesta época, sem dúvida, que foram criadas duas grandes uniões de tribos, uma das quais envolvia o Delta e a região limítrofe de Mênfis (que recebeu o nome de Baixo Egipto) e a outra (Alto Egipto) estendia-se para o sul até Elefantina. No princípio, o centro do Baixo Egipto foi Buto e o do Alto Egipto foi Hieracompolis.

4 — *O Império Thinita*

O Estado forma-se pouco após o reino de Escorpião, sob a primeira e a segunda dinastias (fim do IV milénio). As sepulturas desta época demonstram uma nítida desigualdade de fortuna e de condição: as pessoas simples são enterradas em covas vulgares que encerram um modesto mobiliário, enquanto que os túmulos dos reis e dos senhores são verdadeiros conjuntos arquitecturais. O túmulo de Hemaki, por exemplo, continha 50 câmaras, onde se descobriram perto de 2000 objectos (se bem que houvesse sido pilhado na Antiguidade). Os baixos-relevos e as estátuas da época representam as pessoas do povo quase nuas, de cabelos rasos, enquanto que os nobres usavam vestuário sumptuoso, perucas e barbas postiças. Os escravos dos reis e dos nobres eram frequentemente amortalhados perto dos túmulos dos seus donos.

O primeiro período da existência do Estado egípcio chama-se o império thinita. Vai pouco mais ou menos do século XXX até ao século XXIX antes da nossa era. Pode ser que o Estado tenha nascido ainda no fim do IV milénio, mas o que é certo é que já existia cerca do ano 3000 antes da nossa era. Os raros vestígios da união do Norte com o Sul mostram que a luta que a precedeu foi longa e encarniçada. Ignoramos o nome do rei que unificou o país. Segundo uma tradição recolhida por Heródoto, o fundador da primeira dinastia teria sido Menés. Mas esta união era instável. Uma laje de pedra monta a vitória de Nârmer, rei do Alto Egipto, sobre o Baixo Egipto; após a derrota do inimigo, Nârmer fez seis mil prisioneiros. Pode ser que se trate da sufocação de uma revolta que tivesse rebentado no Norte.

No fim da II dinastia, uma outra insurreição teve lugar no Baixo Egipto, cuja repressão fez perto de 50 000 mortos.

CAPITULO X

O EGIPTO DO ANTIGO IMPÉRIO

1 — *A economia e o regime social*

O Estado esclavagista egípcio subsistiu perto de dois mil e quinhentos anos: desde o fim do IV milénio até ao ano 525 antes da nossa era, quando foi conquistado pelos Persas. A história do Estado egípcio divide-se habitualmente em cinco períodos: Império Thinita, Antigo Império, Médio Império, Novo Império e Época Baixa. Também se assinalam períodos transitórios. Os períodos dividem-se em dinastias. O Antigo Império, que se estende aproximadamente do século XXVIII até ao século XXIV antes da nossa era, começa na III dinastia e termina na VIII (aliás pouco se sabe das duas últimas dinastias).

Tal como na Mesopotâmia, a economia do Egipto baseava-se na cultura dos campos e na criação de gado, numa irrigação complexa, na viticultura, na arboricultura, com um material agrícola primitivo, de tipo neolítico. A picareta e o cesto, para o transporte de terra, eram os únicos instrumentos utilizados na abertura dos canais e na construção de barragens. Lavrava-se com a picareta ou com o arado puxado por vacas. Para ceifar usavam-se lâminas de sílex com cabo de madeira. A uva era prensada com os pés e o trigo era batido fazendo andar o gado miúdo por sobre as espigas jacentes na eira.

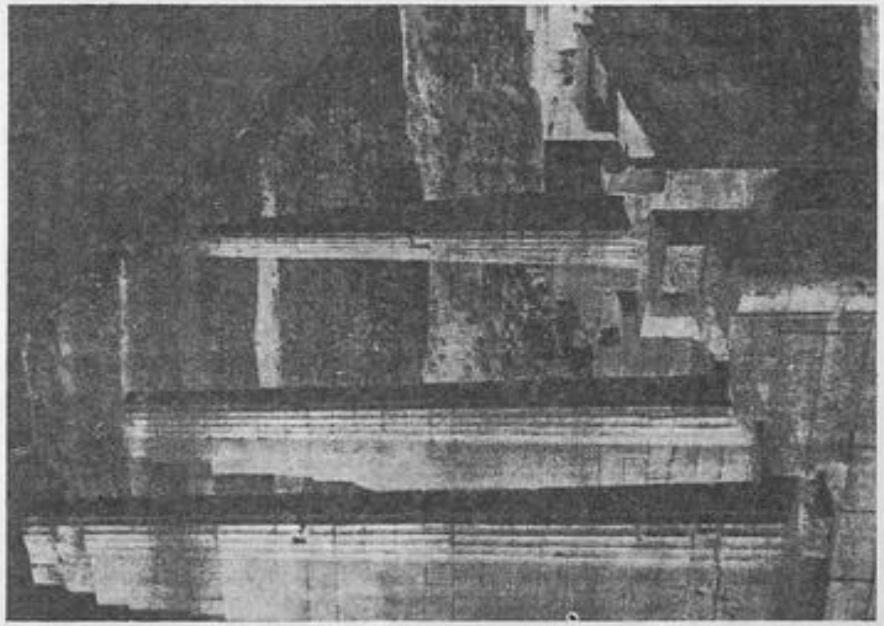
Os instrumentos dos artesãos faziam-se de pedra, de madeira e de cobre; a maior parte destes últimos era forjada e não vazada nos moldes. Os instrumentos de cobre eram utilizados correntemente para trabalhar a madeira e sobretudo as pedras moles.

Por meio de facas e de martelos de cobre faziam-se barcos (alguns dos quais foram descobertos perto dos túmulos reais), charruas e outros objectos. Os trabalhadores de pedra egípcios, munidos com esses mesmos instrumentos primitivos, davam forma às lajes de calcário, que se adaptavam perfeitamente.

Chegaram-nos obras curiosas, baixos-relevos e frescos de túmulos, pertencentes à aristocracia egípcia, que representam diversos trabalhos agrícolas e a actividade das oficinas artesanais. Algumas dessas oficinas são especializadas: as de marcenaria-carpintaria, de tanoaria, de tecelagem produzem variados trabalhos, mas de um género determinado. Assim, as oficinas de marcenaria-carpintaria tanto produzem pequeninos objectos de madeira como grandes embarcações. Outras agrupam pessoas de diferentes ofícios: ferreiros e ourives, curtidores, talhadores de pedra, etc. A maior parte dos artesãos são do sexo masculino; só a tecelagem, na época do Antigo Império, é reservada às mulheres. Um lugar à parte cabe às oficinas de tratamento de produtos alimentares, sendo as principais as padarias e as cervejarias.

Apesar do desenvolvimento dos ofícios, a economia permanece, no seu conjunto, natural. Se uma parte dos produtos é lançada no mercado, a troca conserva-se contudo primitiva: troca-se um produto por um outro; o peixe, por exemplo, é trocado por sandálias e os legumes são trocados por leques. Como ainda não existe a moeda, o cobre é trocado a peso. Todavia, as relações económicas com os países vizinhos consolidam-se, designadamente com a Síria, de onde é importada a madeira de cedro. Mas as mercadorias chegadas da Síria ou da Etiópia são, de um modo geral, artigos de luxo inúteis para a maioria dos trabalhadores.

As relações sociais do Antigo Império são muito mal conhecidas: quase nada se encontrou, em documentos de negócios egípcios, semelhantes às tábuas de argila sumerianas do III milénio. Quanto às cenas que decoram as jane-



Templo e pirâmide de Djéser, faraó da II dinastia.
Cerca do século XXX antes da nossa era

Grande esfinge do faraó Kéfren, em Gizé

Cabeça do faraó Senusret III. Basalto

las dos túmulos, ilustram bem as técnicas de produção, mas não permitem saber ao certo a quem pertencia a terra nem qual era a condição social dos pastores, dos ceifeiros ou dos talhadores de pedra representados nelas.

Na sociedade egípcia a escravatura estava generalizada. Uma parte dos escravos era constituída por prisioneiros de guerra (etíopes ou líbios) que os reis do Egipto traziam das suas campanhas militares. Um soberano da IV dinastia gaba-se, nas inscrições, de haver feito de uma vez mil e cem prisioneiros e de outra sete mil. Mas ao lado destes cativos, havia, entre os escravos, egípcios tidos como servos: a redução à escravatura de homens livres é mencionada em inscrições que datam do fim do Antigo Império. Também se sabe que os escravos se compravam e se podiam tornar a vender.

A sua condição não pode senão constituir objecto de hipóteses. Em todo o caso, a escravatura continuava a ser patriarcal: os escravos não tinham lugar à parte na produção; os homens livres e mesmo a aristocracia (senhores e sacerdotes) participavam nos trabalhos agrícolas e noutros.

De igual modo, parcas são as informações sobre a propriedade. Sem dúvida que o núcleo económico da sociedade era sempre a comunidade de vizinhança, que regulava a distribuição das águas sobre o seu terreno. É possível que a comunidade egípcia guardasse elementos do trabalho colectivo nas reparações de obras de irrigação ou na debulha do trigo: as aldeias deviam ter as suas eiras comuns. Está-se muito mal informado sobre a organização interior da comunidade egípcia, mas é certo que no tempo do Antigo Império a terra e o gado podiam ser vendidos ou deixados em herança. Segundo V. Avdiev, os negócios da comunidade (distribuição de águas, demandas, etc.) teriam incumbido a uma assembleia especial (zazat).

A comunidade compreendia pequenas e grandes famílias patriarcais. O principal herdeiro era o primogénito, que recebia todo o património ou a sua maior parte. Aliás o chefe de família tinha o direito de legar os seus bens a um estrangeiro. A dona da casa gozava de um grande prestígio: o egípcio intitulava-se filho de Fulana e não de Fulano. Manifestam-se as sobrevivências do matriarcado ainda pelo facto de que a mulher podia governar o país e que (teoricamente) o trono do Egipto devia transmitir-se da mãe à filha. Nos campos e nas oficinas do rei, dos templos e dos senhores, faziam-se trabalhar não apenas os escravos, mas também homens livres, designados em certos textos por *mertu*. Geralmente constituíam grupos dirigidos por chefes. As pinturas e esculturas dos túmulos representam esses chefes armados de um chicote ou de um cacete. Ignora-se se os mertus eram também membros de alguma comunidade ou se a haviam deixado por qualquer motivo. Alguns investigadores supõem mesmo que eram escravos, mas nem todos estão de acordo.

Os escribas fiscalizavam rigorosamente tudo o que faziam os trabalhadores. Durante a execução da tarefa eles recebiam alimentos: pão, cerveja e legumes. Não sabemos como é que se organizavam as faxinas; o que é certo é que elas não ocupavam todo o tempo dos trabalhadores: estes podiam trabalhar por sua própria conta e vender no mercado o que produziam.

A classe dominante abrangia a nobreza da corte e a aristocracia dos nomos (os monarcas, a maior parte dos quais descendiam de soberanos de nomos). Os senhores possuíam vastos domínios que abrangiam aldeias distintas. A economia era gerida por um numeroso pessoal, composto de funcionários e de escribas. Uma parte dos bens dessa economia era hereditária, mas os nobres recebiam também terras do rei, como recompensa pelos seus serviços. O alto sacerdócio pertencia igualmente à classe dominante.

Além da alta aristocracia, existiam pequenos funcionários e sacerdotes que tinham dois ou três escravos (em geral do sexo feminino). Não podiam edificar túmulos sumptuosos, mas ocupavam igualmente túmulos ornados de inscrições e esculturas.

2 — O regime político do Antigo Império

No apogeu do Antigo Império, o Estado egípcio era um despotismo que defendia os interesses da nobreza esclavagista. Foi mais poderoso e mais centralizado do que o Estado de Sargão, na Mesopotâmia. Isso explica-se sobretudo pelas condições naturais do vale do Nilo, onde todos os nomos se situavam sobre um território estreito à borda de um único rio. Assim, a distribuição racional das águas e a exploração normal dos meios de transporte não eram possíveis senão num Egipto unificado.

UNICAP
B C

A capital do Antigo Império foi Mênfis, no Baixo Egipto. Como o atestam os elementos arqueológicos, o centro político do país, os domínios e residência da aristocracia situavam-se nesta região. É à volta de Mênfis (em Gizé, Abusir, Sakkarah, etc.) que se encontraram os principais testemunhos de prosperidade do Antigo Império, enquanto que nos outros sítios do país não se descobriram senão monumentos isolados.

O Baixo Egipto (sobretudo o Delta), zona conquistada sob Nârmer e outros reis das primeiras dinastias, reunia a maioria dos pomares e vinhedos reais, enquanto que os prados do Delta alimentavam imensos rebanhos de vacas e carneiros. Os grandes domínios reais eram a base natural do poder monárquico.

O rei, chamado com o decorrer do tempo faraó (de *per âa* que em egípcio quer dizer a «casa grande»), governava como senhor absoluto: nomeava os dignitários, mudava as nomarcas, instituía impostos, mandava exércitos para os países vizinhos, etc. Podia confiscar os bens dos seus súbditos e condená-los à morte sem julgamento. Para reforçar o seu prestígio, haviam-no deificado e proclamado «grande deus»: um culto faustoso rodeava a sua pessoa, e o direito de lhe beijar a sandália passava por ser uma honra insigne. Os artistas egípcios figuravam-no no meio de divindades, como seu igual.

O faraó apoiava-se num imenso aparelho de funcionários dirigidos por um primeiro-ministro, chamado, segundo os árabes, «vizir». Este homem era o comandante do exército e o juiz supremo; a cobrança dos impostos, os trabalhos de irrigação, numa palavra, todos os serviços complexos do governo egípcio dependiam dele. Tinha sob as suas ordens «seis grandes Câmaras», que exerciam a justiça, e

IBLIOTECA CENTRAL

outras «câmaras» colocadas à frente de diferentes ramos da economia.

Os principais serviços do Estado despótico egípcio eram três: o fisco, que recebia os impostos em espécie, e assim pilhava a população; os trabalhos públicos, que abrangiam sobretudo obras de irrigação; e o exército («câmara das armas») que pilhava os povos estrangeiros. O exército egípcio era uma milícia composta de destacamentos, mobilizados pelos nomos, e de etíopes. Deve crer-se que a estes grupos faltava a disciplina; em todo o caso um dos seus capitães notava orgulhosamente, numa inscrição, que os seus homens não pilhavam os Egípcios, não forçavam as portas para se apoderarem da farinha ou de outros géneros. Os guerreiros eram armados com arco e clavas de pedra; mais tarde serviram-se de punhais e de machados de bronze; como arma defensiva usavam escudos de madeira revestidos de pele de animais selvagens. As fortalezas constituíam poderosas obras de defesa: assim, uma cidade próxima de Abydos tinha duas cinturas de muralha de tijolo, medindo a interior 12 metros de altura e perto de 6 metros de espessura na base.

Os templos contribuíam activamente para reforçar o poder real. No fim do Antigo Império, alguns receberam cartas régias que dispensavam de pagar ao Estado não só os sacerdotes, mas todo o seu pessoal, homens livres ou escravos.

A questão das cartas régias levantou uma séria discussão: a maior parte dos historiadores burgueses consideravam-nas como imunidades e viam nelas a prova da existência do feudalismo no antigo Egipto. Ora as cartas régias do Antigo Império nada tinham de comum com as imunidades medievais: não concediam aos templos qualquer autonomia, qualquer direito sobre o pessoal; visavam, sim, subtraí-los à autoridade dos nomarcas, que atribuíam à população os impostos braçais, e fazer dos templos os agentes da política do faraó.

3 — *Desenvolvimento político do Antigo Império*

A história política do Antigo Império é ainda insuficientemente conhecida; as inscrições gravadas nos túmulos dos senhores não dão senão informações fragmentárias sobre tal ou tal acontecimento (por vezes capital); os textos mais recentes dos papiros egípcios e de Manéthon contêm sobretudo lendas das quais é muito difícil extrair a verdade histórica. Sem contar com o facto de que a cronologia do Antigo Império não pode ser estabelecida senão aproximativamente.

Os faraós das III e IV dinastias eram conquistadores. Snéfru, da IV dinastia, distinguiu-se especialmente. Uma expedição à Etiópia proporcionou-lhe 200 000 cabeças de gado. Foi vitorioso na Líbia, anexou o Sinai ao Egipto, região aquela que era rica em minas de cobre, e enviou uma expedição à Fenícia para ter madeira de cedro. Nas fronteiras do Egipto erigiu fortificações destinadas a proteger o país contra as invasões. As guerras de conquista continuaram no tempo do seu filho Kéops (deturpação do nome grego Khufu), que também fez uma expedição ao Sinai.

Os soberanos da III e IV dinastias fizeram importantes trabalhos de construção, em primeiro lugar, as pirâmides, que mais tarde os gregos enumerariam entre as sete maravilhas do mundo. As pirâmides são gigantescos túmulos de reis, construídos em blocos de pedra. A maior (perto da vila de Gizé, nos subúrbios de Mênfis) foi construída por Kéops; media cerca de 230 metros de lado e 146,5 metros de altura, compondo-se de dois milhões de blocos, pesando cada um duas toneladas e meia. No interior deste edifício gigante havia corredores e câmaras.

A pirâmide em que se encontrava a múmia do faraó era destinada aos ritos de Osíris, que, segundo a crença dos Egípcios, assegurava a ressurreição do rei e o seu acesso à morada celestial dos deuses. Junto da pirâmide erigiam-se templos, cujos sacerdotes se dedicavam a cerimónias de magia.

As pirâmides eram cercadas de túmulos senhoriais, que em árabe se chamam *mastabas* (a banqueta). Enquanto que durante as duas primeiras dinastias os túmulos dos senhores não cediam em dimensões aos dos reis, e o túmulo de Hemaki até os ultrapassava, as mastabas do Antigo Império, imponentes edifícios de pedra, parecem, todavia, ínfimas ao lado das enormes pirâmides. Essa diferença mostra, de algum modo, o crescente poderio dos reis do Egipto.

Para a construção das pirâmides recrutavam-se turnos de trabalhadores, que recebiam nos armazéns reais víveres e vestuário. Os sinais deixados nas pirâmides permitem aos arqueólogos calcular o número desses turnos. Sabemos, por exemplo, que a pirâmide de Kéops exigiu quatro turnos. Constituídos por hábeis trabalhadores de pedra, eram dirigidos por um arquitecto do rei e por contramestres. Os construtores tinham a ajuda da grande massa de trabalhadores, entre os quais se contavam, certamente, membros das comunidades, arrancados aos trabalhos campestres e mandados para Gizé, para trabalharem as pedras, para as conduzirem em cima de camelos e para as alçarem por intermédio de dispositivos de madeira e cordas a uma altura vertiginosa.

A construção das pirâmides exigia esforços consideráveis. Os historiadores gregos conheceram uma tradição relativa aos descontentamentos suscitados no povo por esses trabalhos: segundo Diodoro os rebeldes teriam lançado as múmias dos faraós para fora das suas esplendorosas sepulturas.

Seja como for, os faraós da V dinastia renunciaram a construir grandes pirâmides. Os seus túmulos, construídos em Sakkarah, são muito mais modestos que os de Gizé. Todavia, estes reis construíram, em louvor de Rá, deus de Heliópolis, templos ornados com obeliscos brancos de 70 metros de altura.

Os faraós da V dinastia continuaram as guerras de conquista: as suas inscrições falam de conflitos com as tribos da península de Sinai e de razias na Líbia. As relações económicas e diplomáticas com a Síria consolidam-se. Encontrou-se um baixo-relevo que representa uns barcos vindos das costas da Fenícia e que alguns sábios supõem representar a chegada de uma princesa síria que havia desposado o faraó Sahurâ. Grandes expedições foram organizadas por Pépi I, da IV dinastia: as tropas egípcias penetraram, pouco a pouco, na Etiópia do Norte e no Sul da Palestina. A inscrição de Uni relata as destruições causadas na Palestina: os invasores destruíram as localidades reduziram a nada os figueirais e os vinhedos e regressaram com prisioneiros, que os Egípcios designavam pelo expressivo nome de «mortos vivos».

4 — *Crescente poderio da aristocracia dos nomos e decadência política do Egipto*

Na III e na IV dinastias, o poder real consolidara-se: era necessário isso para unificar o Egipto e garantir assim o funcionamento normal do sistema de irrigação, para quebrar a resistência dos escravos e das comunidades, e adquirir uma multidão de escravos na Etiópia, na Líbia e na Palestina, e, enfim, para suprimir as sobrevivências do regime dos clãs. Os faraós Snéfru, Kéops e seus sucessores tinham conseguido, no conjunto, executar essas tarefas.

A partir dos meados do III milénio observa-se um aumento de influência dos nobres, sobretudo dos nomarcas. Nas V e VI dinastias, os túmulos senhoriais são mais sumptuosos. Frequentemente situam-se, não já na região de Mênfis, mas sim nos nomos. Os nomarcas reforçam as suas posições nas suas províncias, e transformam-se em soberanos independentes e hereditários. Khufhor, nomarca de Elefantina, que governou no tempo da VI dinastia, enviou, por sua própria conta e risco, expedições à Etiópia, para procurar marfim, incenso e peles de animais selvagens. Reconhecia a autoridade nominal do faraó e fez-lhe presente de um anão; mas conservou o grosso da maquia.

Como explicar este aumento do poder dos nomarcas? As fontes de que actualmente dispomos não podem gerar senão hipóteses. É provável que a exploração do país, no interesse de um grupo de nobres residentes em Mênfis, devesse descontentar seriamente a população, sobretudo a do Alto Egipto. Por outro lado, as contínuas distribuições de terras aos senhores e aos templos (particularmente nas V e VI dinastias) reduziram substancialmente os domínios reais e enfraqueceram o poderio material dos faraós. O desenvolvimento da propriedade privada e a desagregação da comunidade de vizinhança conduziam igualmente à extensão dos bens dos nomarcas; estes aproveitavam o descontentamento geral causado pelos grandes trabalhos reais e pela política fiscal dos funcionários. Nas suas inscrições os nomarcas erigiram-se em defensores do povo. Um deles gaba-se de ter sempre fornecido pão, cerveja e vestuário aos miseráveis. Um outro declara ter sido benfeitor da sua cidade, do Nilo e do nomos.

À medida que o poder dos nomarcas se consolida, decai o do faraó. Os últimos reis da VI dinastia não tinham mais do que prestígio, e Manéthon diz-nos da VII que os seus 70 soberanos reinaram 70 dias no total. Verosimilmente que a VII dinastia nunca chegou a existir, mas a lenda transmitida por Manéthon mostra bem a atmosfera deste período de convulsões. A duração da VIII dinastia também não foi longa. No fim de contas, o Egipto ficou a repartir-se pelos nomos.

O desmembramento do país repercutiu-se gravemente na irrigação: em muitos sítios as obras foram abandonadas e a água estagnou-se, formando pântanos. Eclodiram conflitos armados entre os nomos, a maior parte dos quais tinha por causa a distribuição das águas. Os nomarcas atacavam frequentemente as regiões vizinhas, cuja população procurava refúgio nos pântanos.

O desmembramento do império do Egipto foi acompanhado de uma atroz luta de classes: as inscrições de certos nomarcas não fazem mais do que falar de «agitações» que perturbaram as cidades. Os nomarcas têm orgulho em as haverem sufocado, com o auxílio de destacamentos de guerreiros.

Foi nesta época, sem dúvida, que tribos semíticas do deserto sírio se aproveitaram do enfraquecimento do Estado egípcio, para penetrarem na parte leste do Delta.

CAPITULO XI

O EGIPTO DO MÉDIO IMPÉRIO

1 — *A reunificação do Egipto*

A desagregação do país em regiões isoladas provocou a decadência da irrigação, guerras intestinas e, por consequência, a fome. As inscrições da época revelam misérias que chegaram até ao canibalismo. O aumento das terras semeadas e a valorização de novas terras era então uma questão de delicada actualidade. Foi provavelmente durante este período de transição para o Médio Império que os agricultores egípcios começaram a utilizar correntemente os campos «cultivados», quer dizer, os que o Nilo não inundava durante as suas cheias. Eram obrigados a irrigá-los por meio de máquinas elevatórias especiais, a mais simples das quais era o chaduf. É possível que a cultura dos campos cultivados haja feito surgir a charrua aperfeiçoada, provida de uma rabiça, que facilitava o trabalho do agricultor.

Durante o período transitório, desaparecem os vastos domínios da aristocracia do capital, onde outrora tinham sofrido inúmeros grupos de mertu. As terras senhoriais passam a ser menos extensas e são, em geral, trabalhadas por escravos denominados «têtes» nos textos antigos. Um senhor possuía de vinte a trinta «têtes», na maior parte mulheres. Certos escravos eram estrangeiros, sírios, por exemplo.

Ao mesmo tempo, os elementos ricos das comunidades adquirem influência cada vez maior; as fontes chamam-

-lhes poderosos nezes («nezes» significa pequeno). Esses poderosos nezes tinham grandes terrenos, gado e escravos, e às vezes eram senhores; neste caso, declaravam nas suas inscrições terem alcançado a nobreza pelos seus próprios meios e não pelo nascimento.

Assim, nesta época de agitação, a estrutura da classe dominante modifica-se: enquanto que no Antigo Império o primeiro lugar cabia aos dignitários, que habitavam geralmente na capital e exploravam nos seus vastos domínios egípcios livres, agora a classe dominante compõe-se de donos de escravos, que possuem terras menos extensas, alguns dos quais tinham sido pouco antes membros de comunidades.

Esta nova aristocracia — sobretudo de poderosos nezes — estava interessada na unificação do Egipto, que lhes assegurava não apenas uma melhoria do sistema de irrigação e o fim das guerras intestinas, mas também o reforço do aparelho de Estado; ela tinha necessidade de um governo forte para consolidar a sua posição no país e para aumentar o número dos seus escravos durante a expansão.

No princípio, a unificação realizou-se à volta de Heracleópolis, cujos príncipes conseguiram submeter Mênfis; no Sul, o seu território estendia-se até Abydos. Conserva-se um texto muito curioso, no qual se descrevem as relações sociais na dinastia de Heracleópolis: são as instruções do rei Kheti III a seu filho. O autor deste tratado político — que foi o próprio rei ou um conselheiro — defende, manifestamente, os interesses da classe dominante. Aquele que não tem bens, diz ele, é um rebelde, e o rei deve mostrar-se severo relativamente ao povo. Quanto aos senhores, o herdeiro do trono deve proteger os seus bens e as suas vidas, porquanto «a sua riqueza é-lhe útil». Entre a aristocracia em que se apoia o soberano de Heracleópolis, os poderosos nezes ocupam lugar importante. Kheti III aconselha o seu herdeiro a elevar as pessoas segundo os seus méritos, segundo as «suas capacidades», e não em razão das suas origens.

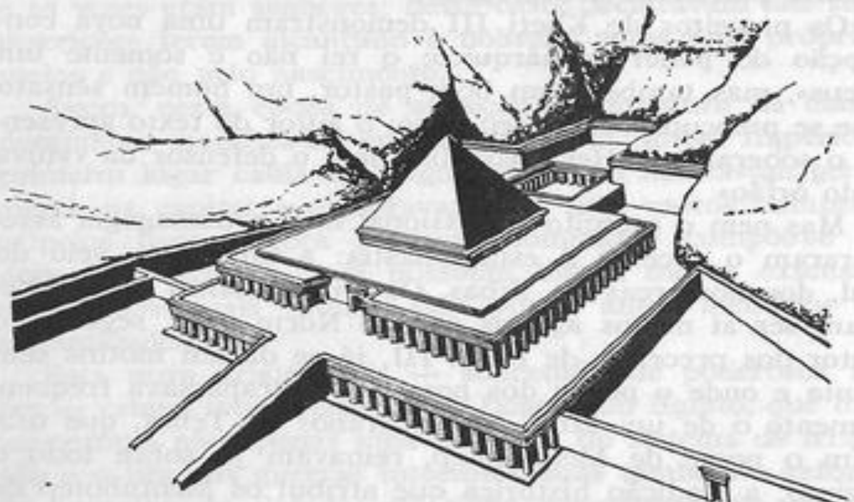
Este documento mostra bem que Kheti III baseava o seu poder numa classe determinada. Menciona também o apoio material desse poder: um exército profissional de jovens (porventura aqueles que haviam deixado a sua família patriarcal desagregada).

Os preceitos de Kheti III demonstram uma nova concepção do poder monárquico: o rei não é somente um «deus», mas também um bom pastor, um homem sensato que se preocupa com o seu povo; o autor do texto apresenta o soberano de Heracleópolis como o defensor da «viúva e do órfão».

Mas nem o exército profissional nem a demagogia asseguraram o sucesso a esta dinastia: a unificação veio do Sul, dos nomarcas de Tebas. Os antagonismos sociais deviam ser aí menos agudos que no Norte onde, segundo o autor dos preceitos de Kheti III, já se davam motins sem conta e onde o poder dos nomarcas ultrapassava frequentemente o de um faraó. Os soberanos de Tebas, que usavam o nome de Mentuhotep, reinavam já sobre todo o Egipto; a tradição histórica que atribui os Mentuhotep de Tebas à XI dinastia começa com eles a história do Médio Império, que atinge o seu apogeu na XII dinastia (desde o século XX até ao século XVIII antes da nossa era).

2 — *A política interna e externa do Médio Império*

O fundador da XII dinastia foi Amenemhat I, que reprimiu definitivamente as tendências separatistas dos nomarcas e criou um poderoso Estado. Mas, muito embora reconhecendo o poder central do faraó, os nomarcas guardavam uma autonomia local. Os nomos conservavam a sua administração, a sua justiça, o seu fisco, instituído nas dinastias anteriores, assim como forças armadas independentes. Os faraós deviam limitar-se a mandar aos nomos representantes e fiscais, que superintendessem na colecta das contribuições em espécie e no envio de homens para os trabalhos reais. Os nomarcas reservavam-se o direito de cobrar os impostos e de recrutar a mão-de-obra para o rei e para eles mesmos.



Túmulo de Mentuhotep em Deir el-Bahri. Reconstituição

Sob o ponto de vista de contribuições, o território de certos grandes nomos divide-se em duas zonas: a do rei e a do nomarca. Os nomarcas, perante ordem do faraó, deviam segui-lo nas suas expedições militares. Mas eles comportavam-se como régulos, intitulavam-se «senhores», construíam túmulos e erigiam templos às divindades locais.

Os faraós do Médio Império exerciam funções e tomavam medidas que respeitavam ao Egipto todo. Assinalaremos a este propósito a preocupação que eles tiveram em reparar e melhorar o sistema de irrigação. Os mais importantes destes trabalhos foram executados a 50 quilómetros a sudoeste de Mênfis, onde existia, desde tempos imemoriais, uma vasta depressão situada a 40 metros abaixo do nível do mar. As cheias do Nilo haviam-na transformado num grande lago — o lago Moeris — cercado de pântanos. O faraó Amenemhat III (1849-1801) mandou realizar grandes trabalhos para secar essa região. Construíram-se diques maciços à roda do lago e abriram-se canais

UNICAMP
B C

para a sua alimentação e para a evasão das águas supérfluas. Mais de 2500 hectares de terras foram secos, de modo a ficarem cultiváveis. Aí se erigiram duas estátuas colossais do faraó, um palácio, um templo, e toda uma cidade nasceu ali em volta.

Outras medidas de alcance nacional visavam a defesa das fronteiras. Pelo fim do Antigo Império já as tribos semíticas nómadas da Arábia começavam a penetrar no Egipto. A esta ameaça vinda de leste juntava-se o perigo de invasão pelos Etíopes, pelo lado sul. Para o evitar, fortificou-se a fronteira oriental do lado de lá do Delta. Recomeçaram as guerras e terminaram com Senusret III, pai de Amenemhet III, com a submissão das tribos etíopes ao longo de 300 quilómetros do Nilo. Na nova fronteira, perto das actuais localidades de Kummet e de Semneh, construiu Senusret III duas poderosas fortalezas, cujas ruínas se conservaram até aos nossos dias. A defesa das fronteiras exigia um exército permanente. Os faraós tinham necessidade dele para manterem o seu poder no interior do país. Esse exército foi constituído exclusivamente por Egípcios. Ignoramos como era recrutado e com que dinheiros era mantido.

Os faraós do Médio Império mandavam também expedições comerciais, principalmente à Fenícia: a Gebal e a Ugarit, no Norte do país. Estabeleceram também o tráfico com os países egeus. O comércio foi mais activo do que no tempo do Antigo Império, pois na XII dinastia havia já uma importante camada de mercadores e de feitorias.

Todos estes factores conduzem a um desenvolvimento das forças produtivas, como nunca conhecera o Antigo Império. O melhoramento do sistema de irrigação contribui para a prosperidade da agricultura; os ofícios aperfeiçoam-se. As escavações fornecem elementos interessantes acerca das cidades egípcias. A evolução dos ofícios e do comércio consolida a produção mercantil, sobretudo no fim do Médio Império, quando o ouro se torna a medida do valor. A afluência desse metal ao Egipto é garantida pela ocupação das minas da Etiópia.

UNICAMP BIBLIOTECA CENTRAL

3 — *As relações sociais*

Durante o Médio Império agravam-se os antagonismos sociais. Desenvolve-se a escravatura e não são só os grandes proprietários nobres que possuem escravos, mas também os funcionários e mesmo a gente do povo. A mão-de-obra escrava cresce devido às guerras, que fornecem prisioneiros da Síria, da Palestina e da Etiópia. Mas a massa essencial da população egípcia — os agricultores membros das comunidades — não beneficia nem do melhor bem-estar geral do Estado, nem da diminuição das prestações e das rendas reais, pois a autonomia dos nomarcas faz pesar sobre ela um duplo jugo: o do faraó e o dos nomarcas. Daí resulta um sensível empobrecimento dos aldeões. A sua miséria é descrita nas obras literárias da época: a fome ronda a cabana do agricultor e o duro labor não é suficiente para lhe assegurar a sua existência. Todos o despojam, tirando-lhe os géneros que ele destina ao mercado, os seus burros, a sua cevada. Batem-lhe sem dó, proibindo-o de falar. E se se queixar dos rigores e ultrajes que recebe, não encontra justiça em parte alguma, nem mesmo junto dos altos dignitários, que em vão procura comover com as suas lamentações.

Tal é a triste sorte dos artesãos, dos tecelões, dos ferreiros, dos cabouqueiros, condenados a uma vida sem alegria, a um trabalho penoso, à indigência e à fome. Só são felizes os funcionários e os escribas, que organizam as listas dos contribuintes e da mão-de-obra e que acompanham os cobradores e os chefes das obras do rei e dos nomarcas. As escavações de uma cidade em Fayum, perto do lago Moeris, nos subúrbios da actual cidade de Kahun, puseram a descoberto um bairro pobre, outrora povoado de pequenos lojistas de artesãos e de outra gente laboriosa. Viviam em minúsculos casebres de terra batida, comprimidos uns contra os outros. Os bairros vizinhos, reservados aos sacerdotes e aos funcionários, abrangiam residências de 50 a 70 compartimentos, no meio de grandes terrenos, sem dúvida plantados de vinhas e árvores frutíferas. O aparecimento de um grande número de artesãos nas cidades explica-se pelo facto de os aldeões empobrecidos terem deixado os campos em busca de trabalho. O bairro dos ricos, em Kahun, era isolado do bairro dos trabalhadores por uma grossa muralha, que devia certamente estar guardada por uma forte força militar. Este traço característico mostra bem a atmosfera tensa que reinava no Egipto do Médio Império.

Os poderosos temiam uma insurreição dos cultivadores oprimidos, dos artesãos e dos escravos. Sentiam o chão fugir-lhes sob os pés e enfraquecer-se o culto do poder «divino» do faraó, e experimentavam o temor dos próprios deuses. É que a religião oficial, com as suas cerimónias pomposas e os seus inúmeros sacerdotes, era estranha ao povo. Os sacerdotes viviam também do trabalho forçado dos aldeões e dos escravos e dos impostos criados em favor dos templos.

Esta tensão conduziu, pouco após a XII dinastia, a desordens que levaram à guerra do Médio Império.

4 — *O levantamento dos aldeões e dos escravos no meio do século XVIII antes da nossa era*

As desordens deram-se logo depois da morte de Amenemhat III, o último grande rei da XII dinastia. Dos seus sucessores, um reinou nove anos, o outro quatro, depois do que se extinguiu a XII dinastia. Houve um período de insurreições e de guerras intestinas que durou perto de oitenta anos. Não temos qualquer informação rigorosa a seu respeito. As fragmentárias informações revelam que os reis se sucediam a curtos intervalos, que um deles reinou apenas três dias, e que um outro se chamava Mer-meshu, quer dizer, chefe dos «militares».

É talvez desta época que datam os acontecimentos evocados em dois textos literários. São eles as *Profecias de Néferty*, conservadas no Museu do Convento, em Leninegrado, e o *Conselho de um Ajuizado* (em Leyden), rigorosa descrição de factos que o autor supõe referir-se ao rei. Ipour descreve ao faraó as terríveis calamidades que, segundo ele, caíram sobre o Egipto como consequência de um governo ímpio, e do respeito devido aos deuses e dos deveres impostos pela religião. A crer pela sua linguagem, esta obra remonta à época do Médio Império. O académico Struvé julga que os acontecimentos relatados por Néferty e por Ipour datam de um reinado da XIII dinastia, quer dizer, do fim do Médio Império. Mas certos investigadores soviéticos e estrangeiros têm dúvidas sobre isso e crêem que os dois textos são mais antigos.

O *Conselho de um Ajuizado* relata uma sublevação maciça dos aldeões, artesãos e escravos, que havia ocorrido em todo o Egipto. Os rebeldes são miseráveis, que nada possuem; aprisionaram o rei, expulsaram os ricos dos seus palácios, lançaram as múmias fora dos túmulos, ocuparam os templos e puseram termo aos ofícios religiosos. Apoderaram-se dos armazéns reais, senhoriais e sacerdotais, e declararam propriedade nacional todo o trigo que encerravam. Instalados nas casas dos ricos, os rebeldes envergaram o vestuário deles e os seus adereços e obrigaram os senhores a trabalharem para eles. Segundo a expressão de Ipour, «a terra revolveu-se, como um torno de oleiro». Os revoltosos tomaram o palácio da justiça, destruíram as actas, lançaram à rua os rolos das leis, exterminaram os escribas com as suas listas de colectas. A casa do rei ficou sem rendimentos e os templos sem ofertas. Infelizmente as fontes não indicam qual o poder que se instalou no lugar dos faraós destituídos.

Aproveitando o enfraquecimento do Egipto, tribos nómadas asiáticas invadem, em 1710 antes da nossa era, o norte do vale do Nilo. Manéthon chama a estes invasores os Hicsos. A capital dos seus reis é Avaris, no Baixo Egipto. Pesadas contribuições são impostas aos Egípcios, e os aldeões tornam-se os escravos dos dominadores estrangeiros. Os Hicsos são tolerantes para com a aristocracia autóctone; no Sul, e parcialmente no Norte, deixam que o poder fique nos antigos dirigentes, muito embora submetendo-os à sua fiscalização. Os templos são pilhados e alguns são destruídos. O jugo dos Hicsos dura mais de cem anos e não é repelido senão pelos primeiros faraós do Novo Império.

CAPÍTULO XII

O EGIPTO DO NOVO IMPÉRIO

1 — *Expulsão dos Hicsos e unificação do Egipto*

O movimento de libertação começou no Sul, onde o poder dos reis hicsos era menos sólido do que no Norte. Tal movimento foi nacional. Os reis de Tebas tomaram a sua direcção. No início, não encontraram apoio algum junto dos outros soberanos do Sul, mas, com a ajuda de milícias populares, executaram pouco a pouco a sua tarefa, combatendo ao mesmo tempo os seus rivais e os Hicsos. O povo conservou a recordação do iniciador da libertação, o rei de Tebas, Kamés.

Após uma longa luta, o Egipto foi completamente liberto e unificado, cerca de 1560 antes da nossa era, pelo rei de Tebas, Ahmés I, que submeteu os chefes rebeldes do Sul, marchou para o Norte, venceu os Hicsos, tomou Avaris e escorraçou os invasores do país. Foi com ele que se iniciou a XVIII dinastia, sob a qual o Egipto reunificado atingiu o apogeu do seu poderio e da sua civilização.

A unificação do Egipto, na época do Novo Império, é marcada pelo aumento das forças produtivas. Os instrumentos de produção aperfeiçoam-se. Cresce o rendimento da agricultura. Desenvolvem-se os ofícios. Um facto económico particularmente importante é a difusão do uso do bronze. A partir da XVIII dinastia, o bronze despoja a pedra e o cobre no fabrico dos objectos. À medida que se desenvolvem a agricultura e o artesanato, consolida-se o comércio que se estende ao interior do país e além-fronteiras. A unificação do Egipto e o reforço do poder faraónico são favorecidos pelo facto de Ahmés I ter utilizado o movimento popular na luta contra os Hicsos e os senhores separatistas. Só deixou à cabeça das províncias os nomarcas dóceis, reduzindo-os ao estado de simples governadores, sem direitos hereditários. Os outros foram substituídos por familiares do faraó.

Assim, sob a XVIII dinastia, o governo do Egipto fica centralizado. Ahmés reorganiza o seu exército e acantona-o por todo o país. Os guerreiros ficam inteiramente a soldo do faraó e os oficiais recebem, além disso, terras de dimensões bastante modestas. Os grupos são recrutados entre a população egípcia rural e urbana. Não faltam voluntários, pois num país dizimado pelos tumultos, pelas pilhagens dos Hicsos e pelas guerras, centenas de milhares de pessoas perderam os seus bens e não estão em condições de os recuperar. As unidades assim formadas constituem a infantaria, que difere da do Antigo e Médio Impérios pelo facto de que os soldados são pagos pelo Estado, recebendo as suas armas nos armazéns reais. Todas as armas conhecidas até aí — arcos, flechas, punhais — são aperfeiçoadas. A espada faz a sua aparição. A principal inovação é a introdução de um grupo privilegiado de condutores de carros, composto sobretudo por nobres e ricos. Para entrar na escola de carros de guerreiros era preciso ter protectores influentes. O exército é o sustentáculo do poder real.

A reorganização do exército permite a Ahmés retomar as expedições ao estrangeiro. As suas campanhas marcam o início das conquistas da XVIII dinastia, que levam à criação de um poderoso Estado militar.

2 — *As conquistas dos faraós da XVIII dinastia*

As campanhas de Ahmés após a unificação do Egipto, visam às conquistas e à rapina. Perseguindo os Hicsos, o faraó penetra na Ásia, mas nós não conhecemos os detalhes das suas operações. Estamos melhor informados sobre a campanha da Núbia, que tinha por fim restabelecer o poder do Egipto sobre as antigas possessões faraónicas dessa região. Os primeiros sucessores de Ahmés chegam lá. Mas os faraós seguintes não ficam aí; empreendem expedições à Palestina e à Síria, para sujeitarem os Estados fenícios e outros a concederem-lhes ouro, prata, madeira, vinho, gado, escravos, não já como uma troca comercial, mas a título de tributo, constantemente e em quantidades enormes. Essas campanhas interessavam sobretudo o cume da sociedade esclavagista: o faraó, a sua família, os seus dignitários, os sacerdotes e os generais. Os soldados do exército egípcio também aproveitavam com estas guerras, pois cada um compartilhava dos despojos.

A conquista da Palestina e da Síria não terminam senão após penosas campanhas empreendidas pelos sucessores de Ahmés. Tombaram definitivamente nas mãos dos faraós com Thutmés III (1525-1491).

A duração dessas guerras era devida, entre outras razões, a que o Egipto dispunha de uma armada muito pouco numerosa, e teve de lutar contra várias coligações de cidades e de territórios. O seu principal adversário era um Estado importante formado à volta de Kadesh, sobre o rio Oronte, cidade que se encontrava numa das mais prósperas regiões da Síria. Com o concurso dos reis de Kadesh, as cidades e principados submetidos na Palestina e no Sul da Síria revoltaram-se contra o domínio egípcio, e Thutmés III teve de efectuar várias campanhas para pacificar, de modo mais ou menos seguro, os príncipes palestinianos e um certo número de cidades fenícias. Foi só então que conseguiu voltar-se contra Kadesh. A cidade, muito bem fortificada, foi tomada e arrasada após um longo cerco e encarniçados combates. Depois, o faraó avançou mais longe, para o Norte, e atingiu o Eufrates, no decurso das suas campanhas seguintes. A conquista da Síria e da Palestina fez do Egipto um dos mais poderosos Estados do Médio Oriente. O rei kassita da Babilónia e o rei dos Hititas enviaram a Thutmés III magníficos presentes.

As riquezas pilhadas na Síria e na Palestina afluíram ao Egipto.

Para ilustrar a espoliação dos países vencidos por Thutmés III basta citar algumas cifras: a expedição contra a cidade palestina de Mageddo trouxe ao faraó centenas de prisioneiros, 924 carros, 2238 cavalos, 2000 cabeças de gado bovino, 22 500 cabeças de gado miúdo, mais de 113 000 alqueires de trigo, 200 armamentos individuais, perto de 200 quilos de ouro e prata. Além disso, os principados e reinos submetidos tinham de pagar-lhe um tributo anual.

Uma parte dos despojos cabia ao exército, mas a maior parte e todo o tributo eram postos à disposição do faraó, que os repartia conforme queria. Os troféus, o gado e os escravos iam em primeiro lugar para os templos. Principalmente o templo do deus oficial Amon, em Tebas. A crer nas inscrições reais, o templo obtinha após cada campanha um grande número de escravos, rebanhos «incalculáveis», montões de ouro, prata e jóias. Além disso, o faraó recebeu como presente uma parte da região montanhosa do Líbano, com três cidades. Riquezas não menores iam encher o tesouro e os armazéns reais: numerosos escravos e milhares de cabeças de gado eram encaminhados para os domínios do faraó.

Mas, apesar das suas vitórias, Thutmés III não podia conservar solidamente a Síria e a Palestina. O afastamento desses países e as desérticas regiões que os separam, impediam o faraó de estabelecer aí de uma vez para sempre a sua autoridade e assegurar uma fiscalização permanente. Era preciso, de tempos a tempos, tornar a pôr de pé a campanha para reprimir as insurreições. No fim do longo reinado de Thutmés III, os príncipes de Kadesh organizam contra ele uma sublevação de grande envergadura. Para domar os rebeldes o faraó efectuou uma última expedição à Ásia, tomou novamente Kadesh e restabeleceu o seu poder. Mas com os seus sucessores a luta recomeçou e prosseguiu sem tréguas.

Além destas campanhas na Ásia, Thutmés III avançou para Oeste, além do Nilo, e submeteu uma parte da Líbia.

Colosso de Amenófis IV do templo tebano de Carnac

Akhenaton adorando o Sol, baixo-relevo de um tempo de Akhetaton

BC

No fim do seu reinado penetrou na Núbia e dilatou a fronteira do seu país para o sul até à quarta catarata.

Foi no reinado de Thutmés III que se estabeleceu o Estado militar egípcio. Este durou perto de 200 anos; mas desde o segundo século da sua existência teve de aguentar com uma dura luta, que terminou com o seu desmoronamento.

3 — *As relações sociais após as conquistas*

A política agressiva dos faraós da XVIII dinastia conduziu a uma ampliação do Estado. O antigo sistema de governo, que já não satisfazia às novas condições, foi modificado. Em vez de um ministro ficou a haver dois: um para o Sul e outro para o Norte. Mas o do Sul conservou a supremacia e resolvia as questões capitais que respeitavam a todo o país. O seu ministério, servido por grande número de funcionários e de escribas, englobava todos os departamentos: administração, irrigação, bens fundiários, justiça, finanças, exército. Todos os serviços, as autoridades locais do Estado e as comunitárias, deviam prestar-lhes relatórios periódicos. Ele examinava os pedidos, julgava pessoalmente quais eram as questões de importância, dirimia os litígios interiores, ratificava os testamentos. As questões fundiárias eram particularmente importantes e estavam de novo na dependência do faraó.

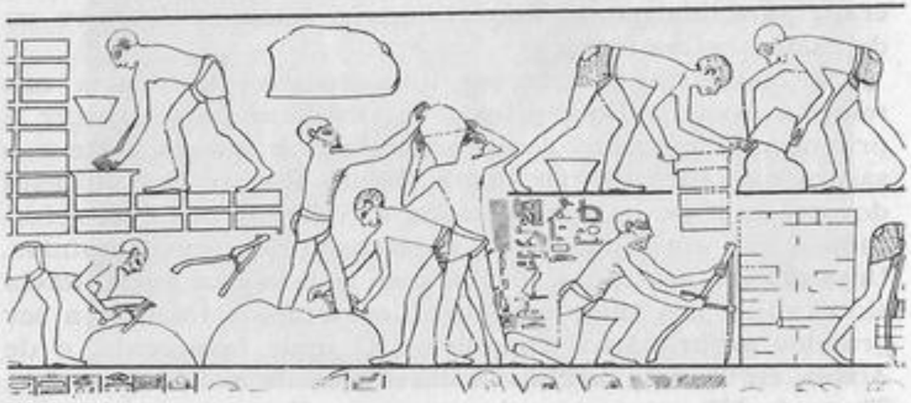
As conquistas exerceram uma sensível influência nas relações sociais. Dois grupos se dividiam para exercer a primazia. O primeiro compreendia a nobreza da corte e o sacerdócio. Este último ficara fabulosamente rico à custa dos países e povos conquistados e tinha, além disso, reforçado a sua autoridade com a extensão dos seus domínios. Uma grande parte das terras, com toda a sua gente, havia sido cedida aos templos. Assim, os templos ficaram a ser grandes proprietários fundiários. O mais favorecido, o de Amon, em Tebas, recebia incessantemente novos domínios. Thutmés III entregou a Amon «os melhores campos e pomares do Alto e do Baixo Egipto, terras cultivadas, asiá-

BIBLIOTECA CENTRAL

ticos e negros cativos que deviam encher os celeiros do deus». O templo de Amon possuía mais terras e escravos, e dispunha de maior número de aldeões do que todos os outros templos no conjunto. Esta distinção desempenharia um importante papel na história ulterior do Egipto.

O segundo grupo dirigente era a casta militar, de origem recente, formada por oficiais médios e superiores. Os superiores, nomeados pelo faraó para os elevados postos da administração central e do Palácio, tinham a possibilidade de agir na política interna. Os oficiais médios, e às vezes os oficiais subalternos, recebiam terras pelos seus serviços e, em face do seu grande número, constituíam um apreciável apoio do poder real. É pois natural que o faraó ficasse atento aos seus desejos.

A condição dos aldeões continuava sem modificação. Os membros das comunidades eram sempre sobrecarregados com impostos e trabalhos braçais para o rei e para os templos. As conquistas tornaram esse jugo ainda mais pesado, incitando os vencedores a retomarem em maior escala a construção de novos templos e palácios. O Egipto foi ornado com edifícios imensos, de um esplendor e beleza sem precedentes, cujas ruínas suscitam nos nossos dias a admiração dos visitantes. Mas para os aldeões do Novo Império, esses trabalhos significavam um penoso trabalho forçado.



Escravos sírios num canteiro do templo de Amon

Os prisioneiros de guerra e os habitantes dos países conquistados vinham engrossar o número dos escravos. Não é possível saber ao certo o seu número, mas ciframse em qualquer caso nas dezenas de milhares.

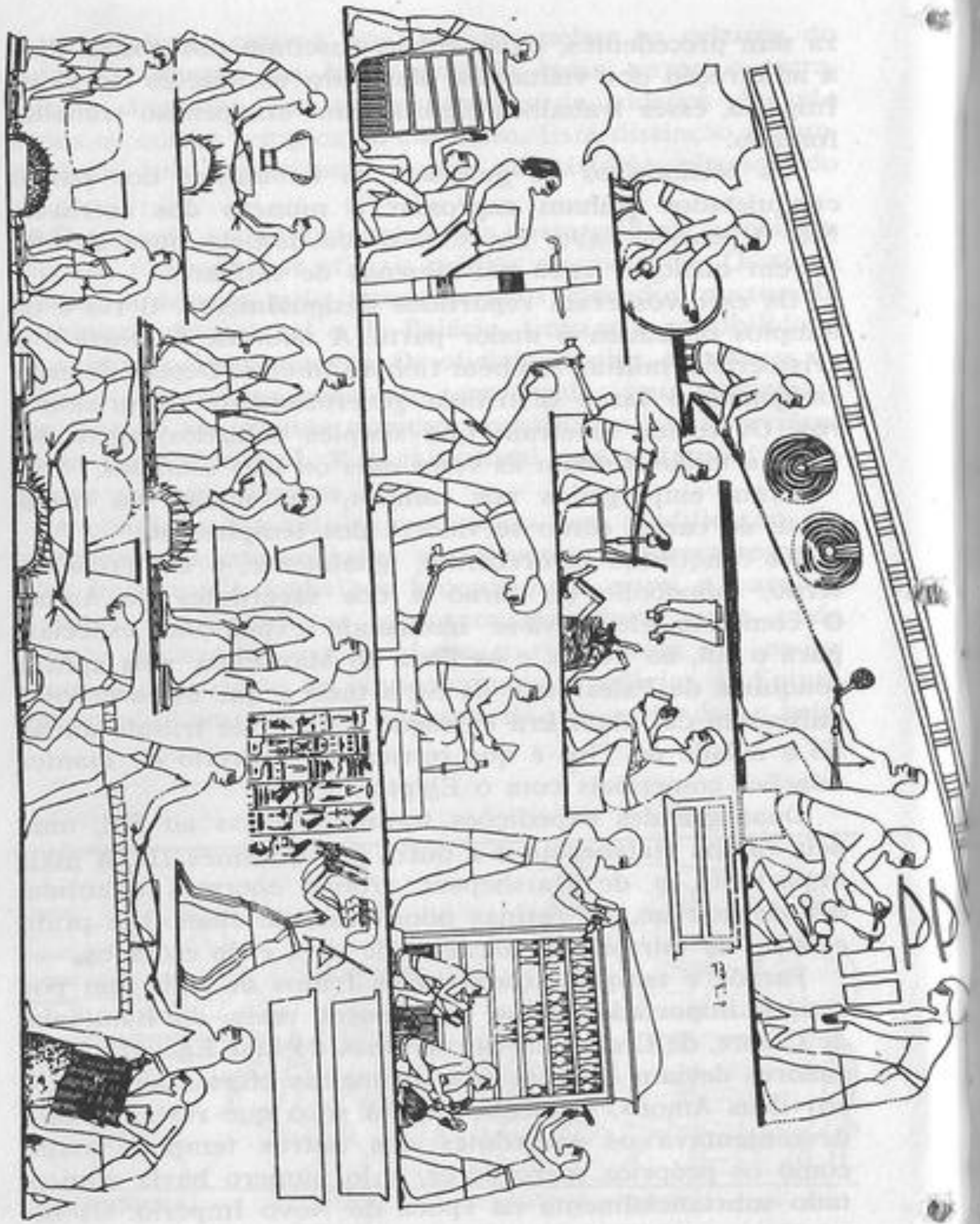
Os escravos eram repartidos desigualmente. O rei e os templos detinham a maior parte. A nobreza da corte e a aristocracia militar também tinham muitos. Depois de cada campanha o faraó distribuía generosamente os prisioneiros. Os textos mostram que simples soldados, agricultores e artesãos tinham às vezes dois ou três escravos.

Eram empregados nos campos, nas minas, no transporte de carga, como servidores dos templos, etc.

As conquistas favoreceram, igualmente, o comércio externo, monopólio do faraó e dos sacerdotes de Amon. O comércio efectuava-se mandando expedições especiais para o sul, ao Ponto, e às ilhas do Mar Egeu, pois após a conquista da Palestina e da Síria tudo o que os sacerdotes quisessem daí obter era entregue a título de tributo anual. Só a cidade de Tiro é que conservou o direito de manter relações comerciais com o Egipto.

Duas grandes expedições foram enviadas ao Sul, uma pela rainha Hatshepsut e a outra por Thutmés III. A mais importante, a de Hatshepsut, trouxe enormes quantidades de marfim, de resinas odoríferas, de ébano, de prata e ouro, de mirtos, de macacos, de cães e de escravos.

Faraós e templos trocavam os frutos da pilhagem por artigos importados pelos mercadores reais, da Babilónia, de Chipre, de Creta e de outras ilhas do Mar Egeu. Os mercadores deviam fazer as suas primeiras ofertas ao faraó e ao «deus Amon», vendendo depois só o que restasse. Isso descontentava os sacerdotes dos outros templos, assim como os próprios mercadores, cujo número havia aumentado substancialmente na época do Novo Império. Os novos-ricos, antigos pequenos proprietários de escravos, opunham-se à velha nobreza da corte e aos sacerdotes. Assim,



Curtidores de peles, carpinteiros, trabalhadores de cobre, fundidores. Fresco de um túmulo de Tebas. XVIII dinastia

na sociedade egípcia de Thutmés III os antagonismos acentuavam-se, não somente entre esclavagistas e trabalhadores, mas até no seio deles.

4 — *A reforma religiosa de Akhenaton e a luta social e política que se seguiu*

Com os sucessores de Thutmés III prepara-se uma crise política do Estado militar egípcio. A luta desencadeia-se entre os régulos dos países da Ásia conquistada, ao mesmo tempo que tribos, sem dúvida semíticas e designadas nos relatórios enviados ao faraó pelo nome de *Khabiru*, lá penetram idas da Arábia. Os Hititas avançam na Síria, do lado Norte. Por carência de tropas suficientes, os governadores do faraó não podem pacificar os régulos nos recontros de uns com os outros, nem deter a invasão dos khabiru. Os faraós vêem-se assim incapazes de reagir, dada a impossibilidade de manter em território conquistado numerosas tropas, recrutadas entre a população livre. Não ousam enviar para a Síria tropas acantonadas no Egipto, pois a atmosfera aqui é tensa. Desde o fim de Amenófis III que diversas camadas da sociedade se mostravam descontentes com os sacerdotes de Amon, que haviam alcançado grande influência. Amenófis IV (1424-1388) tomou partido pela oposição e tentou, com a sua ajuda, subtrair o poder real da pressão dos sacerdotes de Amon e da velha nobreza, para a qual o culto deste deus era um importante apoio ideológico e o qual se esforçava por conceder aos nomos a sua autonomia. Quanto ao Faraó, esse ambicionava a plenitude do poder, não só político mas também religioso. A massa do povo livre, que constituía a infantaria egípcia, não tinha mais do que apoiá-lo nesse intento. Ela esperava, assim, melhorar a sua própria condição e contava com a expropriação dos nobres e dos sacerdotes.

O fim que se propunha Amenófis IV não podia ser atingido sem uma reforma religiosa. O faraó procurou, de início, opor a Amon o deus do Sol, Rá, deus muito popular.

Instituiu-se grão-sacerdote de Rá e resolveu construir em Tebas um templo em sua honra. Mas o culto desta divindade, ligado à região pouco produtiva de Heliópolis, não teve sucesso algum. Issi levou Amenófis IV a romper com todo o sacerdócio e o culto dos deuses tradicionais, para erigir um deus único do Egipto, o disco solar Aton. Justificava a instituição deste culto com a alegação de que o Sol ilumina e aquece o mundo inteiro. O rei tomou o nome de Akhenaton («o que é útil, o que agrada a Aton»), fechou os antigos templos e mandou construir santuários de Aton em todo o Egipto. Deixou Tebas, construiu uma nova capital a 300 quilómetros ao norte da antiga, perto da cidade actual de Tell-Amarna, e denominou-a Akhetaton («Horizonte de Aton»). Foi aí que se erigiu o templo principal de Aton, do qual o faraó ficou sendo o grão-sacerdote.

Esta brusca viragem da política religiosa suscitou uma encarniçada resistência dos sacerdotes e da velha nobreza. Na luta, o faraó só tinha como aliados o seu exército de mercenários e a nova aristocracia que beneficiara da reforma, obtendo uma parte das terras secularizadas. Os aldeões, que esperavam ver melhorar a sua condição, não tardaram a constatar que a sua vida piorara ainda mais e afastaram-se do reformador. As enormes despesas do culto de Aton e da corte do rei esgotavam o tesouro: os rendimentos, sob a forma de presas de guerra e de tributos, estavam esgotados devido à cessação das conquistas; e a exploração dos aldeões intensificou-se. Os sacerdotes de Amon e dos outros deuses atiçavam o descontentamento popular; faziam correr «profecias» da cólera dos deuses, calamidades que ameaçavam o país, etc.

Os nobres urdiam as conspirações contra Akhenaton e o povo revoltava-se. O faraó reprimiu ferozmente as insurreições com a ajuda dos seus soldados. Morreu pouco depois, deixando ao seu sucessor um império desorganizado. Os tumultos surgiam no interior, enquanto que as tribos khabiru se infiltravam cada vez mais nas possessões asiáticas; os Hititas haviam-se apoderado do Norte da Síria, cujos régulos se afastavam, um após outro, do Egipto.

Três ou quatro anos depois da morte de Akhenaton, o seu segundo sucessor Tutankhamon teve de transigir com os sacerdotes de Amon. Regressou a Tebas e mudou o seu nome para o de Tutankhamon. Seguiram-se desordens prolongadas após a sua morte, as quais foram liquidadas pelo general egípcio Horemheb, rebento de uma antiga família nobre. Com o concurso dos sacerdotes de Amon subiu ao trono, fundou a XIX dinastia. Tomou medidas enérgicas para pacificar o império e procedeu a uma completa restauração religiosa. Akhenaton foi amaldiçoado e o seu nome, bem como o nome de Aton, foram extintos por toda a parte. A cidade de Akhetaton ficou despovoada e votada ao abandono. Os templos de Amon recuperaram os seus domínios e o culto dos antigos deuses ficou restabelecido.

A reforma de Akhenaton malogrou-se, porque era superficial. Nenhuma camada da sociedade egípcia havia dela beneficiado, excepto o restrito meio dos sacerdotes de Aton e da nova aristocracia.

5 — *A XIX dinastia e a queda do Novo Império*

Os faraós da XIX dinastia aplicam-se sobretudo a restabelecer a dominação do Egipto na Síria e na Palestina, assim como no Sul da Núbia, onde se haviam dado sublevações no templo de Akhenaton.

Séthi I e Ramsés II fazem grandes guerras na Palestina e na Síria. Já não se apoiam em tropas egípcias, mas em mercenários líbios e sírios, cujo pré é adiantado pelas imensas reservas de trigo, ouro e prata anteriormente acumuladas. A passagem ao sistema de exército mercenário mostra que o recrutamento dos guerreiros entre os Egípcios se tornara difícil e que os trabalhadores se mostravam hostis ao poder do faraó e dos seus sacerdotes.

Séthi I consegue de novo submeter a cidade de Tiro, que se apartara do Egipto no tempo de Akhenaton, e restabelece as comunicações marítimas com a Síria; depois reconquista o Norte da Palestina e a região do Líbano. Constrói aí inúmeras fortalezas e funda uma base para avançar até mais longe, para o Norte. O seu sucessor Ramsés II (1317-1251) tenta executar esse projecto. A tarefa que lhe incumbe é árdua, pois quase toda a Síria se encontra então nas mãos de um poderoso inimigo: os belicosos Hititas. A primeira campanha de Ramsés foi um fiasco: o seu exército sofre uma derrota em Kadesh e o próprio rei esteve para ficar prisioneiro (1312). A segunda campanha será mais feliz: o faraó consegue atingir o curso superior do Oronte e fixar-se aí. Entretanto, a luta pelo trono é desencadeada no império hitita, o que obriga o rei Hattusil a concluir um tratado com Ramsés II, nos termos do qual as duas partes se comprometem a viver em paz e a concederem-se auxílio mútuo no caso de uma delas ser atacada por algum inimigo. O tratado é concluído com o casamento do faraó com uma princesa hitita. Mas essa vitória não garante em nada o poder do Egipto sobre a Síria. As sublevações dos régulos sírios e palestinos recomeçam com os sucessores de Ramsés II e novas vagas de invasores surgem, vindos da Arábia e das ilhas do Mar Egeu (os Pelasgos ou «povos do mar»). Em meados do século XII, a Síria e a Palestina ficam definitivamente desligadas do Egipto.

Depois da morte de Ramsés II o poder do faraó enfraquece-se no próprio Egipto. Só Merneptah, seu sucessor directo, consegue ainda manter a sua autoridade e repelir o ataque dos Pelasgos, conservando o seu trono.

Mas depois dele o país é lançado em desordens e na anarquia: «cada um faz o que quer», os senhores agem como mestres absolutos em seu próprio nome. Iarsu, «um Sírio», aproveita-se disso para se apoderar do trono. Ao fim de cinco anos de lutas intestinas o trono é ocupado por Setnakht, rebento da estirpe real da XIX dinastia.

Setnakht funda a XX dinastia, cujos faraós prosseguem a política do culto de Amon e tentam em vão combater o movimento separatista nas possessões asiáticas. Nesta época já se faz sentir o esgotamento dos fabulosos tesouros e das imensas reservas de víveres; por vezes, mesmo, os aldeões recrutados como mão-de-obra recusam-se a trabalhar, porque não lhes pagam o que é devido. Dois casos

semelhantes se dão em Tebas, com os canteiros dos templos.

Exasperados com a fome e as iniquidades, os aldeões revoltam-se nas aldeias. O poder do faraó enfraquece-se sempre, enquanto que o do grão-sacerdote de Amon aumenta. Em meados do reinado da XX dinastia os sacerdotes de Amon possuem perto de 80 000 escravos. O grão-sacerdote possui um exército e numerosos funcionários e intendentes. A sua dignidade torna-se hereditária; ela «transmite-se de pai a filho, perpetuamente». Outrora, o grão-sacerdote considerava-se, em princípio, como subordinado ao rei; mas agora crê-se investido pelo próprio Amon e independente do soberano.

À medida que se enfraquece o despótico poder do faraó, reforça-se a autoridade da nobreza local: sacerdotes, altos funcionários e mercadores.

Os domínios privados aumentam com a compra de terras aos aldeões arruinados ou com a acção dos monopolistas. Daí resulta uma desagregação rápida das comunidades rurais e o estabelecimento do direito de propriedade privada imobiliária. As sublevações dos aldeões, às quais se juntam geralmente os escravos, multiplicam-se.

6 — *A baixa época*

O enfraquecimento do poder central e a crescente independência da aristocracia dos nomos e de alguns colegas dos sacerdotes conduziram a um novo desmembramento do Egipto, já enfraquecido por longas guerras.

Herihor, grão-sacerdote de Amon, feito faraó da XXI dinastia, no século XI antes da nossa era, já não governava todo o país. Os nomos do Norte tinham os seus próprios reis. Uma reunificação teve lugar no século X, desta vez sob o poder de estrangeiros. O crescente papel do exército de mercenários teve por efeito deixar o trono do descendente de uma estirpe aristocrática de generais líbios a soldo do Egipto: Xéchanq I. O afluxo das forças líbias implicou uma consolidação momentânea do império. Xéchanq fez uma guerra vitoriosa na Palestina e construiu numerosos edifícios, designadamente fortalezas. Mas a luta reacendeu-se no tempo dos seus sucessores e o Egipto desmembrou-se em vários Estados independentes. Em face desta fraqueza, os soberanos da Núbia submeteram o Egipto no século VIII antes da nossa era. À semelhança dos faraós líbios, nada traziam de novo à vida do país, havendo-se desenvolvido o próprio Estado núbio sob a influência do Egipto. Durante o curso da dinastia núbia, o Egipto foi atacado pelos Assírios e, apesar de uma resistência encarniçada, Asarhaddon conquistou o país em 671. Mas a dominação da Assíria permaneceu precária e os Egípcios aproveitaram todas as ocasiões para recuperar a sua independência. No tempo de Assurbanipal, o Egipto foi assolado duas vezes pelos Assírios que, todavia, não puderam manter-se aí senão explorando a luta entre os soberanos núbios e os régulos dos nomos do Norte. O mais poderoso destes pequenos Estados foi o que se formou à volta da cidade de Saís, no Delta, com o auxílio dos Assírios.

Aproveitando-se da fraqueza da Assíria, Psamético, rei de Saís, escorraça os assírios do país e unifica o Egipto. Psamético I (cerca de 654-611) estabelece relações activas com os países a leste do Mediterrâneo, especialmente a Grécia, para onde o Egipto exportava o seu trigo. Numerosos mercadores e mercenários gregos surgem no Egipto e aí fundam colónias.

Este breve período de desenvolvimento, conhecido sob o nome de época saíta, é caracterizado pelo desenvolvimento da produção mercantil, pelo início da circulação monetária e pela evolução dos ofícios. As trocas comerciais e culturais com os Estados da Grécia e da Ásia Menor muito contribuem para isso.

A política externa dos faraós saítas visava elevar o prestígio mundial do seu país, por meio de alianças com os grandes Estados, visto que a relativa fraqueza do Egipto não permitia mais aos faraós agirem como conquistadores.

A política externa mais activa foi a de Néchao II (cerca de 611-595), que intensificou o comércio com os países

UNICAP
B C

vizinhos (é do seu reinado que data a abertura de um canal do Nilo até ao Mar Vermelho) e tentou criar, por meio de alianças militares, pontos de apoio na Palestina, na Síria e no curso médio do Eufrates. Mas as forças coligadas do Egipto e da Assíria foram vencidas pelos Babilónios em Karkémish, e a hegemonia no Próximo Oriente passou para o império neobabilónico.

O crescente poderio da aristocracia e dos sacerdotes obrigava os faraós saítas a procurarem apoio nos mercadores e nos mercenários, o que determinou a corrente filo-helénica da sua política interna.

Uma grande concessão de privilégios aos mercadores estrangeiros, sobretudo aos gregos, e as grandes despesas de manutenção do exército de mercenários descontentaram a população egípcia, que se sublevou. Um general do faraó, que havia tomado o comando dos insurrectos, venceu os mercenários e subiu ao trono com o nome de Ahmés II (Amasis) (569-525).

Ahmés II continuou a política tradicional da dinastia saíta, apertando os laços com a Grécia e encorajando a instalação de colonos gregos em território egípcio.

O esmagamento do império neobabilónico e de outros Estados do Próximo Oriente pelos Persas permitiu ao Egipto activar, por algum tempo, a sua política externa. As tropas do faraó penetraram de novo na Palestina; mas esses sucessos foram de pouca duração.

No primeiro ano do reinado do sucessor de Ahmés II, que foi Psamético III, o Egipto, dilacerado por lutas intestinas, foi invadido pelos Persas, que derrotaram as tropas do faraó em Pelusa (525 antes da nossa era) e conquistaram o país, pondo fim à sua independência. A civilização do Egipto saíta, que devia a sua expansão às relações comerciais e políticas com a Grécia, exerceu por sua vez uma grande influência sobre a civilização grega.

UNICAP BIBLIOTECA CENTRAL

CAPÍTULO XIII

A CIVILIZAÇÃO EGÍPCIA

1 — *Caracteres gerais*

Durante a sua longa história, o povo egípcio criou uma civilização magnífica. A ele se devem obras literárias admiráveis. Os seus edifícios, as suas esculturas e pinturas servem de modelo até aos nossos dias, tal como os da Grécia Antiga.

As letras e artes do Egipto tinham sólidas tradições; o povo egípcio conservou sempre a sua unidade e os seus traços específicos. Numerosas expedições no Nilo e por mar, com os seus perigos e aventuras, alimentavam a imaginação, alargavam o horizonte das pessoas e contribuíam para o desenvolvimento da literatura laica. Ao mesmo tempo a abundância da pedra de construção, assim como de materiais preciosos tais como o ouro, o ébano, o marfim, favoreciam a arquitectura, a escultura e as artes aplicadas.

Seria erróneo considerar a civilização egípcia como apanágio da civilização esclavagista. As novelas, os contos de aventuras, os poemas de amor e outros géneros literários tiveram certamente como fonte o rico folclore egípcio. As artes plásticas repousavam inteiramente sobre as tradições da arte popular, que remontavam à época da sociedade primitiva. Numerosos tipos destas artes eram obra de mestres saídos do povo.

2 — *A religião*

A religião egípcia apresenta a mesma dualidade que a religião babilónica. De um lado existe o culto manifesto dos «grandes» deuses e da correspondente mitologia, repassada de especulações, às quais recorriam os sacerdotes para conservar o regime esclavagista. Do outro lado temos elementos sobre a existência de uma religião popular agrícola, com os seus mitos e cerimónias, que a ligam até certo ponto à religião oficial.

Cada nomo tinha o seu deus, o seu deus duplo ou mesmo a sua tríade. O seu culto remonta ao início da sociedade primitiva, pois as divindades dos nomos aparentam-se sempre com os antigos tótemes. O deus local filiava-se num animal determinado, e muitos nomos tinham mesmo nome de animais: nomo do crocodilo; nomo da gazela; nomo do carneiro; nomo do falcão; nomo da lebre, etc. Muito frequentemente o culto dos animais mantinha-se sob a forma pura: em Mênfis, por exemplo, adorava-se o boi Ápis, encarnação do deus Phtah; em Thinis, adorava-se o falcão Hórus. Havia o costume de representar os deuses e as deusas sob o aspecto de animais ou de seres com corpos humanos e cabeça de animal. Neste ponto, a religião oficial aproximava-se da religião popular, pois Heródoto conta que a adoração dos animais estava largamente em uso por todo o país. Este culto conservou-se até ao fim da história egípcia. Mas as divindades dos nomos não gozavam sempre do mesmo prestígio. Só os deuses dos nomos maiores e que tinham influência política é que podiam ser qualificados de nacionais. Tais eram Phtah, em Mênfis; Rá em Ionu (Heliópolis); Osíris, em Abydos; Hórus, em Thinis; Amon, em Tebas, etc. Alguns, como Rá, deus do Sol, Osíris e Ísis, deuses da vegetação e da fertilidade, tinham funções que datavam da mais longínqua Antiguidade e também conservavam o seu lugar na religião popular. Outros tinham os seus atributos do catecismo e do sacerdócio: assim Phtah era proclamado criador do mundo, dos deuses e dos homens.

O papel do deus supremo, chefe dos deuses, foi conferido aquando da preponderância de Tebas no Médio Império, e sobretudo no Novo Império, a Amon, deus do Sol, representado por uma cabeça de carneiro; o seu culto deriva do culto principal do Egipto.

O culto mais popular era o de Osíris e de Ísis. Osíris passava por ser o deus do reino vegetal. Num mito dá-se a si próprio os nomes de trigo e de cevada. A sua mitologia está intimamente ligada ao carácter agrícola do seu culto. Seth, o cruel deus do deserto, mata-o e corta-o em pedaços; depois Hórus, filho de Osíris, ressuscita-o. Os sacerdotes proclamavam-no também rei e juiz dos mortos. Mas a tradição popular continua a apresentá-lo como deus da agricultura.

A partir do Médio Império, quando os sacerdotes fizeram de Osíris o rei e o juiz do reino dos mortos, o seu culto ficou a ser um poderoso instrumento de opressão nas mãos do sacerdócio e da alta sociedade esclavagista.

Na religião egípcia tinha um papel importante o culto do faraó, considerado uma imagem viva do Sol. Este culto tinha um grande alcance político: santificava o Estado e divinizava o soberano. Depois da sua morte, o faraó deificado identificava-se em Osíris. Nos velhos textos religiosos, traçados nas paredes das pirâmides, o rei defunto é chamado Osíris, e os encantamentos funerários especificam sempre que o monarca ressuscitará como o deus. Assim, o culto de Osíris servia a ideia política central da religião egípcia: divinização do poder real e santificação do Estado esclavagista.

Os ritos mágicos estavam bastante difundidos no país. Eram praticados pelos sacerdotes dos grandes templos, sobretudo em ligação com o culto funerário e as idas do além. A compilação dessas fórmulas é *O Livro dos Mortos*, vasta obra, contendo mais de cem capítulos e uma grande quantidade de desenhos, parte dos quais a cores. Foi composto durante o Novo Império, de harmonia com as inscrições sacerdotais mais antigas. Aquando dos funerais dos reis e dos dignitários, os rolos de *O Livro dos Mortos* eram conservados na sepultura, para perservar o morto dos horrores de além-túmulo e assegurar a sua felicidade póstuma.

Quem não possuísse esse dispendioso livro, devia levar uma vida virtuosa, quer dizer, submeter-se aos poderosos. Vê-se, pois, que o culto funerário também servia de instrumento de opressão espiritual sobre os trabalhadores.

3 — *A escrita*

A escrita que foi denominada pelos Gregos hieroglífica — «santamente gravada» — deriva da simples pictografia dos tempos primitivos. A mais antiga escrita egípcia era pictográfica: cada sinal figurativo representava toda uma noção, porventura mesmo numa frase curta. A escrita hieroglífica conservou-se no Egipto até ao fim da sua história antiga; mas o traçado modificou-se, pouco a pouco, e ao lado dos caracteres iniciais surgiram outros, simplificados, mais cómodos para a escrita cursiva. Desde o Antigo Império criou-se uma cursiva a que os Gregos deram o nome de *hierática*. No século XVIII antes da nossa era, evoluiu ainda e transformou-se em escrita conhecida pelo nome grego de caracteres *demóticos*.

A escrita hieroglífica do Egipto conta cerca de 700 sinais no seu conjunto. Nas duas primeiras dinastias, já muitos dos hieróglifos haviam adquirido um sentido silábico e 24 caracteres designavam as consoantes. Estes 24 sinais e algumas dezenas de outros (70 ao todo) constituíam a base da escrita egípcia. Era, pois, tão complexa como o sistema cuneiforme dos Babilónios. Escrevia-se sobre pedra, madeira, pergaminho, tela, mas a matéria mais corrente era o papiro, feito de caules da planta desse nome, que cresce nas margens do Nilo.

A escrita egípcia tem um grande alcance histórico. Na segunda metade do II milénio antes da nossa era, serviu de modelo à escrita alfabética fenícia, que conta só 24 sinais.

4 — *A literatura*

Os escritos do Antigo Império são essencialmente religiosos e envolvem sobretudo textos mágicos, gravados nas paredes das pirâmides, das câmaras mortuárias e dos sarcófagos. Pode-se crer que, desde essa época, se compunham os rituais dos mistérios representados nas festas a Osíris e a outras divindades e os hinos em honra dos «grandes» deuses. Os que chegaram até nós datam dos Médio e Novo Impérios. Entre os melhores, citamos o hino a Amon e o hino a Aton, cujo autor é Akhenaton. No Novo Império, os sacerdotes dos templos principais redigem tratados de teologia, que expõem as doutrinas teogónicas e cosmogónicas de diferentes escolas rivais.

Na época do Antigo Império, aparecem embriões de literatura profana. Trata-se de inscrições funerárias que relatam, na primeira pessoa, a vida do morto. As mais antigas biografias, que remontam ao tempo da III dinastia, são enumerações secas e lacónicas dos domínios, das funções e dos méritos do defunto. Mas durante a VI dinastia tornam-se narrações detalhadas, que apresentam por vezes excelentes qualidades literárias. Tal é a biografia do senhor Uni, que serviu os três primeiros faraós da VI dinastia, fez a primeira campanha contra os nómadas asiáticos, governou o Sul, dirigiu expedições pelo Nilo até às pistas meridionais e até à Etiópia. Notáveis descrições deste género figuram entre as numerosas biografias de dignitários dos Médio e Novo Impérios. Mencionamos a de Mentuhotep, contemporâneo de Senusret I, a de Ahmés, que serviu Ahmés e Aménofis I, e as de Rekhmirê e de Iniotef, que serviram Thutmés III. A biografia de Rekhmirê contém, designadamente, uma excelente exposição sobre os direitos, deveres e métodos de governo do ministro do Novo Império.

A história de Sinuhé, surgida no Médio Império, oferece também carácter autobiográfico; conta as aventuras do senhor Sinuhé, caído em desgraça no início do reinado de Senusret I, e refugiado na Síria. Passou vários anos numa tribo síria ao serviço do chefe; os usos e costumes desta tribo são descritos com talento. Depois Sinuhé foi autorizado a regressar ao Egipto, onde o faraó o recebeu graciosamente, cumulando-o de honras.

A literatura do Novo Império comporta diversos géneros, tanto em prosa como em verso. Conhecemos poesias de amor de um delicado lirismo, canções sobre a bebida, fábulas e sátiras. Também existem os contos, as novelas sobre o milagre dos magos reais, extraordinárias descrições de viagens no Sul e na Ásia. Duas destas obras são particularmente interessantes. Uma, que data do Médio Império, é a breve mas pitoresca descrição da expedição que um egípcio fez ao Ponto, do naufrágio que teve e que o lançou numa ilha governada por uma serpente, e, por fim, do seu regresso ao país natal. A outra, escrita na época do Novo Império, é o *Conto dos Dois Irmãos*, que se inspira em mitos sobre os deuses. As aventuras do irmão mais novo, que morre e ressuscita várias vezes, fazem lembrar a lenda de Osíris. Os contos que tiravam os seus motivos da tradição popular estavam espalhados. Um dos mais notáveis é o do príncipe ao qual haviam predito, ao nascer, uma morte prematura. O seu pai protegeu-o o mais que pôde. Mas quando já estava crescido, o príncipe partiu em viagem para longínquos países. Aí casou com a filha de um rei que lhe salvou a vida, matando uma serpente que deslizava para ele a coberto da noite. Escapou por milagre a um crocodilo que o ameaçava. Falta o fim do conto, mas o príncipe deve, sem dúvida, a sua perda a um cão mencionado na profecia, onde havia um conjunto de três animais que deviam causar-lhe a morte.

Ao lado destas lendas existem novelas baseadas em factos históricos, como, por exemplo, o conto do rei Sekenjenrâ, que empreendeu a luta contra os Hicsos, ou o do capitão de Thutmés III que tomou a cidade de Jafa, usando de um estratagema. Estas narrações provinham certamente de crónicas reais que, no tempo do Novo Império, haviam revestido forma literária e por vezes denotavam talento superior. Relatavam campanhas, conquistas e grandes obras dos faraós. As mais notáveis são os *Anais* de Thutmés III e a inscrição de Ramsés II acerca

Escriba de cócoras. Império Antigo

da campanha de Kadesh. A batalha de Kadesh é ilustrada por um verdadeiro poema, da autoria de um poeta da corte. Assinale-se que a inscrição, e sobretudo o poema, transformam a derrota do faraó em vitória.

Desde a época do Antigo Império havia no Egipto uma literatura didáctica. Eram sobretudo ensinamentos directos e profecias. Estes escritos revelam-nos a moral do cume da sociedade esclavagista. Tais são, por exemplo, os ensinamentos dimanados da aristocracia militar.

Um traço típico de outras obras, como *O Canto do Harpista*, e em especial o *Diálogo de um Homem Cansado da Vida com a sua Alma*, que datam do Médio Império, é o pessimismo, a desilusão. Reflectem as profundas transformações sociais ocorridas na sociedade egípcia e a penosa condição dos pobres, oprimidos pelos donos de escravos.

5 — *As artes plásticas e a arquitectura*

As artes plásticas do Egipto desenvolveram-se consideravelmente sob o Antigo Império, mas não em todos os géneros.

Nesta época, a estatuária realizou notáveis progressos. As estátuas dos reis e dos ministros são bem proporcionadas, cada uma com a sua fisionomia própria, que corresponde certamente ao modelo; mas as suas atitudes têm qualquer coisa de rígido, de artificial. Os melhores modèlos de escultura egípcia são a estátua do faraó Xafra (Kéfren) sentado, a estátua do sacerdote Ranefer e a célebre estatueta do escriba sentado, conservada no Louvre.

O baixo-relevo desenvolve-se muito, sobretudo nos túmulos. Representa cenas da vida do defunto e trabalhos efectuados nas suas propriedades. Atribuía-se a essas imagens o poder mágico de assegurar ao morto a existência que levava na terra. Pecam por ausência de perspectiva e esquematismo de formas. O homem é representado de forma convencional: a cabeça de perfil, o torso de frente. Mas as aves e os animais são de um realismo surpreendente. Os baixos-relevos eram frequentemente pintados: os artistas sabiam fabricar cores muito resistentes, que guardaram o seu brilho até aos nossos dias.

UNICAP
B C

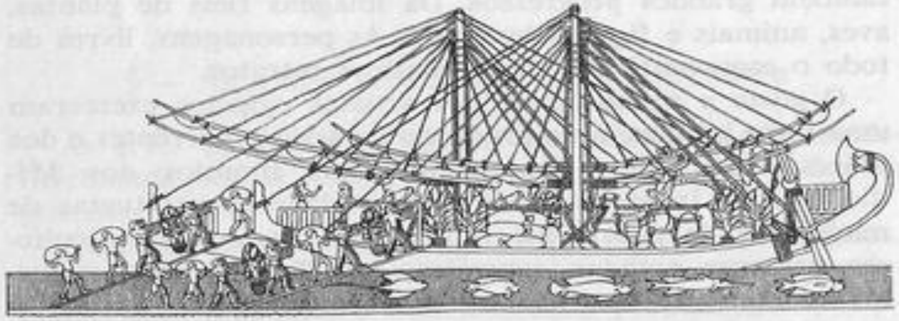
No Médio Império a estatuária e o baixo-relevo aperfeiçoam-se, e ao lado do baixo-relevo pintado vê-se o verdadeiro fresco, que oferece soberbos modelos de paisagens, retratos, cenas de família e de batalhas. Os artistas do Novo Império são ainda mais hábeis. As suas estátuas já não possuem embaraço e imobilidade como acontecia nas esculturas anteriores; bustos admiráveis fazem a sua aparição. As obras-primas dos Médio e Novo Impérios são as estátuas de Amenemhet I, de Ramsés II e a cabeça de Nefertiti, mulher de Akhenaton. Entre os baixos-relevos, distinguem-se composições frias e complexas que evocam a expedição de Hatshepsut ao Ponto, a batalha de Kadesh e as operações militares de Séthi I. A pintura realiza também grandes progressos. Dá imagens fiéis de plantas, aves, animais e figuras humanas. As personagens, livres de todo o esquematismo, são autênticos retratos.

O gosto e a habilidade dos artistas egípcios exerceram uma forte influência na produção de artigos correntes e dos objectos do culto. Descobriu-se, nos túmulos dos Médio e Novo Impérios, grande quantidade de estatuetas de madeira e de pedra que representam escravos, agricultores, pastores, artistas, guerreiros, etc. Também há estatuetas *ushabtis* — «acólitos» — parecendo querer animar-se ao apelo do defunto e trabalhar por ele. Essas pequenas figuras estão habilmente esculpidas. O Novo Império e as épocas seguintes deixaram-nos inúmeros objectos de uso doméstico: espelhos, cofres portáteis, móveis incrustados, frascos de perfume, vasilhas, pratos, vasos, adornos — tudo de ouro, prata, marfim, ébano, bronze, vidro, etc. Estas coisas não eram feitas, evidentemente, por simples artesãos; eram-no por artistas que haviam feito uma aprendizagem especial.

A arquitectura atingiu no Egipto um alto grau de perfeição. Os seus monumentos mais antigos são os túmulos grandiosos, as pirâmides dos reis e as mastabas dos senhores. O aspecto imponente alia-se a uma extrema simplicidade de linhas. No Antigo Império, a construção dos tem-

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

plos tinha menos importância. Já nesta época se utilizam colunas prismáticas ou em forma de vegetais. Os mais belos templos datam do Novo Império. As ruínas de Karnak e de Luksor, no lugar da antiga Tebas, e outros vestígios, dão uma ideia da majestade e do esplendor desses santuários. À entrada edificavam-se pórticos de diferentes estilos; largas escadas e terraços estavam adornados com esfinges alinhadas. O templo de Karnak compreendia uma vasta sala de 134 colunas maciças, dispostas em 16 filas; media 5000 metros quadrados de superfície. Tais construções exigiam uma grande habilidade por parte dos construtores. Ao lado dos templos erigiam-se magníficos palácios reais; mas como eram de madeira não podemos avaliá-los senão de acordo com as suas imagens nos baixos-relevos.



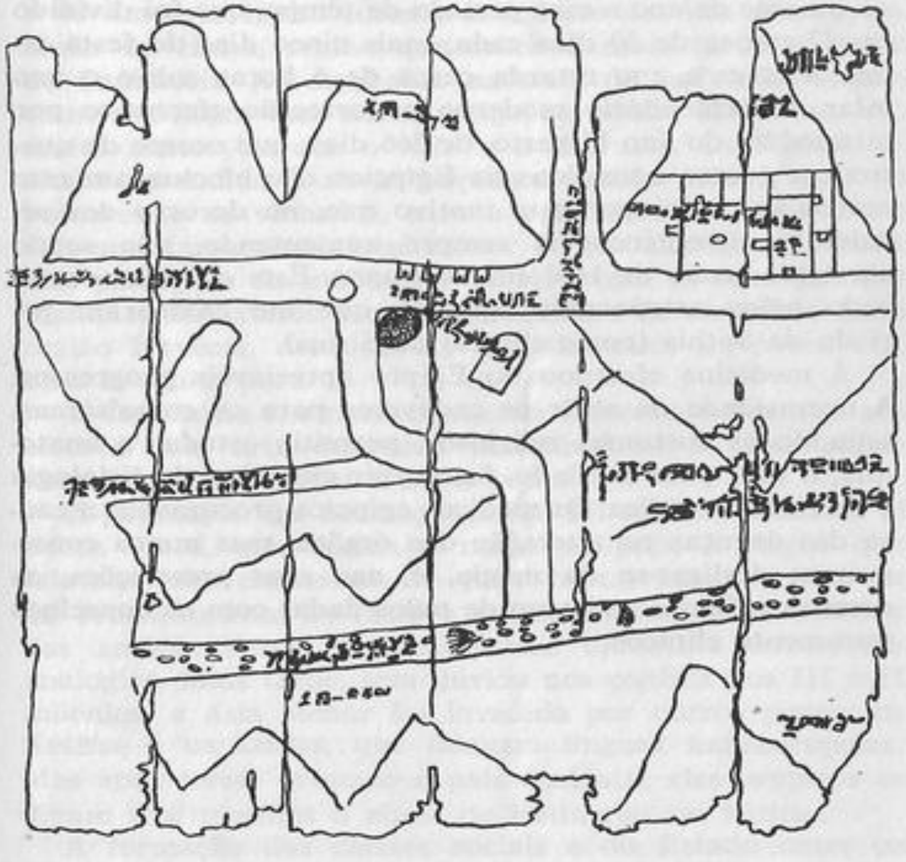
Barcos egípcios em Pùnt. Baixo-relevo do templo de Hatshepsut em Deir el-Bahri. XVIII dinastia

6 — *Técnica e embriões de ciência*

Os enormes edifícios egípcios — pirâmides e templos — eram construídos com o auxílio de uma técnica primitiva. Todos os trabalhos se faziam à mão, pelos aldeões e pelos escravos. Mas procedia-se sempre de harmonia com os planos e os cálculos dos arquitectos e de outros chefes de canteiros. Estes baseavam-se naturalmente na experiência

transmitida de geração em geração, e não sobre os princípios teóricos da mecânica.

A envergadura dos trabalhos necessitava de cálculos preliminares em números redondos. Para medir os campos, em virtude da aplicação dos impostos, também era preciso calcular as superfícies. O cálculo estava, portanto, muito desenvolvido no Egipto. Partindo do sistema natural de cálculo pelas mãos (cinco dedos) e por dezenas, os Egípcios criaram a numeração decimal para representar os números 1, 10, 100, etc., até 10 000 000. A geometria estava também



Um dos mapas mais antigos que chegaram até nós. Plano de minas de ouro do Deserto de Oriente, traçado no reinado de Séthi (XIX dinastia)

avançada. Calculava-se não só a superfície dos rectângulos, mas também o volume da esfera, tomando por π (pi) o número 3,16. Os astrónomos estudavam o céu e estabeleciam listas de estrelas, segundo o seu agrupamento, sem, todavia, igualarem os Babilónios.

O calendário egípcio (estabelecido no Antigo Império) era solar, mas não resultava da observação do movimento anual do Sol; como ponto de partida tomara-se o dia do nascer helíaco de Sirius; era nesta época que começavam em geral as cheias. Ao fim de muitos anos de observação constatou-se que o facto se repetia todos os 365 dias, e deu-se o nome de ano a esse período de tempo, que foi dividido em 12 meses de 30 dias cada, mais cinco dias de festa no fim. Mas esse ano retarda cerca de 6 horas sobre o ano solar. No calendário moderno a correcção efectua-se por intermédio do ano bissexto, de 366 dias, que ocorre de quatro em quatro anos. Mas os Egípcios não èfectuavam esta correcção; e foi por este motivo que, no decurso dos séculos, a divergência ia sempre aumentando, não sendo corrigida senão de 1460 em 1460 anos. Este ciclo foi observado pelos astrónomos egípcios, que lhe chamaram período de Sothis (nome egípcio de Sirius).

A medicina efectuou no Egipto apreciáveis progressos. A necessidade de abrir os cadáveres para os embalsamar, segundo os costumes religiosos, permitiu estudar a anatomia, o que, pelo seu lado, fez surgir embriões de fisiologia e de ciência médica. Os médicos egípcios procuravam a causa das doenças na alteração dos órgãos, mas nunca conseguiram desligar-se da magia, e, nas suas prescrições, as receitas mágicas andavam de mãos dadas com os conselhos puramente clínicos.

CAPITULO XIV

O IMPÉRIO HITITA

1 — *As origens*

O Império Hitita formou-se a leste da Ásia Menor, na bacia de Halys, região que recebeu mais tarde o nome de Capadócia. As condições naturais do país não favoreciam a cultura das terras irrigadas, sendo Halys um rio muito menor do que o Nilo e o Eufrates. Os Hititas tinham aprendido a abrir pequenos canais para irrigar os pomares e os vinhedos, mas a agricultura possuía entre eles uma importância bem menor do que a criação de gado. Nas pastagens da montanha conservavam as suas grandes manadas de cavalos e os seus rebanhos de carneiros. Esta região fornecia, desde o III milénio antes da nossa era, uma lã muito pura.

A Capadócia era rica em metais (sobretudo prata) e era célebre pela arte dos seus metalúrgicos; as montanhas abundavam em madeira e em pedra.

A população era heterogénea: no III milénio existiam aí tribos Hatti, que deram o nome ao país. A língua que falavam (nós chamamos-lhe proto-hitita) aparentava-se às da Transcausásia. De resto a cultura material dos Hatti e das antigas tribos transcaucásicas apresenta numerosas analogias. Mais tarde, sem dúvida nos confins dos III e II milénios, a Ásia Menor foi invadida por outros povos: os Nésitas e os Luitas, que falavam línguas indo-europeias. Mas após terem ocupado o país de Hatti, eles próprios se deram a si mesmos o nome de Hethianos ou Hititas.

A formação das classes sociais e do Estado entre os Hititas é ainda mal conhecida. Pode supor-se que o desenvolvimento da grande criação e da indústria do bronze havia criado, no início do segundo milénio, a base económica da escravatura.

Nessa época constituíram-se, a leste da Ásia Menor, tribos (ou reuniões de tribos) que se guerreavam entre si. Essas tribos agrupavam-se à volta de centros devidamente fortificados, dos quais os principais foram Kussar, Neshsah e Hattusa. Esta só mais tarde é que ficou a ser a capital do império hitita.

A julgar pelas escavações, Hattusa tinha uma dupla cintura. As suas muralhas compunham-se de uma elevação de terra, de lajes de pedra e de ladrilhos crus. Havia torres que se escalonavam a intervalos regulares. Tudo isso dava à cidade o aspecto de uma praça forte.

O pouco que sabemos da história inicial dos Hititas mostra uma luta árdua entre escravos e homens livres, que atingiu o seu paroxismo na segunda metade do século XVII antes da nossa era, aquando da insurreição dos «escravos dos filhos reais», que destruíram as casas dos seus donos e «vertiam o seu sangue». Violentos antagonismos esfacelavam, sem dúvida, a classe reinante; exprimiam-se em primeiro lugar pelas rivalidades de pretendentes ao trono, o que obrigou no século XVI a uma reforma, com vista a regular a sucessão. Sabe-se, enfim, que os reis hititas do fim do século XVII e do princípio do XVI empreendiam guerras de conquista. As mais felizes foram as campanhas de Mursil I, que se apoderou de Khalpa (Alepo), no Norte da Síria, e depois penetrou na Babilónia e devastou-a.

Está-se melhor informado sobre o império hitita do século XV ao século XIII antes da nossa era. Conservam-se fragmentos de leis que dão uma ideia das relações sociais da época e crónicas que contêm elementos detalhados sobre a diplomacia e as guerras.

2 — *O regime social*

O Império Hitita era um Estado esclavagista; o rei, os templos e mesmo os particulares possuíam numerosos escravos. Certos domínios senhoriais contavam mais de cem. Os escravos eram sobretudo artesãos e pastores. Pelo

mesmo delito, o homem livre pagava uma multa, e o escravo incorria na pena de morte ou numa mutilação. Assim, cortava-se o nariz e as orelhas a um escravo incendiário ou ladrão. O escravo era assimilado a um objecto, e o homem livre que o matava não passava por assassino; devia unicamente indemnizar o seu proprietário dando-lhe um escravo (ou vários) em lugar do morto.

Todavia, alguns traços do direito hitita atestam um certo arcaísmo de escravatura. Os escravos podiam ter bens e proceder ao pagamento das multas que se lhe infligiam; podiam casar com pessoas livres e intervir — em certos casos — no tribunal. Em caso de divórcio de um escravo e de uma mulher livre, os esposos partilhavam os filhos e os bens.

Além dos escravos, a sociedade hitita compreendia outras categorias de produtores directos explorados. Os mais aparentados aos escravos eram os hippars. Deviam ser habitantes de regiões conquistadas, deportados para exercerem trabalhos manuais para o rei. Por vezes, mesmo, estavam sujeitos ao serviço militar. Os hippars uniam-se em grupos, cujos membros estavam ligados pela caução solidária. Tratava-se, aparentemente, de uma espécie de comunidade de vizinhança.

Escravos e hippars eram de origem estrangeira e geralmente cativos. Mas os Hititas livres podiam ser reduzidos à servidão: num ano de penúria arriscavam-se a cair para sempre na dependência daquele que os «fazia viver» por um empréstimo, a menos que conseguissem oferecer em seu lugar um outro trabalhador. Os pobres livres tinham a possibilidade de vender os seus filhos (facto curioso: os hippars não eram autorizados a fazer isso).

Menos dura era a dependência das pessoas «de lugar hereditário». Tratava-se provavelmente dos homens saídos da comunidade e forçados a ficarem clientes dos Hititas, conservando todos os seus direitos cívicos, guerreiros e de proprietários fundiários, cuja terra trabalhavam. Tinham, por outro lado, certos direitos à economia onde eram utilizados: em caso de ruptura do contrato recebiam um terço de todos os bens.

A massa principal da população livre compunha-se de membros de comunidades. As comunidades de vizinhança tinham domínios indivisíveis, se bem que a maior parte das terras houvesse passado para as mãos das famílias patriarcais e constituíssem lotes frequentemente partilhados entre as pequenas famílias. O chefe da grande família era o administrador supremo dos bens e respondia perante o Estado pela execução dos trabalhos de mão-de-obra; era «senhor do sangue», quer dizer, juiz dos crimes cometidos pelos membros da família. Também se manifestam vestígios do regime de clãs na vingança, na caução solidária e no levirato. A terra era inalienável, e o acto de compra e venda passava por ser criminoso, na sequência do que devia ser acompanhado por um sacrifício expiatório. O estado embrionário da propriedade imobiliária privada traduzia-se igualmente pela modicidade dos preços: um campo de 0,35 hectares custava dez vezes menos do que um boi. Os vinhedos, pelo contrário, tornados propriedade privada numa época mais antiga, custavam mais: uma vinha valia quarenta vezes mais do que um campo arável.

Os membros de comunidades favorecidas com um terreno regulamentar estavam adstritos a trabalhos de mão-de-obra chamados luzzi, que abrangiam toda a espécie de trabalho: construção de fortalezas, de templos, reparação de estradas, vindima, etc. Deviam, além disso, fazer o seu serviço militar. Àquele que se furtava ao serviço militar era-lhe confiscada a sua terra. O adquirente de uma terra assumia os deveres do proprietário antecedente.

Os artesãos estavam também sujeitos a trabalhos pesados, e só alguns privilegiados, os guerreiros, os sacerdotes e aqueles que haviam recebido do rei as suas terras, com licenças especiais, é que beneficiavam de excepções.

No cume da classe reinante encontrava-se a nobreza: membros da família real, sacerdotes, chefes militares, descendentes da aristocracia de nascimento, os quais permaneciam, além disso, muitas vezes no poder com os seus apanágios. Possuíam terras e escravos e recebiam uma parte dos despojos de guerra.

3 — *O regime político*

À cabeça do império hitita havia um «grande rei» a quem chamavam «Sol». Passava por ser benfeitor do povo, executava os ritos e dirigia as festas religiosas, na qualidade de grão-sacerdote. À sua morte era deificado. O rei acumulava as funções de chefe dos exércitos, de administrador e de juiz supremo.

O poder real era limitado por um conselho denominado pank. Literalmente, o termo significa multidão. Na origem, devia tratar-se de uma assembleia de guerreiros de Kussar, mas, à medida que se desenvolve o regime esclavagista, os organismos de democracia militar perdem a sua autoridade: o pank restringe-se, para se tornar um conselho aristocrático que representa o cume da classe reinante. Era composto por parentes directos do rei (filhos, irmãos, etc.), por parentes por casamento e por chefes militares. O pank gozava de latos direitos, especialmente o direito de julgar o soberano; este, pelo contrário, não podia condenar à morte um membro da família real sem a aprovação do pank. O rei, é certo, podia rever uma decisão do pank, designadamente suavizar uma pena.

Assim, nos primeiros tempos, o regime do império hitita foi aristocrático: a alta nobreza (os familiares do rei) que possuía grandes rebanhos e numerosos escravos, e que dirigia casas influentes (famílias patriarcais), gozava de uma grande autoridade e havia conseguido limitar o poder monárquico. Mas depois, quando o império se tornou num poderoso Estado militar, o poder real consolida-se e o pank perde o seu prestígio.

O regime aristocrático supunha uma administração descentralizada. Com efeito, as condições naturais da Ásia Menor não podiam contribuir para a unificação do país: não havia rede de irrigação única que fizesse nascer, como no Egipto, a necessidade da centralização. Certas regiões eram absolutamente autónomas, sob o ponto de vista económico.

O Estado hitita dividia-se em províncias submetidas a governadores, frequentemente escolhidos na família real e usando o título de «reis». Nas fronteiras do império encontravam-se protectorados, cujas relações com o «grande rei» eram reguladas por tratados especiais, que previam os contingentes militares a fornecer em caso de guerra, a parte dos despojos a receber, assim como os direitos do comércio e de relações diplomáticas com os outros países. Esses protectorados podiam fazer a guerra e aumentar o seu território à custa dos vizinhos, que não estavam sujeitos ao império hitita.

O poder supremo do «grande rei» estendia-se, além disso, a cidades sagradas como Arinna e Nérik, que beneficiavam de uma certa autonomia.

Nas localidades rurais, as funções administrativas e judiciárias incumbiam aos anciãos das comunidades.

4 — *A formação do Estado militar*

No fim do século XV antes da nossa era, os reis hititas prosseguem uma enérgica política externa, visando a ampliação das suas possessões pelas armas e pela diplomacia. Nesta época a hegemonia no Próximo Oriente pertencia aos Khurritas, criadores de cavalos que tinham constituído, na primeira metade do II milénio, vários pequenos Estados no Norte da Mesopotâmia e da Síria. A camada superior da sua população era uma aristocracia que combatia em carros. No século XV antes da nossa era, os Khurritas unificaram-se num vasto reino, o Mitanni, que se estendia desde Khalpa e Alalah até Nuzi, situado a leste do Tigre. A própria Assíria teve de reconhecer a sua supremacia: um rei de Mitanni fez transportar de Assur, capital da Assíria, uma porta de ouro e prata com a qual adornou o seu palácio em Vashuganni (sobre o Habur).

Uma outra grande potência do Próximo Oriente, nesse tempo, era o Egipto que, sob o reinado de Thutmés III, tinha conseguido levar as fronteiras até ao norte do Eufrates.

Mas nos fins do século XV a posição destes dois impérios começa a vacilar. Ignoramos quais foram as causas

internas que enfraqueceram o Mitanni; todavia, as cartas de Tell-Amarna revelam que os reis da Assíria obtiveram nesse tempo a sua independência.

Mesmo em Vashuganni (capital do Mitanni) dão-se revoltas palacianas e desencadeia-se a luta pela sucessão. No Egipto, as guerras de conquista terminam no reinado de Amenófis III; e sob Akhenaton, seu sucessor, o império egípcio começa a desagregar-se, esgotado e dilacerado pelas lutas políticas. Concorrendo favoravelmente estas circunstâncias, a nobreza esclavagista hitita empreende uma vasta expansão. O rei Suppiluliuma mostra-se um hábil diplomata. Menos pelas armas do que por intermédio de negociações, chega a elevar sensivelmente o prestígio do seu império, fazendo dele o mais poderoso Estado do Próximo Oriente.

Primeiro, começa por vencer os Khurritas; as suas tropas vitoriosas no Norte da Síria atravessam o Eufrates e saqueiam a capital Vashuganni. Após isso, dão-se sublevações no Mitanni: uma revolução palaciana, cuja causa e finalidade desconhecemos, obrigou Mattiwaza, herdeiro do trono, a fugir para os Kassitas. Segundo o seu próprio relato, foi friamente acolhido, e com receio de que os Kassitas o entregassem aos Assírios ou aos seus inimigos de Vashuganni, «dirigiu-se, com três carros apenas e um pequeno número de servidores, à corte de Suppiluliuma, sem mesmo ter roupa para mudar». Este Suppiluliuma viu as vantagens que podia tirar da aproximação com o legítimo herdeiro do trono de Mitanni. Deu-lhe a sua filha em casamento e enviou os seus exércitos contra os rebeldes. Mattiwaza fica rei do Mitanni, mas o país torna-se desde aí como que um protectorado do império hitita; num tratado especial Mattiwaza enumerava os benefícios que lhe concedia o «grande rei», e ele reconhecia a supremacia de Suppiluliuma.

Isso consolidou depois a sua influência no Norte da Síria; Khalpa e Karkémish foram englobadas no império e colocados sob o poder dos príncipes hititas. Suppiluliuma incitava os régulos sírios e fenícios a insurgirem-se contra os Egípcios; o agente da política hitita na Síria

UNICAP
B C

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

era Aziru, soberano do país de Amurru, que pegou abertamente em armas contra os aliados do faraó. Como Akhenaton não enviava reforços, apesar das instâncias do rei de Byblos, Aziru acabou por se apoderar desta cidade. O descontentamento das massas populares, pressionadas pelos funcionários egípcios, assegurou um bom apoio a Aziru. O Egipto perdeu as suas possessões na Síria e na Fenícia, em benefício dos Hititas, que, todavia, apenas tinham iniciado a luta: os pequenos estados sírios e fenícios foram arrastados para a esfera de influência do império hitita.

Enfim, Suppiluliuma procurou imiscuir-se nos negócios internos do Egipto após a morte de Akhenaton, quando o país estava a ser presa das lutas intestinas, e os faraós, sem autoridade, se sucediam rapidamente. Suppiluliuma queria fazer casar um príncipe hetheano com a viúva de um desses faraós efémeros (talvez Tutankhamon), na esperança de transformar o Egipto — como fizera com o Mitanni — num protectorado. Mas o seu projecto foi votado ao malogro.

O reinado de Suppiluliuma marca o apogeu político do império hitita. Os caracteres arcaicos, próprios dos primeiros reinados, desaparecem pouco a pouco: o poder do rei, que dirige a expansão militar do Estado esclavagista, consolida-se e aproxima-se, pela sua natureza, do despotismo egípcio e babilónico.

Os enormes despojos de guerra e os milhares de hippars, estabelecidos nas terras reais, constituem a base material do poderio do «grande rei», o «Sol».

5 — *A decadência do Império Hitita*

A prosperidade do império não podia ser de longa duração, pois o vasto Estado de Suppiluliuma carecia de coesão. As guerras de conquista exigiam grandes esforços e esgotavam as reservas humanas: não era sem razão que as leis hititas obrigavam os hippars a servir no exército. Os trabalhos braçais pesavam duramente sobre os ombros dos

aldeões, membros das comunidades; a fome e a servidão acabavam por arruinar a economia dos cultivadores e dos criadores.

Os primeiros sucessores de Suppiluliuma esbarraram com novas dificuldades. O seu filho Mursil II teve de combater as tribos kaskeanas, que povoavam o litoral do Mar Negro, a oeste do reino de Akhiawa, fundado provavelmente pelos Gregos (Aqueus) que habitavam o Peloponeso no meio do II milénio antes da nossa era.

No fim do século XIV levanta-se um conflito armado entre os Hititas e os Egípcios que, sob Ramsés II, pretendem de novo a Síria. Vencidos na batalha de Kadesh (1312), os Egípcios, a acreditar nas fontes hetheanas, retiram-se precipitadamente para Damasco. É aí, porém, o último sucesso importante dos Hititas.

Hattusil III, chegado ao poder no princípio do século XIII, deixa uma curiosa autobiografia, repassada de incontestável lirismo, cujo fim principal era justificar a sua usurpação. O filho mais novo de Mursil II, Hattusil, não tinha qualquer direito ao trono, mas governava numerosas províncias do império e a cidade «santa» de Nérik. Então o sobrinho de Hattusil, Urkhiteshub, passou a apoiar os inimigos do monarca hitita. Finalmente, conseguiu fazer cair Urkhiteshub (que acusa, na sua biografia, de intentos perniciosos) e exila-o para uma ilha do Mediterrâneo. Esta luta no seio da classe reinante enfraqueceu ainda mais o Estado.

A política de Hattusil III foi puramente defensiva. Deteve o avanço dos Kaskeanos e concluiu, em 1926, um tratado com Ramsés II. As relações com a Assíria foram menos felizes: o rei deste país ocupou as regiões do curso médio do Eufrates, onde tinha existido o Mitanni, e ambicionava ser igual ao «grande rei» dos Hititas: queria que Hattusil III lhe chamasse «irmão». Este último recusou. «Somos nós filhos da mesma mãe?» respondeu ele. Mas esta orgulhosa resposta não conseguiu, evidentemente, impedir o fortalecimento da Assíria nem a decadência do império hetheano.

A pressão da Assíria e de Akhiawa crescia ainda no fim do século XIII. Rebentou uma violenta revolta nas províncias ocidentais que conduziu à secessão, e, cerca do ano 1200 antes da nossa era, o império hitita desmoronou-se. Na mesma época, a cidade de Tróia, aliada dos Hititas, era tomada pelos Aqueus. Estes e outros «povos do mar» atacaram mesmo as costas do Egipto e desembarcaram na Palestina.

6 — *A civilização hitita*

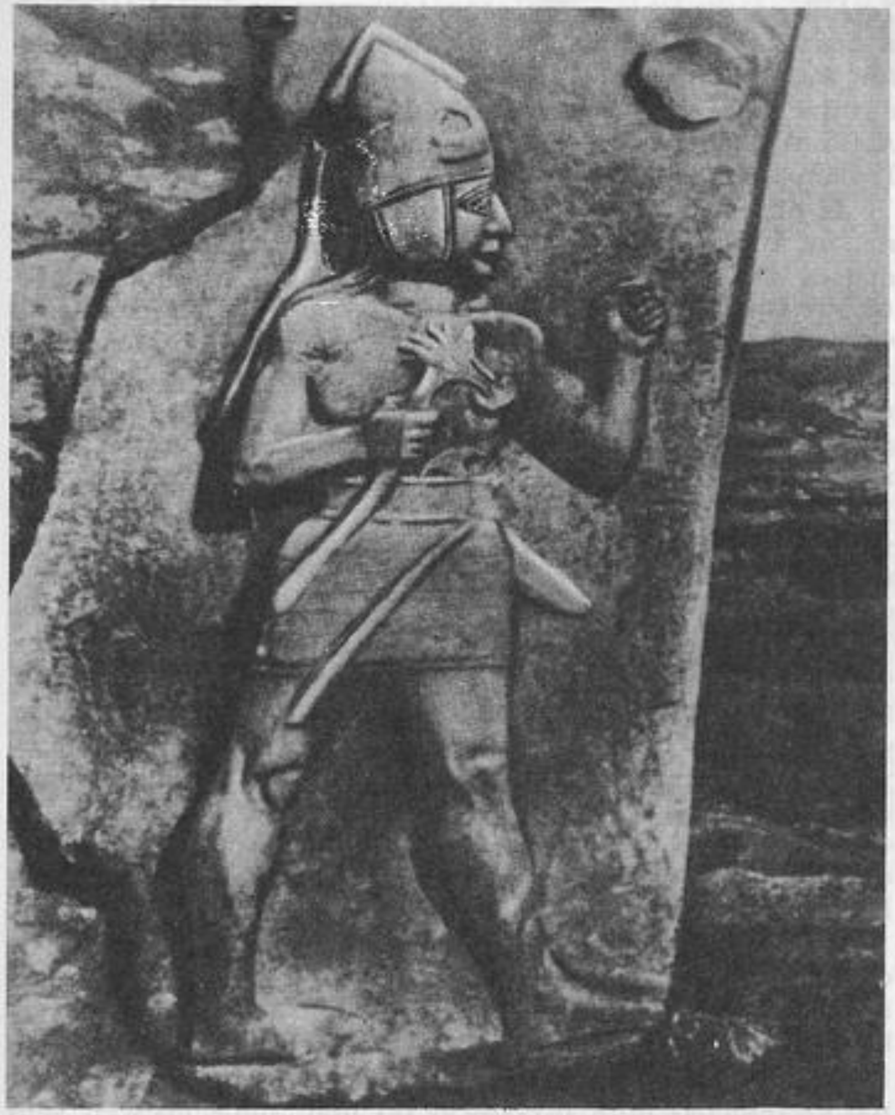
A cultura do império hetheano foi muito variada: basta dizer que a sua população falava diferentes línguas (proto-hitita, heto-nésita, luita, etc.) e utilizava dois sistemas de escrita: os caracteres cuneiformes recebidos dos semitas e os hieróglifos.

Os Hititas acreditavam num grande número de divindades, três das quais eram particularmente adoradas: a grande deusa-mãe, o deus da tempestade e Telepinu, que morre e ressuscita tal como o Tammuz babilónico.

Conta a lenda que Telepinu, encolerizado contra os deuses e os homens, desapareceu; mas como encarna a força produtiva da natureza, a sua ausência provocou a miséria e a fome. Os deuses e os animais (está aqui uma antiga sobrevivência de antigos cultos de heróis zoomorfos) procuram Telepinu, mas nem a águia nem sequer o deus da tempestade podem encontrá-lo. Só a abelha, enviada pela grande deusa, chega junto dele e persuade-o a esquecer a sua cólera.

Mau grado os restos de crenças arcaicas (culto das forças da natureza), a religião hitita, no seu conjunto, era uma força ideológica considerável, que visava defender a classe reinante e o Estado esclavagista. Os deuses passavam por ser protectores do poder real. Descobriu-se, não longe de Hattusa, um baixo-relevo que representa o deus da tempestade a abraçar o rei.

A religião hitita sofreu a influência das religiões e das mitologias khurrita e sumero-akkadiana. Os hetheanos



Teshub, grande deus dos Hititas, com o aspecto de um guerreiro. Baixo-relevo de uma porta de Hattusa

tinham adoptado o culto do deus khurrita da tempestade, Teshub, e veneravam os seus touros sagrados. Adoravam a deusa Ishtar, Sin e outras divindades babilónicas. Pelo seu lado, a religião hitita influenciou a mitologia grega: é talvez daí que provém o culto de Apolo (em hitita: Apulun), que no mito da guerra de Tróia protegia os Troianos contra os Aqueus.

As obras de arte que chegaram até aos nossos dias são, na sua maior parte, baixos-relevos em pedra. As figuras dos deuses são aí pesadas e estáticas, mas as cenas nas quais os artistas não eram escravos das tradições são expressivas e vivas. Os baixos-relevos de Karkémish oferecem um interesse particular: encontram-se aí cenas de batalhas, animais, seres zoomorfos fantásticos. Baixos-relevos mais antigos foram encontrados perto de Hattusa: existem aí animais, flores soberbas, todo o esculpido tem talento. Um javali monstruoso arremete sobre um caçador que, de joelho em terra, visa-o tranquilamente com o seu arco, ao lado de um veado que inclina a sua cabeça de ramosos chifres para uma flor estranha.

Sabe-se muito pouco da literatura hitita. Os Hetheanos escreviam geralmente sobre tábuas de madeira. A maior parte da imensa biblioteca de Hattusa desapareceu. Entre o que se conservou, existem textos históricos e outros, inspirados na mitologia. De resto, alguns investigadores consideram-nos como traduções de epopeias khurritas. Um traço original dessas descrições é a falta de respeito para com os deuses, o que se manifesta sobretudo na história de Kumarbi.

Kumarbi era o rei dos deuses: mas como os outros queriam arrebatar-lhe o poder, resolveu criar um adjunto no qual pudesse confiar. Sendo certo que um homem valente deve ter uma mãe robusta, Kumarbi desposou uma rocha que lhe deu um filho de nome Ullicummi. Seu pai escondeu-o num precipício do mar, onde cresceu sem ninguém o saber. Mas os deuses souberam da sua existência e resolveram seduzi-lo.

A deusa Ishtar, vestida com os seus mais belos trajes, cantou diante do colosso de pedra. Era tempo perdido, pois

Ullicummi não tinha olhos nem ouvidos. Desesperada, a deusa lançou por terra as suas jóias.

Alguns sábios julgam que a lenda de Kumarbi exerceu influência nos mitos gregos, especialmente sobre o de Cronos, pai de Zeus.

CAPITULO XV

A FENÍCIA E A PALESTINA

1 — *A origem dos Estados fenícios*

O nome de Fenícia designa uma estreita faixa costeira da Síria, indo de Tiro até Ugarit. A leste, estende-se a cadeia do Líbano, coberta de espessas florestas. Em alguns locais, as montanhas avançam até à costa e precipitam-se a pique no mar. As terras cultiváveis eram pouco extensas, mas férteis. Nas vertentes havia sobretudo pomares. Na Antiguidade, o território abrangia mais de dez cidades, cada uma das quais era a sede da respectiva região que a circundava.

Os Fenícios tinham fama de intrépidos marinheiros e activos comerciantes.

A designação de «fenícios», adoptada pelos historiadores gregos, é convencional; os autóctones não se davam esse nome.

Os seus antepassados povoavam o Sul e o Oeste da Palestina até ao III milénio. Estavam divididos em várias tribos que falavam línguas semíticas. No III milénio, começaram a avançar para o Norte ao longo do litoral mediterrânico.

Essas tribos fundam na costa síria as suas primeiras localidades, as futuras cidades de Ugarit, de Gebal (em grego Byblos) e de Sídon. Um pouco mais tarde aparece a futura Tsor (em grego Tyro).

Deviam ser, de princípio, aldeias de pescadores agrupados em comunidades; mas depressa se transformam em cidades e passam a ser centros de regiões onde se estabelecem os imigrantes em comunidade de vizinhança.

A transformação das comunidades de clã em comunidades de vizinhança ligava-se ao nascimento das classes sociais e à constituição dos Estados fenícios. Não temos qualquer informação precisa sobre esse processo; uma lenda pretende que o fundador e o primeiro rei de Sídon foi Keret, que tinha o seu próprio exército; em Sídon teria havido templos dedicados a deuses das tribos.

2 — *Resumo da história política dos reinos fenícios*

Os pequenos reinos da Fenícia nunca se uniram num só Estado. Cada um vivia a sua própria vida política. No curso da história, quatro reinos se distinguiram pela sua riqueza e pelo seu poderio: Ugarit, Gebal, Sídon e Tiro.

Antes da conquista da Palestina e da Síria por Thutmés III, os reinos fenícios eram independentes. Gebal e Ugarit ocupavam então o primeiro lugar.

Gebal havia travado, desde o III milénio, relações comerciais com o Egipto. Ugarit ficara a ser, no fim do III milénio, uma cidade importante que comerciava com o Egipto e Creta. Na primeira metade do II milénio, Ugarit prosperava; estava cheia de templos e de palácios; os mercadores e os senhores alojavam-se em casas de pedra, ricamente mobiladas e providas de cemitérios familiares. Os mercadores de Creta habitavam um quarteirão à parte. Também se fazia comércio com Chipre.

Em meados do II milénio antes da nossa era, as cidades fenícias ficam submetidas, durante trezentos anos, ao Egipto (¹) e aos Hititas, que conquistaram o Norte da Síria na primeira metade do século XIV, dominando temporariamente Ugarit e Gebal. Desde então e até ao fim do II milénio, a Fenícia passa por um período de decadência, causada, primeiro pela luta contra o Egipto e os Hetheanos, que se desenrola no seu território, e depois pela invasão dos «povos do mar», idos das ilhas do Mar Egeu.

No fim do século XIII, o enfraquecimento do Egipto e a decadência do império hitita permitem aos reinos fenícios recuperarem a sua independência. Nesta época, o primeiro lugar cabe a Tiro que, estando situada numa ilha, tinha sofrido menos as guerras e as invasões. O seu mais célebre rei foi Hiram, que reinou nos meados do século X. Possuía uma grande frota mercante e traficava em todo o Mediterrâneo. Engrandeceu e fortificou Tiro, a ponto de fazer dela uma cidadela inexpugnável, que resistiu mesmo ao assalto dos assírios.

Esse período de independência durou até ao fim do século VIII, quando os reinos fenícios, conquistados pela Assíria, perderam definitivamente a sua autonomia.

3 — *O regime económico, social e político dos reinos fenícios*

Os documentos encontrados, aquando das escavações de Ugarit, caracterizam certos aspectos do regime económico e social deste Estado. A maioria da população cultivava os cereais e a vinha no fértil solo do vale de Oronte, para além do qual, no deserto, passava a fronteira do reino. A terra dava boas colheitas; os excedentes eram vendidos aos mercadores estrangeiros de Ugarit. Os agricultores viviam em regime comunitário. As comunidades de vizinhança provinham de comunidades de clã, e algumas haviam mesmo conservado os seus antigos nomes. Pagavam rendas ao rei e forneciam-lhe mão-de-obra para os seus trabalhos. Cada uma devia executar, anualmente, desde 13 dias até 2 meses de trabalhos braçais e equipar archeiros para o exército. Na região costeira mantêm-se comunidades de pescadores, onde se recrutavam, sem dúvida, as equipagens para a frota real.

A população de Ugarit compunha-se de artesãos, mercadores, sacerdotes e dignitários. Todos, excepto os artesãos, tinham escravos. Alguns possuíam vinhedos de dimensões

---

(¹) Veja capítulo XII.

UNICAP
B C

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

muito modestas. A escravatura tinha um carácter doméstico. Nos inventários dos testamentos ou dos actos de venda, os escravos são mencionados ao lado do gado e das matérias preciosas, como o bronze e a prata. Os escravos eram pouco numerosos: o dono que perdia dois ou três escravos arriscava-se seriamente a ficar na pobreza, porventura a arruinar-se. Os domínios reais eram melhor servidos: os palácios formigavam de serventuários e outros escravos era comprada no mercado. A escravatura desennarca, ou remavam nos seus barcos. A maior parte dos escravos eram comprada no mercado. A escravatura desenvolveu-se sobretudo em Tiro, no I milénio. Os reis de Tiro tinham uma poderosa marinha de comércio e de guerra, e os seus mercadores dedicavam-se ao tráfico de escravos, trazidos de países onde existiam colónias tírias.

Desde a primeira metade do II milénio, uma numerosa classe de mercadores constituíra-se nos reinos fenícios. Não fazia senão comércio intermediário. Entre as múltiplas mercadorias exportadas citam-se, como produtos da própria Fenícia, o trigo, o vinho, a madeira do Líbano e o peixe seco; todo o resto ia para lá do estrangeiro, comprava-se ou trocava-se num país para ser revendido ou trocado noutro. Os reis ficaram, até ao fim da existência dos Estados fenícios, como os principais vendedores e compradores. No II milénio, os mercadores da Fenícia eram os mais sagazes do mundo. O seu papel primordial no comércio é assinalado por Marx (1).

Pelo seu regime político, os reinos fenícios eram pequenos Estados despóticos. Nós ignoramos a estrutura do seu aparelho de Estado, mas conhecemos bem a ideologia do poder real. Os soberanos da Fenícia atribuíam-se uma natureza divina. Os de Sídon, por exemplo, faziam remontar a sua linhagem aos deuses (Keret, o rei lendário, passava por ser uma divindade); o fundador de Gebal dizia-se ser ele próprio o deus El; o deus principal de Tiro chamava-se Melkarth («rei da cidade» em fenício). A organização do

---

(1) K. Marx, *O Capital*, livro I, t. I, Éditions Sociales, Paris, 1950, p. 137, nota 3.

culto oficial correspondia a esta ideologia teocrática: os reis de Gebal, Ugarit, Tiro e Sídon eram, ao mesmo tempo, os sacerdotes dos deuses supremos da sua cidade e presidiam pessoalmente às grandes cerimónias rituais. Mas não eram déspotas tão absolutos como os monarcas da Babilónia e do Egipto.

A desigualdade social, que cedo se afirmou nos reinos mercantis e esclavagistas ricos, e o desenvolvimento da escravatura provocaram dissensões e conjuras constantes, assim como revoluções dinásticas. Semelhantes desordens tiveram lugar em Tiro no fim do século IX, quando se forjou uma conjura contra o rei, urdida pela sua irmã.

Não temos elementos sobre o movimento dos escravos, além da narração bastante vaga de uma insurreição que teria tido lugar em Tiro no século V antes da nossa era, quando essa cidade fazia parte da Pérsia.

4 — *Navegação e colónias*

Os Fenícios passavam por ser os melhores marinheiros da Antiguidade. A navegação desenvolveu-se graças à situação marítima de todos esses reinos, cujos habitantes costeiros viviam da pesca e partiam, frequentemente, para o mar em frágeis embarcações a remos. Desde o III milénio, os Fenícios navegavam até ao Egipto e mesmo até ao Mar Egeu. No II milénio, atingiram, a oeste, as margens da Numídia e da Ibéria (Espanha). Os marinheiros de Tiro foram os primeiros a atingir o Estreito de Gibraltar, e, à vista do mar sem limites que se estendia para além, julgavam-se no fim do mundo. Aos dois enormes rochedos que se levantam, face a face, na costa europeia e em Ceuta, deram o nome de colunas de Melkarth, crendo que o deus os havia lá colocado com a sua própria mão, para marcar os confins da terra. Mais tarde, após haverem constatado que o mundo não acabava aí, ultrapassaram Gibraltar várias vezes. Mas esta ideia, ligada ao estreito, sobreviveu e foi retomada pelos Gregos e pelos Romanos, que lhe chamaram as colunas de Hércules.

No I milénio antes da nossa era, os Fenícios saem do Mediterrâneo: no século VI o navegador cartaginês Hannon contornou as costas ocidentais de África até aos actuais Camarões, descrevendo a sua viagem num texto que nos chegou traduzido em grego.

Durante as suas expedições marítimas, os Fenícios fundavam colónias e estabeleciam relações comerciais com os habitantes das ilhas e do litoral mediterrânicos. Mas pensaria mal quem julgasse que esses mercadores eram sempre pacíficos: quando podiam lançavam-se ousadamente na pilhagem das tribos que povoavam as costas de África, de Espanha e da Ásia Menor. O comércio efectuava-se por troca. Nos locais onde se podiam receber constantemente mercadorias preciosas e instalar cómodos portos de escala, os Fenícios organizavam colónias, muitas das quais vieram a constituir depois grandes cidades. Houve-as em Chipre, nas ilhas do Mar Egeu, no Helesponto e noutros sítios.

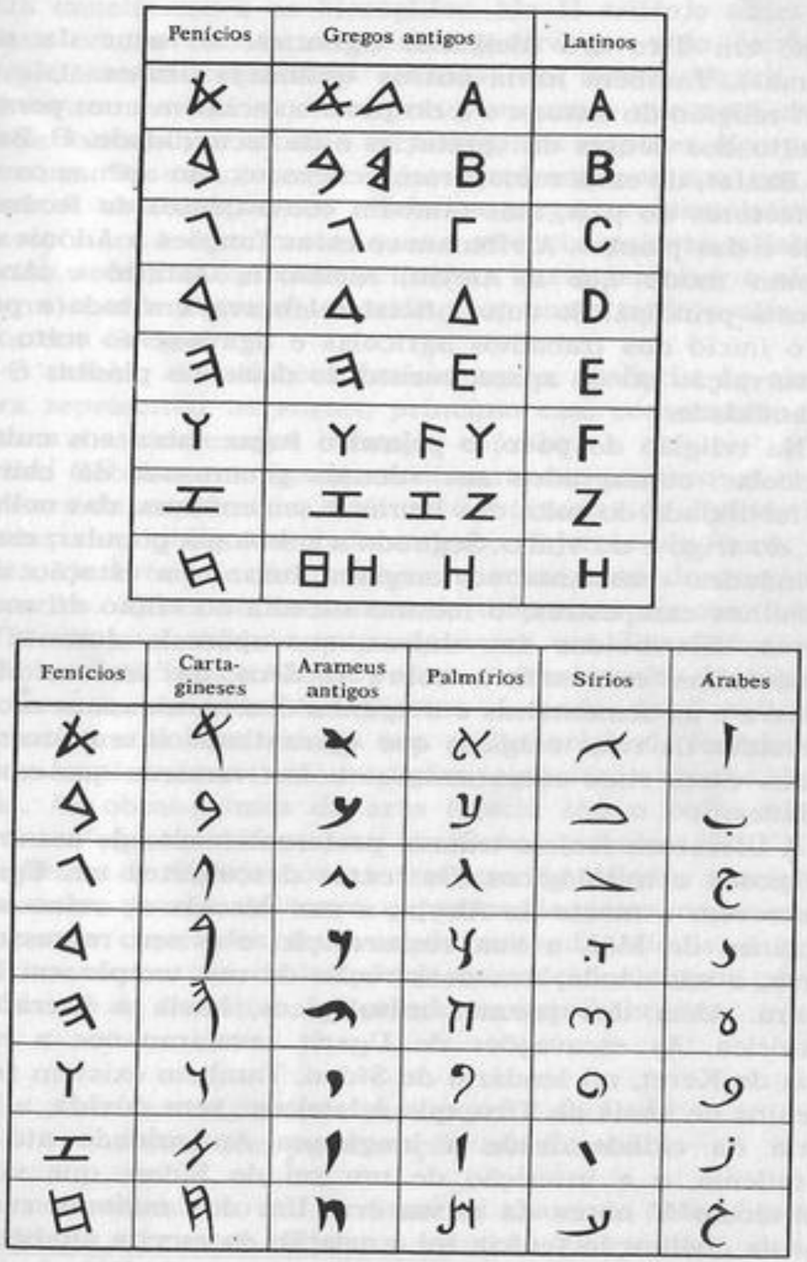
É cerca de 800 anos antes da nossa era que se funda a mais importante dessas colónias: Cartago (Karth-hadtha, «Cidade Nova»), perto da Tunes actual. Cedo se torna na maior potência comercial a oeste do Mediterrâneo.

A navegação teve como resultado o desenvolver-se largamente a construção naval em Tiro, em Sídon e em Gebal. Os Tírios construíram uma esquadra completa para o Rei da Assíria Sennachérib. Forneciam navios aos reis da Pérsia, os quais chegavam, por vezes, a mobilizar toda a frota das cidades fenícias para as suas guerras.

5 — *A civilização fenícia*

As descobertas de Ugarit e as escavações de Gebal mostram que os Fenícios criaram uma civilização original em todos os domínios: religião, escrita, letras, etc.

A religião fenícia, como todas as do Oriente antigo, caracteriza-se pela coexistência do culto oficial e do culto popular, agrícola. Cada Estado tinha os seus deuses oficiais; Baal e Baalat, senhor e dama da cidade ou do reino. Em Gebal era Adónis e Astarté; em Ugarit era Aleyin e



Evolução dos Alfabetos

Anet; em Tiro era Melkarth (ignora-se o nome da sua «dama»). Também havia outros «grandes» deuses.

A religião do Estado e a do povo coincidiam num ponto: o culto dos deuses da vegetação e da fecundidade. O Baal e a Baalat, de cada reino, eram venerados não apenas como protectores do país, mas também como deuses da fecundidade e das plantas. Atribuíam-se essas funções a Adónis do mesmo modo que a Aleyin, Melkarth, Astarté e Anet. A festa principal do culto oficial celebrava, em toda a parte, o início dos trabalhos agrícolas e ligava-se ao mito da ressurreição ou do aparecimento do deus das plantas e da fecundidade.

Na religião do povo, o primeiro lugar cabia aos cultos agrícolas, consagrados aos «deuses generosos» da chuva, da fertilidade do solo, das lavras e sementeiras, das colheitas, do trigo e do vinho. Segundo a mitologia popular, essas divindades «nasciam» ou surgiam durante a estação dos trabalhos campestres; o mesmo sucedia ao «filho do mar» Aleyin, distribuidor das chuvas, que aparecia durante as sementeiras e triunfava sobre o deus da secura, Môt. A lavra e as sementeiras e a apanha dos frutos eram acompanhadas de ritos mágicos que «garantiam» o seu sucesso. Todos esses ritos executavam-se colectivamente nas comunidades.

A literatura fenícia tratava preferentemente de assuntos religiosos e mitológicos. Os textos descobertos em Ugarit descrevem a morte de Aleyin, a sua descida ao reino subterrâneo de Môt, a sua ressurreição e o seu regresso à terra, a sua vinda, e a construção de um templo em sua honra. Além dos poemas mitológicos, havia a literatura histórica. As escavações de Ugarit revelaram-nos a epopeia de Keret, rei lendário de Sídon. Também existem fragmentos de anais de Tiro, que relatavam, sem dúvida, a história da cidade desde a longínqua Antiguidade até ao I milénio, e a inscrição de um rei de Sídon, que viveu no século V antes da nossa era. Um dos maiores sucessos da civilização fenícia foi a criação da escrita alfabética. O desenvolvimento da navegação e do comércio necessitavam de uma escrita adequada, mais simples do que a escrita cuneiforme e os hieróglifos. No II milénio antes da nossa era, a escrita alfabética parece ter sido formada paralelamente em outras cidades: no Norte, Ugarit, ela baseava-se na escrita cuneiforme, enquanto que no Sul havia-se tomado por modelo os hieróglifos egípcios, figurando os sons. Os caracteres fenícios serviram, por sua vez, de fonte à constituição dos alfabetos grego, arameu, latino e russo. Não é sem razão que a própria palavra alfabeto deriva do nome das duas primeiras letras fenícias: o aleph (touro) e o beth (casa), ficando a ser mais tarde o alfa e o beta dos Gregos.

O defeito do alfabeto fenício era a ausência de sinais para representar as vogais, princípio esse conservado, nos nossos dias, na escrita hebraica e árabe.

Em Gebal e em Ugarit encontraram-se numerosos espécimenes de arte fenícia, estátuas e estatuetas de divindades, estelas esculpidas em baixo-relevo, objectos de ouro, de prata, de bronze e de madeira, e vasos com decoração a vermelho. Essas obras datam de diferentes épocas, desde o III até ao I milénio antes da nossa era. Em Sídon, nas colónias fenícias de Chipre, e em outros locais, descobriu-se uma quantidade de objectos datando do I milénio. Os artistas tinham criado um estilo original, fenício ou sírio, inspirando-se em tradições egípcias e hetho-khurritas. As obras-primas da arte fenícia são o baixo-relevo do sarcófago de Ahiram, rei de Gebal (séculos XII-XIII), as estelas de Ugarit com a imagem de Aleyin, pesos de bronze em forma de touro e pratos de prata onde estão finamente cinzelados motivos do mito de Adónis. A arte fenícia exerceu grande influência na arte dos outros povos da Síria e da Palestina, sobretudo na arte hebraica.

6 — As tribos de Israel e de Judá e a sua penetração em Canaã

O país situado ao sul da Síria foi chamado pelos Gregos Palestina, do nome filisteus, gentes que viviam desde o século XII na costa sudeste do Mediterrâneo. Um rio, o

Jordão, atravessa o país de norte a sul, e lança-se no Mar Morto. Divide a Palestina em duas zonas distintas: a oeste do vale, onde estão as terras férteis, há uma vegetação luxuriante, a margem oriental é rochosa e nua. No Norte, levantam-se os arborizados contrafortes do Líbano e do Anti-Líbano; ao sul do Mar Morto estendem-se planícies que verdejam durante a estação das chuvas e se transformam em desertos durante as secas.

No segundo milénio antes da nossa era, a Palestina, que então se chamava Canaã, era povoada por Cananeus, que falavam uma língua semítica, e por Khurritas. Essas regiões férteis tinham, desde o III milénio, excitado a cobiça dos Egípcios que, sob os faraós da XVIII dinastia, os subjugaram como à Fenícia. No fim do II milénio, em consequência da invasão dos «povos do mar», o Egipto perde a Palestina, que ficou a constituir o teatro de lutas entre várias tribos.

Foi então que começaram a penetrar na Palestina, do lado de lá do Jordão, tribos hebraicas unidas sob o nome de Israel.

Esse movimento não era uma campanha militar organizada, mas uma lenta infiltração de tribos isoladas que, em certos casos, exterminavam ou reduziam à escravatura os aborígenes; e em outros casos estabeleciam-se em terras desabitadas, lado a lado com os Cananeus. Após a imigração, as tribos israelitas, sobretudo as de Judá, e as tribos vizinhas instaladas na região semidesértica do Sul da Palestina conservaram durante algum tempo o regime de clãs. Mas, pouco a pouco, o seu modo de vida pastoril transformou-os em cultivadores, modo de vida esse que predominava no Norte e no Centro de Canaã, desde o século XV antes da nossa era. As comunidades baseadas no clã tornavam-se em comunidades de vizinhança, apesar da manutenção de certas tradições antigas, que agiam sobre o regime social e político dos imigrados. Se bem que disseminados por um território bastante lato, e passando a uma existência de agricultores sedentários, as tribos conservaram durante muito tempo usos e costumes de clã civis, militares e religiosos.

Todavia, o desenvolvimento da escravatura e a desigualdade de fortuna criaram, desde o fim do II milénio, as condições económicas para o nascimento do Estado.

Nos séculos XII e XI, penetram outras tribos em Canaã. Semitas nómadas, da Transjordânia, chegam de leste; um dos «povos do mar», os Filisteus, desembarcaram a oeste, na costa palestiniana. As tribos de Israel fazem frente aos invasores de Leste através dos seus próprios meios. Quanto aos Filisteus, mostram-se muito temidos. Armados de gládios de ferro, apoderam-se do litoral e empreendem a conquista do interior do país: constroem aí praças fortes (as principais das quais são Asdod ou Azoth e Gaza) e fundam vários principados.

A guerra contra os Filisteus contribuiu para a união das tribos israelitas num só Estado. A primeira tentativa foi efectuada por um chefe de tribo de nome Saul que, uma vez rei, combateu os Filisteus. As tribos israelitas do Sul (incluindo Judá) participaram na luta. À morte de Saul, os combates voltaram a dar-se, sob o comando de um estribeiro de Saul, chamado David, que era da tribo de Judá. Proclamado rei de Judá, reuniu sob o seu poder as tribos israelitas do Sul e do centro de Canaã. Esse Estado é conhecido pelo nome de reino de Israel ou de Judá. Consegue vencer os Filisteus e escorraçá-los do país. Essa vitória consagrou a autoridade de David (princípio do século X antes da nossa era).

7 — *O reino de Israel e de Judá*

Depois da expulsão dos Filisteus, David efectuou várias campanhas no Norte e estendeu o seu poder sobre as tribos israelitas dessas regiões. Escolheu para capital a antiga cidade de Jerusalém (Uru-Salim) e construiu a sua residência na colina de Sion, fortificada de modo a que «coxos e cegos» pudessem defendê-la. Foi aí que se construiu em honra do deus das tribos judaicas Jeová, um santuário em forma de tenda, segundo o costume dos nómadas.

O sucessor de David, falecido no princípio do século X antes da nossa era, foi seu filho Salomão, que terminou a construção de Jerusalém. Salomão, cujo reinado foi pacífico, era um poeta típico do Antigo Oriente. A população pagava-lhes rendas em espécie. A crer nas informações do *Livro dos Reis* — um dos livros da Bíblia — o reino de Salomão dividia-se em doze regiões, cinco das quais apenas correspondiam às divisões tribais. À frente de cada região o soberano tinha posto um governador, a quem competia assegurar a manutenção «do rei e da sua casa», quer dizer, da família real e dos cortesãos, enviando para Jerusalém as contribuições em espécie recolhidas na sua região. Um funcionário especial era encarregado dos trabalhos «para a casa do rei», os quais incumbiam a «todo Israel». Trinta mil homens executavam, por turnos, os trabalhos de faxina. Foi assim que se construíram o palácio real e o templo de Jeová.

O palácio e o templo não causavam admiração pelas suas dimensões, mas, a crer nos textos, eram admiravelmente decorados no exterior e no interior. Salomão construiu também numerosas fortificações e cidadelas. As escavações trouxeram à luz do dia restos de fortificações em Jerusalém e vestígios das cavalariças reais em Mageddo. O rei obrigava também aos trabalhos braçais os aborígenes submetidos de Canaã. Estabeleceu relações comerciais com a Fenícia, o Egipto, a Síria e a Arábia, de onde mandava vir os cavalos, os escravos, o ouro, a prata, as pedras preciosas, as essências aromáticas e outros artigos de luxo.

Os grandes estaleiros de Salomão, a manutenção da sua corte, a sumptuosidade do seu modo de vida, repousavam sobre o trabalho forçado e na espoliação dos seus súbditos. Não é, pois, de admirar que no final do seu reinado fosse muito tensa a situação na Palestina. Agravava-se ainda pelo facto de que o rei não tomava em consideração os interesses das tribos do Norte, concedendo os seus favores à aristocracia judaica. O descontentamento manifestou-se especialmente no seio de Efraim, uma das maiores tribos israelitas, que se revoltou. A insurreição foi reprimida, mas uma recrudescência da luta, após a morte de Salomão, conduziu à separação do Estado em dois reinos: Judá e Israel (935 antes da nossa era).

UNICAP
B C

O reino de Israel estava dilacerado por lutas intestinas. Após 50 anos de rivalidades, o trono coube a Omri, o chefe das milícias populares (890 antes da nossa era). A época da sua dinastia foi a mais brilhante da história do reino. Omri construiu no monte Shomiron uma nova capital, com um palácio soberbo e um templo cujos restos foram descobertos aquando das escavações, chamando-lhe Shomiron (Samaria), tal como a montanha. Esse monarca e os seus sucessores estavam em constantes relações com a Fenícia e levavam uma luta vitoriosa contra os reis sírios de Damasco, os quais ambicionavam submeter Israel. Mas no interior a situação era turva. Ao pesado fardo dos trabalhos braçais juntou-se a fome (precedida de um longo período de seca). Os aldeões amotinam-se, a efervescência atinge o próprio exército, a dinastia de Omri é derrubada e o reino começa a declinar. No século VIII as guerras intestinas prosseguem, enquanto que um temível inimigo surge: a Assíria.

Em 722, após uma desesperada resistência dos israelitas, o rei assírio Sargão apodera-se de Samaria e saqueia-a. Tal foi o fim do reino de Israel.

O reino de Judá durou mais tempo. Nos séculos IX e VIII, os soberanos tentaram várias vezes restabelecer o seu poder no Norte. Não eram suficientemente fortes para fazer a guerra; mas encorajavam todos os descontentes desse reino e faziam propaganda religiosa, aliás sem sucesso. Depois da queda e destruição de Samaria o pânico apodera-se de Jerusalém: esperavam aí a mesma sorte. As tropas assírias cercaram a cidade; mas notícias alarmantes vindas da Assíria forçaram o rei a levantar o cerco. Ezequias (Hizkia), rei de Judá, teve de pagar-lhe um enorme tributo e reconhecer a sua supremacia. Depois disso, o reino continuou a existir durante perto de um século e meio.

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

8 — *O regime social e a luta de classes em Israel e em Judá*

A economia da Palestina na primeira metade do primeiro milénio baseava-se na agricultura e na criação de gado. A criação predominava no Sul, nas regiões da estepe e nas montanhas: criava-se sobretudo gado miúdo, cabras e carneiros. No norte de Judá e em Israel vivia-se essencialmente da cultura dos cereais, da vinha, da oliveira, da figueira. A terra era trabalhada à charrua, com relha de ferro: os instrumentos de ferro descobertos nestas regiões datam do século XI.

Os ofícios haviam-se dissociado da agricultura: os ferreiros, os oleiros, os carpinteiros, eram artistas profissionais. O desenvolvimento do artesanato acelerava-se sob a influência das cidades fenícias, mais civilizadas.

A evolução das relações sociais na Palestina era determinada pelo facto de as tribos hebraicas nómadas se encontrarem transplantadas num meio económico e social novo, onde os ofícios e o comércio, a usura e a propriedade tinham já sólidas tradições, nascidas de longa data nos centros da Fenícia e de Canaã. Isso deu lugar, na sociedade hebraica, a fenómenos aparentemente contraditórios: de um lado, sobrevivências do regime dos clãs mantinham-se em toda a sua pureza; do outro lado, a propriedade privada, a usura e a diferença de fortunas desenvolviam-se rapidamente.

A célula social principal era a comunidade (eda): no princípio este termo designava a comunidade fundada no clã, mas depois estendeu-se à comunidade de vizinhança. Todavia, esta conservava palpáveis sobrevivências do regime dos clãs: conselho do clã, cemitério do clã, vingança, etc. À frente da comunidade encontrava-se um ancião (nasi). A comunidade de vizinhança repousava na propriedade colectiva da terra. Desde o século VIII antes da nossa era, havia em Judá comunidades onde a terra era trabalhada em comum e a colheita depois repartida pelos seus membros. Mas na maior parte dos casos, sem dúvida, a terra comunitária dividia-se em lotes individuais, por tiragem à sorte; a partilha efectuava-se em reunião geral e era acompanhada de ritos especiais. Era coisa corrente, o que demonstra redistribuições periódicas de terrenos. Cada comunidade tinha o seu santuário e o seu sacerdote. Os seus membros estavam ligados por várias obrigações: resgatar os que haviam caído na servidão por dívidas, castigar em comum os criminosos e intervir entre o assassino e o vingador para evitar a vingança.

Apesar da sobrevivência do regime dos clãs, já não havia igualdade na sociedade hebraica da primeira metade do primeiro milénio antes da nossa era. Os ricos possuíam grandes rebanhos de carneiros, cabras, burros, numerosos escravos dos dois sexos e toda a espécie de bens. Construíam casas de um andar: o rés-do-chão abrangia o recanto para os escravos e a criadagem, enquanto que a família do patrão habitava em cima, tomando aí o fresco, à noite, no terraço.

A formação da propriedade privada (do gado, depois da terra) era muito intensiva na Palestina: a terra comunitária passava gradualmente para as mãos dos chefes de famílias patriarcais.

A ausência de um vasto sistema de irrigação, cuja disposição e possibilidade de funcionamento supõem a simples cooperação, contribuía para a desagregação da comunidade: as cisternas que conservavam a água da chuva podiam ser construídas por uma só família e os seus escravos domésticos. A propriedade privada estava tão desenvolvida na Palestina, que o próprio rei não tinha o direito de confiscar uma terra.

O desenvolvimento da propriedade privada gerava a usura e causava a ruína de uma parte dos membros da comunidade, acelerada ainda pelas guerras e por pesadas contribuições. Os pobres, que não estavam em condições de pagar as suas dívidas, ficavam como escravos dos seus credores. Os miseráveis abandonavam, frequentemente, as comunidades para se meterem a assalariados ou para se refugiarem nas montanhas ou nas moitas do rio Jordão, a fim de escaparem aos credores e aos «bastonários» do rei.

Os agricultores não se limitavam a uma resistência passiva. No reinado de Omri, o povo de Israel já protestava contra os reis e os seus dignitários. Essas revoltam tinham um carácter religioso. Os aldeões que esperavam que houvesse uma modificação social fundavam as suas esperanças no advento de um rei justo, de um «verdadeiro messias», ungido e enviado pelo próprio Deus, que suprimisse o jugo do penoso trabalho e o cacete dos vigilantes, para estabelecer a paz e a justiça. Os seus porta-vozes eram os profetas, que, por vezes, tomaram a chefia dos movimentos populares nos séculos IX e VIII (não se confundam com os profetas que oficiavam nos templos reais de Jerusalém e Samaria, como agentes fiéis do sacerdócio e da monarquia). Os movimentos populares levaram, por vezes, a uma modificação dinástica, mas a situação dos cultivadores em nada melhorara. No século VIII o descontentamento transforma-se em insurreição. Os profetas predizem «a queda de todas as torres», «o grande massacre» dos ociosos que oprimem o povo: Deus, pessoalmente, virá em seu socorro; após a queda do soberano ímpio e dos seus lacaios, já não haverá mais reis e «o palácio real será arrasado para sempre»; o povo é quem será o rei; não haverá mais secas nem doenças; o novo reino nadará na alegria e no bem-estar eternos.

Sem conduzirem a uma revolução social, os movimentos populares constituíam uma séria advertência à aristocracia esclavagista. Os reis viram-se forçados a tomar medidas para melhorar a sorte dos pobres. Um rei limitou a seis anos a servidão por dívidas; os decretos eram promulgados com vista a defender os direitos das viúvas e dos órfãos, muito numerosos nesses tempos de guerra, e os direitos dos assalariados. A lei do ano «jubilar» (preparada, mas parece que nunca aplicada) previa a restituição, após um curto período, das terras alienadas.

9 — *O fim do reino de Judá*

Depois da queda do reino de Israel, os reis de Judá foram obrigados a reconhecer a supremacia dos reis da

Assíria, como atrás se disse. Deviam pagar-lhe um pesado tributo, cujo peso inteiro recaía sobre os aldeões. Essas novas imposições provocaram, no meio do século VII, uma revolta. O povo insurgiu-se, fazendo cair o rei Amon. Josias, com oito anos de idade, subiu ao trono. Governou mais de trinta anos e foi o último grande soberano do país.

Sob o seu reinado, o império assírio encontrava-se decadente, o que permitiu a Josias libertar-se. Tendo recuperado a independência para o seu país, procurou consolidar o Estado esclavagista. Centralizou o governo. A reforma do ano 621 antes da nossa era visava privar as comunidades da sua autonomia. As suas funções judiciárias ficaram suprimidas; o rei colocou em toda a parte os seus próprios juízes, mandou funcionários a todas as comunidades, encarregados do recrutamento dos soldados. Um decreto, proibindo a deslocação das valas de separação entre terrenos, defendia os direitos dos proprietários privados contra as tentativas das comunidades de recuperarem as terras alienadas. Mas o ponto essencial da reforma era a centralização do culto em Jerusalém. Os cultos locais eram proibidos, os santuários regionais destruídos; daí para o futuro o único templo nacional era o de Jerusalém. Com esta medida, o rei acedia, por um lado, à pretensão do sacerdócio de Jerusalém ao monopólio do culto e procurava, por outro lado, reduzir o perigo dos movimentos populares, cujos profetas e alguns sacerdotes dos santuários comunitários haviam sido, frequentemente, os guias e inspiradores. Com a mesma medida, Josias abolia em Jerusalém os cultos estrangeiros, introduzidos pelos seus predecessores, e todos os outros cultos tradicionais, excepto o de Jeová, que ficou a ser o deus único de Judá.

Mas essas tentativas de centralização já não conseguiam salvar o reino. A agitação das massas populares prosseguia, e as suas relações com o rei pioravam cada vez mais. No fim do século VII, o faraó do Egipto, Néchao, marchou sobre o país. Josias foi vencido e morreu em combate. Néchao fez subir ao trono o filho mais novo de Josias e impôs-lhe um pesado tributo. Pouco após, as tropas do rei babilónico Nabucodonosor invadiram a Síria e a Palestina. Em 586, Jerusalém foi tomada e destruída, o seu templo incendiado, e toda a população, excepto os «pobres» (os agricultores), levada cativa para a Babilónia. O reino de Judá não existiria mais como Estado independente.

10 — *A civilização de Israel e de Judá*

A cultura criada pelo povo israelita influenciou mais tarde a civilização europeia. A religião mais expandida na Europa, o cristianismo, nasceu sob o ascendente da religião judaica, da qual assimilou vários elementos; os motivos e os especímenes da literatura bíblica (quer dizer, israelo-judaica) inspiraram numerosos poetas e artistas europeus.

A religião de Israel e de Judá saíram da mesma estrutura social que a dos Fenícios (tribos e clãs): contêm muitos elementos comuns. O deus principal de Judá chamava-se Jeová, e o de Israel chamava-se Shaddai. Além destas divindades adorava-se Shalem, deus da felicidade: Astarté, deusa da fecundidade e outras. Jeová personificava, no início, as terríveis forças dos montes desérticos e passava por ser o deus da tempestade e das chuvas, levado sobre as nuvens. Durante o predomínio de Judá sobre Israel, e aquando do advento da dinastia judaica, Jeová foi elevado pelos sacerdotes a criador do mundo (céu, terra, plantas, animais e homens), protector do reino e do rei. A mitologia e as lendas apresentam Jeová como o guia, o conselheiro, o juiz e o pai alimentador do seu povo, ao qual concede os seus favores, dá o pão, o azeite o vinho, mas que castiga quando é necessário. Conservou, pois, até à sociedade dividida em classes, os traços específicos do deus de tribo judaica.

A religião popular tinha um carácter agrícola bem marcado. Entre os deuses hebraicos nacionais, havia ainda o Sol (Shemesh), a Terra, denominada a mãe de toda a vida, e o deus do trigo, Dagan. Cada comunidade tinha, além disso, o seu deus local, Baal («senhor»), distribuidor directo

do pão, do azeite e do vinho. Os ritos populares estavam repartidos segundo os trabalhos campestres e praticavam-se durante três festas: o início da colheita da cevada, da colheita do trigo e da recolha dos frutos e preparativos da sementeira. Esta última era a festa principal, celebrada no seio das comunidades, por ocasião do encerramento do ano agrícola.

A literatura de Israel e de Judá era muito abundante. Os mitos hebraicos falam da criação do mundo, dos primeiros homens, do dilúvio; lembram, pelo seu conteúdo, os mitos babilónicos, mas são menos evocadores. O género narrativo comporta obras absolutamente originais. No século IX e no século VIII, compuseram-se igualmente em Judá e em Israel duas descrições sobre a origem das tribos hebraicas e a sua história anterior à formação do reino. Inspiram-se em tradições e lendas populares, delas conservando a simplicidade de estilo e de concepção. Os seus autores tiveram objectivos tendenciosos: o autor judaico procura provar que o primeiro lugar, entre as tribos hebraicas, pertence de direito a Judá, enquanto que o autor israelita pretende o contrário. Grandes narrações surgidas em Judá ilustram a vida de David e de Salomão e glorificam-nos. Na corte dos reis de Judá e de Israel havia cronistas que descreviam os anais de cada reino. Depois do aparecimento dos profetas recolheram-se e anotaram-se as suas palavras e as lendas que acerca deles corriam. Depois da queda do reino de Judá essas notas serviram de base aos «livros dos profetas» da Bíblia, os melhores dos quais sob o ponto de vista literário e polémico são os de Isaías e de Jeremias. O culto de Jeová deu lugar a numerosos hinos e orações, chamados «salmos». Enfim, coleccionavam-se as máximas, as canções e os cantos populares. Uma compilação de cantos nupciais, *O Cântico dos Cânticos*, tornou-se célebre no mundo inteiro. Os seus autores são anónimos; são atribuídos, por teólogos judaicos do fim do primeiro milénio antes da nossa era, a diferentes personalidades da história judaico-israelita, chefes e profetas lendários. Esses teólogos seleccionaram e retocaram as obras literárias da época da realeza, para com elas comporem os principais capítulos da Bíblia (Antigo Testamento), ficando a ser posteriormente o livro sagrado dos judeus e dos cristãos. Atribuem a Moisés todas as leis promulgadas pelos reis e os rituais de sacrifícios, de magia e de festa observados no templo de Jerusalém.

11 — *A Arábia e a Síria*

A leste e a sudeste da Fenícia e da Palestina estendiam-se planícies povoadas por criadores nómadas que falavam línguas semíticas. O regime dos clãs e mesmo sobrevivências do matriarcado mantiveram-se aí até ao fim do I milénio antes da nossa era.

Mas em certas regiões formam-se Estados esclavagistas. No Sul da Arábia a escravatura aparece nos confins do II e I milénios. Vários reinos se criam aí: o dos minóicos, o de Sabá e outros ainda. O seu regime social e político é mal conhecido; todavia, sabemos que no I milénio da nossa era os Árabes mantinham relações económicas e políticas com os Estados do Próximo Oriente, especialmente com a Palestina. No século IX, grupos árabes participaram na luta dos reis da Síria e da Palestina contra a Assíria.

A domesticação do camelo favoreceu o desenvolvimento do comércio com a Palestina e a Mesopotâmia; ao mesmo tempo, os mercadores do Sul da Arábia traficavam com a Índia e a África, de onde traziam as plantas aromáticas.

No fim do II milénio, tribos de criadores de gado, arameias, da Arábia, penetram na Síria. Repelem os Assírios, e fundam vários pequenos Estados esclavagistas, o principal dos quais é Damasco. No século IX, Damasco conduz uma luta obstinada contra os Assírios: em 854, as tropas de Damasco, de Israel e das tribos árabes triunfam em Karkar sobre os exércitos assírios, que haviam invadido a Síria. Principados hetho-arameus constituem-se no Norte deste país.

Esses Estados isolados, sempre em guerra uns com os outros, não conseguiram resistir muito tempo à pressão da Assíria, caindo no seu poder no fim do século VIII antes da nossa era.

CAPITULO XVI

A ASSÍRIA, O URARTU E A BABILÓNIA CALDAICA

1 — *Assíria*

Dava-se o nome de Assíria a uma região do Norte da Mesopotâmia, situada no curso médio do Tigre, a nordeste do actual Iraque. Pelas suas condições naturais, a Assíria distiguia-se claramente da Baixa Mesopotâmia. O Tigre e o Eufrates distanciam-se aí a uma largura de 300 a 400 quilómetros, as suas cheias são aí menos fortes do que na Babilónia, e utilizam-se para a irrigação unicamente as águas do Tigre, bem como poços e água da chuva recolhida em reservatórios especiais. A leste, a Assíria era bordejada por montanhas que avançavam até ao Tigre. Assur, a primeira capital do país, não distanciava dele mais do que 40 quilómetros, e mais ao norte, onde o centro da Assíria estava localizado no II milénio, os montes confinam com as margens do rio.

O carácter montanhoso da região, que se estende a leste do Tigre, influenciou a economia e a história social e política da Assíria. As comunidades da montanha não podiam viver unicamente da agricultura. A criação e a caça desempenhavam um grande papel na sua existência. Enfim, a proximidade das montanhas garantia ao país a madeira, a pedra e os metais.

Os mais antigos habitantes do Norte do Próximo Oriente eram, sem dúvida, os khurritas, aparentados com os Urartianos. No III milénio, os Akkadianos começam a penetrar nas regiões do curso médio do Tigre. Fundam várias localidades entre as quais Assur, assim chamada devido à sua tribo e ao seu deus: daí vem o nome de Assíria. Assur encontrava-se sobre o Tigre, a 350 quilómetros ao norte da Babilónia. Descobriram-se aí importantes inscrições, especialmente a do rei Assur Shamshi-Adad, contemporâneo de Hamurábi, que fala da construção de um templo consagrado ao deus Assur. A cidade mantinha relações comerciais, desde o III milénio, com a vizinha região da Capadócia.

2 — *A Assíria nos III e II milénios antes da nossa era*

Não se sabe grande coisa da Assíria do III milénio. Segundo alguns documentos que chegaram até nós, a sociedade assíria no fim do III milénio e nos primeiros séculos do II milénio teria sido esclavagista. O Estado intitulava-se «comunidade de Assur»; à sua frente existia um ishakku, soberano hereditário que não havia perdido as funções de chefe de tribo e de clã, e que não foi um déspota oriental senão na época seguinte. A população continuava a viver agrupada em comunidades, mas as comunidades de clã transformavam-se gradualmente em comunidades de vizinhança.

A aristocracia esclavagista, nascida nessa época, compunha-se de antigos clãs e de dignitários reais, surgidos após a formação do reino de Assur. O grupo de tamkarums (mercadores) não tardou a juntar-se-lhe. O precoce desenvolvimento do comércio assírio explica-se pelo facto de na Baixa Mesopotâmia não haver jazigos mineiros, recebendo esta os metais da Assíria, da Ásia Menor e da actual Arménia, onde se extraía o cobre e a prata. O caminho destas duas últimas regiões passava pela Assíria, o que permitia aos seus reis ter na mão o comércio intermediário dos metais e da madeira. Daí resultou um rápido enriquecimento da alta sociedade assíria e um intensivo desenvolvimento do seu centro, a cidade de Assur. Os tamkarums fundaram colónias mercantis na Capadócia, das

UNICAMP
B C

quais nos dão informações os documentos relativos à economia e aos costumes dos comerciantes assírios, senhores de escravos. Estes eram pouco numerosos. Os tamkarums compravam-nos aos lullubi, tribos pobres da cadeia montanhosa do Zagros, onde os pais eram obrigados a vender os seus filhos em troca de trigo. Os escravos efectuavam trabalhos domésticos. Os tamkarums escolhiam entre si homens de confiança que dirigiam a casa durante as viagens do patrão à Capadócia. Outros escravos eram utilizados como porteiros, arrieiros e guardas armados de caravanas.

O regime político desta época, chamada «da antiga Assíria», era transitório entre o do Estado esclavagista primitivo, oferecendo ainda traços comunitários, e o despotismo esclavagista. O poder dos ishakku da «comunidade de Assur» era limitado por um organismo colectivo supremo, que tinha igualmente o nome de «comunidade de Assur». Este conselho não abrangia, sem dúvida, senão os «grandes», enquanto que o povo se encontrava já afastado do governo. O ishakku usava o título de «vigário do deus Enlil»: convocava o conselho dos grandes, dirigia os negócios religiosos e provavelmente militares. A justiça, o fisco e a economia pertenciam a funcionários especiais. Este regime lembra, pois, em certa medida, as oligarquias da Grécia arcaica. O poder do ishakku não aumenta senão após as primeiras conquistas, quando Shamshi-Adad I tomou o título de «rei do Universo».

No século XVI, a hegemonia do Próximo Oriente passa para o Mitanni, que submete a Assíria. O regime interior das regiões orientais do Mitanni não nos é revelado senão por documentos descobertos na localidade khurrita de Nuzi. É possível que análogas relações se tenham estabelecido na Assíria, governada no meio do II milénio por governadores do Mitanni. Estes, não contentes em adiantar os impostos e organizar os grupos de trabalho por conta do soberano, faziam eles próprios trabalhar a população, pilhando-a em seu próprio benefício e em benefício dos seus agentes, sob pretexto de arrecadarem os impostos «especiais». Como resultado desta impiedosa exploração, desde

UNICAMP - BIBLIOTECA CENTRAL

o meio do II milénio que muitas comunidades khurritas se encontravam arruinadas. Os usurários aproveitavam-se disso para sujeitarem os aldeões e se apoderarem das suas terras. Como as tradições impediam que o fizessem directamente, recorriam a subterfúgios. Os devedores insolventes ficavam, segundo o costume, escravos temporários do credor. Mas a lei não fixava a duração da escravatura; era de 6 até 50 anos, segundo o acordo celebrado entre o usurário e o devedor e, quando terminado o prazo previsto, obrigava-se o homem submetido a reconhecer-se escravo perpetuamente. A sujeição também se fazia por «adopção» fictícia do devedor feita pelo credor. Os exploradores açambarcavam, do mesmo modo, os campos e os vinhedos dos cultivadores arruinados, com a diferença de que era o vendedor pobre que «adoptava» o credor rico. Os tribunais, compostos por estes mesmos esclavagistas ricos, legitimavam esses «contratos» e essas «adopções» iníquas.

No século XV, a Assíria recuperou a sua independência e começou então um período de desenvolvimento chamado «época da Assíria média». Ela deixou-nos abundante documentação, que mostra sob todos os aspectos as relações sociais e políticas desse tempo.

A base da sociedade e do Estado assírios era sempre o regime comunitário, sob o qual vivia a massa da população agrícola. As comunidades não eram absolutamente homogéneas, pois ao lado dos simples membros havia «grandes famílias». Toda a terra comunitária era circundada por uma «grande vala de separação de associação», cuja alteração feita de má fé era punida com 100 vergastadas de chicote, com uma multa e com um mês de «trabalhos reais», a mais dura pena deste género, segundo a lei assíria. O terreno comunitário partilhava-se em terreno cultivável e terreno de reserva. Este era dividido em lotes tirados à sorte e redistribuídos de tempos a tempos. Os lotes eram circundados por «pequenas valas», cuja violação era passível de 50 chicotadas, de uma multa e de um mês de «trabalhos reais». As terras comunitárias pertenciam *de jure* e *de facto* à comunidade. Mas com o consentimento dos seus membros certos lotes podiam ser alienados, o que foi posteriormente uma das causas da desagregação do regime comunitário. As comunidades pagavam impostos — a «parte do rei» — sem contar com o serviço militar e os impostos braçais: arranjo dos canais e dos caminhos, construção de templos, de palácios e de outros edifícios. A exploração sofrida, por parte do rei e dos elementos ricos das próprias comunidades, conduzia à ruína dos seus membros e de comunidades inteiras e ao rápido aumento de propriedades privadas. Na Assíria desta época, o número de proprietários imobiliários e as dimensões das suas terras eram bastante maiores do que na Babilónia. Muitos proprietários possuíam de facto tantas terras de devedores seus, quantos os devedores que haviam «adoptado», cuja condição se aproximava da escravatura.

Nos séculos XIV e XIII antes da nossa era, apareceu o primeiro código assírio que legitimava e consagrava os progressos práticos da propriedade imobiliária privada. Essas leis regulavam as partilhas desiguais do património. O primogénito obtinha dois terços da herança, um dos quais ele escolhia, sendo o outro tirado à sorte. O resto era repartido em partes iguais entre os seus irmãos, qualquer que fosse o seu número. Daí adveio um número sempre crescente de elementos empobrecidos, que se destacava das comunidades. Os irmãos mais novos, com lotes tão mal divididos, não podendo subsistir, vendiam em geral as suas terras e procuravam ganhar a vida por outros meios. Nessa massa de indigentes, os reis da Assíria recrutavam grupos para as suas guerras de conquista. As partilhas desiguais não são as únicas medidas previstas pelas leis assírias para defender e encorajar a propriedade imobiliária privada. O que violasse os direitos de propriedade devia não apenas pagar os danos e perdas e uma multa, mas incorria ainda em penas mais severas. Um procedimento especial, introduzido para o estabelecimento dos actos de venda dos terrenos e das casas, defendia os interesses e os direitos do adquirente.

Dispondo de um numeroso exército, o rei assírio Salmanasar I empreendeu no século XIII umas campanhas, que prosseguiram com seu filho Tukulti-Ninurta I. A finalidade principal de Salamanasar era o esmagamento definitivo do Mitanni, já enfraquecido pelos Hititas, e a protecção das fronteiras assírias contra o império hetheano. E conseguiu-o. O Mitanni foi aniquilado e o exército assírio chegou até ao rio Eufrates. As campanhas seguintes estenderam as fronteiras do país a oeste, até Karkémish, a norte, até ao lago de Van, no sul, até à Babilónia. Tukulti-Ninurta, desejoso de reduzir a influência política da nobreza, transferiu a capital para uma cidade nova, que denominou «Fortaleza de Tukulti-Ninurta». Esse primeiro rápido desenvolvimento militar da Assíria foi de curta duração. Tukulti-Ninurta caiu vítima de uma conspiração; depois da sua morte, o país conheceu um período de decadência.

3 — *O Estado militar assírio no I milénio*

No fim do século XII antes da nossa era, a Assíria encontrava-se sob a ameaça dos Arameus, que efectuavam razias no país, massacravam e reduziam à escravidão a população, levando rebanhos, destruindo e queimando cidades e aldeias. Os habitantes dos vales refugiavam-se nas montanhas, ficando despovoadas as cidades. A seguir veio um outro inimigo: eram as tribos que viviam na actual Arménia, à volta do lago Van e ainda mais ao norte. Os Assírios chamavam-lhe Urartianos (Urartu).

No século X antes da nossa era, o avanço dos Arameus sobre a Assíria diminuiu. Uma parte dos invasores fixou-se entre o Tigre e o Eufrates, assimilou-se gradualmente e as incursões cessaram. A Assíria entregou-se pouco a pouco a devastações, e no fim do século X os seus reis conseguiram passar à ofensiva contra os Urartianos, os Arameus e os montanheses do leste. Esta ofensiva completou-se no início do século IX com as vitórias de Assur-Nazir-Bal II (883-859). Submeteu os régulos arameus e colheu milhares de cativos, o que lhe permitiu efectuar grandes trabalhos em Kalah. Construiu aí um soberbo palácio ornado de baixos-relevos e cenas de vitórias, e

Estátua de Assur-Nazir-Bar, rei da Assíria, proveniente de um palácio de Kalah (Niemrud). Século IX antes da nossa era

construiu praças-fortes nos confins do reino. Assur-Nazir-Bal estabeleceu, assim, as bases do futuro poderio militar da Assíria.

No fim do século IX, a Assíria ficou enfraquecida por distúrbios internos, resultantes do descontentamento da aristocracia, que queria passar da pilhagem dos territórios conquistados à sua valorização sistemática; os simples soldados, membros das comunidades, que não tinham terras, apoiavam-na. Mas os altos dignitários e os chefes de exércitos que obtinham do rei a maior parte dos despojos não se preocupavam em consolidar as conquistas e preferiam invadir várias vezes o mesmo país, cujas forças produtivas destruíram completamente. Esses antagonismos conduziam a revoluções palacianas e ao enfraquecimento do poder real; além disso, a ofensiva dos Urartianos (fim do século IX princípio do século VIII deu um rude golpe no poderio assírio.

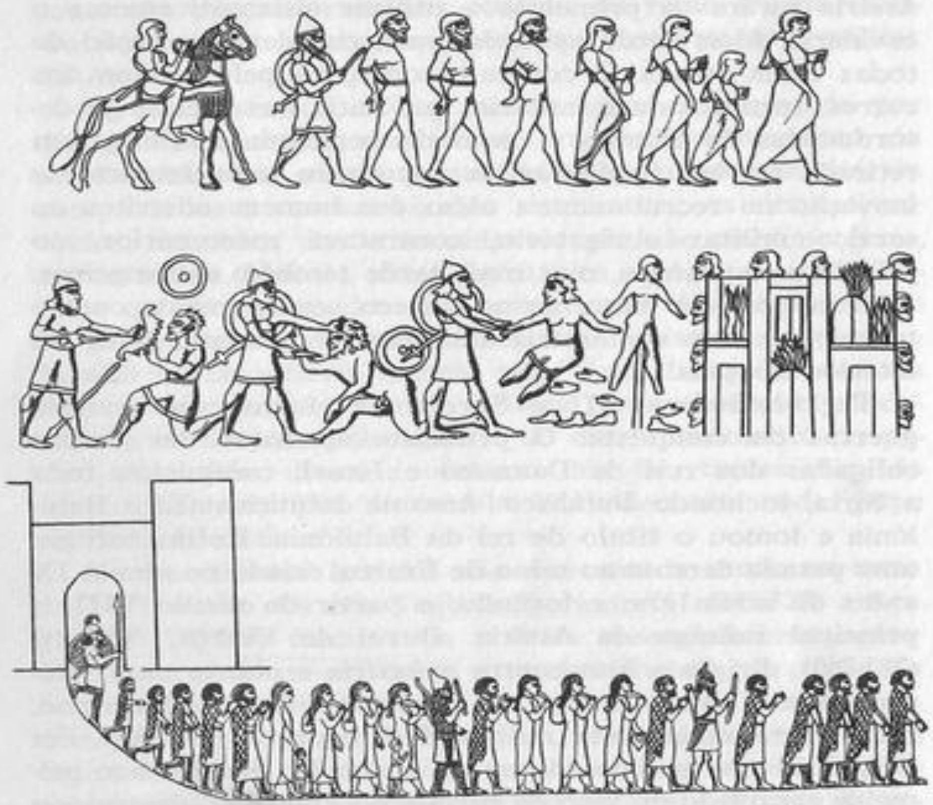
A expansão dos Assírios não é retomada senão no meio do VIII século. Os reis Teglath-Phalasar III (745-727) e Sargão II (722-705) fazem uma política essencialmente agressiva. Reorganizam as forças armadas do país. A partir do reinado de Teglath-Phalasar as tropas assírias compreendem guerreiros armados de piques, conduzindo carros com uma parelha de cavalos; uma cavalaria duas vezes mais numerosa do que as unidades de carros; uma infantaria pesada, armada de lanças e escudos; uma infantaria ligeira, composta de archeiros e duas vezes mais numerosa do que a precedente. O exército tinha ainda unidades especiais, que correspondiam aos sapadores e à artilharia de cerco actuais, assim como grandes grupos de cabouqueiros e de construtores, geralmente compostos por escravos, antigos prisioneiros de guerra. Em campanha, essas tropas auxiliares construíam campos fortificados, estabeleciam pontões sobre odres, abriam caminhos, transportavam cargas, etc. Durante o cerco a praças fortes efectuavam-se trabalhos de sapa e utilizavam-se catapultas e aríetes para demolir as muralhas e as torres. Lançado o assalto, subiam-se escadas previamente preparadas. Os carros também eram conhecidos dos Hicsos e dos Egípcios, mas os reis da

Assíria foram os primeiros a utilizar sistematicamente a cavalaria. Mais tarde aprenderam a coordenar a acção de todas estas armas. O combate começava pelo ataque dos carros, seguidos da infantaria, que batia nas fileiras já desordenadas do inimigo. A cavalaria perseguia o inimigo em retirada ou em fuga. Sargão introduziu uma importante inovação no recrutamento: além dos homens adstritos ao serviço militar obrigatório, contratava mercenários, ao princípio só assírios, mas mais tarde também estrangeiros.

O número de mercenários cresceu sensivelmente com o tempo; os reis da Assíria também se serviam deles no interior do país.

Teglath-Phalasar III e Sargão II efectuaram grandes guerras de conquista. O primeiro, vencedor das tropas coligadas dos reis de Damasco e Israel, conquistou toda a Síria, incluindo Damasco. Anexou definitivamente Babilónia e tomou o título de rei da Babilónia. Enfim, infligiu uma pesada derrota ao reino de Urartu, criado no século IX antes da nossa era, e tornado, a partir do século VIII, o principal inimigo da Assíria. O rei de Urartu, Argishti (781-760), dirigiu a luta contra a Assíria e obteve uma vitória sobre o seu soberano. A guerra em Urartu tornou-se, pois, a primeira tarefa militar dos monarcas assírios. Foi Sargão II que se encarregou de a decidir. Havendo-se primeiro garantido do lado da Síria e da Palestina, destruindo o reino de Israel e os poucos principados hetho-arameus que haviam sobrevivido na região de Karkemish, lançou todas as forças contra Urartu. Em 714 desbaratou o exército do rei Rusâs, tomou a cidade de Musasir e apoderou-se de enormes despojos. Mas não conseguiu tomar Turushpa nem suprimir Urartu. Se bem que muito enfraquecido com a invasão de Sargão, esse reino existiu até ao século V antes da nossa era, quando os Medos lhe deram o golpe de misericórdia.

Os sucessores de Sargão não prosseguem sistematicamente as guerras de conquista. Esforçam-se somente por fazer pressão na direcção do sudoeste, a fim de se apoderarem do Egipto. Sennacherib quebrou a resistência dos Babilónios e fez arrasar a sua cidade, servindo-se do reino



Cativos levados em escravatura e suplícios de revoltados. Baixos-relevos de palácios assírios do século IX ao VIII antes da nossa era

de Judá. O seu sucessor Asarhaddon atingiu o Egipto em 671, e sujeitou-o. Mas esta vitória foi precária porque o rei da Assíria não podia deixar no Egipto uma guarnição suficientemente forte. Ao fim de vinte anos, o Egipto recuperou a sua independência.

Depois de Asarhaddon, a actividade militar dos reis da Assíria visou, principalmente, manter a sua autoridade nos países conquistados e tributários. Eles eram forçados a enviar tropas para reprimir as frequentes insurreições e para receber o tributo, embora conservando forças consideráveis na própria Assíria, devido à fermentação que crescia no interior do país.

4 — *O regime político do Estado militar assírio*

A Assíria era, em resumo, como que um despotismo oriental, mas a sua organização apresentava determinadas particularidades.

O rei apoiava-se em primeiro lugar no exército e na aristocracia militar. À sua chegada, apresentava-se logo às tropas e aguardava as suas aclamações. Os monarcas assírios reforçavam o seu próprio prestígio, proclamando o carácter divino do poder real. Mas isso metia-os numa certa dependência dos sacerdotes da Assíria, da Babilónia e de outros países conquistados. Eles deviam conceder grandes favores aos templos, tanto na Assíria como na Babilónia, isentá-los de impostos, dos trabalhos braçais e mesmo da jurisdição real. Os mais privilegiados eram os templos e o sacerdócio de Assur e da Babilónia.

A administração das regiões do Estado adaptava-se às condições em que essas regiões haviam sido integradas. Na Assíria propriamente dita, ela seguia as tradições do governo real dos países mesopotâmicos. As terras conquistadas viviam sob diferentes regimes. As regiões khurritas, que eram as mais próximas da Assíria, tinham governadores. A Babilónia, igualmente submetida a dirigentes escolhidos pelo rei entre os seus parentes ou familiares, tinha, todavia, conservado as suas leis e a sua justiça. As cidades de Babilónia, de Sippar e de Nippur gozavam de favores especiais no que respeitava a impostos. As regiões e os países conquistados, para lá da Mesopotâmia, tinham outra sorte. No antigo reino de Israel, por exemplo, e em algumas regiões da Síria, a população era exterminada ou deportada. Para o seu lugar mandavam-se colonos assírios. A administração era confiada a governadores reais. Em outros sítios, designadamente em Tiro, Sídon, Judá e em certas regiões sírias, deixavam-se os antigos régulos e príncipes, obrigados a pagar um tributo, a fornecer soldados e a obedecer a todas as ordens do soberano.

A Assíria e as outras partes do império estavam em comunicação permanente através dos correios. Para assegurar essas comunicações, assim como para as deslocações militares, os reis construíam caminhos pavimentados onde se faziam paragens a intervalos regulares. Eles tentavam, também, mas em vão, controlar a administração dos seus governadores. A chancelaria da corte recebia queixas relativas às iniquidades e às pilhagens dos vice-reis, mas só raramente se lhes dava satisfação, pois as autoridades locais, governadores ou agentes subalternos, agiam a seu bel-prazer. A concussão era a principal fonte dos rendimentos dos funcionários assírios, dos maiores aos mais pequenos.

Os altos funcionários, civis e militares, e os templos recebiam do rei, a título perpétuo, domínios com todo o material e os escravos requeridos, e com isenção de trabalhos braçais ou impostos. Esses dons multiplicaram-se sobretudo a partir do reino de Assurbanipal.

5 — *A economia e a sociedade assírias nos séculos VIII e VII antes da nossa era*

Nesta época, a vida económica da Assíria sofreu importantes transformações, não devidas ao aumento das forças produtivas, mas sim às enormes presas de guerra e ao pesado tributo pago pelos vencidos. Por esse facto, o comércio desenvolveu-se intensamente. Os despojos enriqueciam os comandantes dos exércitos, os sacerdotes, os dignitários, os soldados. O tributo, antes de chegar ao tesouro real, passa ainda por outras mãos ávidas, de militares e de funcionários. Os soldados e outros oportunistas reúnem muitos valores supérfluos e vendem-nos no mercado. Um desses mercados construiu-se em Ninive, residência real desde o século VIII. Nesse tempo existiam aí «mais mercadores do que estrelas no céu». Fazia-se também o tráfico activo de escravos, prisioneiros de guerra. Tal desenvolvimento comercial, gerado por sucessos militares, foi temporário: o declínio começou logo que terminaram as campanhas vitoriosas.

UNICAP
B C

Além dos mercadores havia um rico grupo esclavagista, constituído por sacerdotes, cortesãos e funcionários locais. O principal papel cabia aos sacerdotes, que recebiam do rei vastos domínios, tanto na Assíria como nos países conquistados. A propriedade imobiliária dos senhores aumentava igualmente, sobretudo por causa das dádivas que lhe fazia o monarca, como recompensa dos seus serviços. Os actos de doação eram frequentemente acompanhados de cartas, que isentavam o domínio de impostos, bem como o seu pessoal do serviço militar, e também dos trabalhos de construção.

Tal como na época da Assíria média, esse grupo de privilegiados explorava não somente os escravos, mas ainda os cultivadores escravizados e os habitantes deportados dos países vencidos. No século VIII, a Assíria caracterizava-se pelo aumento rápido do número de escravos. Dezenas de milhares de cativos, trazidos pelos reis conquistadores, eram reduzidos à escravidão. A maior parte trabalhava para os templos e para o rei. Sargão tinha no seu palácio pelo menos três a quatro mil.

Milhares de escravos serviam no exército, construíam estradas, abriam canais, levantavam os gigantescos edifícios de Ninive, a nova capital. Muitos deles ficavam afectos aos templos. Também os particulares possuíam escravos em número cada vez maior. Eram vendidos por grupos de 10 a 20, geralmente famílias inteiras. A utilização do seu trabalho estendeu-se consideravelmente. Nisso, a escravatura assíria deste período aproxima-se do tipo greco-romano. O aumento da escravatura foi temporário e ficou nulo aquando da queda do império; mas desempenhou o seu papel nesta catástrofe.

Os fenómenos supraditos provocaram a decadência do regime comunitário. As comunidades limitavam-se, perdiam a sua autonomia, caíam no poder dos decanos nomeados pelo rei e pelos governadores. Os seus membros respondiam colectivamente pelo pagamento dos impostos e pela

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRA

execução dos trabalhos braçais. Os seus laços no meio da comunidade mantinham-se principalmente devido à utilização comum das águas.

O número total dos membros das comunidades livres era nitidamente inferior ao dos cultivadores escravizados e ao dos escravos das diversas categorias.

6 — *Queda da Assíria*

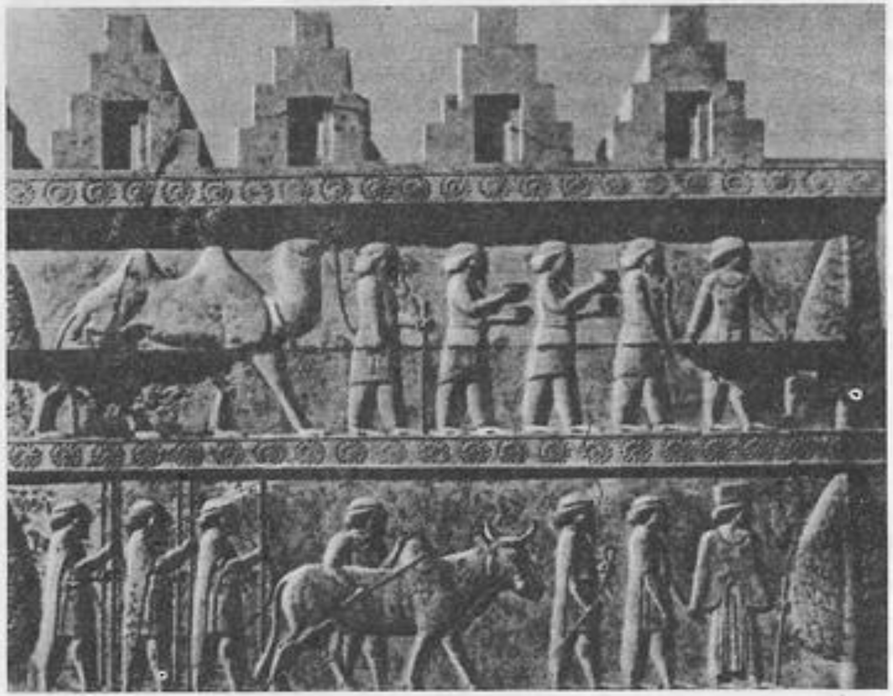
A conquista do Egipto por Asarhaddon foi o último sucesso militar dos Assírios. No reinado de seu filho Assurbanipal (meio do século VII), o poderio do império decresce rapidamente e ele desmorona-se, minado pela crise interna e pelas sublevações dos povos conquistados.

A extensão da escravatura não podia deixar de exasperar a luta de classes. Sem termos informação directa sobre a revolta de escravos, sabemos, todavia, que o hábito de algemar os escravos recalcitrantes era muito corrente. Os povos conquistados e os membros de comunidades autóctones também se revoltavam. No tempo de Assurbanipal foi um escravo quem dirigiu a sublevação dos Arameus. É fora de dúvida que os agricultores assírios, arruinados pelos recrutamentos, o penoso labor e os impostos, também se amotinavam. Ao mesmo tempo, enfraquecia-se o apoio militar do soberano. O fim das campanhas tinha parado com o afluxo dos despojos e as contínuas insurreições dos povos conquistados comprometia a colecta dos tributos. Já não era possível manter tantos mercenários; e quanto às tropas formadas por Assírios, eram agora pouco seguras.

Nestas circunstâncias, o primeiro conflito exterior de certa gravidade seria fatal; e o momento surgiu no fim do século VII antes da nossa era. Nessa época, havia sido criado no Irão o reino dos Medos, vizinho do da Assíria. O rei da Média, Cyaxare, concluiu uma aliança com o príncipe da Caldeia, Nabopolassar, que havia ocupado Babilónia. As forças coligadas tomaram Ninive em 612 e aniquilaram o resto do exército assírio, em Karkemish, em

Deusa da fecundidade. Marfim. Ugarit. Princípio do II milénio antes da nossa era

Cena de caça de Assurbanipal. Baixo-relevo de um palácio de Ninive (Kuyundjik)



Tributários do império dos Persas. Baixo-relevo de um palácio de Persépolis

605. A Assíria passou a ficar sob o poder do rei da Média, enquanto que a dinastia caldaica de Nabopolassar se instalava na Babilónia.

7 — *A civilização assíria*

Uma vez que o povo assírio era de origem akkadiana, a escrita, a religião e a literatura da Assíria apresentam-se como uma repetição dos elementos babilónicos, com ligeiras variações. Só nas artes plásticas, no apogeu do império, é que existem traços originais.

Os deuses são os mesmos que na Babilónia. Mas o traço específico do panteão assírio é a supremacia do antigo deus da tribo Assur. As suas funções iniciais de pai e protector da tribo eram agrícolas: passava por ser o distribuidor das chuvas e das colheitas. Mas depois das primeiras conquistas assírias ficava a ser o deus da guerra e da vitória. Em campanhas levavam-se estandartes com a sua efígie. A maior parte dos despojos de guerra ia para os templos. As funções militares eram também atribuídas a Ishtar, deusa da fecundidade, cujo culto era também muito antigo e popular.

Os sacerdotes assírios seguiam o ritual instituído na Babilónia. Assurbanipal reuniu no seu palácio de Ninive todas as obras literárias da Babilónia, entre elas o poema *Quando no alto...*, os hinos e os textos mágicos babilónicos. No culto, nada há de autenticamente assírio senão a cerimónia de invocação da chuva e os hinos a Assur.

Um ramo especial da literatura é que se desenvolveu largamente na Assíria: os anais reais. Os reis conquistadores devotavam-se a perpetuar a lembrança das suas vitórias nas inscrições rupestres dos lugares de campanha e das batalhas, e descreviam os seus altos feitos nos muros e portas dos palácios, e em monumentos comemorativos. Esses textos, redigidos em termos pomposos e ditirâmbicos, com fórmulas e termos consagrados, são para nós as fontes principais da história do Estado militar assírio.

Os reis dos séculos IX e VIII empreenderam a construção de palácios sumptuosos, cujos vestígios foram encontrados durante as escavações. São os palácios de Kalak e de Ninive e o palácio de Sargão em Dur-Sharrukin, a 25 quilómetros ao norte de Ninive. Hoje, não restam senão ruínas, que dão, todavia, uma ideia do que era a sua magnificência. As obras de arte que o adornavam estão bem conservadas. As mais notáveis são as estátuas de reis e os enormes touros alados, génios guardiões das portas.

Descobriram-se baixos-relevos que representam a vida dos soberanos em tempos de guerra e de paz, os seus jardins e tanques, as suas mulheres, as suas famílias, os seus escravos. Esses baixos-relevos constituem um elemento original da arte assíria. Sobretudo os animais são aí palpitantes de vida.

8 — *O reino de Urartu*

As tribos urartianas viviam na extremidade ocidental da Ásia Menor, na região do lago salgado de Van. A natureza de Urartu é muito variada. O elevado planalto da Arménia está separado da Ásia Menor pelo Eufrates; a leste alonga-se a cadeia montanhosa de Zagros; a oeste o Taurus arménio. As terras férteis e cultiváveis não existiam senão nos vales e nas planícies. As montanhas eram ricas em minérios de ferro, de cobre e em pedra de construção. Florestas e bosques cobriam as suas encostas.

Essas condições naturais favoreciam particularmente a criação de gado e o artesanato. Este atingiu um alto grau de perfeição, sobretudo no fabrico de instrumentos de bronze e de ferro. A agricultura, que carecia de uma irrigação artificial, não se desenvolveu senão à medida que os Urartianos arranjavam a sua complexa rede de irrigação.

As tribos de Urartu são pela primeira vez mencionadas nas inscrições do rei da Assíria Salmanasar I, no início do século XIII antes da nossa era: fala-se aí na união de tribos chamadas urartianas, união aquela composta de oito pequenos «países». Estes foram conquistados por Salmanasar, que os destruiu, queimando as suas localidades, fazendo prisioneiros e reduzindo-os à escravidão. No século XIII o nome dos Urartianos desaparece das inscrições

assírias, que falam, todavia, de várias campanhas ao país de Nairi, situado à volta do lago de Van. As tribos subjugadas sublevavam-se constantemente, ao que os reis da Assíria respondiam com terríveis represálias.

No início do I milénio antes da nossa era, constituem-se vários Estados (Hubushkia, Musasir e outros) na região do lago de Van. Um deles é Urartu, cuja capital, Turushpa, se situa mesmo à beira do lago. A luta desses Estados contra a Assíria termina no século IX com a formação de um único reino urartiano.

A unificação, iniciada por Sharduris I, rei de Turushpa, que foi o primeiro a intitular-se «rei das multidões», recebendo o tributo de «todos os reis», terminou com o seu neto Ménua, do qual foram recolhidas 101 inscrições cuneiformes. Entre elas, há 31 que relatam a construção de fortalezas nos acessos a Turushpa e no norte, assim como palácios e templos. E há 19 que se referem à abertura de canais.

Os reis de Urartu estendem a pouco e pouco o seu território para leste e para o sul. Os Urartianos penetram também na Transcaucásia, nas regiões do curso superior do rio Kura e do Araxe. Os países conquistados são administrados por governadores que lá recebem os tributos.

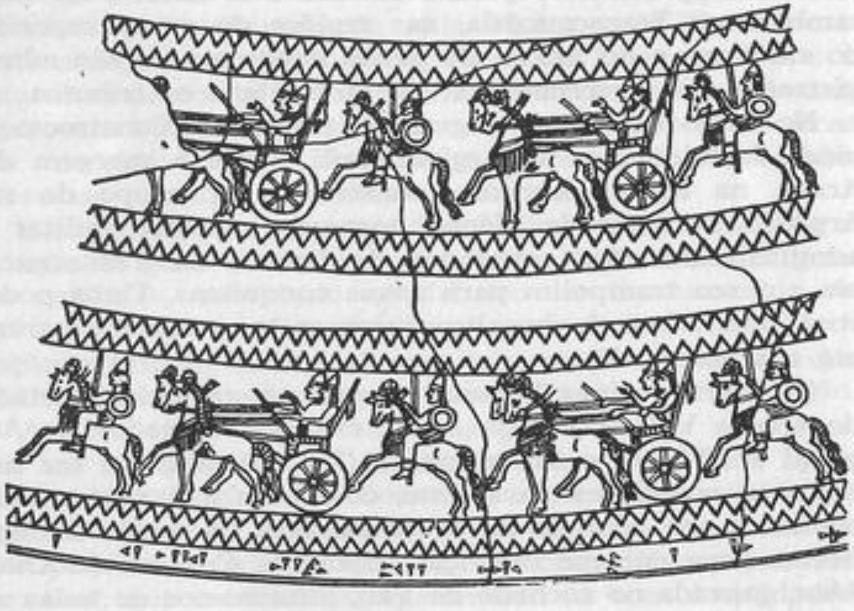
No reino executam-se grandes trabalhos. Constroem-se ainda fortalezas; a de Argishtikinili, sobre a margem do Araxe, na actual Arménia, construída no tempo do rei Argishti, sucessor de Ménua, torna-se o centro militar e administrativo dos soberanos de Urartu na Transcaucásia e o seu trampolim para novas conquistas. Tinha poderosas muralhas de basalto, cujos restos se conservaram até aos nossos dias.

O Urartu atinge o seu apogeu na primeira metade do século VIII antes da nossa era, nos reinados de Argishti I (781-760) e Sharduris II (760-730). Argishti fez numerosas expedições para leste, combateu a Assíria e consolidou o seu domínio na Transcaucásia, na região do lago Sevan. Uma enorme inscrição, chamada *Crónica de Khorkhor*, gravada no rochedo de Van, informa-nos de todas as suas campanhas. Havia então em Urartu numerosos cativos que foram reduzidos à escravidão.

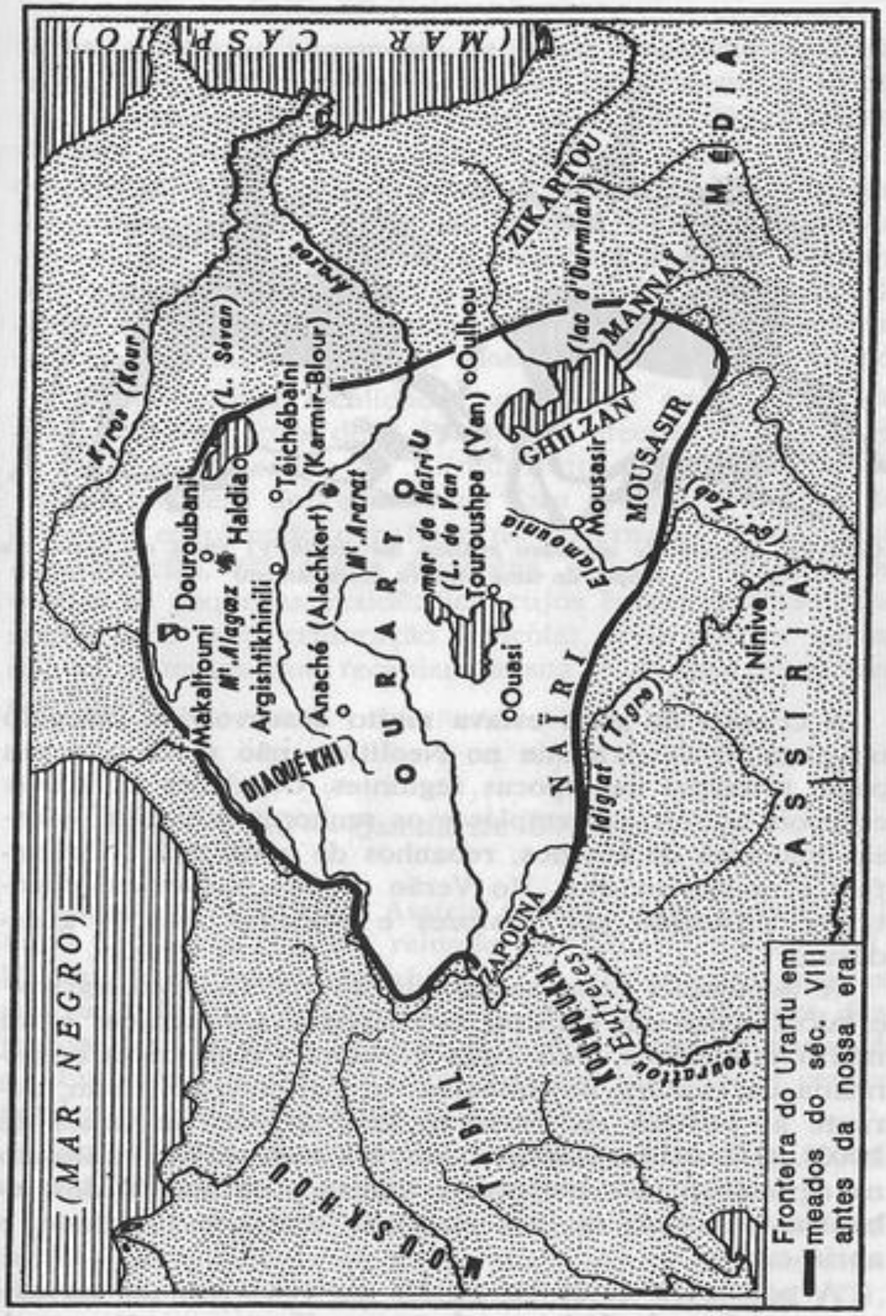
9 — *A economia e a sociedade de Urartu*

Os documentos que chegaram até nós, acerca do reino de Urartu, são anais de guerra ou inscrições que falam dos trabalhos. Os textos que caracterizam o regime interior não contêm informações algumas sobre as relações sociais e económicas.

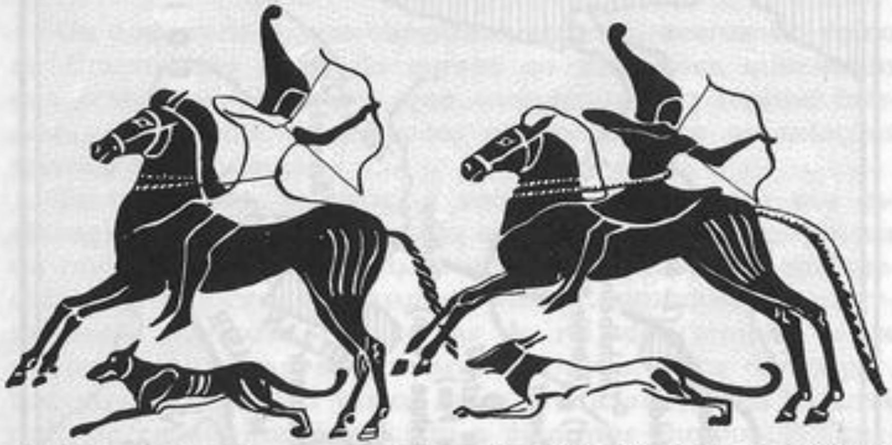
Tanto quanto se sabe, a sociedade de Urartu era esclavagista. À frente do Estado estava o rei, que se apoiava na nobreza de nascimento. A aristocracia militar, enriquecida com a guerra e possuindo vastos domínios, era extremamente poderosa. Nas terras do rei, dos templos e da nobreza, cultivavam-se pomares e vinhas. Para os irrigar, tinham-se construído vários lagos artificiais e uma extensa rede de canais que forneciam a água aos campos. A construção destas obras era ditada pelo clima de Urartu, bastante mais ingrato do que hoje.



Guerreiros urartianos desenhados num elmo de Argishti I. Techebaini (Karmir-Blur), século VIII antes da nossa era


(MAR CASPIO)
(MAR NEGRO)
MEDIA
ZIKARTOU
(lac d'Ourmiah)
MANNAÏ
GHILZAN
MOUSASIR
Mousasir
Kyros (Kour)
Araxes
(L. Sévan)
Téichébaini
(Karmir-Blour)
Oulhou
Douroubani
Haldiao
Makaltouni
M.t Alagœz
Argishtikhinili
Anaché (Alachkert)
M.t Ararat
OURARTOU
mer de Nairi
(L. de Van)
Touroushpa (Van)
Ouasi
DIAOUÉKHI
NAIRI
Elamounia
Zab
Idiglat (Tigre)
Ninive
ASSYRIA
ZAPOUNA
KOUMOUKH
(Eufrates)
Pouratou
TABAL
MOUSKHOU
Fronteira do Urartu em meados do séc. VIII antes da nossa era.

Reino de Urartu



Cimérios. Pintura de um vaso etrusco do século VI antes da nossa era (cópia de uma pintura greca antiga)

A criação do gado estava muito desenvolvida. Surgido no planalto da Arménia no Neolítico, não perdera o seu papel principal nas épocas seguintes. Os chefes de tribos e depois os reis, os templos e os senhores possuíam imensas manadas de bovinos, rebanhos de gado miúdo de chifres e muitos cavalos. No Verão o gado pastava na montanha, protegido por pastores e soldados que os guardavam.

A população rural submetida ao rei vivia da agricul-
e laicos tinha um carácter esclavagista. Os escravos eram muito numerosos, pois cada expedição real era acompanhada da captura de milhares de prisioneiros. Assim, durante as guerras na Transcaucásia, Argishti fez mais de 18 000. O trabalho dos escravos era sem dúvida utilizado na agricultura dos pomares e vinhas e na guarda dos rebanhos. Também se lhes mandava construir fortalezas e abrir canais.

A população rural submetida ao rei, vivia da agricultura ou da criação, segundo as regiões, e era provavel-

UNICAP
B C

mente sujeita ao pagamento de renda e aos habituais trabalhos braçais nos países do Oriente. Infelizmente as inscrições urartianas, descobertas até aqui, não dão qualquer detalhe a esse respeito.

Não havia propriamente cidades como centros de comércio e de artesanato. Os ofícios campestres desenvolviam-se em grandes povoações. Grandes oficinas trabalhavam para os palácios e os templos. A sua produção, sobretudo de obras de arte, expandia-se por intermédio dos comerciantes, não apenas em Urartu, mas também no estrangeiro.

O aspecto das localidades urartianas é-nos conhecido graças às escavações de B. Piotrovski, efectuadas não longe de Erevan, na colina de Karmir-Blur, onde estava enterrada a fortaleza de Teichebaini. Esta compunha-se de uma cidadela, envolvendo o palácio do governador e múltiplas dependências, oficinas e armazéns. À sua volta empilhavam-se as pequenas residências, cujos habitantes não possuíam gado nem exploração agrícola: deveriam ser soldados ou artesãos que recebiam a sua ração dos armazéns do Estado.

10 — *Queda de Urartu*

Quando o poderio da Assíria aumentou, no século VIII antes da nossa era, no reinado de Teglath-Phalasar III, Urartu ficou fortemente abalada. As prolongadas guerras contra a Assíria terminaram em 743, com a derrota das tropas de Sharduris II, que teve de se retirar para cá do Eufrates. Após a sua morte, houve tumultos e certas regiões conquistadas dissociaram-se de Urartu.

Mas o golpe mais terrível chegou em 714, com o rei assírio Sargão, que esmagou o exército urartiano.

Urartu recuperou as suas forças no princípio do século VII, quando o rei Rusâs II conseguiu concluir uma aliança com os Cimérios, vindos do norte, no século VIII, para a Transcaucásia e o Próximo Oriente. Urartianos e

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

Cimérios coligados fizeram uma guerra vitoriosa na Ásia Menor. Rusâs II também executou grandes trabalhos; é do seu reinado que data, por exemplo, a fortaleza de Teichebaini. As relações com a Assíria eram bastante pacíficas: é sabido que Rusâs II e Assurbanipal trocavam embaixadores.

A história não tem dados rigorosos sobre a queda do reino de Urartu. Apenas se sabe que no início do século VII sofreu uma terrível invasão dos citas: as escavações de Teichebaini revelam os sinais da sua destruição pelos Citas no princípio do século VI.

Urartu foi aniquilada pelos Medos no século VI.

Depois do desmoronamento do reino de Urartu, a preponderância no seu território pertencerá, durante algum tempo, à tribo dos Arménios, após o que todo o país passou a ter o nome de Arménia. A mistura dos autóctones de Urartu com as tribos chegadas mais tarde formou, no curso dos séculos, a nacionalidade arménia. Foi assim que, no século II antes da nosa era, nasceu o reino da Arménia.

11 — *A civilização urartiana*

A cultura de Urartu era tributária da Assíria. Foi a esta que os Urartianos foram buscar a escrita cuneiforme, simplificando-a e aperfeiçoando-a um pouco. As obras de arte plástica que nos chegaram demonstram uma influência assíria tão forte que, no princípio, os arqueólogos atribuíam à Assíria esculturas originais de Urartu. Os objectos de bronze eram fundidos nas oficinas reais, segundo um processo original, mas a decoração era executada de harmonia com os modelos assírios. Entre os melhores especímenes de arte urartiana, assinalamos os fragmentos de um trono: um pé com a imagem de um deus alado e touros alados a adornarem os apoios do trono. Também existem soberbos candelabros de bronze. A baixela de bronze era decorada com figuras de mulheres aladas. Descobriu-se uma estatueta de uma deusa sentada. Os objectos de argila denotam não menor perfeição. As ruínas das enormes fortalezas de pedra atestam a habilidade dos seus construtores. Os mais notáveis monumentos da arquitectura são as fortalezas dos subúrbios de Erevan, situadas nas colinas de Karmir-Blur e de Arine-Berd, e a fortaleza de Turushpa.

As principais divindades da região do Estado eram o deus supremo Haldia, o deus da guerra Teicheba e o deus do Sol Chivini. As inscrições urartianas começam em geral por uma dedicatória ao deus Haldia, como se os reis lhe devessem prestar contas das suas vitórias militares. Haldia era seguramente um deus de origem urartiana, adorado por uma das tribos iniciais do reino. Teicheba, cujo nome faz lembrar o de Teshub, deus dos Hititas e dos Khurritas, os mais próximos vizinhos ocidentais dos Urartianos, era também o deus dos relâmpagos e da tempestade. Chivini devia ser o deus-Sol tradicional. Além destas três grandes divindades, o panteão oficial abrangia perto de outras vinte, de menos importância, entre as quais tinham lugar especial os deuses protectores das comunidades. É certo que eles eram consagrados mitos, mas a ciência ainda não conseguiu encontrar um só deles.

A religião popular de Urartu é mal conhecida. Existem dados sobre a existência da zoolatria e do culto das árvores. O culto da árvore sagrada conservou-se na religião oficial: aparece frequentemente nos selos urartianos, um dos quais reproduz uma cerimónia que se lhe refere.

12 — *A Caldeia ou o império neobabilónico*

Após trezentos anos de dominação assíria, a Babilónia recupera a sua independência, em 626 antes da nossa era, com o rei caldeu Nabopolassar. O império que ele fundou durou cerca de 90 anos, até que os Persas o tomaram, em 538.

As tribos caldaicas, originárias da Arábia, começam a penetrar em Babilónia no século XII, aí se instalando em comunidades de clã, algumas das quais se transformam em comunidades de vizinhança. Tal processo não terminou aquando da fundação do império caldeu, pois os documentos do tempo dos reis da Assíria, Asarhaddon e Assurbanipal, demonstram a presença desses dois géneros de comunidades. Os representantes da nobreza tribal são acreditados na corte e no exército dos reis caldeus. E também se observa na Babilónia, durante esse período, uma mistura de elementos absolutamente sedentários com nómadas de épocas anteriores, originários de tribos baseadas no clã.

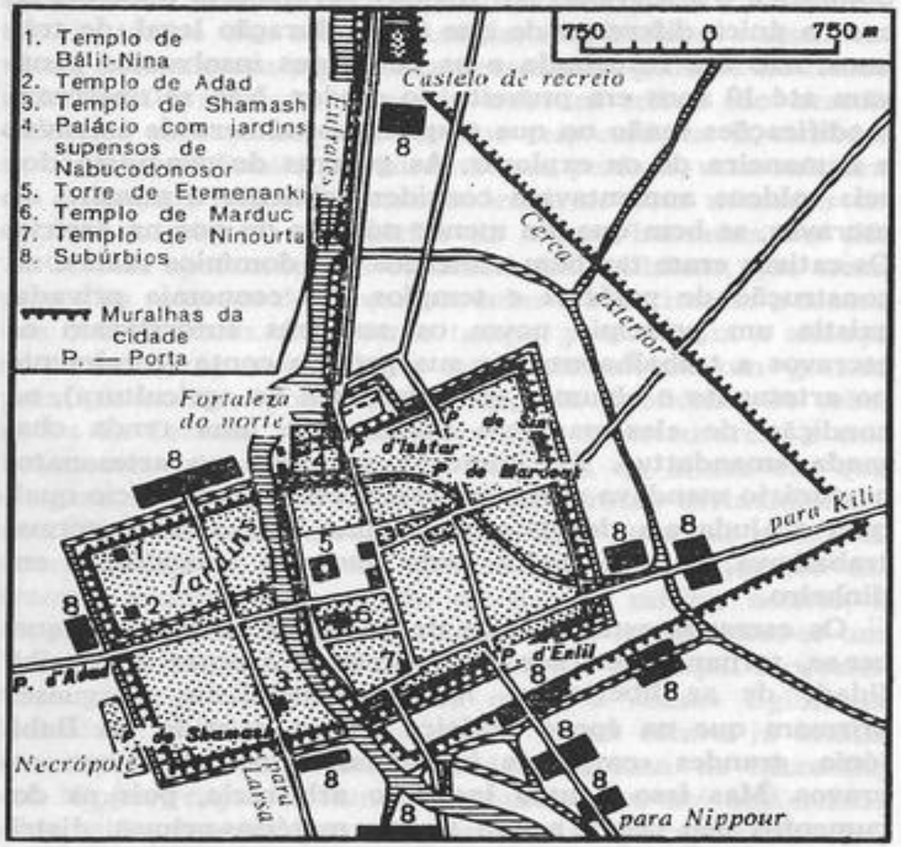
Os reis apoiam-se nas comunidades caldaicas, que eram para eles reservas de forças armadas e constituíam a massa dos contribuintes. Ao mesmo tempo, procuravam a aliança dos sacerdotes babilónicos, que gozavam de um grande prestígio entre a população urbana da Babilónia. Os soberanos da Caldeia, não contentes com o restaurarem e embelezarem os templos que já existiam, na altura em que chegaram, renovavam o culto de numerosas divindades esquecidas. Os sacerdotes apoiavam-nas, pois, tal como os usurários laicos, também eles se tinham enriquecido extraordinariamente no tempo do Estado militar assírio, e esperavam, após a queda da Assíria, ver restabelecer-se um Estado similar com os reis caldaicos. O principal representante do capital usurário era então a «casa» Egibi, da Babilónia; pode-se crer que nessa época estava já criada uma outra grande «casa» usurária, a casa de Murashu, em Nippur, cujos documentos conservados até aos nossos dias estão datados posteriormente. As operações financeiras da «casa» eram dirigidas pelo chefe da família. Como outrora, as transacções incidiam a maior parte das vezes sobre o trigo. Mas os usurários adquiriam também terrenos, campos e pomares, que entregavam a rendeiros. Os seus dedos aduncos espoliavam tanto os membros das comunidades como os soldados possuidores de lotes de terras, devido aos seus serviços. Utilizavam frequentemente como fonte dos seus benefícios os canais reais, que seguravam firmemente, para com eles fazerem pagar a sua utilização às localidades vizinhas.

O carácter da escravatura na Babilónia, na época caldaica, continuava pouco mais ou menos o mesmo que nos III e II milénios; a escravatura directa era essencialmente doméstica e a servidão por dívidas permanecia temporária, com a única diferença de que a sua duração legal, de três anos, não era respeitada e os devedores insolventes penavam até 10 anos em proveito do credor. Não se observam modificações senão no que respeita ao número de escravos e à maneira de os explorar. As guerras de conquista dos reis caldeus aumentavam consideravelmente o número de escravos, se bem que em menor número do que na Assíria. Os cativos eram também utilizados nos domínios reais e na construção de palácios e templos. Na economia privada, existia um princípio novo: os senhores autorizavam os escravos a trabalharem por sua própria conta (geralmente no artesanato e algumas vezes também na agricultura), na condição de eles pagarem anualmente uma renda chamada «mandattu». Eis como se procedia no artesanato: o usurário mandava aprender ao seu escravo um ofício qualquer e ajudava-o, depois, a abrir uma loja, onde o escravo trabalhava, entregando-lhe cada ano um «mandattu» em dinheiro.

Os escravos estabelecidos desta forma podiam enriquecer-se, tornar-se por sua vez usurários e obter a possibilidade de se libertarem. Alguns orientalistas burgueses afirmam que na época caldaica teriam existido, na Babilónia, grandes «empresas industriais» que utilizavam escravos. Mas isso é uma inovação arbitrária, pois os documentos não falam a não ser de matérias-primas, distribuídas pelos templos e usurários aos tecelões que trabalhavam no domicílio.

À medida que crescia o número de escravos intensificava-se a sua luta pela liberdade. As evasões multiplicavam-se: os adquirentes de escravos reclamavam aos vendedores uma garantia contra «a revolta e a desobediência» daqueles que compravam.

O maior rei da dinastia caldaica foi o sucessor de Nabopolassar, Nabucodonosor II (604-562). Retomou as guerras de conquista, apoderou-se da Síria, da Palestina e da Fenícia; mas na campanha do Egipto decaiu. Os despojos, o tributo e inumeráveis cativos permitiram-lhe renovar o centro da Babilónia, fortemente danificada por Senna-


1. Templo de Bâlit-Nina
2. Templo de Adad
3. Templo de Shamash
4. Palácio com jardins supensos de Nabucodonosor
5. Torre de Etemenanki
6. Templo de Marduc
7. Templo de Ninourta
8. Subúrbios
Muralhas da cidade
P. — Porta
750 0 750 m
Castelo de recreio
Eufrates
Cerca exterior
Fortaleza do norte
P. de Sin
P. d'Ishtar
P. de Mardouk
para Kili
Jardins
P. d'Adad
P. d'Enlil
P. de Shamash
Necrópole
para Larsa
para Nippour

Plano de Babilónia

cherib. Além disso, construiu na periferia norte um soberbo castelo de veraneio. A artéria principal da cidade, denominada «via sacra da procissão», que ligava o palácio aos templos, foi ornada com um muro onde figuravam, em baixos-relevos de ladrilhos esmaltados, um leão, um boi e outros animais, e atributos sagrados. Babilónia sobreviveu à derrocada do império caldaico, e a sua fama de ser uma das maiores cidades do mundo chegou longe, para lá da Mesopotânia.

O fim do império da Caldeia teve lugar pouco após a morte de Nabucodonosor. Um novo império poderoso, o dos Persas, havia-se formado no Irão, em meados do século VI. O seu rei Ciro submeteu a Média e a Assíria, que ela havia conquistado. Depois marchou sobre a Babilónia. O rei da Babilónia, Nabonido, veio enfrentá-lo com o seu exército, mas foi vencido e pôs-se em fuga. Ficando a ser uma possessão persa (538), a Babilónia perdeu para sempre a sua independência.

CAPÍTULO XVII

O IRÃO

1 — *O país e a população*

O território onde se constituiu o primeiro Estado de tribos iranianas encontra-se a leste da Mesopotâmia. O vasto planalto do Irão, que ocupa a sua maior parte, é limitado a oeste, pelos montes Zagros, ao norte, pelo Mar Cáspio, ao sul pelo Golfo Pérsico, e a leste, estende-se até ao Indo. As montanhas que bordejavam de todos os lados esse planalto, com os seus impetuosos rios, os seus belos vales e as suas abundantes florestas, tinham terrenos propícios para a agricultura e a criação de gado, o que determinou a passagem precoce da população a um modo de vida sedentário. Mas à medida que se penetra no interior do planalto, as condições mudam bruscamente, os cursos de água e os lagos desaparecem, o clima torna-se continental. Os Invernos são muito frios, o Verão é tórrido, as chuvas são raras, o solo é pouco cultivável e a vegetação é pobre.

O Irão é muito rico em minerais úteis. Nas suas regiões montanhosas extrai-se o cobre, o ferro, o chumbo, o ouro, a prata, o mármore branco e colorido, as pedras finas designadamente o lápis-lazúli. Os bosques que cobriam as montanhas abundavam em pinheiros, castanheiros e choupos, quer dizer, em árvores que fornecem a melhor madeira para construção. As encostas do Zagros eram plantadas de árvores de fruto: macieiras, pereiras, marmeleiros, cerejeiras, pessegueiros, etc.

Nas terras bem regadas, cultivavam-se com sucesso os cereais: cevada, trigo e milho-painço.

A criação de gado tinha-se desenvolvido muito. Nas regiões do Oeste era geralmente sedentária; no Leste era nómada. As tribos criavam gado corpulento e gado lanígero com chifres, cavalos e camelos. Os bosques e as estepes venatórios permitiam aos aborígenes dedicar-se à caça.

Em tempos recuados, todo esse território era povoado por tribos de origem diversa, cujo regime comunitário primitivo se desagregava. As tribos a leste viviam sobretudo da criação de gado; as do Nordeste e do Oeste cultivavam a terra. A agricultura não era possível, a menos que fosse criado um complexo sistema de irrigação. As tribos pastoris nómadas atacavam frequentemente os agricultores sedentários. Graças à influência das civilizações do Próximo Oriente, as tribos ocidentais encontravam-se num grau de evolução superior.

As escavações efectuadas no Sudoeste do planalto do Irão, na cidade elamita de Susa e em Persépolis, mostram o desenvolvimento da civilização local desde o Neolítico. E, a crer nos textos sumerianos, teria sido criado um Estado esclavagista em Elam, nos vales de Karum e de Kerkah, desde o II milénio antes da nossa era. No fim do III milénio, os Elamitas invadiram a Baixa Mesopotâmia e submeteram a população. Foi só o rei de Babilónia, Hammurabi, unificador da Mesopotâmia, quem conseguiu repeli-los.

O aumento das forças produtivas (progresso da agricultura, ampliação da metalurgia do cobre e do bronze, desenvolvimento da cerâmica e outros ofícios) acentuou nos III e II milénios a diferenciação social e fez surgir formas primitivas de escravatura, o que activou a dilatação da civilização. No III milénio, aparece a escrita linear, derivada da pictográfica. Vestígios da civilização elamita mostram que a escrita sofreu uma forte influência de Sumer e de Akkad.

Beneficiando do enfraquecimento da Babilónia, os Elamitas tentam, no fim do II e no princípio do I milénios, sujeitar de novo a Mesopotâmia.

UNICAP
B C

Nos séculos VIII e VII, os reis da Assíria conduzem contra eles uma luta obstinada; Elam só é vencida em 645, por Assurbanipal. Mas, mesmo após esta derrota, o seu povo continuou a desempenhar um papel importante no império dos Persas, como o provam as recentes escavações de um palácio real em Persépolis, onde se descobriram vários milhares de tábuas elamitas.

Na Ásia Central, nos territórios de Kharezm, da Sogdiana, da Bactriana e da Margiana (região compreendida entre a Syr-Daria e o Murghab), viviam, nos IV e III milénios, caçadores e pescadores seminómadas, agrupados em comunidades baseadas no clã. As pesquisas de arqueólogos soviéticos revelam que a cultura da terra com a picareta, a criação de gado e talvez os rendimentos da metalurgia datam do princípio do II milénio antes da nossa era e que a civilização dessas tribos se aparentava à de certas tribos do Kazaquistão, da Sibéria e do planalto do Irão.

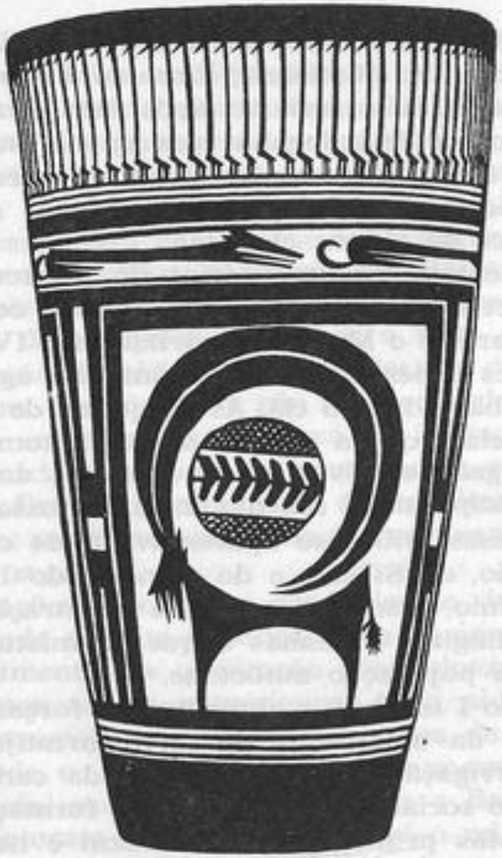
No II milénio, esse país sofreu a penetração de povos que falavam línguas iranianas e que se misturaram, sem dúvida, com a população autóctone.

No início do I milénio, o aumento das forças produtivas (aparecimento da metalurgia do ferro, arranjo de vastos sistemas de irrigação, aperfeiçoamento da cerâmica) gera a diferenciação social, a escravatura e a formação de Estados esclavagistas primitivos no Kharezm e na Bactriana.

No fim do II milénio, tribos falando línguas indo-europeias penetram no Irão (talvez Ásia Central). Submetem os aborígenes e impõem-lhes um tributo, muito embora fusionando-se com eles. Esses recém-vindos praticavam essencialmente a criação de gado.

O Avesta, livro sagrado dos Iranianos na Antiguidade, dá-nos uma ideia do seu regime social. O clã patriarcal estava já em desagregação. A família constituía-se sob a autoridade do pai. As comunidades baseadas no clã agrupavam-se em tribos, que por sua vez formavam uniões comandadas por um chefe elegível. Nesta época já se fragmenta a divisão da sociedade em classes. A nobreza de nascimento e os sacerdotes, possuidores de numerosos rebanhos, ocupavam uma posição privilegiada: os seus re-

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL



Cabrito montês, cães de caça e pássaros.
Segunda metade do IV milénio

presentantes dirigiam às comunidades familiares, os clãs, as tribos e as uniões de tribos. A escravatura tinha feito o seu aparecimento, mas durante este período estava pouco desenvolvida e era de carácter patriarcal.

2 — *O reino da Média*

A partir do século IX antes da nossa era, as crónicas assírias citam frequentemente os nomes de dois grupos de

tribos iranianas: os Medos e os Persas. Os primeiros povoavam o Noroeste do planalto do Irão, ao sul do Mar Cáspio. Os dados, muito sucintos, dos documentos assírios e as informações de Heródoto permitem, todavia, supor que, nos séculos VIII e VII antes da nossa era, os Medos se encontravam em desagregação do regime dos clãs. Os ramos principais da economia eram a agricultura e a criação, enquanto que o artesanato começava a desenvolver-se.

Os Medos sabiam trabalhar o cobre, o ouro e o electrum (liga de ouro com a prata). As inscrições dos reis da Assíria falam de guerras contra os Medos e da captura de numerosos artesãos, reduzidos depois à escravidão. Os Medos, reputados com criadores de cavalos, cedo utilizaram o carro de rodas discóides.

A escravatura toma entre eles importância cada vez maior. Se as outras tribos iranianas avançaram na sua evolução, isso deveu-se aos contactos com a Assíria e o Elam e à grande rota comercial que ligava a Mesopotâmia à Índia, atravessando o Zagros.

A história política da Média está reconstituída até um certo ponto, segundo as informações semilendárias de Heródoto e os textos assírios. Conta Heródoto que, no fim do século VIII antes da nossa era, um tal Dijocés reuniu sob o seu poder as tribos medas e fundou o reino da Média. Esta versão é parcialmente confirmada pelas crónicas assírias, que mencionam um certo Dajaukku, chefe de uma tribo meda, e a sua cidade de Bit-Dajaukku. No curso dos séculos VIII e VII, a Média suportou frequentes invasões da parte dos Assírios, encontrando-se mais ou menos na sua dependência. Em virtude da decadência da Assíria no fim do século VII, os Medos organizam contra ele várias campanhas. Foi assim que em 625 o seu rei Phraortés, que reuniu definitivamente as tribos medas num só Estado, declarou uma guerra aos Assírios que terminou com uma derrota e pela morte de Phraortés, por causa da ajuda dada à Assíria por tribos citas, surgidas de imprevisto.

O filho de Phraortés, Cyaxare (625-585), repele o ataque dos Citas e reorganiza o seu exército. As milícias medas, que combatiam sem sistema algum, são classificadas segundo as armas (lanceiros, archeiros, fundibulários), e cada arma tem o seu lugar determinado na batalha. Aliado ao rei da Babilónia Nabopolassar, Cyaxare vira-se contra o seu principal inimigo: a Assíria. De 612 a 605 as forças coligadas dos Medos e dos Babilónios dão um golpe mortal à Assíria. A destruição de Ninive termina com a derrocada do império assírio. Cyaxare apodera-se depois da Pérsia, de Urartu, da Capadócia. A ofensiva seguinte dos Medos em direcção a oeste, na Ásia Menor, encontra uma resistência pertinaz dos reis da Lídia, poderoso Estado situado a oeste do Halys. No dia 28 de Maio de 585 é interrompida, por um eclipse do Sol, uma batalha entre Medos e Persas, que havia predito o célebre filósofo Tales, a crer nos autores gregos. Após o fim das hostilidades, Cyaxare concluiu a paz com o rei da Lídia Allyattés. O rio Halys é reconhecido como fronteira dos dois reinos.

O sucessor de Cyaxare, Astyage (585-550), continua a política de expansão. Não podendo apoderar-se da Ásia Menor, manda as suas tropas à conquista da Mesopotâmia e do Norte da Síria. O seu reino corresponde ao apogeu do reino dos Medos, cujo imenso território se estende desde as regiões centrais do planalto do Irão, nas margens do Halys, até à Síria e ao Golfo Pérsico.

3 — *O império dos Persas. Conquistas de Ciro e de Cambises*

O crescimento do reino dos Medos foi detido pelas tribos persas. As crónicas assírias, como se disse atrás, fazem menção dos Persas desde o século IX antes da nossa era. Essas tribos aparentavam-se aos Medos. Sem dúvida que, após o esmagamento do Elam pelos Arrírios, elas avançaram do Norte para as montanhosas regiões que confinam com o Golfo Pérsico. A sua evolução era um tanto inferior à dos Medos. Em 558, os Persas unem-se contra os Medos, sob a direcção de Ciro II (o chefe das tribos persas Ciro I é citado nas crónicas de Assurbanipal). Ciro torna-se, assim, o fundador do novo reino, cujo nascimento marca uma viragem na história antiga do Oriente.

Em 553, as tropas de Ciro marcham sobre a Média. A luta dura três anos e termina em 550 com a vitória dos Persas. A aristocracia meda do exército de Astyage contribuiu largamente para isso, traindo o seu rei e entregando-o mesmo a Ciro. Este toma a capital de Astyage, Ecbátna, e — como diz a crónica de Nabónido — «a prata, o ouro, toda a espécie de tesouros de Ecbátna, são apanhados e transportados». A Média faz parte do império dos Persas, desde então. A vitória de Ciro acelera o desaparecimento das sobrevivências do regime comunitário primitivo entre as tribos persas. A divisão de classes acentua-se. As conquistas estimulam a escravatura. À frente do novo Estado, encontra-se um monarca ao qual se submeteram todas as tribos do Irão.

Ciro e a sua aristocracia, ávidos dos despojos, esforçam-se por estender as fronteiras do império. No seguimento das campanhas empreendidas por Ciro, o Irão, atrasado sob o ponto de vista económico e povoado principalmente por tribos pastoris, no fim do século VII e no princípio do século VIII, submete Estados mais civilizados mas enfraquecidos por guerras externas e lutas sociais. Por outro lado, os meios mercantis e usurários da Babilónia, da Assíria, da Fenícia e de outros países tinham interesse em que o Próximo Oriente fosse um único império, com um governo suficientemente forte para reprimir as insurreições populares, consolidar a economia e desenvolver o comércio internacional. A reorganização do exército de Ciro é de uma grande importância: as unidades regulares de cavalaria ficam a ser a principal força de choque das tropas persas. Ciro conquista rapidamente a Arménia e a Capadócia; em 546 devasta a Lídia e apodera-se das incalculáveis riquezas de Creso, reunidas em Sardes, capital do reino. Pouco depois, Ciro submete toda a Ásia Menor, incluindo as cidades gregas do litoral do Mar Egeu. Todos têm de lhe pagar um tributo.

Havendo cercado a Mesopotâmia a leste, ao norte e a oeste, e bloqueado todas as vias comerciais, Ciro podia pensar em submeter o seu principal adversário: a Babilónia caldaica. A tarefa foi resolvida sem grande dificuldade. A aristocracia, os sacerdotes, os mercadores, os usurários babilónicos, todos abriram as portas ao exército persa: eles esperavam ver alargarem-se as suas operações comerciais e financeiras um novo império, mais vasto do que o seu. Entrando na Babilónia em 538, Ciro extermina os últimos rebentos da família reinante e proclama-se rei da Babilónia. Nesta ocasião publicou um manifesto, cujo texto se conservou até aos nossos dias e no qual promete manter o antigo regime na Babilónia, respeitar os seus deuses e favorecer o desenvolvimento da cidade.

A vez do Egipto chegara, e a sua conquista faria de Ciro o senhor de todo o Próximo Oriente. Mas antes de se lançar numa grande campanha contra esse país, marcha para nordeste a fim de consolidar aí a preponderância política da Pérsia. As tribos dos sácios e dos massagetas, que levavam uma vida nómada nas estepes da Ásia Central, opõem-lhe uma resistência heróica. Ciro foi morto num dos combates, em 529.

Sucedeu-lhe seu filho Cambises. Interessado em satisfazer os desejos da aristocracia persa, que correspondiam aos dos meios mercantis e usurários dos países conquistados, este monarca tinha vistas ainda mais ambiciosas do que o seu antecessor: queria estender o seu poder sobre a maior parte da bacia mediterrânica, até Cartago. A sua guerra contra o Egipto é descrita nos textos gregos e egípcios.

Em 525, apoiado num grande exército de terra e numa esquadra posta à sua disposição pelos Fenícios, Cipriotas e Samianos, Cambises derrota os Egípcios em Pelusa. Depois de se apoderar do país e de ter reprimido ferozmente todas as tentativas do Egipto para defender a sua liberdade, Cambises efectuou várias expedições com vista à conquista de Cartago e da Etiópia, cujas riquezas eram lendárias. Mas desta vez experimentou insucessos. Durante uma dessas campanhas, o Egipto levantou-se contra a dominação persa. Cambises reprimiu ferozmente a insurreição. O último faraó da XXVI dinastia, Psamético III, morreu durante um massacre. O imenso império resultante das conquistas de Ciro e de Cambises foi instável e efémero, pois as tribos e os povos que dele faziam parte viviam isoladamente, sem laços económicos sólidos nem língua comum.

4 — *A revolta dos «magos» e as conquistas de Dario I, filho de Hystaspe*

As incessantes guerras, que exigiam uma extrema tensão de todas as forças do país, descontentavam as massas do próprio Irão e das regiões conquistadas. Uma parte da nobreza e dos sacerdotes, hostil à tendência centralizadora do poder real, aproveitou-se disso. Enquanto Cambises empreendia do Egipto as suas campanhas em direcção ao sul, uma revolta de tribos iranianas eclodiu na Média. Alastrou-se a todos os territórios conquistados pelos Persas e pouco faltou para fazer soçobrar o império. Os seus mentores eram sacerdotes medos — os «magos» — e certos elementos da nobreza de nascimento. À frente do movimento encontrava-se o mago Gaumatâ, que pretendia ser o príncipe Bardiya, irmão de Cambises. Ora, no momento de partir para a guerra, Cambises tinha mandado matar esse seu irmão mais novo, com receio de que ele usurpasse o trono durante a sua ausência. O fim essencial da revolta era, aparentemente, restituir o poder aos Medos e enfraquecer a influência dos Persas.

Cambises, posto ao corrente, marchou sobre a Média com o fim de regular contas com os rebeldes, mas morreu no caminho (523). As circunstâncias da sua morte permanecem obscuras.

A repressão foi assumida por um membro da família real dos Aqueménidas, Dario I, filho de Hystaspe (521-486). Depois de ter vencido os magos da Média e executado o falso Bardiya, teve de prosseguir uma obstinada luta contra os movimentos separatistas e de libertação, que haviam eclodido em quase todas as províncias do seu império multinacional. Foi assim que em Margiana (região do vale do Murgab, na Turquemênia) se deu em 522 uma violenta insurreição, na qual toda a população parece ter participado. Foi reprimida por ordem de Dario com particular selvajaria, pois o seu carácter nacional mostrava-se aos Persas mais perigoso do que as rebeliões separatistas. Esses acontecimentos são relatados por Dario na sua célebre inscrição rupeste de Behistun.

Havendo inundado de sangue as revoltas separatistas e os levantamentos populares, Dario procedeu a importantes reformas que deviam consolidar o Estado, esmagar à nascença as tendências separatistas e contribuir para o desenvolvimento da agricultura, dos ofícios e do comércio.

5 — *O império de Dario*

O soberano dividiu o seu império em províncias, chamadas satrapias, cujo número variava, segundo as fontes (20 e mais). A terra, considerada como propriedade do rei, era utilizada pelas comunidades, que a trabalhavam. A satrapia compreendia uma região formada no curso da história e povoada por um grupo étnico determinado. À frente da satrapia estava um governador, o sátrapa, designado pelo rei. Detinha todo o poder administrativo e judiciário, mas muitas províncias tinham conservado o seu dirigente autóctone, que geria parcialmente os negócios internos muito embora estivesse subordinado ao sátrapa. Dario mantinha geralmente nas satrapias as formas locais de administração, de jurisdição, de culto, para não vexar os habitantes ou ferir as suas tradições. Além do sátrapa, nomeavam-se em cada província um comandante de guarnições, que dependia directamente das autoridades centrais. Isso fazia-se, por um lado, para reforçar o controlo dos funcionários obrigados a prestar contas da actividade dos seus colegas e, por outro lado, para prevenir toda a tendência separatista das regiões, quer por parte dos sátrapas, quer por parte dos chefes militares ambiciosos. Além disso, Dario criou uma vasta rede de espionagem, cujos agentes fiscalizavam os sátrapas e os capitães.

As satrapias pagavam um imposto em espécie ou em géneros, ou os dois. O rendimento anual que Dario obtinha subia a cerca de 14 560 talentos. Só o Egipto podia manter com o seu trigo 120 000 guerreiros persas.

Para desenvolver o comércio e estreitar os laços entre as satrapias, assim como com fins estratégicos, foi empreendida a construção de grandes estradas. A mais importante foi a «estrada real» de Éfeso a Susa, que atravessava o Tigre e o Eufrates e media cerca de 2400 quilómetros de comprimento. Uma outra ligava a Babilónia à Índia. Essas estradas eram cuidadosamente conservadas e eram bem guardadas. De 20 em 20 quilómetros havia estações de muda com albergarias. Encontrou-se uma inscrição de Dario que fala da restauração de um canal do Mediterrâneo ao Mar Vermelho, aberto outrora por ordem da rainha do Egipto Hatshepsut.

Dario realizou uma reforma monetária destinada a favorecer as trocas e a regulamentar a vida económica do império persa. Uma única moeda de ouro foi criada, a qual recebeu o nome de «darico». Só o rei tinha direito de a cunhar. Os sátrapas eram autorizados a fabricar moedas de prata e cobre, podendo estas ser igualmente emitidas pelos dirigentes autóctones.

As tendências centralizadoras de Dario ressaltam com toda a nitidez da sua reforma militar. Ele fixava pessoalmente o número de grupos em cada satrapia e em cada guarnição. Mais até, era ele quem estabelecia os efectivos de cada arma (fundibulários, archeiros, cavaleiros, etc.) nas guarnições. Nos exércitos e nas guarnições, os Persas não formavam geralmente senão o seu nucleo; a massa dos soldados recrutava-se entre os representantes de diversas tribos e povoações. Em geral os Persas gozavam de privilégios em todo o império. As suas tribos, cuja ocupação principal era, à parte o serviço militar, a agricultura e a criação de gado, estavam isentos de impostos e trabalhos braçais.

As reformas militares e administrativas de Dario I e a existência de vários grandes centros económicos contribuíram para o desenvolvimento do comércio interno, externo e de trânsito, cujos centros principais eram as cidades do Oriente, sobretudo Babilónia. Formaram-se aí várias associações de financeiros usurários, que tomavam a sério a cobrança dos impostos das suas satrapias e juntavam enormes fortunas com a pilhagem legalizada da população. Os seus bancos subvencionavam grandes interesses aos meios dirigentes e mesmo províncias inteiras do império persa. Os mercadores e os usurários apoiavam activamente Dario I nos seus vastos projectos de agressão e nas suas reformas internas.

6 — *Decadência do Império Persa*

Muito embora organizando o governo, Dario continuou a estender o seu império. A oeste, na Africa, anexou a Cirenaica e Barca; a leste, estabeleceu a fronteira ao longo do rio Indo; a norte, conquistou várias regiões da Ásia Central: o Kharezm, a Sogdiana, a Bactriana e outras. A satrapia de Bactriana ficou a ser o centro das possessões orientais dos Persas. Era geralmente governada por parentes do soberano. As investigações de S. Tolstov demonstram que entre o século VIII e o VI antes da nosa era, constituiu-se um Estado esclavagista no Kharezm, ao sul do mar de Aral e, mais ao sul ainda, o reino de Sogdiana, tributário do primeiro. Também nascem formações políticas na Bactriana e na Margiana. As cidades imensas e as grandiosas obras de irrigação do Kharezm, descobertas pelos arqueólogos soviéticos, são as testemunhas mudas do passado poderio desse Estado. A base da sua economia nesse tempo era já a agricultura irrigada. Se bem que o império persa, no seu apogeu, englobasse o Kharezm, a Sogdiana, a Bactriana e a Margiana, a dependência do Kharezm não era senão nominal, pois os seus reis faziam parte da poderosa confederação das tribos nómadas dos Sácios e dos Massagetas. Essa confederação levantava a cabeça aos Persas que, para consolidarem o seu poderio na Ásia Central, faziam guerra às tribos das margens do Aral. Em 529 Ciro e em 517 Dario I empreenderam campanhas contra os Sácios e os Massagetas, as quais terminaram, por fim, num fiasco, se bem que Dario, na sua inscrição de Behistun, fale na captura do rei dos Sácios. Em 513, Dario fez uma expedição ao Cáucaso, à Transcaucásia e contra os Citas do litoral do Mar Negro, sem dúvida para abrir novo caminho para as suas possessões da Ásia Central e atacar os Massagetas pelo oeste. Mas foi um fiasco total. As tribos citas, inflamadas com a liberdade, recorreram a uma táctica de guerrilha: os seus destacamentos de cavalaria ligeira aliciavam o exército persa para a estepe desabitada, destruindo tudo na sua passagem. Desesperado por encontrar o inimigo em batalha ordenada e vendo os seus exércitos dizimados pela doença, pela falta de víveres e pelas escaramuças, Dario regressou desiludido à Ásia Menor. Mais tarde foi, ao contrário, bem sucedido, conquistando a Trácia, a Macedónia e algumas ilhas do Mar Egeu.

UNICAP
B C

No início do século V, os Persas tentam submeter a Grécia continental. Mas os pequenos Estados gregos opõem aos agressores uma desesperada resistência, causando-lhes vários golpes mortais e conservando a sua independência. Em 490 os Gregos infligem uma terrível derrota aos Persas, que haviam desembarcado em Maratona. Dez anos mais tarde, em 480, o filho de Dario, Xerxes (486-465), que lançara contra os Gregos um imenso exército, é derrotado no mar, perto da ilha de Salamina; e no ano seguinte, em 479, é derrotado em terra, diante de Plateia. Os Persas já não passavam por invencíveis. As suas tropas heterogéneas, por mais numerosas que fossem, não podiam lutar contra pequenos destacamentos gregos animados pela vontade de defender o solo pátrio contra os invasores.

Os exércitos de Ciro e de Cambises eram fortes no seu conjunto, e pela comunidade de interesses. Os dos seus sucessores, constituídos sobretudo por elementos de povos submetidos, não estavam interessados nas conquistas dos Persas, nem no aumento do seu poderio. Com Artaxerxes (465-425) e Dario II (424-405), os antagonismos acentuam-se entre a aristocracia militar e administrativa persa e a população das regiões conquistadas. Os excessivos impostos, os

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

duros trabalhos braçais, os abusos nas comunidades aumentam o ódio votado aos Persas, enfraquecendo grandemente o seu heterogéneo exército. As intrigas da corte, as desordens, as revoltas separatistas dos sátrapas, os abusos dos funcionários, tudo desorganiza o Estado dos Aqueménidas.

Artaxerxes II (405-359) consolida por algum tempo a posição dos Persas na bacia do Mar Egeu, através da chamada paz de «Antalcidas» concluída em 387 com Esparta; mas nas outras zonas do império teve de reprimir insurreições e motins. Em 405, no início do seu reino, o Egipto separa-se da Pérsia, defendendo a sua independência durante 65 anos (até 340). Em 401, o irmão de Artaxerxes II, Ciro, o Jovem, sátrapa da Frígia e da Grande Capadócia, revolta-se para se apoderar do trono. Mas é vencido e morto na batalha de Cunaxa.

A desagregação do Império Persa acelerava-se. Artaxerxes III (359-338) dificilmente reprimiu levantamentos no Egipto, na Fenícia e em Chipre; com Dario III (338-330), o império dos Aqueménidas caiu sob os golpes de um novo Estado esclavagista, fundado pelos Macedónios. As particularidades do desmoronamento persa serão expostas mais detalhadamente nos capítulos seguintes.

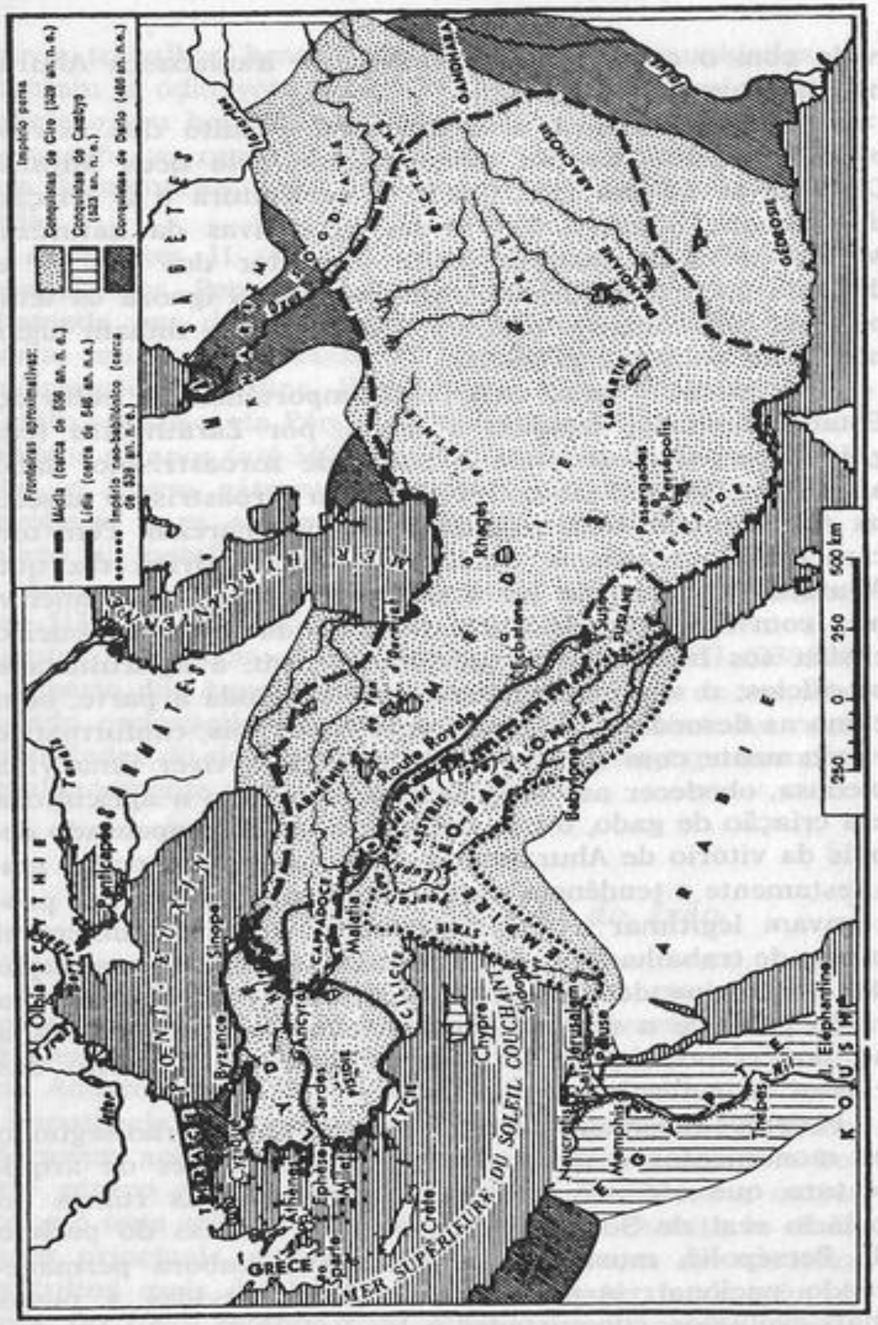
7 — *Civilização e religião do Irão*

Como fontes de estudo da religião dos povos da Ásia Central e do Irão, temos o livro sagrado *Avesta*, os escritos de Heródoto e de Plutarco e certas inscrições do tempo dos Aqueménidas. A religião iraniana primitiva reflectia a impotência do homem na luta com a natureza. As tribos adoravam animais sagrados, por exemplo, o cão e o boi. Este género de culto praticado pelos Iranianos e outros povos é uma sobrevivência do totemismo. Quanto às divindades principais, elas encarnavam as forças da natureza. Os cultos mais divulgados eram os da terra, do céu, da água, do fogo, estando este último estreitamente relacionado com o culto votado pelas tribos iranianas a Ahuramazda (Ormuzd, em grego).

Um especial papel desempenhava o culto dos astros, especialmente o do Sol, personificado pelo deus Mithra. O culto de Mithra está ligado à agricultura e à criação de animais. Símbolo das forças produtivas da natureza, Mithra torna-se posteriormente protector dos mortos e deus da guerra. A religião iraniana arcaica ignora os templos. As cerimónias — orações e sacrifícios — tinham lugar nos sítios julgados propícios.

Mais tarde, ligou-se uma certa importância ao culto do Estado, fundado, segundo a lenda, por Zarathustra (em grego Zoroastro, de onde o nome de zoroastrismo, dado à religião). Muitos sábios crêem que o zoroastrismo nasceu na Ásia Central, mais exactamente em Kharezm. Tem um carácter vincadamente dualista. A sua doutrina diz que Ahuramazda, deus da luz e do bem, está em permanente luta com Ahriman, deus das trevas e do mal. O primeiro ensina aos homens a virtude e a ordem, a agricultura e os ofícios; o segundo semeia o mal por toda a parte, bem como as desordens. Todo o crente deve, pois, conformar-se estritamente com as leis de Ahuramazda, viver uma vida piedosa, obedecer aos reis, praticar com zelo a agricultura e a criação de gado, o que lhe valerá ser recompensado depois da vitório de Ahuramazda. Este dualismo exprime manifestamente a tendência social e política dos ricos, que procuravam legitimar a sua supremacia sobre a inumerável massa de trabalhadores, apresentando-se como a encarnação do «princípio» de «luz» e de «coerência». É bem essa a razão por que a religião prescrevia a obediência absoluta ao poder monárquico e o dócil labor em proveito das classes reinantes.

Podemos fazer uma ideia da arte do antigo Irão segundo os monumentos e as esculturas. Os espécimes de arquitectura que até nós chegaram, tais como as ruínas do palácio real de Susa e a sala de cem colunas do palácio de Persépolis, mostram que esta arte, embora permanecendo nacional, inspirava-se em obras devidas a povos mais evoluídos, conquistados pelos Persas. Foi assim que a


Império persa
Conquistas de Ciro (539 an. n. e.)
Conquistas de Cambyse (523 an. n. e.)
Conquistas de Dario (480 an. n. e.)
Fronteiras aproximativas:
Média (cerca de 550 an. n. e.)
Lídia (cerca de 546 an. n. e.)
Império neo-babilónico (cerca de 539 an. n. e.)
250 0 250 500 km
Olbia
SCYTHIE
Panticapée
Sinope
Byzance
Ancyre
Sardes
Ephèse
Milet
GRÈCE
Sparte
Crète
CAPPADOCE
Malatia
CILICIE
Chypre
Sidon
Jérusalem
Péluse
Naucratis
Memphis
Thèbes
Eléphantine
KOUSH
Babylone
Suse
SUSIANE
Ecbatane
Rhages
Pasargades
Persépolis
SAGARTIE
DRANGIANE
ARACHOSIE
GANDHARA
GÉDROSIE
SOGDIANE
Route Royale
ASSYRIE
NÉO-BABYLONIEN
EMPIRE DU SOLEIL COUCHANT
MER SUPÉRIEURE

Próximo Oriente do séc. VI a princípios do V antes da nossa era

ideia do palácio das cem colunas se copiou do Egipto; o friso dos archeiros de Susa veio da Assíria; a construção de palácios em terraplenos e o seu revestimento de baixos-relevos pertence à Ásia Menor. Mas no conjunto é qualquer coisa de original, que tem o seu carácter próprio. A inscrição de Dario I, relativa ao palácio de Susa, refere que ele foi construído por canteiros jónicos, egípcios, babilónicos, lídios e outros. Nos seus grandiosos edifícios, os déspotas da dinastia dos Aqueménidas divulgavam o poderio e a riqueza do seu império.

O antigo Irão não nos deixou qualquer obra literária, excepto algumas inscrições lacónicas e documentos em tábuas de argila; é difícil imaginar o que foi a literatura persa. Poder-se-á somente pensar que ela se desenvolvia sob a influência de modelos criados por povos da Ásia Central e do Próximo Oriente. A escrita cuneiforme que os Aqueménidas usavam, sem dúvida depois de Ciro, proveio da Mesopotâmia. Empregavam-na sempre nas inscrições reais oficiais. Quanto à maioria dos textos da época de Dario, esses são em língua arameia. O calendário iraniano, quase inteiramente reconstituído pelos investigadores, também é de influência babilónica.

O pouco que se conhece da civilização aqueménida demonstra um certo eclectismo. Isso explica-se pelo próprio carácter militar do Estado, o qual recolhia, além dos despojos, as manifestações culturais dos outros povos. Mas ao mesmo tempo o império dos Persas contribuiu para a aproximação entre as civilizações orientais e a civilização da Antiguidade Clássica, que se enriqueceu com esses contactos.

CAPITULO XVIII

A ÍNDIA

1 — *O país e a população*

Contrariamente ao Egipto e à Mesopotâmia, a Índia é caracterizada pela diversidade e pela complexidade das suas condições naturais.

A Índia encontra-se na Ásia Meridional. Distinguem-se aí duas zonas principais: o Sul e o Norte. A primeira ocupa a península do Decão (Índia); a segunda encontra-se no continente. A Índia está separada de outros países por montanhas, entre as quais o Himalaia, a mais alta cadeia do mundo, assim como por mares que tornam difíceis as suas comunicações com os outros povos.

O clima da Índia é quente; por isso um dos principais factores da vida económica era a preocupação de ter água. O Verão (Julho-Agosto) é a estação pluviosa, o que favorece a agricultura, mas as precipitações atmosféricas são muito desiguais: no Nordeste, assim como no litoral, são muito abundantes; a Noroeste e no interior do país são menores e, em muitos locais não são suficientes para os trabalhos agrícolas, o que obriga à irrigação.

A rede fluvial da Índia é bastante densa; mas a maior parte dos rios distingue-se por um regime irregular, compreendendo a presença de rápidos e o facto de se encontrarem metidos em estreitos desfiladeiros. Só o Indo e o Ganges (assim como os seus afluentes) tinham importância económica na Antiguidade. Os outros cursos de água não eram utilizados para a irrigação e o transporte.

Os obstáculos naturais (montanhas, floresta) impediam os povos da Índia de terem contactos entre si; assim, o seu desenvolvimento deu-se em ritmos diversos e sob formas muito variadas. Mesmo pelo seu aspecto físico, os povos das diferentes partes da Índia distinguem-se fortemente uns dos outros. Igualmente diferentes são os idiomas, a maior parte dos quais pertence a duas famílias linguísticas: indo-europeia e dravídica. As línguas do primeiro grupo são principalmente faladas no Norte da Índia; as do segundo, no Sul. O facto de os povos do Norte se aparentarem, pela língua, aos povos de lá da fronteira explica-se geralmente pela emigração da Índia de povos que falavam línguas indo-europeias. As populações do Noroeste da Índia, que se intitulavam de «arianos», são geralmente considerados como invasores. Mas o mundo científico ainda não fixou a época em que eles invadiram o país, o seu lugar de origem ou mesmo o carácter da sua invasão.

2 — *A civilização de Harappa*

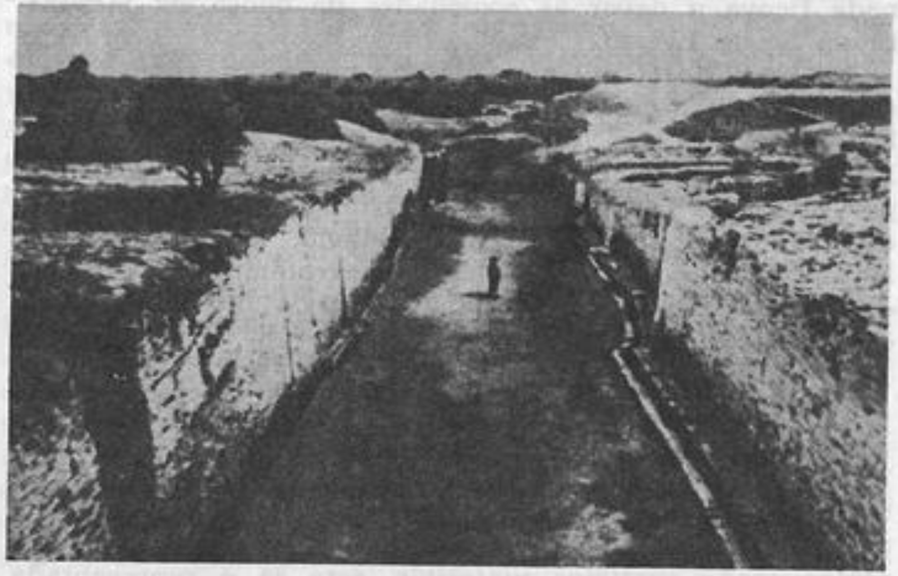
A Índia é povoada desde a mais longínqua Antiguidade. É um dos principais berços da civilização.

Desde o III milénio antes da nossa era, floresceu uma próspera civilização no Noroeste do país, no vale do Indo. Por essa época os Indianos praticavam já agricultura e a criação de gado e começavam a trabalhar os metais. Isso permitiu-lhes fazer frutificar as terras em larga escala.

A população cultivava os cereais (cevada, trigo), as culturas hortícolas (melão), as árvores frutíferas (tamareiras); os Indianos foram os primeiros a fazer desenvolver-se o algodão. Há quatro ou cinco milénios, o clima do vale do Indo era mais húmido e os cereais podiam crescer nas terras não irrigadas. Por outro lado, semeava-se provavelmente num solo limoso que se humidificava no momento das cheias. É possível que a irrigação haja existido, mas ainda não há provas irrefutáveis disso. A criação de gado (carneiros, búfalos, zebras, porcos, etc.) desempenhava importante papel na economia.

No fim do III milénio e princípio do II milénio antes da nossa era (é nesta época que se deve situar o pleno desenvolvimento da civilização de Harappa), os Indianos conheciam a metalurgia do bronze; com esse metal faziam-se instrumentos de trabalho (foicinhas, machados, cinzéis, serras), armas (punhais, pontas de flecha e de lança), objectos usuais (facas, louça, navalhas, espelhos). Outros ramos do artesanato (fiação e tecelagem, fabrico de mosaicos, cerâmica, ourivesaria, joalharia, etc.) atingiram nível elevado. Uma grande quantidade de pesos, de sinetes e de objectos diversos, fabricados a partir de matérias-primas importadas, demonstram a existência de relações comerciais com outras regiões da Índia, assim como com o estrangeiro.

Descobriram-se cerca de 2000 sinetes marcados com hieróglifos; mas infelizmente essa escrita ainda não foi decifrada, apesar dos esforços da ciência.



Avenida central de Mohendjo-Daro

Os principais centros de civilização de Harappa eram as cidades. Descobriram-se os reinos de várias dezenas de cidades que existiam no vale do Indo há 4000 anos. As mais importantes eram Harappa (que deu o nome à supracitada civilização) e Mohendjo-Daro. Essas grandes cidades, cuja população era de dezenas de milhares de habitantes, estendiam-se nas margens dos rios e dominavam a região circunvizinha. As ruas eram estreitas e perpendiculares umas às outras. As casas de um ou dois andares construíam-se com ladrilhos cozidos e tinham do exterior um aspecto bastante modesto e monótono, mas não lhes faltava conforto. Havia um local reservado às abluções, canalizações muito simples, fazendo parte de uma única rede urbana, notável para a época. Na parte de fora do centro das cidades encontravam-se cidadelas que resguardavam os edifícios do culto e da administração, os silos para o grão, os moinhos e mesmo as residências dos trabalhadores.

Os elementos de que dispomos permitem supor a existência, no vale do Indo, desde o meio do III milénio, de uma sociedade esclavagista que, pelo nível da sua cultura, nada ficava a dever às sociedades da época da Mesopotâmia ou do Egipto.

No meio do II milénio antes da nossa era, essa civilização começou a decrescer; em todo o caso Harappa e Mohendjo-Daro foram abandonadas pelos seus habitantes. Presume-se que a civilização de Harappa fosse destruída por invasores indo-europeus, os arianos, que teriam invadido a Índia pelo noroeste. Todavia, a civilização de Harappa não foi inteiramente destruída, pois que ela está estreitamente ligada, na história da Índia, à civilização dos períodos posteriores.

3 — *A Índia desde o meio do II milénio até o meio do I milénio antes da nossa era*

Enquanto que para o estudo da época precedente não temos senão vestígios materiais, esta já é representada por escrito: são sobretudo textos de inspiração religiosa

UNICAP
B C

(os *Vedas*) e poemas épicos (*Mahâbhârata e Râmâyana*). Não mostramos os laços directos entre esses dois períodos históricos. Por outro lado, os dados das partes literárias respeitam sobretudo a outras regiões: o alto vale do Ganges e os contrafortes do Himalaia.

É nesta época que a Índia passa para a Idade do Ferro. Utilizando instrumentos de ferro mais sólidos e mais cómodos, conseguiu-se mais audaciosamente fazer o trabalho de arroteamento das florestas e dos bosques e cultivar os solos mais duros; do mesmo modo, os trabalhos de irrigação e de seca foram grandemente facilitados, assim como o desenvolvimento dos ofícios. Explorou-se largamente o vale do Ganges e os territórios da Índia Central. Aí também se viu nascerem cidades e uma elevada civilização.

Se para a época de Harappa não se podia falar de uma sociedade esclavagista senão por hipótese, já com mais certeza se pode afirmar que essa sociedade existiu no período de que presentemente se trata. A sociedade mais antiga, a dos *Vedas*, a *Rig-Veda*, faz já menção de numerosos escravos. Estes eram designados pelo nome de «dâsya», que, na origem, queria significar «inimigo», «intruso»; daí a prova de que os primeiros escravos eram prisioneiros de guerra. Vieram depois escravos que antigamente eram homens livres mas mais tarde caídos na miséria, os quais tinham vendido a sua própria liberdade e até a dos seus filhos. Os filhos das mulheres escravas suportavam, também eles, o jugo da escravidão.

Os escravos eram propriedade absoluta dos seus donos. Podiam vender-se, dar-se de presente e entregá-los a título de dote. Podiam ser utilizados em qualquer trabalho, fosse qual ele fosse. Passou-se um certo tempo antes que a sociedade não mudasse de estrutura, como consequência do aparecimento da escravatura; mas quando começou essa evolução, permaneceram, todavia, muito fortes sobrevivências do regime comunitário primitivo, especialmente a própria comunidade persistiu.

O Estado surge no momento em que a sociedade se divide em classes. A aristocracia apodera-se das rédeas do

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

governo tribal e serve-se dele para manter na obediência os escravos e os mancebos mais pobres das comunidades. O chefe de tribo — o rajá — fica a ser uma espécie de rei. Mas ainda durante muito tempo, esses Estados esclavagistas conservam as suas antigas formas tribais e os elementos de uma democracia primitiva, própria para a comunidade.

À medida que as classes se constituem, a desigualdade social dos homens livres acentua-se cada vez mais, e forma-se toda uma hierarquia que a consagra. A população livre divide-se em quatro «varnas» [chama-se-lhe frequentemente «castas»] (¹). A aristocracia de nascimento e de tribo constituíam duas varnas — os brâmanes e os kchatryas. À primeira pertenciam as categorias de sacerdotes e à segunda as da nobreza militar. A grande massa dos membros livres das comunidades compunha a varna dos vaiçyas. Os estrangeiros livres, que nada possuíam no seio da comunidade, que não tinham o direito de tomar parte nas decisões da tribo e muito menos nas cerimónias do seu culto, etc., formavam a última «varna»: os çudras. Estes últimos, não sendo «iniciados», eram considerados como «nascidos uma só vez», por oposição aos «nascidos duas vezes», quer dizer, aos membros das varnas superiores (o rito da iniciação consagrava estes). A facto de pertencer a uma varna era determinado pelo nascimento e não se tinha geralmente o direito de passar de uma varna à outra; os casamentos entre membros de varnas diferentes eram normalmente interditos. As varnas não gozavam dos mesmos direitos perante a lei; os crimes cometidos por membros de varnas inferiores eram punidos muito mais severamente do que os membros de varnas superiores.

O bramanismo era a religião da primeira sociedade esclavagista da Índia. As crenças religiosas do tempo do regime comunitário primitivo (que nos chegaram parcialmente através dos *Vedas*) repousavam sobre a deificação

---

(¹) Para não confundir as varnas com uma instituição social posterior, para a qual o nome de «casta» melhor conviria, evitamos aqui designar as varnas por essa palavra.

das forças da natureza e sobre o animismo; esses elementos foram adaptados às necessidades da nova sociedade. Os deuses foram considerados como os protectores do rei e da nobreza. A ideia de metempsicose foi utilizada pelos sacerdotes, para sustentar que a passagem da alma para o corpo de um homem gozando de uma situação social mais ou menos elevada dependia da conduta do defunto. O próprio trabalhador era, pois, considerado responsável pelo jugo que o oprimia e pelas condições penosas da sua vida. O bramanismo erigia o Estado em instituição divina, santificava a pessoa do rei, consagrava a desigualdade social (o sistema das varnas), etc. Nasceu pouco a pouco um ritual complicado, e a execução das diversas funções do culto exigia uma preparação especial.

Dado o fraccionamento do Estado e o grande número de tribos, o bramanismo não tinha divindade superior e contava com várias hierarquias de deuses. O deus supremo era tanto Siva, encarnação das forças da natureza (esta divindade está também ligada aos cultos muito antigos da fecundidade), como Visnu, guardião de tudo quanto existe e uma das mais antigas personificações do Sol. Os teólogos procuraram também colocar Brama, criador do mundo, à frente do panteão, mas o seu culto parece não ter podido implantar-se.

4 — *A Índia nos séculos V e IV antes da nossa era*

A primeira metade do I milénio antes da nossa era é marcada por guerras incessantes entre os Estados da Índia. O desenvolvimento das forças produtivas e das relações de escravatura fez desaparecer gradualmente as sobrevivências do regime tribal e deu aos Estados um carácter despótico. No meio do I milénio contava-se já na Índia do Norte com um número relativamente restrito de grandes Estados independentes e essa redução prosseguiu, sendo os mais fracos absorvidos pouco a pouco pelos poderosos.

Uma longa luta entre os mais fortes (Koçala e Magadha) terminou pela vitória deste último. No meio do século IV o poder dos reis de Magadha estendia-se por todo o vale do Ganges e sobre uma parte da Índia Central. Magadha torna-se o Estado principal da Índia.

No meio do I milénio antes da nossa era a Índia multiplicava as suas relações com os outros países. No fim do século VI, o rei da Pérsia, Dario, submeteu uma parte do vale do Indo e uma satrapia indiana integrou-se no império dos Aqueménidas. Viajantes estrangeiros, marinheiros e mercadores visitavam a Índia cada vez com mais frequência. Após longas viagens nas regiões montanhosas, nos desertos queimados pelo Sol, ou sobre a imensidade dos mares, o país que se oferecia a seus olhos parecia ainda mais rico e mais fabuloso do que dantes. Acontecia-lhes que chegavam a inventar, a tal propósito, verdadeiros contos para impressionar a atenção dos auditores. Foi assim que há cerca de 2000 anos começou a imaginar-se a Índia como «um país de maravilhas», e tal tradição foi tão viva que se conservou parcialmente como tal até aos nossos dias.

Foi esse exagerado cálculo das riquezas da Índia que, junto a outros factores, incitou os Macedónios e os Gregos a invadirem-na em 327 antes da nossa era, após terem destruído o império dos Persas. Alexandre de Macedónia conseguiu estabelecer uma aliança com alguns reis indianos que rivalizavam entre si.

Poro, um dos mais poderosos soberanos do Pendjab, que havia recusado submeter-se, foi vencido num encarniçado combate. Alexandre de Macedónia tinha a intenção de avançar mais longe, para leste, e ocupar o vale do Ganges. Mas perante a resistência obstinada dos Indianos. o exército macedónio, extenuado pelas dificuldades da campanha, recusou seguir o seu chefe. Alexandre teve de retroceder e abandonar a Índia. Pouco depois, começaram as discussões entre os capitães macedónios e os reis que haviam prestado a sua submissão. Os autóctones insurgiram-se contra o jugo estrangeiro. Desde o ano 317 antes da nossa era que não houve uma única guarnição macedónia das Índias.

5 — O budismo

No meio do I milénio antes da nossa era, quando o regime esclavagista já estava muito desenvolvido na Índia, e nasceram aí os grandes Estados, o bramanismo não se mostrava capaz de satisfazer os proprietários de escravos.

Uma nova religião, o budismo (derivado de Buddha: o Iluminado, sobrenome de um pregador ao qual se atribuía, nas lendas, o enunciado das leis fundamentais da nova religião) existia já nos séculos VI e V antes da nossa era; tinha por palco os conflitos cada vez mais agudos no seio da sociedade, provocados pelo desenvolvimento da escravatura, pela formação de Estados despóticos baseados na exploração de escravos, pelo agravamento da desigualdade social. Segundo a religião búdica, os trabalhadores não deviam ter outro horizonte senão preocuparem-se com a sua alma e deviam renunciar a toda a tentativa para transformar as relações sociais.

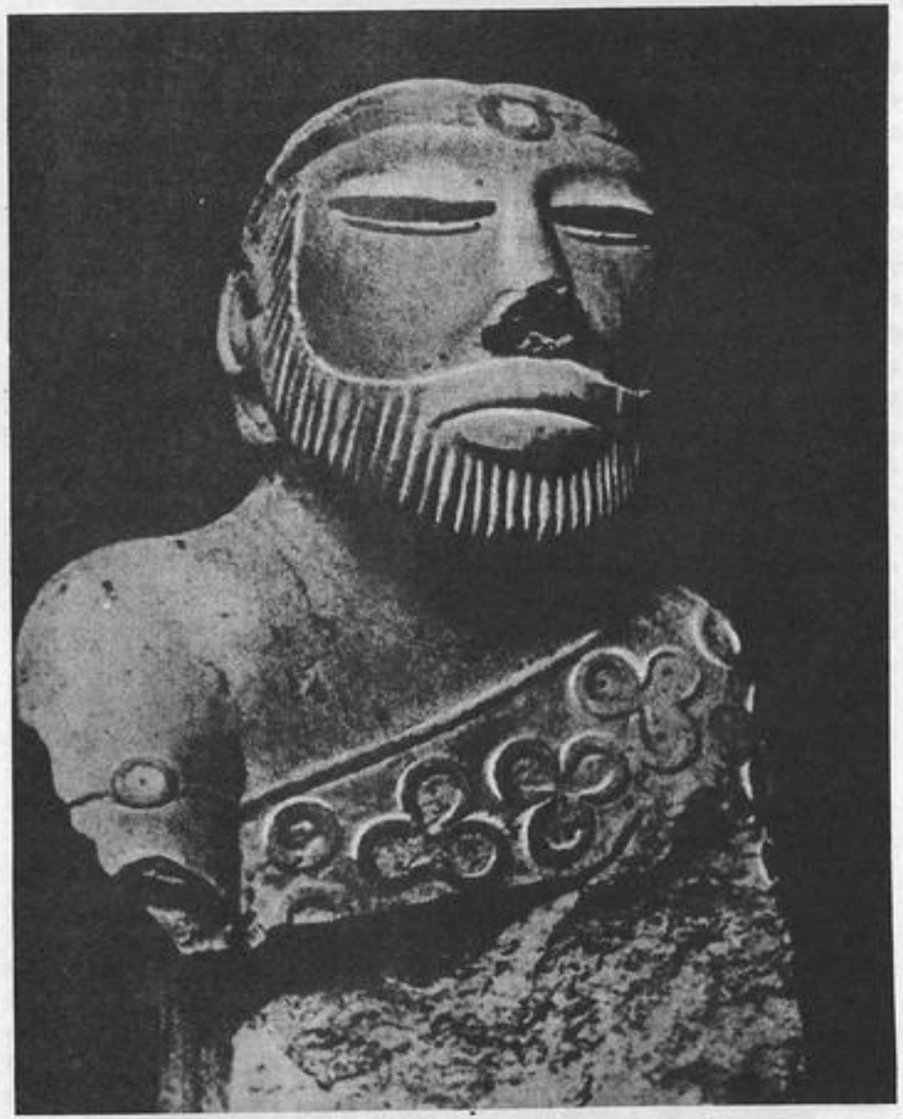
O budismo retomou as concepções da metempsicose. Segundo ele, a vida é um mal; viver é sofrer. É preciso, portanto, interromper o processo dos sucessivos renascimentos da alma, atingir o nirvana, quer dizer, a aniquilação da alma. O renascimento da alma faz-se segundo os actos executados no decurso da vida anterior e a conduta do homem é, ela própria, uma consequência dos seus desejos. É, pois, pela renúncia aos desejos, que se atingirá o nirvana. Aqueles que quiserem «salvar-se» devem fugir das vaidades do mundo e fazer-se monges.

O budismo não supunha deuses protectores dos homens, nem sacrifícios. Os sacerdotes eram inúteis, dado que cada um podia salvar a sua alma do renascimento pelos seus próprios meios. Uma origem ilustre, o facto de se pertencer a tal ou tal grupo étnico, o facto de se ser membro de uma varna qualquer, não desempenhavam qualquer papel no acesso ao nirvana. Só o escravo é que dele estava privado pois que, mesmo abstendo-se dos seus desejos, não era livre nos seus actos.

Como o budismo professava a passividade, a resignada aceitação da realidade, desarmando moralmente os oprimidos em luta contra os opressores, não somente não se ateve nunca às perseguições (não encontrou inimigos obstinados senão entre os sacerdotes), mas encontrou mesmo, desde o século V antes da nossa era, o apoio da nobreza esclavagista, enquanto que as congregações de monges recebiam ofertas cada vez mais generosas. Nessa época, um alto nascimento e o facto de pertencer a tal ou tal tribo não desempenhavam já o papel principal, o que interessava era a riqueza, a posse de escravos. Por essa razão, o budismo, que era superior aos cultos tribais, oferecia uma séria base ideológica para os grandes Estados esclavagistas em formação. Além disso, os monges, bem organizados e disciplinados, iam servir mais eficazmente a classe no poder, como o não conseguiam fazer os sacerdotes brâmanes, todos divididos.

6 — *O império dos Mauryas*

O levantamento contra os Macedónios, que se produzia no Noroeste da Índia, tinha por chefe um dos mais prestigiosos homens de Estado que a Índia já conheceu: Tchandragupta. Se bem que a sua personalidade e a sua actividade tenham feito grande impressão nos seus contemporâneos e nas gerações seguintes, possuímos muito poucas informações dignas de fé a seu respeito. Devia pertencer à varna dos çudras e ter servido na corte do rei de Magadha; mas como não se entendia com ele fugiu para o Pendjab, onde organizou a revolta contra os Macedónios. Logo que esta revolta foi coroada de sucesso (ou mesmo antes), empreendeu uma campanha contra o Magadha (os sábios citam várias datas próximas de 320 antes da nossa era) e deitou abaixo a dinastia reinante dos handas, apoderando-se do trono. O nome da família de Tchandragupta era Maurya, dando-se a designação de Mauryas ao império



Sacerdote de Mohendjo-Daro

Estátua de Buda do Gandhâra

e à dinastia que ele fundou. Depois chegou a submeter todo o Norte (talvez também uma parte do Sul) e fundou o Estado mais extenso da Índia antiga.

O império dos Mauryas ficou no máximo da sua extensão como Açoka (273-237), neto de Tchandragupta. O império envolvia toda a Índia (à excepção de um território situado no Sul da península) e o actual Afeganistão.

Nessa época, o povo indiano realiza grandes progressos no desenvolvimento das forças produtivas. O ferro utilizado eclipsa definitivamente os outros metais no fabrico de instrumentos de trabalho. A cultura do solo fica a ser a base da vida económica; a criação de gado não é senão uma apêndice da agricultura; a caça e a pesca perdem também a sua importância. A irrigação desenvolve-se e aperfeiçoa-se. Os artesãos (assim como aqueles que trabalham os metais, os que tecem o algodão, ou constroem os navios fluviais ou marítimos) obtêm melhores resultados. O comércio interno e externo intensifica-se: comércio marítimo com o Egipto, a Mesopotâmia, Ceilão e os países do Sudeste da Ásia; comércio por estradas, com o Irão e os países da Ásia Central. Entram em circulação moedas de cobre e de prata. As cidades, centros da civilização esclavagista da Índia nessa época, crescem. Os Gregos, que permaneceram na Índia por essa altura, mencionam nos seus escritos o elevado número de cidades, assim como a riqueza e a extensão de Pataliputra, capital do Magadha.

A Índia esclavagista, mesmo sob o reinado dos Mauryas (séculos IV-II antes da nossa era) não era um Estado tão evoluído como os países da Antiguidade Clássica. Não havia latifúndios nem grandes oficinas empregando uma multidão de escravos. Estes últimos eram, todavia, bastante numerosos. Trabalhavam nos domínios do rei, dos nobres e nas explorações mais populares, mas sobretudo na economia doméstica, onde a sua condição nada diferia da dos serventuários. A insuficiência da produção mercantil, assim como de fortes sobrevivências do regime comunitário primitivo, davam à escravatura um carácter patriarcal.

O que reforçou consideravelmente o desenvolvimento das relações esclavagistas foi a persistência da comunidade, devido ao carácter da produção: trabalhos como a seca ou a irrigação de vastas superfícies, necessidade de protecção das sementeiras contra as aves e o gado doméstico, contra os carnívoros, arroteamento de florestas, etc., exigiam os esforços de uma colectividade bem organizada, sobretudo se se considerar o nível dos técnicos dessa época. Tudo isso retardava a diferenciação de fortuna e de condição e mantinha a propriedade colectiva das terras. Além disso, a comunidade era um organismo contínuo até um certo ponto: economicamente, ela estava pouco ligada à cidade. O comércio, que se desenvolvia no interior do país, não lhe dizia respeito de modo nenhum. Ela tinha a sua própria administração, electiva ou hereditária. As rendas para o Estado incumbiam ao conjunto da comunidade e não a cada indivíduo separadamente.

O império dos Mauryas compunha-se de tribos e de grupos étnicos muito diferentemente evoluídos. Não existia sistema administrativo único, tanto quanto se sabe. As tribos e o Estado que se haviam submetido continuavam autónomos e deviam apenas pagar um tributo e mobilizar destacamentos militares. Para fiscalizar os reis submetidos, eram enviados governadores para todas as regiões.

O soberano apoiava-se no exército. Os escritores gregos dizem-nos que Tchandragupta podia, em caso de guerra, dispor de um exército composto de 600 000 infantes, 30 000 cavaleiros e 9000 elefantes. A manutenção do aparelho de governo e do exército era caro. Para fazer face a essas despesas, o rei impunha contribuições às comunidades (o montante era de um sexto das colheitas) e impunha taxas aos comerciantes. O soberano exigia um tributo aos territórios submetidos e recebia rendimentos das suas propriedades pessoais. Além disso, a população livre era obrigada a trabalhos braçais.

O budismo tornou-se a base ideológica do império dos Mauryas no reinado de Açoka. Este converteu-se ao budismo e dedicou-se a conceder-lhe facilidades, na Índia e nos outros sítios. E contribuiu para consolidar aí a organização religiosa. Importantes informações históricas sobre esta época contêm-se nas inscrições de Açoka, gravadas

UNICAP
B C

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

nos rochedos e nas colunas, nelas se podendo ler as novas ordens quanto à observação dos princípios morais do budismo (submissão às autoridades, obrigação de ser puro nos seus pensamentos, evitar o pecado, etc.)

Apesar dos seus esforços, Açoka não conseguiu criar um estado sólido e unificado. Logo após a sua morte, o império dos Mauryas começou a decair. Cerca de 187 antes da nossa era, o último representante da dinastia foi destronado e morto por um chefe do exército que fundou uma nova dinastia, a de Çunga.

Não existiam apenas razões internas para a decadência do império dos Mauryas. Também para isso contribuíram as derrotas na política externa. No princípio do século II antes da nossa era, os gregos da Bactriana invadiram a Índia e fixaram-se no Pendjab. No fim do século II foram vencidos pelos Massagetas, originários da Ásia Central e que na Índia se chamavam Sakas. Essas tribos submeteram todo o Noroeste do país e talvez mesmo certos territórios da Índia central.

7 — *O império dos Kuchans e o império gupta*

A partir do século I da nossa era, uma das tribos dos Sakas levanta cabeça. Estabelecida no território actual do Tadjiquistão, havia feito o seu aparecimento na história sob o nome de Kuchans. Em meados do século I da nossa era, os Kuchans empreendem a conquista da Índia e submetem os pequenos Estados do Norte do país, governados por reis partas ou gregos. No princípio do século II o imperador dos Kuchans, Kanichka (78-123), reina sobre vastos territórios da Ásia Central, do Sing-Kiang, do Irão Oriental e mesmo da Índia, até ao rio de Narbudda, no sul e até à cidade de Benares, a leste. A capital era Puruchapura (actualmente Pechawar), situada na grande estrada que ligava a Índia dos Kuchans às províncias da Ásia Central.

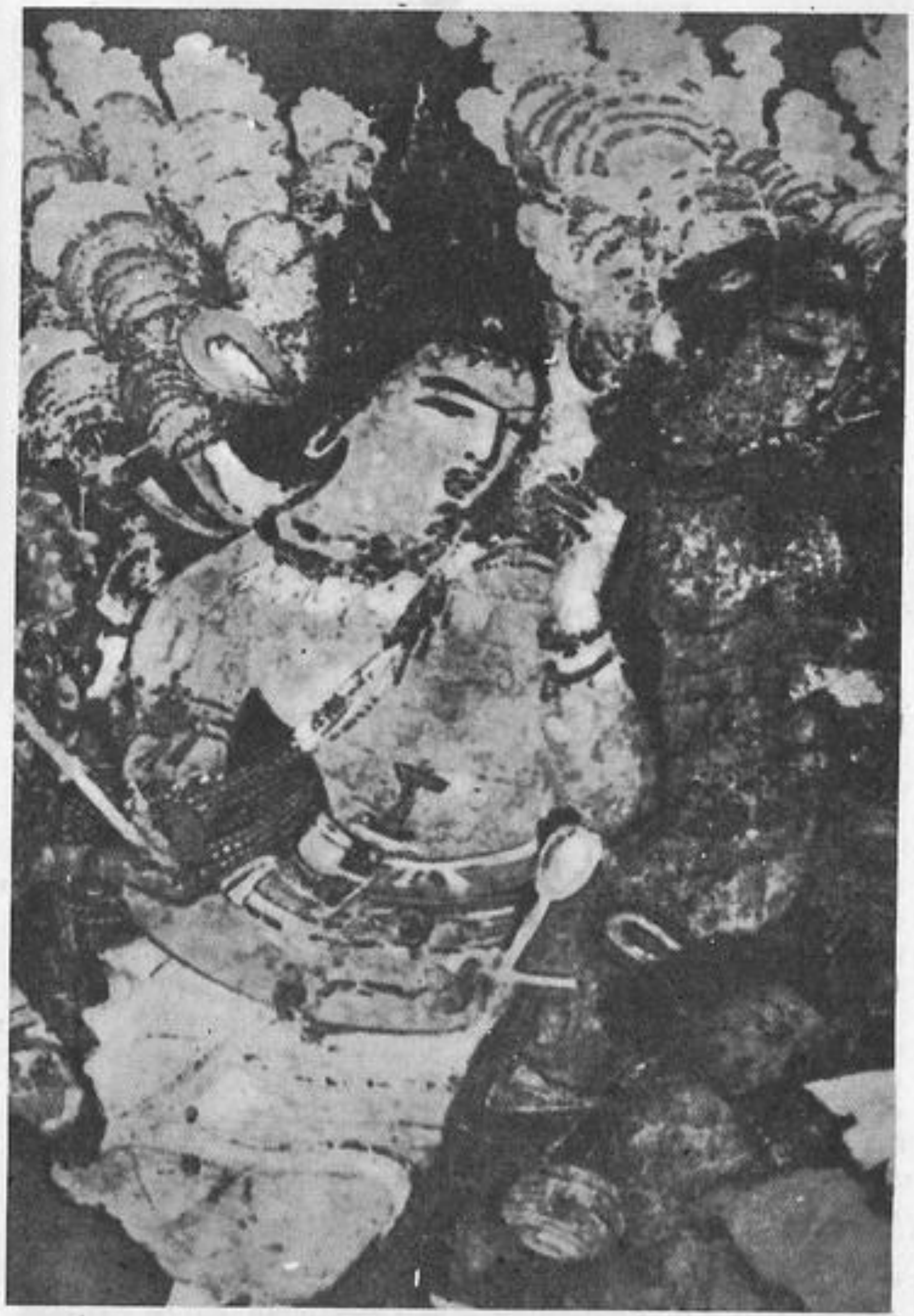
Este Estado multinacional foi um centro de trocas culturais muito activo. Os Indianos beneficiaram da civilização dos povos da Ásia Central (para a arquitectura e as artes plásticas) e, pelo seu lado, a civilização da Índia exerceu uma grande influência sobre outros povos. Os Kuchans assimilaram rapidamente a civilização indiana. O budismo teve adeptos entre eles. Kanichka foi um zeloso protector dela. Fundou muitos conventos, mandou construir templos, encorajou a actividade dos missionários. Num concílio búdico, esta religião recebeu uma nova forma: a Mahâyâna. Desde então o budismo propagou-se na Ásia Central e na China.

O império dos Kuchans, composto de raças tão diferentes, não podia ser durável. Enfraqueceu-se pouco depois da morte de Kanichka e por volta de 230 a sua decadência já era visível.

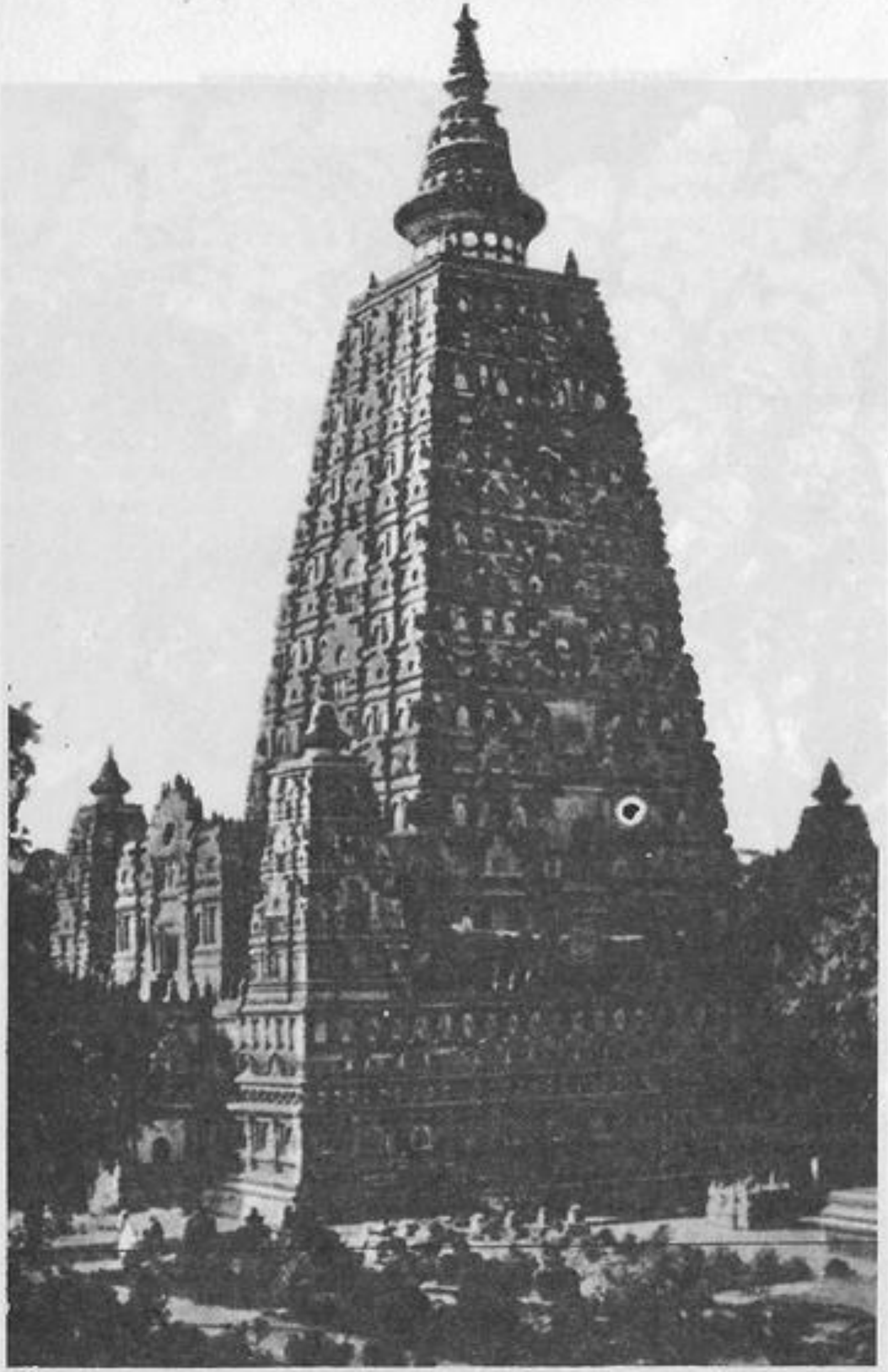
Na primeira metade do século IV, o império gupta faz a sua aparição: seria o último grande Estado esclavagista da Índia. O seu centro continuava em Magadha, como quando da dinastia dos Mauryas e a capital foi sempre Pataliputra. O fundador da dinastia dos Gupta foi um soberano de segunda ordem, que reinou no Magadha: Tchandragupta I (320-330). Conseguiu estender o seu domínio sobre todo o Magadha. O seu filho, Samudragupta (330-380), fez várias campanhas vitoriosas e submeteu reinos do alto vale do Ganges e da Índia Central. Conseguiu grandes despojos na Índia Meridional, que devastou cerca de meados do século IV.

O império gupta atingiu o seu apogeu no reinado de Tchandragupta II (380-414), que invadiu uma grande parte do Pendjab e dos territórios da Índia Ocidental. O seu Estado estendia-se do Golfo de Bengala até ao Golfo Arábico.

No meio do V século, a Índia do Norte sofreu a invasão dos Hunos heftalistas, vindos da Ásia Central, os quais atacaram, entre outros, o império gupta. Mas este império, que adquiria cada vez mais um carácter feudal, não foi capaz de suportar tão longas guerras. No fim do século V a dominação da dinastia dos Guptas não se estendia a mais do que o Magadha e alguns territórios a leste e ao sul deste Estado. A partir dessa época não temos mais informações dignas de fé sobre o seu reino.



Pormenor de fresco em Ajanta



Templo da Iluminação consagrado a Buda. Século V antes da nossa era. Bodhgayâ

8 — *Crise da escravatura e nascimento do feudalismo*

Os primeiros séculos da nossa era são assinalados por um grande desenvolvimento económico da Índia. Desde então, a zona sul desenvolve-se cada vez mais depressa, enquanto que a sua evolução até aí havia sido mais lenta do que a do Norte. Os Indianos põem-se a praticar o afolhamento, a utilizar os adubos, a conquistar novas terras à floresta; desenvolve-se a irrigação. Estátuas e colunas de aço e de bronze, que se conservaram até aos nossos dias, demonstram explicitamente o elevado nível da técnica dessa época. Abrem-se templos nas rochas, o que exigia enormes despesas de mão-de-obra, cálculos complicados e um trabalho hábil na pedra. A Índia tinha um comércio importante, tanto marítimo como terrestre; traficava com todos os países do mundo civilizado, exportava tecidos, ornamentos, pérolas, perfumes, e importava metais não ferrosos, metais preciosos, cavalos e escravos. Os Indianos primaram na cunhagem de moedas de ouro.

Moeda de Tchandragupta II (380-414)

Mas já a crise do regime esclavagista se faz sentir e novas relações económicas se anunciam. O trabalho dos escravos mostra-se cada vez menos capaz de assegurar o desenvolvimento das forças produtivas. O número de escravos empregados na produção vai decrescendo. Muitos encontram ainda o seu emprego nos palácios reais ou em residências dos nobres e dos ricos.

Na mesma época, surge a tendência para sujeitar os homens livres, membros das comunidades: é o feudalismo. O Estado cada vez com mais frequência deixa de pagar as suas dívidas em espécie ou em moeda e passa a conceder à nobreza esclavagista, aos sacerdotes e aos dignitários mais lotes de terras. Os impostos cobrados às comunidades já não vão para o Estado, mas para as pessoas em favor das quais o Estado desistiu dos seus direitos. Pouco a pouco, estas apoderam-se da propriedade das terras recebidas e submetem os aldeões livres. A coisa é facilitada pelo facto de que as diversas funções concedidas se tornam hereditárias. Muitas tribos anteriormente atrasadas (particularmente na Índia Central e Meridional) têm acesso a todos os benefícios da civilização, na altura em que entram em decadência os reinos esclavagistas, podendo assim passar a uma outra etapa, o feudalismo, sem haver conhecido a escravatura. Neste caso, a classe dos feudais procedia da aristocracia tribal.

No estudo do período feudal não deve omitir-se o papel dos templos e dos mosteiros búdicos que tinham recebido, como presente, vastos domínios, com as comunidades que lá viviam. Os sacerdotes e o clero búdico tornavam-se, pouco a pouco, feudais, e os membros das comunidades que tinham na sua dependência formaram uma classe de servos.

À medida que os aldeões livres são subjugados, a sua situação social modifica-se: considerados outrora como vaicyas, são cada vez mais assimilados aos çudras.

No budismo dão-se transformações apreciáveis. As tentativas para fazer dele a religião do Estado mostram-se infrutíferas, pois que os grandes Estados esclavagistas, aos quais deveriam ter servido como ideologia, mostram-se a si próprios instáveis. Mas mesmo aí onde o budismo se conseguiu propagar, ele é sobretudo adoptado pelas cidades; o campo permanece fiel às antigas crenças. Obrigado a viver durante longo tempo, em boa vizinhança com as tradições e a assistir aos desmembramentos políticos, o budismo transformou-se gradualmente. No Mahâyâna, o budismo (que provém de homem que indica o caminho da salvação) torna-se um deus todo-poderoso, ao qual se dedicam templos magníficos. Recorre-se a novas noções: o paraíso e o inferno, prática de ritos pomposos, etc.

Na Índia, a expansão máxima do budismo finaliza com o período dos Kuchans. O seu papel diminui já sob os Guptas. Cultos locais que encerram numerosos elementos do bramanismo e mesmo em grande medida do budismo revelam-se mais resistentes à fragmentação feudal; esses cultos chegam a eclipsar o budismo. Foram eles que engendraram esse conjunto de crenças religiosas que habitualmente se designam com o nome do hinduísmo, a religião mais propagada na Índia actual.

9 — *As castas*

No curso dos primeiros séculos da nossa era, o regime de castas formou-se progressivamente. As castas são grupos sociais absolutamente fechados, que ocupam na vida económica e social um lugar modelado pelo uso e pela lei. A pertença a uma casta era nativa. Enquanto que as varnas tinham aparecido após o agravamento da desigualdade social, as castas provêm da divisão do trabalho.

A divisão social do trabalho, mesmo sob a forma primitiva, tinha feito surgir grupos distintos de pessoas, acantonados cada um deles na esfera das suas actividades. Visto a comunidade rural continuar a existir e haver também fortes sobrevivências da ideologia tribal, esses grupos não se podiam consolidar senão aproveitando-se da organização e da ideologia da comunidade. Isto ressalta até no nome com o qual se designavam esses grupos sociais: o «jâti», que significa linha, tribo, origem; a palavra portuguesa «casta» parece conter uma definição muito exacta do que isso é.

Os membros das diferentes castas não podiam casar entre si; cada casta exercia, em princípio, uma profissão bem determinada, que não podia ser substituída por uma outra. Tinha a sua própria administração interior, os seus membros deviam-se uma recíproca solidariedade, executavam em comum o culto religioso, regulavam o curso do trabalho, observavam as regras de relações estabelecidas entre os membros das diferentes castas, etc.

As castas nasciam no quadro da desigualdade social, enquanto que as varnas já existiam. Não podiam, portanto, ocupar uma posição social equivalente. Naturalmente que as castas se formaram de princípio no seio das varnas, que agrupavam a população trabalhadora: os vaiçyas e os çudras; entre os kchatryas, e mais particularmente entre os brâmanes, as castas não se desenvolveram inteiramente. A varna dos vaiçyas compreendia castas cujos membros cultivavam a terra ou serviam o Estado e a nobreza esclavagista como trabalhadores independentes ou altamente qualificados: agricultores, mercadores, artistas liberais, etc. As castas que tinham por tarefa servir castas agrícolas (tratava-se de pastores, artesãos de aldeia, etc.), e as que exerciam nas cidades ofícios menos privilegiados (ferreiros, oleiros, tecelões, etc.) eram da varna dos çudras.

As tribos subdesenvolvidas, e recuadas para as regiões pouco produtivas sob o ponto de vista agrícola, perdiam a possibilidade de passar a um estádio económico mais avançado. Ficavam reduzidas a viver da caça, da pesca, da economia florestal, etc. Se se instalavam nas cidades ou vilas, empregavam-nas nos trabalhos menos qualificados, mais mal retribuídos, mais desprezados (jornaleiros, limpadores de ruas, apanhadores de detritos, coveiros, carrascos, etc.). Esses grupos sociais formaram numerosas castas de «intocáveis», que os membros das castas «puras» não podiam contactar. A esses «intocáveis» juntavam-se, talvez, antigos escravos, que os senhores mantinham nas suas terras. As classes exploradoras, interessadas em isolar ao máximo os trabalhadores, encorajavam e apoiavam as diferenças de casta, sobretudo no que respeitava aos mais deserdados, aos mais explorados, os «intocáveis».

10 — *A civilização da Índia antiga*

Devemos aos povos da Índia um notável contributo para os tesouros da civilização mundial.

Os seus matemáticos deram ao mundo um sistema de escrita dos números, adoptado universalmente nos nossos

dias (sistema onde o valor do algarismo do número depende da sua colocação) assim como certos algarismos (especialmente o zero) que foram adoptados pelos povos do Próximo Oriente e que são conhecidos da Europa, sob uma forma um pouco modificada, com o nome de «algarismos árabes». Os Indianos da Antiguidade conheciam a extracção da raiz quadrada e da raiz cúbica, sabiam calcular muito exactamente o valor do π (pi) e tinham a noção das leis fundamentais da trigonometria. Os povos europeus da Idade Média aprenderam com os Árabes elementos de álgebra, mas estes últimos reconheciam tê-los aprendido com os Indianos.

Os habitantes da Índia antiga inventaram uma escrita que constitui a base da grafia entre a maioria dos povos indianos actuais. Desde os séculos V e IV antes da nossa era, o gramático Panini estabeleceu os fundamentos da linguística, domínio em que os Indianos obtiveram notáveis resultados.

Os Indianos da Antiguidade primaram nas artes plásticas: na escultura e no fresco. Belíssimas pinturas do século II antes da nossa era até ao século VII da nossa era conservavam-se no templo rupestre de Ajanta (Estado de Heyderabad).

A literatura da Índia antiga é rica e variada. No século I da nossa era foram redigidos em sânscrito, língua literária da Índia multinacional, *O Mahâbharâta* e *O Râmâyana,* poemas épicos, relatando explorações de heróis e envolvendo numerosas lendas muito antigas, que inspiraram os poetas e os artistas das gerações posteriores. Foi então, ou talvez até mais cedo, que foram concebidos e redigidos códigos pela primeira vez, o mais célebre dos quais é o chamado «Leis de Manu», atribuído pelos seus autores a um ser imaginário. Surgiram à luz do dia. A língua pali serviu para se escreverem as obras principais da literatura búdica. A literatura sânscrita dilatou-se nos séculos IV e V antes da nossa era, época que viu florescer o talento de uma plêiade de escritores ilustres, o mais eminente dos quais é o poeta e dramaturgo Kâlidâsa.

Muito cedo (provavelmente desde a primeira metade do I milénio da nossa era) nasceu na Índia uma filosofia materialista que combatia a teologia e o idealismo. Os seus partidários afirmavam a realidade do mundo vigente e viam na projecção dos sentidos a única fonte do conhecimento e o único modo de demonstração. Negavam a imortalidade da alma, a metempsicose e o além, e punham-se a zombar dos ritos e dos sacrifícios.

Um grande número de emigrantes, estabelecidos no sudeste da Ásia (Ceilão, na Indochina, na Indonésia) comunicavam aos aborígenes as realizações da civilização indiana. Os povos da Ásia Central e do Próximo Oriente aproveitaram também o que de mais belo havia sido criado na Índia, país de uma cultura antiga e brilhante.

UNICAP
BC

UNICA BIBLIOTECA CENTRA

CAPITULO XIX

A CHINA

1 — *As fontes*

O estudo do desenvolvimento social e económico da China antiga torna-se difícil pela natureza dos escritos que nos chegaram. Muitos textos estarão definitivamente perdidos ou sofreram numerosas transformações, interpolações, etc., conforme o interesse dos grupos no poder, tão bem feitas que se torna frequentemente impossível reconstituir o original.

Todavia, certas obras tão importantes para a história da China antiga como *O Livro dos Versos (Chi-King), O Livros dos Anais* (*Chu-King* e a *Crónica do Reino de Lu (Tchun-tsiéu)*, atribuídos pela tradição a Confúcio, correspondem, de modo verosímil, a protótipos anteriores. Assim o *Chi-King*, compilação que conta mais de 3000 canções populares e religiosas, foi criado entre o século XI e o VII antes da nossa era. É um espelho do trabalho, alegrias e tristezas de um camponês, membro da comunidade; é um protesto contra os funcionários ávidos, um conjunto de motivos patrióticos, de cenas da vida quotidiana das pessoas simples e da nobreza.

A primeira obra de história geral da China é devida ao maior sábio da Antiguidade: Sseu Ma-ts'ien (entre os anos 145 e 190 da nossa era). Filho de um astrólogo da corte, viajou muito através do país, notando preciosamente as tradições, juntando os documentos, bem como tudo quanto podia esclarecer sobre os usos e costumes dos habitantes da China e dos países vizinhos. *Ssé-Ki (Memórias Históricas)* foi a obra de toda a sua vida. Respeita a uma época que vai desde o lendário imperador Huang-ti até ao fim do século II antes da nossa era. A obra abrange 130 volumes, divididos em cinco rubricas: vida dos imperadores, genealogia e cronologia, informações diversas sobre os ritos, o culto, a irrigação, o dinheiro, os preços, o comércio, a exploração da terra, vida dos príncipes, vida das personalidades eminentes. Na sua obra, Sseu Ma-ts'ien deixa entrever uma certa desaprovação em relação à ordem estabelecida. No *Ssé-Ki*, encontram-se informações, provindo de fontes que não foram encontradas.

A história dos Han anteriores (Ts'ien Han-chu), que seria, de algum modo, o seguimento do *Ssé-Ki*, foi escrita no século I da nossa era pela família Pan, segundo o esquema de Sseu Ma-ts'ien, que serve de modelo a todas as histórias oficiais; esta obra compreende 120 volumes. No século V da nossa era, Fan Ye faz aparecer uma história dos Han posteriores (Heu Han-chu), também em 120 volumes.

Encontramos informações históricas preciosas nas numerosas obras de filósofos como Mêncio, Han Fei-tseu, ou nos de homens políticos como Kuang, entre os autores especializados no estudo das obras literárias da Antiguidade e enfim, nas obras filológicas (¹).

Os dados arqueológicos e epigráficos são de grande importância no estudo da história da China. O território da China está ainda insuficientemente explorado pelos arqueólogos; faltam elementos para uma exposição sistemática da história da sociedade anterior ao aparecimento das classes sociais. As estações de Yang-chao (Ho-nan) e de Tcheng-tse-ai (Chang-tung), que datam da época intermediária entre o Neolítico e o Eneolítico e que foram descobertas

---

(¹) O *Tchun-tsieu* foi totalmente traduzido em russo, tal como os tratados de Han Fei-tseu e de Sun-tseu. As outras obras mencionadas no texto não estão traduzidas senão em parte.

em 1920, oferecem um interesse particular. Supõe-se que remontam ao meio do III milénio antes da nossa era. Certas cerâmicas pintadas, encontradas em Yang-chao, apresentam numerosas analogias com as de Anau (Turqueménia) e de Tripolié; isso demonstra que o nível de desenvolvimento social e económico dessas populações era pouco mais ou menos idêntico.

Para a história da época dos Chang (dos Yin), as escavações da cidade de Chan (perto da actual cidade de Anian) fornecem numerosos dados interessantes; entre as ruínas descobriram-se oficinas, palácios, templos, habitações privadas, muitos objectos de uso corrente, inscrições gravadas em marfim, conchas e vasos em bronze. Muitos desses textos foram decifrados. Os estudos epigráficos, que encerram os arquivos de Anian, confirmaram em muitos pontos o que nos relatam as obras literárias.

Escavações arqueológicas prosseguidas na China, depois da revolução popular, trazem à ciência, todos os anos, novas informações sobre a história antiga do país.

2 — *Condições naturais. A população do país*

O território que viu nascer a civilização e o Estado chineses ladeia o vale de Hoang-ho, no seu curso médio e inferior. Há cerca de 4000 anos, era uma planície uniforme, limitada ao sul por montanhas e a noroeste pelo planalto de Ordos. Os seus solos de aluvião e ricos em «loess» eram extremamente férteis. Muito pantanoso, era sulcado por rios e coberto por florestas impenetráveis.

A norte e a noroeste estendiam-se as áridas estepes da Mongólia; no sul, para lá do vale do Yang-tseu-kiang, começava a região montanhosa e arborizada da China Meridional. Consequentemente, os antigos Chineses ficaram durante milénios isolados dos outros centros da civilização antiga.

A abundância das águas subterrâneas impunha a irrigação, a drenagem, a luta contra as inundações. Foi por isso que os Chineses atribuíram, aos heróis dos seus mitos primitivos, façanhas que diziam respeito à domesticação dos rios, à construção de diques, à abertura de canais.

O território da China é povoado desde os mais remotos tempos. Na gruta de Chu-Ku-tien (perto de Pequim) descobriram-se restos do Sinantropo que, pelo seu aspecto físico, se assemelha ao Pitecantropo. Mas o Sinantropo conhecia já o uso do fogo, fabricava instrumentos grosseiros de pedra e caçava os grandes animais.

Nas camadas superiores desta mesma caverna, Pei Uen-tchung encontrou restos de homem com o nosso tipo físico, que viveu entre o XXV e o L milénio antes da nossa era.

Enfim, os fundadores da cultura neolítica de Yang-chao foram, sem dúvida alguma, os antepassados dos Chineses.

A civilização daqueles, de quem se descobriram os restos nas camadas superiores da caverna de Chu-Ku-tien, situa-se no Paeolítico superior. Instrumentos de quartzo e seixo (há pouco sílex na China), de chifre e de osso permitiam-lhes caçar e pescar. Conchas recolhidas em Chu-Ku-tien revelam a existência de uma primitiva forma de troca. A este respeito, o papel das conchas é bem aquele que se presume, pois que o termo «concha» se encontra nos hieróglifos que designaram noções tais como «dinheiro», «comércio», «riqueza», etc. O Neolítico e o período intermediário entre este último e o Eneolítico reflectem-se na China com a civilização de Yang-chao (do IV ao II milénio antes da nossa era).

As estações de Yang-chao são caracterizadas por cerâmicas policromas, moldadas ao torno. Os homens de Yang-chao, agrupados em colectividades familiares, viviam nas cabanas abertas no solo e trabalhavam a terra com a picareta (cultivavam o milho-painço e o «kaoliang»); pescavam, criavam cães, porcos, cavalos, e capturavam animais selvagens. Nas estações de Yang-chao mais recentes (II milénio antes da nossa era) aparecem armas de bronze: espadas e punhais.

As aldeias eram construídas em colinas e cercavam-se com uma barreira de terra para se defenderem dos ataques do inimigo. É característico que se encontre, frequentemente, o termo «colina» nos hieróglifos que designam os nomes das cidades antigas.

3 — *O império dos Chang ou dos Yin*

A utilização mais corrente dos instrumentos de cobre e de bronze, o aparecimento da cultura do arroz, o nascimento na China da sericicultura, conduziram à desagregação do regime dos clãs, à formação das classes sociais e ao nascimento do Estado esclavagista arcaico, sob a dinastia dos Chang (dos Yin) (1766-1122). Este reino ocupava o vale do curso médio de Hoang-ho, a partir do sítio em que o rio forma um cotovelo e se dirige para leste.

As fontes permitem-nos caracterizar o seu regime social e económico. Na base da economia encontrava-se, parece, a cultura da terra à picareta. A terra «loéssica», mole e fértil, trabalhada com a ajuda de instrumentos primitivos, de madeira e de pedra, dava, todavia, colheitas abundantes. Além da agricultura, continuava a praticar-se a caça e a pesca. As inscrições divinatórias de Anian mencionam que durante as batidas se matavam centenas de animais de todo o porte: veados, javalis, etc.

A criação de gado desempenhava um importante papel na economia. Os habitantes criavam o gado miúdo e de chifres, os porcos, os cães, as galinhas. As inscrições que se podem ler nos objectos oferecidos em sacrifício demonstram que havia grande quantidade de gado. Um desses textos relata uma hecatombe de 300 vacas e de 100 carneiros.

Os ofícios tinham atingido já uma grande perfeição. O bronze servia para fabricar armas, vasos rituais, certas peças de carros.

Taças, bilhas e outros recipientes feitos no torno do oleiro, de argila branca de qualidade excepcional, que eram em seguida cozidos e mesmo vidrados, mostram o desenvolvimento da cerâmica. O fio da seda, obtido nos casulos de bicho da seda, era utilizado para a tecelagem. A perfeição que caracteriza muitos objectos desta época exigia uma aprendizagem de longa duração, o que prova bem que os ofícios estavam separados da agricultura. Existiam na capital quarteirões povoados exclusivamente por artesãos: oleiros, fundidores, gravadores, fiandeiros, tecelões, etc.

As fontes que possuímos indicam a existência, no império dos Chang, de diferentes categorias de escravos. Eram sobretudo as guerras que permitiam adquiri-los.

O desenvolvimento das forças produtivas, a acumulação das riquezas e o aparecimento da escravatura fizeram nascer, no seio do clã, uma minoria de famílias privilegiadas, que formou a classe dirigente, em oposição à massa dos membros das comunidades. O chefe da tribo uang tornou-se o chefe hereditário do Estado. O estudo da necrópole da Anian mostra que na sociedade dos Chang existia uma nítida diferença de fortunas. Entre a multidão de túmulos guarnecidos por um modesto mobiliário funerário, descobriram-se sepulturas que encerravam armas e magníficos vasos de bronze, assim como objectos de nefrite.

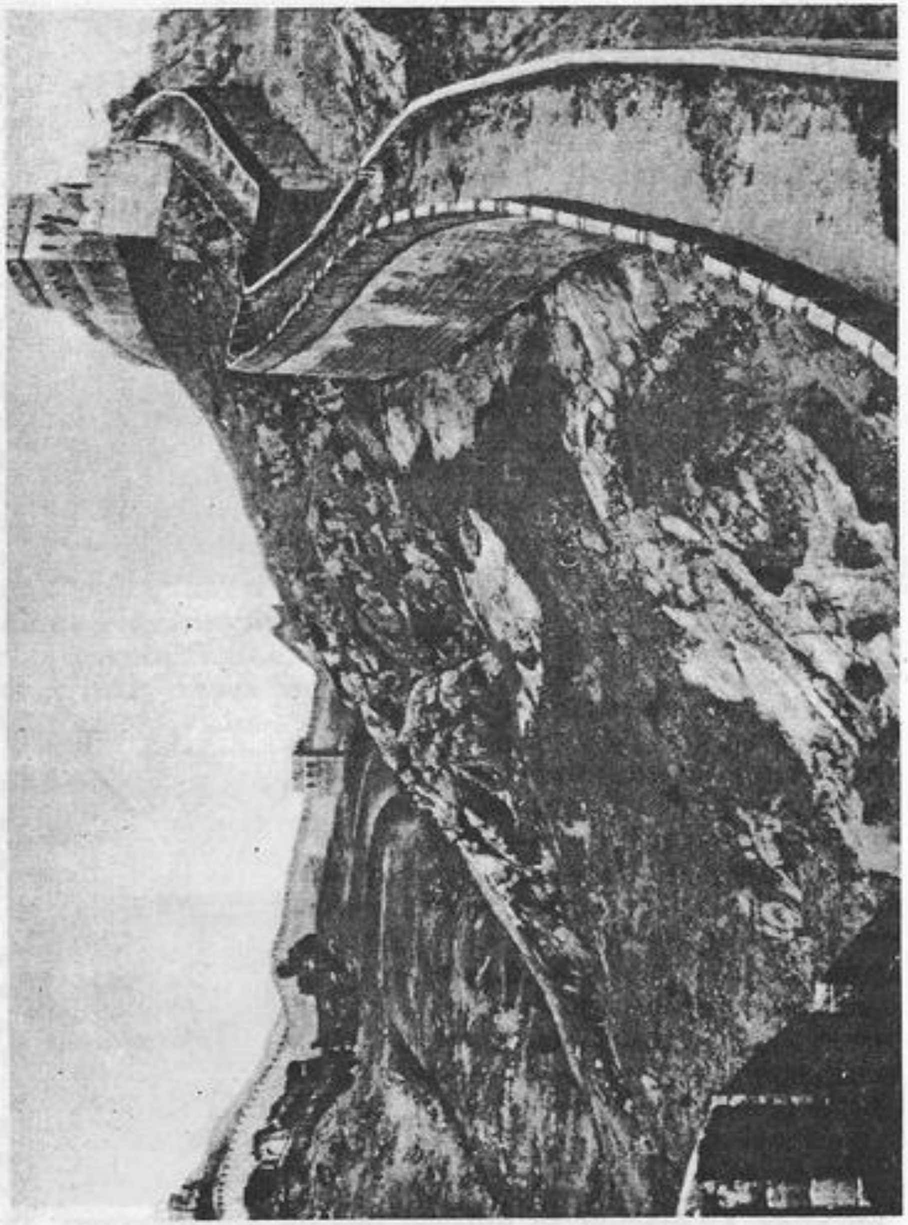
Os escravos estão enterrados ao lado do seu senhor. Foi também ali que se encontraram as sepulturas dos uang, que encerravam tesouros fabulosos. As residências que se encontraram atestam, igualmente, que a população se dividia em classes sociais diversamente afortunadas.

Os principais produtores, na sociedade dos Chang, eram aldeões agrupados em comunidades de vizinhança, que conservavam fortes sobrevivências do regime de clã. A maneira como eram explorados os membros das comunidades permanece, até ao presente, ainda bastante obscura.

À frente do Estado encontrava-se o uang (imperador) que acumulava as funções de chefe de tribo e de grão-sacerdote. Pouco a pouco, adquiriu as feições de um déspota oriental, soberano absoluto, proprietário de todas as terras, representante do céu perante os homens. À volta do uang juntava-se a alta aristocracia, os membros da família imperial e outras famílias nobres do país. Era entre

Vasos da civilização Yang-chao

Vasos de bronze da época Tcheu



A grande Muralha da China

eles que se recrutavam os funcionários do governo, os generais, etc.

As primeiras observações astronómicas, indispensáveis ao calendário dos trabalhos agrícolas, fizeram-se na época dos Chang. Um dos principais méritos desta civilização foi a invenção da escrita hieroglífica, atribuída ao lendário imperador Fu-hi; é dela que deriva a escrita chinesa moderna.

As concepções religiosas do império dos Chang dependem do animismo, estreitamente ligado ao culto dos antepassados. Os ascendentes, sobretudo os dos uang, eram frequentemente imaginados sob a forma zoomórfica, o que constituía uma sobrevivência do totemismo. Assim, Fu-hi tinha o corpo de uma serpente, enquanto que o inventor da agricultura, Chen-Hong, tinha a cabeça de um boi. Recorria-se muitas vezes à magia, dando especialmente toda a espécie de interpretações às fendas que sulcam as conchas das tartarugas lançadas no fogo.

4 — *O império Tcheu*

A oeste do Estado dos Chang, no vale do rio Wei, afluente do Hoang-ho, viviam as tribos Tcheu que, pelos seus caracteres étnicos e linguísticos, tinham, segundo parece, muitas analogias com os Chang. Na economia dos Tcheu, a agricultura desempenhava um papel de relevo, enquanto que a caça e a criação de gado tinham menor importância. Os uang dos Chang faziam várias vezes apelo às forças militares dos Tcheu para lutarem contra as tribos nómadas do noroeste.

Na segunda metade do século XII antes da nossa era, o império dos Chang enfraqueceu-se. Os raros dados que possuímos a esse respeito falam do descontentamento do povo, sobrecarregado de impostos, vítima de repressões maciças e de estúpidas despesas para a construção dos castelos, e para os festins do uang e dos seus costesãos.

Em 1122 antes da nossa era, o chefe dos Tcheu, U-Uang, invadiu com os seus exércitos o império dos Chang e, na encarniçada batalha da planície de Mu Ye (noroeste de Ho-nan), derrotou as tropas do último soberano da dinastia. A acreditar na tradição, a matança foi tal que os pilões de madeira para esmagar o milho-painço nadavam em mares de sangue. Após uma curta resistência, todo o território dos Chang foi anexado ao Estado dos Tcheu e uma grande parte da população foi reduzida à escravatura. A capital dos Chang foi arrasada.

Foi assim que, no fim do século XII e princípio do século XI antes da nossa era, foi fundado no Extremo Oriente um vasto Estado, que ocupava aproximadamente o vale do Hoang-ho, mais exactamente o seu curso médio e inferior, a bacia do Han e o curso médio e inferior do Yang-tseu. As diversas tribos que habitavam essas regiões foram progressivamente assimiladas pelos antigos chineses, adoptando a sua língua e a sua civilização.

Entre as numerosas tribos pastoris que viviam como nómadas no Norte e no Noroeste do império de Tcheu, a tribo Hiong-Hu (os Hunos) consolidou-se notavelmente no princípio do I milénio antes da nossa era e, aliada a outros nómadas, invadiu várias vezes a China dos Tcheu. As tribos estacionadas no Sul do Yang-tseu e em Sseu Tchuan conservaram a sua independência. O seu modo de vida particular, assim como as diferenças de língua, impediam-nos de ser absorvidos pelo povo chinês.

Todavia, o Estado despótico dos Tcheu não esteve muito tempo ao abrigo das disputas. Os seus soberanos distribuíam largamente escravos e terras aos seus pais e aos seus familiares e davam-lhes pulso livre sobre as comunidades de homens livres. Rapidamente o império se fragmentou em mais de 1500 pequenos e grandes Estados, que só em teoria estavam na dependência do imperador. Os mais importantes, a partir do século VII antes da nossa era, foram Ts'i (Chang-Tung), Ts'-in (Chen-si), Tsin (Chan-si), Tchu (curso médio do Yang-tseu), Wei (Ho-nan) e Yen (Hu pei). Estes Estados guerreavam constantemente

UNICAP
B C

para obter escravos, conquistar territórios e assegurar a hegemonia.

5 — *Os diferentes períodos da história antiga da China*

Segundo os historiadores da China feudal, a história da China antiga após o aniquilamento do império dos Chang divide-se em três períodos, baseados na sucessão das dinastias: Tcheu (1122-247 antes da nossa era), Ts'in (246-207 antes da nossa era) e Han (de 206 até 220 da nossa era).

A exemplo dos historiadores chineses da Idade Média, que tinham tendência para interpretar acontecimentos mais antigos no espírito da sua época, os historiadores burgueses consideraram o período dos Tcheu-Han como feudal. Essa concepção sobressai nitidamente na obra do grande sinólogo Henri Maspero *(A China Antiga)*. Não se deve perder de vista que Maspero, historiador idealista burguês, não considerava de forma alguma o feudalismo como uma formação social e económica, tendo forças produtivas bem definidas e correspondentes relações de produção. Ele entendia por feudalismo as relações jurídicas que definiam os laços entre senhor e vassalos e que resultavam do fraccionamento do país que, outrora unido, se havia desagregado numa multidão de apanágios compreendidos num sistema hierárquico mais ou menos rigoroso, sob o poder mais ou menos nominal do imperador. Os trabalhos de Maspero, de Pottier, de Franke e de outros historiadores burgueses, muito preciosos pela sua documentação e pela agudeza de certas observações, deixam, todavia, subentender que não havia evolução social na China e que o feudalismo existira aí desde sempre. Nesta base nasceram hipóteses reaccionárias, frisando o racismo, segundo as quais os Chineses seriam incapazes de progresso e não deveriam senão aos estrangeiros o desenvolvimento da sua civilização.

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

Graças às obras dos investigadores marxistas chineses e soviéticos, a lenda do regime feudal na China antiga foi refutada. Está assente, sem contestação possível, que a sociedade chinesa evoluiu do regime comunitário primitivo para o feudalismo, passando por uma forma de produção baseada na exploração dos escravos.

É certo que o estado actual da ciência não permite ainda datar exactamente os períodos. Muitos investigadores chineses insistem no carácter feudal da sociedade han e mesmo tcheu. Todavia, há razões para pensar que as épocas tcheu e ts'in se situam no apogeu do regime esclavagista, enquanto que a época han marca a sua desagregação e o nascimento do feudalismo.

6 — *Regime social e económico do império Tcheu*

A época tcheu caracteriza-se por um desenvolvimento muito rápido das forças produtivas. No século XII antes da nossa era, os Chineses descobriram o ferro, se bem que a sua utilização intensiva tivesse lugar numa época mais recente, entre o século VI e o IV. Nos campos cultivava-se sobretudo o arroz. A passagem à cultura do arroz «aquático» necessitava de meios de irrigação mais aperfeiçoados. É uma cultura muito complicada, que exige muito trabalho e habilidade. O agricultor começou por usar uma charrua primitiva de madeira; apareceram jardins e pomares, aumentou-se a cultura da amoreira, do mesmo modo que a criação do bicho da seda que nela se alimenta.

As escavações efectuadas pelos investigadores da República Popular da China no território do antigo principado de Tcheu mostraram que o bronze começava a usar-se cada vez mais na vida corrente e na produção. Os vasos de bronze, de um trabalho admirável, são frequentemente ornados com inscrições de carácter religioso ou documentário. Cunha-se a moeda. A tecelagem da seda, a marcenaria, a olaria e outros ofícios aperfeiçoam-se. Na época dos Tcheu, o artesanato separa-se definitivamente da agricultura. Em virtude da divisão do trabalho, desenvolvem-se o comércio e as trocas monetárias, aumentam as cidades, tais como Ho (perto da actual cidade de Si-an), Lo-yi (actualmente Lo-yan), etc.

Com os Tcheu efectua-se a formação das classes da sociedade esclavagista. Já no tempo em que os Tcheu invadiam o império dos Chang, U-Uang dava aos seus familiares de escravos autóctones. Inscrições gravadas em vasos de bronze falam-nos da evolução do Estado esclavagista. «Concedo-te (lê-se num dos textos do século XI antes da nossa era, quatro anciãos dessa província, 659 escravos, moços de estrebaria, agricultores e artistas. Concedo-te chefes e anciãos, aprisionados aos bárbaros, em número de 13, mais 1050 escravos.»

As guerras entre províncias forneciam largamente o país em escravos. A crer em Sseu Ma-ts'ien, dezenas de milhares de homens eram enviados para a escravidão quando desses conflitos. O desenvolvimento do comércio, do dinheiro, e o aparecimento da usura estabelecem no país a escravatura por dívidas. Uma outra fonte de escravos era a condenação de homens livres acusados de terem infringido as leis. O condenado ficava a ser escravo temporariamente ou por toda a vida. Algumas vezes, mesmo, a escravatura devia abranger toda a descendência do acusado. Quando se tratava de um crime, tornava-se escravo não apenas o próprio aldeão, mas também a sua família e, em virtude da caução solidária, até os seus vizinhos.

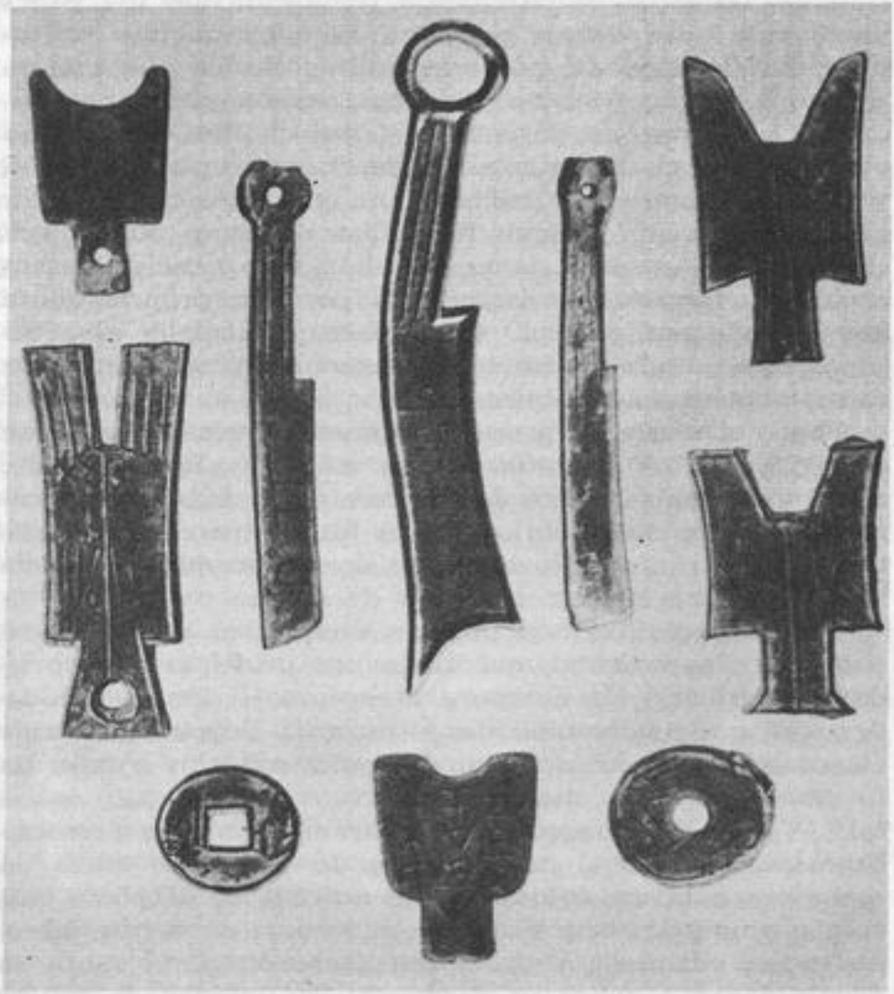
Como a agricultura chinesa exigia do aldeão uma grande habilidade e muita aplicação, o trabalho dos escravos não podia aí ter senão um uso restrito. Utilizavam-se de preferência a construir diques, a abrir canais, a edificar fortalezas, na criação, nas minas. Segundo certas informações, os escravos trabalhavam também como artesãos. A grande diversidade dos termos que significam «escravo» reflecte, segundo parece, não só a diversidade das suas origens, mas ainda dos domínios onde se utilizavam.

A economia da sociedade chinesa da época dos Tcheu assentava sempre na comunidade de vizinhança, explorada pelo Estado esclavagista e pelas famílias aristocráticas.

Essa comunidade é-nos conhecida por descrições do filósofo Mêncio (século IV antes da nossa era). Segundo ele, a terra dividia-se outrora em nove partes iguais que, tomadas no conjunto, se assemelhavam ao hieróglifo «tsing», que significa «poço» (é por esta razão que todo o sistema «tsing-tien» significa «campos de poços»). Oito famílias recebiam em partilhas os diferentes lotes. Cada um trabalhava o campo que lhe havia sido dado e, em conjunto, exploravam o nono, o «Kung-tien» (campo comunitário). Este último era cultivado antes dos outros. A colheita que aí se fazia pertencia ao Estado.

Na descrição de Mêncio, ao lado de indícios utópicos, encontra-se um conteúdo realista, que reflecte o primitivo modo de exploração dos membros das comunidades. Todavia, desde o início da época dos Tcheu, como o demonstram os cantos de Chi-King, foram criados vastos domínios pertencentes ao Uang e aos seus altos dignitários, os quais eram trabalhados pelos aldeões das comunidades subjugadas, assim como por escravos. O sistema «tsing-tien» foi pouco a pouco abandonado, e durante o período que se estende do século VI até ao IV antes da nossa era, os «campos comunitários» desapareceram em todas as regiões; em seu lugar instituiu-se uma contribuição em géneros que equivalia ao terço, e mesmo à metade, do produto das colheitas. Essa medida esbarrou com a oposição dos membros das comunidades, que sentiram ainda mais o jugo dos seus exploradores. Um canto de Chi-King reflecte, em versos admiráveis, o ódio dos aldeões para com os exploradores, os funcionários que se atiravam como ratos às colheitas:

«Ratos, ratos, não roubeis o nosso frumento,
Nós vivemos sob a vossa lei há três anos,
Vós nunca nos concedeis qualquer benefício.
Nós abandonar-vos-emos para irmos para longe.
Iremos para uma região feliz,
Para uma região feliz, para uma região feliz,
Encontraremos a justiça...»



Moedas dos impérios chineses do século V ao III antes da nossa era

A tirania dos esclavagistas provocava frequentemente a rebelião das massas populares.

A classe dirigente da China dos Tcheu provinha do meio que se dava com o uang (a sua família), assim como dos pequenos e grandes potentados e da nobreza de nascimento. Os laços de parentesco representavam um papel importante para definir os graus da nobreza. Isso reflectiu-se na titularidade, pois em muitos títulos que marcavam uma função («hu»: o archeiro), havia muitos que indicavam um grau de parentesco («tseu»: filho, «puo»: tio paterno, etc.). Os representantes da classe no poder usavam vestuários sumptuosos, tinham um grande séquito e um guarda de corpo pessoal. Recebiam do uang ou do seu chefe local o governo de um território do qual pudessem explorar a população, carregando por sua própria conta um imposto em géneros. Além disso, os uang e os soberanos de segunda ordem concediam títulos aos nobres de terras com os seus habitantes.

Pouco a pouco um grupo de homens novos soube pôr-se em evidência: os mercadores e os usurários. Juridicamente não tinham mais direitos do que os aldeões, mas economicamente tinham muita influência. A luta entre eles e a aristocracia, outra fracção da classe dominante, deixou a sua marca em toda a história antiga da China.

O regime político do império dos Tcheu era o despotismo de tipo oriental, que tinha por princípio a propriedade imobiliária do Estado e a exploração das comunidades. «As antigas comunidades — escrevia Engels —, lá onde elas subsistiram, constituem desde há milénios a base da forma de Estado mais grosseira: o despotismo oriental...» (1) Os Estados que se formaram depois do desmembramento da China, no princípio do I milénio antes da nossa era, estavam colocados sob a tutela de déspotas que, com a ajuda dos seus exércitos e de uma numerosa administração, exerciam o poder da classe dirigente sobre as comunidades e sobre os escravos. Os Estados da antiga China, tal como os outros Estados do Oriente antigo, envolviam, segundo a expressão de Marx, três funções: pilhagem das populações locais, pilhagem dos povos vizinhos e do aparelho de irrigação, sem o qual nenhum processo de produção teria podido existir.

---

(1) F. Engels, *Anti-Dühring*, p. 213.

7 — *Luta pela hegemonia. Crescente poderio do reino de Ts'in*

Durante as guerras sem número, os pequenos Estados diminuíram notavelmente e cerca do fim do século IV antes da nossa era não restavam senão algumas dezenas. Cinco reinos mais poderosos e mais vastos do que os outros disputavam continuamente a hegemonia. No curso desta luta, dois Estados se revelaram mais fortes: os de Ts'in e de Tcheu. O reino de Ts'in ocupava aproximadamente o território da actual província de Chen-Si. Passava por ser muito rico, porque comerciava activamente com os nómadas, comprando-lhes escravos, gado e peles, e vendendo-lhes ferro, seda, sal e produções artesanais. O reino de Ts'in consolidou-se sobretudo após terem sido postas em execução as reformas de Chang-Iang, um dos mais eminentes homens políticos do reino, reformas essas que tinham sido possíveis pelo desenvolvimento das trocas comerciais e monetárias e pelo surto da sua economia. Entre essas medidas, uma das mais significativas foi a abolição do sistema de «tsing-tien» (350 antes da nossa era), substituído por um imposto em géneros e a autorização de comprar e vender livremente a terra. Chang-Iang favoreceu, assim, a subida vertiginosa do poderio dos mercadores e dos usurários (a «nova» nobreza) e contribuiu para a valorização das terras virgens.

A supressão do sistema «tsing-tien» teve por efeito concentrar a terra nas mãos da «nova» nobreza e arruinar os homens livres das comunidades. Despojados estes, não lhes restou senão ficarem escravos. Chang-Iang lutou contra os privilégios da velha aristocracia de nascimento e promulgou uma lei segundo a qual os títulos deviam ser dados, não em virtude das origens daquele que se recompensava, mas sim como reconhecimento dos seus serviços prestados na guerra. Chang-Iang protegia os imigrados vindos das regiões vizinhas, o que provocou um forte aumento da população.

Para desagregar as comunidades e enfraquecer a aristocracia de nascimento Chang-Iang tomou importantes medidas como, por exemplo, a dissolução das famílias patriarcais e a valorização de uma nova divisão administrativa, que transformava os antigos territórios dos clãs e das tribos. Nessa época o reino de Ts'in recrutou numerosos cavaleiros mercenários entre os nómadas. As armas de bronze foram retiradas da população e os soldados receberam armas de ferro.

A extensão da base de processos esclavagistas de produção, o aumento da economia e o reforço da classe no poder permitiram ao Ts'in passar ousadamente a uma política de conquista; depois chegou mesmo a criar a primeira monarquia centralizada da China.

O reino Tcheu encontrava-se no curso médio do Yang-tseu. Este Estado, vasto e povoado, que dispunha de um grande exército, opôs-se às tendências unificadoras do Ts'in, seu rival. Ora a unificação era ditada por necessidades prementes. As lutas no seio da classe dirigente devastavam o país e arruinavam as suas forças produtivas; os aldeões sem recursos alguns refugiavam-se nas montanhas e nos bosques, onde formavam destacamentos armados que semeavam o terror entre os proprietários de escravos e mercadores.

Foi esse reino Ts'in que se encarregou de unificar o país. Absorveu progressivamente os outros Estados. As guerras eram conduzidas com uma crueldade notável. Assim, quando o império dos Tcheu se submeteu ao Ts'in, todo o seu exército de 400 000 homens foi massacrado. Os governadores e seus parentes eram em geral mortos. Em 221 antes da nossa era o governador do Estado de Ts'in proclamou-se imperador de toda a China e intitulou-se «Ts'in-Chi Huang-ti» (primeiro imperador de Ts'in). O país estava unificado.

8 — *O império Ts'in (246-207 antes da nossa era)*

Chi Huang-ti concentrou a monarquia centralizada e abafou as tendências separatistas da nobreza de nascimento, que havia perdido o seu papel desde que o país deixou de estar fragmentado. Dividiu o império em 36 províncias e proibiu que se pronunciasse o nome dos antigos reinos. As leis de Chang-Iang foram aplicadas em todo o império. Chi Huang-ti introduziu um sistema de medidas e de pesos único para todo o país e unificou a moeda. Os títulos foram abolidos e os homens livres classificados em duas categorias: os nobres e as pessoas do povo. Nas províncias circulavam inspectores que dependiam directamente do imperador e que velavam pela execução das suas vontades. Todas as armas foram retiradas, para com elas se fazerem estátuas de 15 metros que ornavam o palácio imperial. A escrita hieroglífica foi unificada (antes cada reino tinha a sua escrita).

A unificação do país permitiu a Chi Huang-ti activar a sua política externa. Os exércitos do Ts'in passaram o rio Yang-tseu e conquistaram os vastos territórios do Sul. O Vietname teve de reconhecer mesmo a suserania do Ts'in. Para se defender dos nómadas e regularizar as relações que se mantinham com eles, foi construído um dos mais grandiosos monumentos da Antiguidade: a Grande Muralha da China, que se estendia do golfo do Tché-li até à fronteira da actual província de Kan-su. Importantes trabalhos foram empreendidos na capital do Ts'in, Hien yang (perto de Si-an).

Todavia, o império do Ts'in foi efémero. Os trabalhos de envergadura efectuados sob as ordens de Chi Huang-ti exigiam uma enorme mão-de-obra. Segundo a lenda, só para falar da Grande Muralha da China, dois milhões de escravos e de aldeões trabalhavam adstritos aos trabalhos pesados, sob a fiscalização de 300 000 soldados. O trabalho duro aí empregado, o empobrecimento das terras, o risco de se ficar escravo, os rigores, tudo isso levou os aldeões a revoltarem-se, o que era de prever ainda em vida de Chi Huang-ti. A «velha» nobreza estava, também ela, contrariada, pois havia sido excluída do poder político, sem que tivesse perdido o seu poder económico ou o seu prestígio. As populações dos antigos reinos tinham também muitos descontentes. Pouco após a morte de Chi Huang-ti (209 antes da nossa era), o império de Ts'in afundou-se, esgotado pelas sublevações de aldeões e de escravos, assim como pelas rebeliões de esclavagistas e de aristocratas.

A morte de Chi Huang-ti foi o sinal da insurreição geral. Os escravos e os aldeões marcharam ao ataque. Em 209, um pobre aldeão, Tcheng Cheng, originário da actual província de Ho-nan, levantou uma multidão de 900 aldeões que eram enviados para os trabalhos de fortificação da fronteira norte. Depois disso, as insurreições dos aldeões propagaram-se a todo o território da China. Em seu favor, representantes da classe dominante tomaram armas para se apoderarem do poder. Os mais poderosos entre eles eram Hiang Yu, descendente de um alto dignitário que havia servido no antigo reino Tcheu (Hiang Yu apoiava-se nos territórios do Sudeste) e um pequeno funcionário de nome Lieu-Pang. Durante a luta, Hiang Yu e Lieu-Pang concluíram um acordo temporário; depois de terem submetido os outros pretendentes ao poder e aniquilado a monarquia de Ts'in com o auxílio dos aldeões, sufocaram a insurreição dos aldeões. Tcheng Cheng foi morto.

O levantamento dos aldeões deveu o seu fiasco à total falta de disciplina e de organização. Os condutores dela arrogavam-se títulos, destacavam-se das massas, e muitos deles tentaram fazer-se reconhecer pela classe no poder e a ela se juntarem. Todavia, a insurreição dirigida por Tcheng Cheng teve como resultado o aniquilamento da monarquia despótica do Ts'in e um certo bem-estar entre os trabalhadores. Foi uma das mais importantes insurreições populares da história da China.

9 — *O império dos Han anteriores (206 antes da nossa era — 24 da nossa era)*

Uma vez reprimido o levantamento dos aldeões, Lieu-Pang e Hiang Yu disputaram o poder. Nesta luta, Hiang Yu defendia os interesses da velha aristocracia e dos grandes proprietários de escravos. A política de Lieu-Pang era mais delicada. Suprimiu a velha legislação do Ts'in, que pelo mais pequeno delito ameaçava o aldeão livre com a

UNICAP
B C

escravatura. O seu exército observava uma disciplina rigorosa. Assim, soube ganhar a estima de largas camadas da população e conseguiu infligir ao seu rival uma tremenda derrota (202 antes da nossa era). Em seguida proclamou-se imperador. A dinastia que fundou recebeu o nome de Han (1).

O império dos Han consumou a obra de Chi Huang-ti, ou seja, a unificação da China. A longa existência de um Estado único, na dinastia dos Han, permitiu a fusão de elementos étnicos de origem diversa, que povoavam o país. A unificação contribuiu, assim, para a fusão dos dialectos numa só língua. É do império Han que data a formação da nacionalidade chinesa. O papel dos Han está simbolizado pelo nome que os Chineses se dão entre eles: «Han-jen» (o povo de Han).

A política dos primeiros imperadores Han visava o reforço do aparelho de Estado monárquico, o dilatamento das possessões do império e o levantamento da economia, gravemente comprometida no fim das épocas dos Tcheu e do Ts'in.

O governo encorajava a construção de obras de irrigação, o desbravamento das terras virgens ou abandonadas, devido à dizimação da população. Uma certa diminuição de impostos permitiu ao aldeão melhorar a cultura da terra. Durante o período Han, a lavoura com charrua, puxada por animais, tornou-se muito corrente. O sistema das sementeiras por platibandas aperfeiçoou-se. As grandes massas da população gozavam de um bem-estar relativo, devido ao extermínio de numerosos representantes da classe dominante.

O governo dos Han anteriores esforçou-se por regulamentar a actividade dos mercadores e dos usurários. Foi-lhes proibido fazer ostentação das suas riquezas, e os seus descendentes não podiam ocupar postos administrativos.

---

(1) O reinado dos Han compreende duas épocas: a dos Han anteriores (206 antes da nossa era até 24 da nossa era, aquando da insurreição dos «Sobrancelhas Vermelhas»; e a dos Han posteriores (25-220 da nossa era).

UNICAP - BIBLIOTECA CENTRAL

Mas, posteriormente, estas determinações não foram cumpridas. O comércio e os ofícios realizaram grandes progressos. «As lacas vermelhas e as plumas de todas as cores chegam das províncias de Lu e de Chu; os couros curtidos, os objectos de osso e de marfim chegam do Ts'in e do Yen; a madeira de cedro e o sândalo, assim como o bambu, do Tsien-nan; o peixe, o sal, os tapetes e as peles, do Yen e do Ts'in; as fiações tingidas, os tecidos finos e o vestuário de cânhamo, do Yen e do Yue.» Estas palavras, de um contemporâneo, mostram o desenvolvimento da divisão regional do trabalho.

As trocas comerciais e monetárias desenvolveram-se rapidamente. Segundo as palavras de Sseu Ma-Ts'ien, os mercadores ricos faziam comércio em todo o império e podiam satisfazer qualquer pedido de mercadorias.

O estado actual dos nossos conhecimentos não nos elucida sobre todos os problemas que levanta o regime económico e social do império dos Han. Era, entretanto, um Estado esclavagista. Os documentos que chegaram até nós falam de homens ricos que possuíam centenas e até milhares de escravos. Tal como dantes, recorria-se ao trabalho dos escravos para construção de edifícios, para os trabalhos artesanais e para os trabalhos agrícolas. A tráfico de escravos estava concentrado em mercados permanentes. Os textos mencionam, frequentemente, revoluções de escravos.

Novos fenómenos se começam a manifestar na vida social e económica do império. Os soberanos distribuem aos seus parentes, aos seus familiares e aos dignitários, propriedades com os aldeões, que as fazem frutificar. Grandes proprietários imobiliários submetem os seus domínios ao regime de arrendamento a meias. Nas terras de pousio e nas zonas fronteiriças, estabelecem-se aldeões servos do Estado. «Poderosas casas» aparecem na mão de grandes proprietários imobiliários, que têm inúmeros aldeões e os seus próprios exércitos, capazes de quebrarem toda a resistência dos aldeões e mesmo de levantar cabeça ao poder real. Esses factores indicam o desenvolvimento do feudalismo na sociedade chinesa do tempo dos Han.

O reinado do imperador Wu-ti (140-86 antes da nossa era) marca o apogeu do império Han. Após haver abatido as famílias aristocráticas, Wu-ti soube consolidar rapidamente o poder centralizado. Instituiu um exército permanente, e os seus ministros, que provinham dos meios mercantis ou artesanais, velavam pela aplicação de medidas que visavam o reforço do poderio económico do país, tais como o estabelecimento do monopólio do Estado na extracção do sal e do minério do ferro, e a interdição dos particulares cunharem moeda.

O desenvolvimento económico da China no século II antes da nossa era permitiu-lhe passar a uma política externa activa. Os exércitos dos Han submeteram o Vietname, conquistaram o Yun-nan e o Sul da Manchúria. As relações com os Hunos eram um dos problemas mais importantes da política exterior. As contínuas invasões, a ameaça de uma poderosa coligação de tribos sob a sua égide e comandada pelo Chen yu Me Te, levaram o governo dos Han a procurar aliados. Foi com este objectivo que, em 138 da nossa era, foi enviado ao Ocidente um eminente diplomata, o general Tchang-K'ien. Tinha por missão tomar contacto com os vizinhos dos Hunos, os Massagetas.

Após haver longamente viajado e permanecido dez anos prisioneiro dos Hunos, Tchang-K'ien chegou à Ásia Central onde visitou Kharezm, Bukhard e outras cidades.

As informações que colheu sobre esses países do Oeste suscitaram na China o maior interesse. Se bem que a sua principal missão (contrair uma aliança com os Massagetas) não tivesse sido executada, os seus relatórios revelaram aos homens de Estado a existência de uma elevada civilização, que florescia sobre extensos territórios, e da qual não haviam até aí tido a mais pequena ideia. Com base nos relatos de Tchang-K'ien preparou-se uma viagem até ao Ocidente. Foi assim que a sua viagem se havia tornado o ponto de partida para os contactos entre a China e outros berços de civilização.

Após algumas encarniçadas batalhas, os exércitos chineses conseguiram repelir os Hunos para o Norte, e, em 104 antes da nossa era, após haverem atravessado o deserto de Takla-Makan e as montanhas de Tian-Chan, penetraram no vale de Fergana. Tal é a origem de uma das principais rotas do comércio na Antiguidade, conhecida sob o nome de Grande Estrada da Seda, que ligava a China ao Império romano, ao reino dos partas e à Índia. Por essa estrada é que a China exportava a seda, o ferro e os produtos artesanais; e importava os produtos preciosos e sobretudo cavalos.

10 — *Crise do império dos Han. Reformas de Wang-Mang. Insurreição dos «Sobrancelhas Vermelhas»*

A livre compra e venda das terras, o aumento dos impostos, devido ao excessivo luxo da corte dos Han e à amplidão da sua política externa, tudo isso teve como resultado arruinar os aldeões. Se bem que em princípio o imposto fosse de uma trigésima ou de uma décima quinta parte da colheita, na realidade passava de metade, segundo o testemunho do *Ts'ien Han chu*. Além disso, adiantava-se um imposto sobre cada homem que quisesse eximir-se ao serviço militar. Eis como o *Ts'ien Han chu* descreve a situação dos aldeões chineses no século I antes da nossa era: «Os poderosos mediam as suas terras por milhares de mu (¹), enquanto que os pobres não tinham sequer onde colocar uma sovela... Os pais, os filhos, os maridos e as mulheres trabalham a terra todo o ano e o fruto do seu trabalho não chega para os alimentos. Assim, os cães e os cavalos dos ricos podem comer todo o milho-painço e toda a ervilha que se lhes der, enquanto que os pobres terão de contentar-se com o que é seu.»

O emprobrecimento do império permitiu aos nómadas apoderarem-se da Grande Estrada da Seda e causar prejuízo ao comércio externo da China. As revoltas cada vez mais frequentes (fim do século I antes da nossa era), nas quais tomaram parte tanto os escravos como os homens livres desapossados, foram os primeiros sintomas de uma séria crise que se preparava no império Han.

O governo procurou impedir a explosão de cólera popular com reformas parciais, instituindo, por exemplo, uma norma-limite aos bens imobiliários (5000 mu) e à posse de escravos (200). Mas tais medidas não deram resultado.

Um parente da família imperial, Wang-Mang, ajudado por cúmplices, procurou entravar a crise por métodos feudais de exploração. Preconizava igualmente a distribuição das terras a todos os que delas haviam até aí sido delas privados. Wang-Mang considerava estas medidas como a reposição em vigor do sistema «tsin-tien».

Procurou também regularizar os preços do mercado e organizar um crédito do Estado a 10 por cento ao ano.

Os seus intentos esbarraram com a desesperada resistência da classe no poder, e foi forçoso que desistisse.

O insucesso dessas reformas provocou uma revolta maciça dos aldeões e dos escravos, que pôs em perigo o império. Rebentou uma insurreição dos aldeões nos anos 17 e 18 da nossa era, nas províncias de Ho-nan, Hu-péi e de Chang-tung. Os rebeldes estavam organizados em destacamentos que tinham nomes e chefes. Os mais poderosos eram os destacamentos dos «Sobrancelhas Vermelhas», na província de Chang-tung, assim chamada porque tingiam de cor vermelha as suas sobrancelhas. Wang-Mang tentou em vão reprimir pelas armas esse levantamento. No ano de 23 os insurrectos tomaram a capital do império Tchang-nan e mataram Wang-Mang. Alguns membros da casa imperial dos Han, afastados do poder por Wang-Mang, tiraram partido da revolta. Um deles foi proclamado imperador. Depois, as tropas dos seus partidários voltaram-se contra os rebeldes e afogaram em sangue a insurreição.

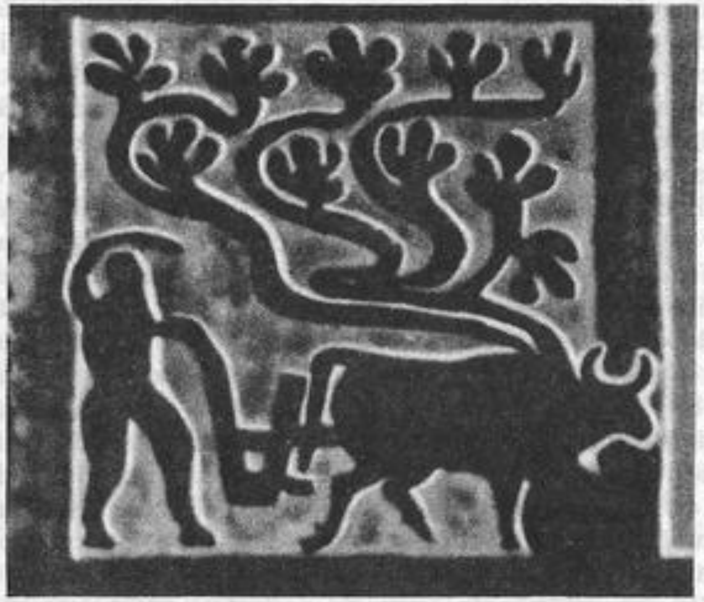
11 — *O império dos Han posteriores (25-220 da nossa era)*

Se bem que a insurreição houvesse sido sufocada, a classe dirigente teve de fazer concessões. As crianças ven-

---

(¹) Cerca de 0,06 hectares.

didas como escravos foram libertas e alguns insurrectos foram amnistiados. Uma parte das terras cultiváveis, que pertencia a grandes proprietários, passou para as mãos dos aldeões. O imperador reduziu mesmo os impostos. Como a escravatura se tornou menos dura e os métodos de exploração se encontravam suavizados, houve novo desenvolvimento económico. O sistema de irrigação foi reparado e aumentado, o que desenvolveu a superfície das terras cultiváveis. Intensificou-se a extracção dos minérios de ferro, assim como a fundição dos metais. O comércio expandiu-se. A China do fim do século I da nossa era tornou a entrar na posse da Grande Estrada da Seda.



Lavoura. Baixo-relevo de pedra das sepulturas dos Han. Província de Chen-si. Cerca do ano 100 antes da nossa era

Em 91 da nossa era, um grande general e homem político chinês, Pan-Tch'ao, conquistou a região do Sin-kiang e empreendeu uma campanha na Ásia Central, que teve de aceitar a suserania da China. Os Hunos sofreram uma autêntica derrota: uma parte deles teve de pagar um tributo à China, e os outros foram forçados a emigrar para o Ocidente.

Mas uma vez consolidadas as suas posições, as classes dirigentes renunciaram às concessões que haviam feito aos aldeões. O processo de reagrupamento das terras tomou proporções inauditas. As «casas poderosas» possuíam centenas de milhares de mu cultivados pelos aldeões subjugados. As obras de irrigação caíram em ruína e o Estado enfraquecia-se.

A ruína dos aldeões e a desagregação do aparelho do Estado provocaram um poderoso movimento dos aldeões, conhecido na história pelo nome de «Bonés Amarelos». Essa insurreição, que teve lugar em 184, na província de Chan-tung, não era absolutamente similar à dos «Sobrancelhas Vermelhas»; produziu-se depois de os seus chefes terem explicado longamente os seus fins à população. Haviam-se criado previamente várias dezenas de destacamentos e fixado o dia do ataque. O movimento era de inspiração taóica (ver mais adiante).

O pregador taóico, Tchang Kio, chefe da insurreição, proclamou a abolição completa da ordem existente (chama-lhe «o céu cinzento») e o advento de um novo regime, justo (que ele intitulava, sob forma figurada, «o reino do céu amarelo»); e esse novo regime viria logo que fosse realizado o «t'ai p'ing tao» (princípio da grande paz).

Tendo sido entregue às autoridades, através de um traidor, o plano da insurreição, era necessário apressar o ataque. A revolta atingiu rapidamente todo o império. Os insurrectos libertaram os escravos, mataram os funcionários odiados, partilharam entre si os objectos de valor de que se haviam apoderado. A insurreição dos «Bonés Amarelos» durou perto de um quarto de século e foi reprimida com muita dificuldade.

No ardor dos combates, o império Han, que havia conservado uma forma caduca de exploração, quer dizer, a escravatura, soçobrou e deu lugar ao regime feudal.

12 — *A civilização da China antiga*

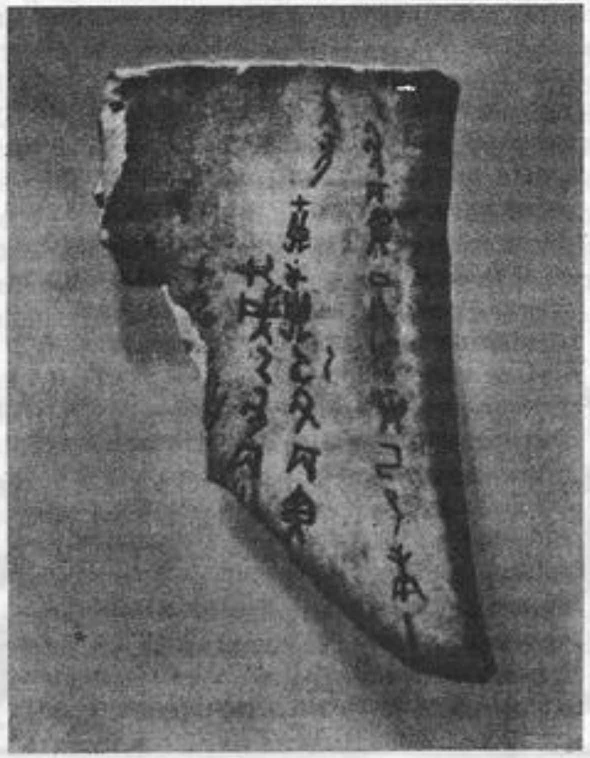
Foram as necessidades de ordem prática que provocaram a invenção da escrita e favoreceram o aparecimento das ciências. A escrita chinesa remonta à mais longínqua Antiguidade. Nos textos escritos em osso (II milénio antes da nossa era), os investigadores recensearam mais de 2000 hieróglifos, o que mostra bem que a escrita havia nascido muito mais cedo.

O desenvolvimento do sistema hieroglífico chinês pode ser comparado ao do Egipto. Alguns desenhos da pictografia primitiva conservaram-se posteriormente como equivalentes a palavras. É o caso dos hieróglifos «homem», «criança», «mulher», «árvore», «alto», «baixo», etc. A combinação desses hieróglifos simples permitiu formar outros, que designavam novas noções (por exemplo, dois hieróglifos da palavra «árvore» significavam «floresta»).

Mais tarde (no fim do II e princípio do I milénios antes da nossa era), os Chineses tiveram de aperfeiçoar a sua escrita, juntando a um sinal-chave, que mostrava a que classe de fenómenos pertencia a noção expressa, um outro sinal de carácter fonético, para indicar a pronúncia.

No tempo de Ts'in, primeira monarquia centralizada, a escrita foi unificada; e na época dos Han tomou pouco a pouco o seu aspecto actual, graças à utilização de um novo material: a seda, depois o papel (antes utilizavam-se tabuinhas de madeira). Se os Chineses escreviam recentemente, dispondo ainda os seus sinais por colunas verticais, é porque outrora haviam utilizado pranchetas verticais.

O estabelecimento do calendário agrícola exigia observações de astronomia. Os Chineses da Antiguidade mostraram-se extremamente hábeis nesta matéria. Assim, 200 anos antes de Hiparco, os sábios chineses tinham estabelecido a precessão do equinócio, isto é, a deslocação do ponto do equinócio da Primavera segundo a elíptica. Na dinastia Ts'in foi estabelecido um dos primeiros calendários solares do mundo. É certo que ele não era utilizado na prática, pois que os Chineses recorriam a um calendário lunar. A China antiga conhecia a periodicidade dos eclipses solares.

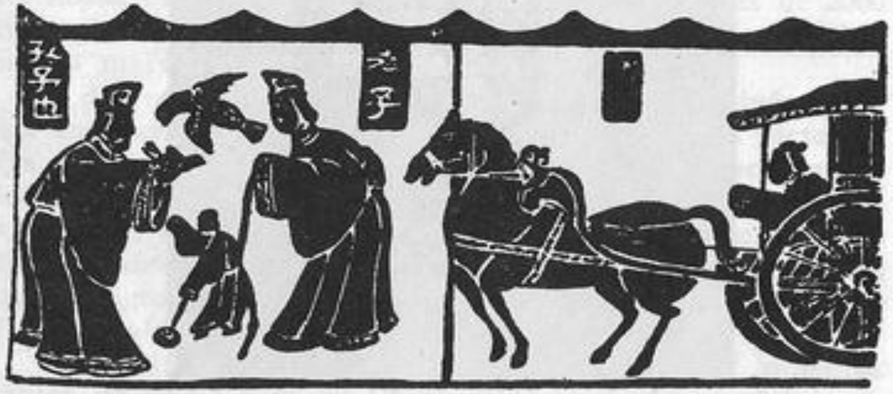


Inscrição divinatória feita num osso. Escavações dos arredores da cidade de Anian, séculos XIV-XII antes da nossa era

É aos Chineses que cabe a honra de terem inventado o compasso. Eles tinham sólidas noções matemáticas e conheciam, designadamente, as propriedades das raízes quadradas e cúbicas.

Chegaram até nós tratados de agronomia que apresentam um enunciado completo dos conhecimentos agrotécnicos desse tempo. Mostram os processos de cultura e de beneficiação, informações sobre diferentes plantas e conselhos aos cultivadores.

Os artesãos chineses foram excelentes no fabrico dos tecidos artísticos, dos objectos de bronze, de ferro, de cobre, de laca e de pedras finas. No domínio das artes plásticas, os mestres chineses criaram numerosas obras-primas. Os baixos-relevos dos túmulos, as estátuas, os monumentos arquitectónicos, dos quais infelizmente muito poucos se conservaram, denotam um grande talento.



Lao-tseu visita Confúcio. Baixo-relevo de pedra dos Han

Os defeitos do regime social, as guerras, o agravamento da luta de classes no fim da época Tcheu, engendraram sistemas filosóficos e doutrinas religiosas que deixaram a sua marca em toda a ideologia da China.

Os interesses da aristocracia de nascimento reflectem-se na doutrina de Confúcio. Esse grande pensador da China antiga (o seu nome foi latinizado; em chinês é Kung-tseu) nasceu cerca de 550 e morreu cerca de 480 antes da nossa era. Fundou uma doutrina idealista, onde a política se mistura com a ética, e que é enunciada em grande parte nas *Conversas Filosóficas* (Luen-yu), anotadas pelos seus discípulos. Partindo de um princípio «humanitário», Confúcio elaborou um sistema de relações entre os homens, que assenta no respeito pelo mais velho e sobre uma rígida execução dos deveres do homem, de tal ou tal condição, em relação à sociedade. «Que o pai seja um pai, o filho um filho, o soberano um soberano», dizia ele. Embora consagrando a ordem estabelecida e a submissão absoluta aos superiores, Confúcio autorizava a destituição de um dirigente, se este mostrava uma conduta indigna, que não o deixasse assumir a sua função. A aliança da ética confucionista com a observância rigorosa do culto dos antepassados não tardou a conferir a esta doutrina um cunho religioso.

UNICAP
B C

O livro *Tao te King* (século VI antes da nosa era), atribuído a Lao-tseu, respondia a certas aspirações dos aldeões patriarcais e dos pequenos proprietários imobiliários. Esse livro formula a doutrina do taoísmo. Se bem que encerre elementos de uma visão materialista do mundo (negação do deus criador) e uma dialéctica espontânea, professa o retorno a um tempo anterior, descrito como uma época de ouro em que todos levavam uma vida tranquila. Criticando asperamente o regime que tinha sob os olhos, um regime que faz com que «o povo sofra a fome por virtude das exacções e dos impostos», o *Tao te King* recomenda regressar aos tempos utópicos em que «as pessoas não se obstinavam a entesourar».

Os interesses da nova nobreza e dos mercadores foram defendidos por adeptos da escola dos legistas, no número dos quais figuravam muitos homens de Estado do Ts'in. Os chefes desta escola, Chang-Iang, Han Fei-tseu e outros, reclamavam a criação de um Estado unificado, fortemente centralizado, no qual severas punições coibiriam as pessoas de se lançarem no crime, próprio da natureza humana.

A luta que se travou entre confucionistas e legistas tomou por vezes formas muito duras. Os confucionistas combateram a monarquia de Chi Huang-ti, e, em 213 antes da nossa era, foram supliciados muitos deles e as suas obras queimadas.

No século I da nossa era, vivia um notável filósofo chinês materialista, Wang Tch'ung, que afirmava a existência de um mundo material e negava a imortalidade da alma.

As obras literárias que nos chegaram guardaram toda a sua frescura. O fim do século IV e o início do século III antes da nossa era, foi a época do maior poeta da China, que era também um eminente homem de Estado do Tcheu: K'iu-Yuan. Era um irredutível adversário dos métodos bárbaros e cruéis, os quais o Ts'in utilizou na sua luta pela hegemonia. K'iu-Yuan era partidário de uma unificação espontânea do país, o que lhe custou o exílio.

Reflexões sobre o seu país e sobre os destinos da caridosa personalidade, numa época de ódio e de injustiça, são os temas essenciais da sua obra. Sentindo afinidades profundas com as tradições da poesia popular, esse brilhante senhor, esse aristocrata, tinha confiança nas forças do povo. As suas generalizações, cheias de sarcasmo mordaz e de profunda melancolia, adquiriram, porém, uma ressonância optimista.

A prosa de Sseu Ma-ts'ien e do historiador Pan-Ku conservou, durante milénios, uma grandeza de exemplos irrefutáveis. Os seus escritos *(Sse-Ki, Ts'ien Han chu)* contêm lendas nacionais em grande número de provérbios, rifões e canções populares. As biografias oficiais dos Grandes Homens da China adquiriram, frequentemente, nas suas obras, a forma de descrições impregnadas de dramatismo, que seduzem tanto pela fantasia das anedotas, como pelo valor documentário, a verosimilhança dos diálogos inventados e a exactidão da cronologia; foram concebidas com fins didácticos.

A música desempenhou um grande papel na vida dos antigos Chineses. As danças e os cantos, acompanhados de instrumentos diversos, gozavam de grande popularidade.

O papel da civilização chinesa para os povos da Ásia é comparável ao da Grécia para os povos da Europa. A técnica, a arte, a literatura e a filosofia da China serviram de modelos ao Japão, à Coreia, ao Vietname e à Mongólia. A escrita chinesa era utilizada, ainda muito recentemente, nas obras científicas, nos textos diplomáticos e na literatura da Ásia Oriental.

PLANO GERAL DA OBRA

Vol. I — A Sociedade Primitiva. O Oriente

Vol. II — A Grécia

Vol. III — Roma

FASA
FORNECEDOR
34.020,00 12.12.91
Prêço Data
931
N.º de chamada H673

V. 1 ex. 2

Se deseja receber, gratuita e periodicamente informações bibliográficas sobre a actividade da Editorial Estampa queira enviar-nos, num simples postal, o seu nome e morada.

Os livros requisitados à Editorial Estampa serão prontamente enviados contra reembolso, pelo preço de capa. As despesas de expedição e cobrança serão suportadas por nós.

EDITORIAL ESTAMPA

Rua da Escola do Exército, 9, r/c.-D.^to
Tel. 55 56 63 Lisboa-1 — Portugal

Inv. 92

BIBLIOTECA ESTAMPA

1 — LUDWIG VAN BEETHOVEN, de Jean e Brigitte Messin
(5 volumes)

2 — DICIONÁRIO FILOSÓFICO, de M. M. Rosental e P. F. Iudin
(5 volumes)

3 — HISTÓRIA DAS IDEOLOGIAS, de V. S. Pokrovski
(4 volumes)

4 — MANUAL DE ECONOMIA POLÍTICA, de K.V. Ostrovitianov, L. A. Leontiev, I. D. Lantiev, L. M. Gatovski, I. I. Kuzminov e V. N. Starovski
(5 volumes)

5 — PRINCÍPIOS DE PSICOLOGIA GERAL, de S. L. Rubinstein
(7 volumes)

6 — MITOLOGIA GERAL, de Maria Lamas
(7 volumes)

7 — A ORIGEM DO HOMEM, de Mikhail Nesturkh
(3 volumes)

8 — A VIDA SEXUAL DA MULHER, de Dr. Pierre Vellay
(1 volume)

9 — HISTÓRIA DAS LITERATURAS UNIVERSAIS, de Wolfgang Einsiedel
(6 volumes)

10 — O PENSAMENTO POLÍTICO, de Umberto Cerroni
(7 volumes)

11 — HISTÓRIA DA ANTIGUIDADE, de V. Diakov e S. Kovalev
(3 volumes)

061

FORNECEDOR
Prêço Data
N.º de chamada

INV. 2012

Título: *História da Antiguidade - I*
Autores: V. Diakov e S. Kovalev
Editor: Editorial Estampa, Lda.
Tiragem: 3000 ex.
Acabou de imprimir em: 6 de Março de 1981
Oficinas: Guide - Artes Gráficas, Lda.
LISBOA — PORTUGAL

INV. 92